

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

## **Recrutamento Partidário de Jovens no Rio Grande do Sul**

Amanda Santos Machado

Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres

(Orientador)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre  
2016

### CIP - Catalogação na Publicação

Machado, Amanda Santos  
Recrutamento Partidário de Jovens no Rio Grande  
do Sul / Amanda Santos Machado. -- 2016.  
237 f.

Orientador: Paulo Peres.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,  
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Recrutamento Partidário. 2. Recrutamento  
Partidário de Jovens. 3. Partidos Políticos. I.  
Peres, Paulo, orient. II. Título.

Amanda Santos Machado

**Recrutamento Partidário de Jovens no Rio Grande do Sul**

Defendida em 21 de setembro de 2016

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres – PPGCP/UFRGS

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Silvana Krause - PPGCP/UFRGS

---

Prof. Dr. Bruno Bolognesi – UFPR

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcia Ribeiro Dias – UNIRIO

---

Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau Do Amaral – UNICAMP

---

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira – PUCRS

## Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de aprimorar sempre mais a minha formação. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por possibilitar dedicação exclusiva às atividades do doutorado.

Ao orientador Prof. Paulo Peres que não só me acompanhou nesta jornada de estudos e pesquisa, mas abriu os melhores caminhos a serem seguidos, nos quais tive o privilégio de ter contato com outras referências, lugares e propostas investigativas. Sempre com muito bom humor, hospitalidade e disponível para ajudar a sanar dúvidas e inseguranças próprias do processo de produção acadêmica.

À Prof<sup>ª</sup> Jandyra Fachel e à Prof<sup>ª</sup> Ceres Oliveira pelas valiosas orientações em relação ao tratamento estatístico dos dados, sem o qual parte do trabalho não teria sido viabilizado.

Ao Grupo de Trabalho Partidos e Sistemas Partidários da ANPOCS pelas contribuições que ofereceram a minha pesquisa.

Às lideranças de juventude do PT, PCdoB, PDT, PMDB, PSDB, PP e DEM do Rio Grande do Sul que abriram o tanto quanto puderam a sua experiência de trabalho com jovens e permitiram que a pesquisa fosse realizada entre os seus filiados. Da mesma forma, as minhas sinceras considerações a todos aqueles que me auxiliaram a chegar até os dirigentes partidários. Recebi muito apoio nesta verdadeira inserção de campo que vivenciei.

Aos colegas de grupo Cristiana Mágliã, Vinícius Lara e Rafael Lameira pelo companheirismo e alto-astral nos nossos encontros; ao colega André Luís Martins por ter compartilhado comigo a sua experiência com estatística, fundamental para a concretização deste trabalho; e ao querido colega Bruno Mello que nos momentos de desânimo não deixou a peteca acadêmica cair! Valeu, gurizada!

A minha família, representada nas pessoas de minha mãe, Judite Machado, e do meu pai, Mario Daniel Correa Machado, os quais me deram tios, tias, primos, primas, pardinho e madrinhas, pelo apoio em todos os sentidos. E, especialmente, a duas irmãzinhas que de repente a vida colocou na minha casa para eu ajudar a cuidar. Quando percebi, o meu privilégio de ter todo tempo do mundo disponível aos meus estudos havia acabado e agora minha atenção teria de ser dividida entre as tarefas acadêmicas e também com os cuidados com as pequenas, sem tempo de adaptação. Com elas, aprendo muito, principalmente que o nosso aprimoramento intelectual é importantíssimo e mais ainda é a experiência de ver o outro ser humano crescer, é fantástico. Vê-las aprender, vê-las sorrir, vê-las brincar somou-se ao período de doutoramento que eu atravessava. E o meu aprendizado teve de se dar em múltiplos campos. Adaptar-se nunca é fácil, mas, é neste processo, que o desenvolvimento ocorre de fato.

Ao amado companheiro José Henrique Roballo que viu de perto tudo isso e contribuiu muito para que estes agradecimentos estivessem sendo escritos agora desde o momento que decidi ingressar no primeiro estágio da pós-graduação, o mestrado. Nestas poucas linhas, não tenho como transpor a gratidão pela paciência nas dificuldades, que, muitas vezes tiraram a minha alegria e a minha paz, e a cada alegria que comemoramos.

Enfim, aos muitos amigos, também fieis na hora do bate-papo descontraído e do bate-papo preocupado. Uma lembrança especial para Graziela Pandolfo, Ana Paula Diedrich, Daniela Figueiredo, Cristina Bruel, Angela Francisca, Núbia Gonçalves, Luis Carlos Domingues, Marcelo Mendes, Helenita Furtado.

## **Resumo**

Esta tese analisa o processo de recrutamento dos jovens pelos principais partidos do Rio Grande do Sul [PP, DEM, PSDB, PMDB, PDT, PCdoB e PT], considerando seus três momentos: (1) filiação, (2) formação política e (3) seleção. O estudo tem objetivo de confrontar com dados empíricos a hipótese difundida pela literatura de que os partidos brasileiros são inorgânicos, o que permite inferir que não promovem recrutamentos que contempla suas três etapas, principalmente no caso de jovens. A análise propõe uma tipologia do recrutamento partidário para avaliar as formas, modalidades e tipos de filiação, formação e seleção de jovens no conjunto de partidos selecionados. Os dados utilizados são primários e secundários, qualitativos e quantitativos, contemplando análise documental dos estatutos partidários, entrevistas em profundidade com as lideranças de juventude e um *survey* com amostragem por cotas segundo sexo, faixa etária e partido político, com jovens filiados de 16 a 34 anos, com recorte temporal em 2014 e 2015. Os resultados mostram que as etapas de filiação, formação e seleção são compreendidas de maneira autônoma nos estatutos, enquanto as entrevistas com as lideranças e a opinião dos filiados em geral demonstram uma conexão entre as três etapas, sendo predominante recrutamentos que contemplam formação e seleção para cargos. Portanto, as evidências contestam a hipótese derivada do debate da literatura especializada, mostrando que os partidos recrutam jovens que são formados e selecionados, com possibilidade de se tornarem futuras lideranças.

### **Palavras-chave:**

Recrutamento Partidário; Recrutamento Partidário de Jovens; Partidos Políticos

## **Abstract**

This thesis analyses the recruitment of young people by the main parties from Rio Grande do Sul [PP, DEM, PSDB, PMDB, PDT, PCdoB e PT], considering its three moments: (1) affiliation, (2) political training and (3) selection. The study has the objective to confront with empirical data to the spread hypothesis by the Literature that the Brazilian parties are inorganic which allow inferring that they do not promote recruitment, which contemplate its three steps mainly with young people. The analysis proposes a typology of party recruitment to evaluate the manners, modalities and types of affiliation, formation and selection of young people in the group of the selected parties. The used data are primary and secondary, qualitative and quantitative contemplating documental analysis from the party statutes, in-depth interviews with the youth leaders and a survey with sampling by quotas according to the gender, age and political party with young affiliate aged from 16 to 24 years old with temporal cut in 2014 and 2015. The results show that the affiliation steps, formation and selection are understood in an autonomous manner in the statutes while the interview with the leadership and the affiliates' opinion in general demonstrate a connection among the three steps being recruitment predominant, which contemplates formation and selection to the positions. However, the evidences contest the derivative hypothesis from the specialized literature debate showing that the parties recruit young people who are graduated and they are selected with the possibility of becoming future leaderships.

### **Key-words:**

Party Recruitment, Party Recruitment of Young People, Political Parties.

# Índice

APRESENTAÇÃO – 15

## CAPÍTULO 1

### O RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO COMO UM PROBLEMA DE PESQUISA

1. O problema do Recrutamento Partidário – 21
2. Contextualização e Delimitação do Problema – 28
  - 2.1. O Recrutamento como um Problema Teórico e Normativo – 28
  - 2.2 As Abordagens do Recrutamento Partidário – 31
  - 2.3 Estudos Empíricos Recentes – 38
3. Recrutamento Partidário no Brasil – 41
  - 3.1 Características Predominantes na Agenda de Pesquisas – 41
  - 3.2 Estudos sobre a Participação Política dos Jovens – 49

## CAPÍTULO 2

### MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1. Modelo Tipológico do Recrutamento Partidário – 55
  - 1.1 Fundamentos Epistemológicos do Modelo – 55
  - 1.2 Definição Conceitual de Recrutamento Partidário – 60
  - 1.3 Modalidades de Recrutamento – 60
  - 1.4 Formas de Recrutamento – 63
  - 1.5 Tipos de Recrutamento – 66
2. Metodologia – 68
  - 2.1 Delimitação do Objeto de Análise – 72
  - 2.2 A Seleção dos Partidos – 73
  - 2.3 Fontes dos Dados e Técnicas de Análise – 74

## CAPÍTULO 3

### O RECRUTAMENTO NA PERSPECTIVA DOS ESTATUTOS

1. O Espaço Ocupado pela Juventude Partidária nos Estatutos – 88
2. A Filiação de Jovens nos Estatutos – 89
3. A Formação Política dos Filiados Jovens nos Estatutos – 92
4. A Seleção dos Quadros nos Estatutos – 102



5. Filiação, Formação e Seleção: Três Processos Autônomos – 105

#### CAPÍTULO 4

##### O RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS

1. A Juventude e as Correntes Internas do PT – 109
2. O PCdoB e seu Recrutamento Sui Generis – 113
3. A Juventude Socialista e o PDT: Quem é mais Trabalhista? – 117
4. A Juventude não está com o Partido, está à Frente do PMDB – 121
5. Jovem Tucano... e depois da Filiação? – 125
6. O Recrutamento Extensivo da Juventude do PP Gaúcho – 130
7. Partidários do Liberalismo: A Juventude do DEM Gaúcho e a Fundação Friedrich Naumann – 130
8. Padrões de Recrutamento – 140

#### CAPÍTULO 5

##### O RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO NA PERSPECTIVA DOS JOVENS FILIADOS

1. Caracterização da Amostra – 147
2. A Filiação na Perspectiva do Jovem Filiado – 153
3. A Formação na Perspectiva do Jovem Filiado – 162
  - 3.1 Experiência Política Prévia - 162
  - 3.2. Formação dentro do Partido - 165
  - 3.3. Ativismo Partidário dos Jovens Filiados - 173
  - 3.4. Avaliação dos Jovens sobre as Atividades de Formação - 183
4. A Seleção na Perspectiva do Jovem Filiado – 184
5. Filiação, Formação e Seleção: Algumas Tendências – 191
6. Análise Comparativa do Material Empírico – 194

CONCLUSÃO – 199

BIBLIOGRAFIA – 202

ANEXO 1 – 221

ANEXO 2 – 229

ANEXO 3 – 230

# Índice de Figuras, Tabelas, Quadros e Gráficos

## FIGURA

Figura 1. Fluxograma do Protocolo Sequencial para a Construção da Tipologia – 32

Figura 2.1. Protocolo Sequencial para a Construção da Tipologia – 59

## TABELAS

Tabela 2.1. Caracterização da Amostra e Comparação com os dados do TSE – 81

Tabela 2.2. Distribuição da Amostra de Acordo com os Partidos e a Ideologia – 82

Tabela 2.3 Descrição de Informações sobre os Questionário – 83

Tabela 5.1 Motivação para Filiação, por Partido – 160

Tabela 5.2. Temas Abordados nas Atividades de Formação, por Partido – 172

## QUADROS

Quadro 1.1 Abordagens Predominantes nos Estudos sobre Recrutamento Político no Brasil – 44

Quadro 2.1. Elementos do Procedimento Classificatório – 59

Quadro 2.2. Modalidades de Recrutamento Partidário – 63

Quadro 2.3. Formas de Recrutamento Partidário – 66

Quadro 2.4. Tipos e Subtipos de Recrutamento – 67

Quadro 2.5. Faixa Etária dos Jovens Filiados aos Partidos Analisados no Estudo – 73

Quadro 2.6 Partidos Selecionados, de Acordo com o Tamanho e a Ideologia – 74

Quadro 2.7 Lideranças de Juventude Entrevistadas – 77

Quadro 2.8 Eventos e Instâncias Tomados como Objetos da Observação de Campo – 79

Quadro 2.9 Especificação dos Dados e das Técnicas de Análise – 87

Quadro 3.1. Menção à Juventude nos Estatutos Partidários, por Áreas Temáticas – 90

Quadro 3.2 Itens Estatutários Relativo à Filiação de Jovens – 94
Quadro 3.3 Itens Referentes à Formação Política Mencionados nos Estatutos – 96
Quadro 3.4 Dispositivos Estatutários Voltados à Participação dos Filiados – 100
Quadro 3.5 Seleção nos Estatutos Partidários – 104
Quadro 3.6 Formas de recrutamento predominante por partido – 105
Quadro 3.7 Formas de atração de novos membros predominante por partido – 106
Quadro 3.8 Modalidade de Recrutamento de jovens predominante por partido – 107
Quadro 4.1 Formas de recrutamento de jovens predominante por partido – 141
Quadro 4.2. Modalidade de recrutamento predominante por partido – 143
Quadro 4.3 Formas de atração de novos membros predominante por partido – 143
Quadro 5.1 . Formas de recrutamento predominante por partido – 192
Quadro 5.2. Formas de atração de novos membros predominante por partido – 193
Quadro 5.3. Tipo de recrutamento de jovens predominante por partido – 193
Quadro 5.4. Comparação das Categorias Manifestas na Triangulação dos Dados – 195
Quadro 5.5. Modalidades de Filiação Predominantes nos Partidos – 196
Quadro 5.6. Formas de Recrutamento Predominantes nos Partidos – 197
Quadro 6.7. Tipo de Recrutamento Partidário de Jovens Predominantes nos Partidos – 198

## **GRÁFICOS**

Gráfico 5.1 Escolaridade Máxima dos Pais dos Jovens Filiado – 148
Gráfico 5.2 Atividade Laboral dos Pais dos Jovens Filiados – 148
Gráfico 5.3 Renda Familiar dos Jovens Filiados – 149
Gráfico 5.4 Distribuição dos Jovens por Faixa Etária – 150
Gráfico 5.5 Distribuição dos Jovens por Cor – 150

Gráfico 5.6 Distribuição dos Jovens por Religião – 150

Gráfico 5.7 Distribuição dos Jovens por Estado Civil – 150

Gráfico 5.8 Ocupação dos Jovens Filiados – 150

Gráfico 5.9 Atividade Laboral dos Jovens Filiados – 151

Gráfico 5.10 Renda Individual dos Jovens Filiados – 151

Gráfico 5.11 Máximo Nível Educacional dos Jovens Filiados – 152

Gráfico 5.12 Áreas de Estudo/Formação dos Jovens Filiados com Estudo Superior – 152

Gráfico 5.13 Posição Ideológica dos Jovens Filiados – 153

Gráfico 5.14 Iniciativa que levou à Filiação dos Jovens – 154

Gráfico 5.15. Iniciativa da Filiação dos Jovens, por Partido – 154

Gráfico 5.16 Idade da Primeira Filiação e os que sempre estiveram no mesmo Partido – 155

Gráfico 5.17 Idade da Primeira Filiação, por Partido – 156

Gráfico 5.18. Tempo de Filiação ao Atual Partido – 157

Gráfico 5.19. Proporção dos Jovens Filiados desde sempre ao Partido Atual, por Partido – 157

Gráfico 5.20 Motivos que Levaram os Jovens a se Filiar aos Partidos – 158

Gráfico 5. 21 Jovens que Possuem Parentes nos Partidos e grau de Parentesco, por Partido – 161

Gráfico 5.22. Proporção de jovens que tem parentes no partido, por partido – 161

Gráfico 5.23 Participação Prévia em Organização Política Não-Partidária – 163

Gráfico 5.24 Participação Prévia dos Jovens Filiados em Organizações Sociais, por Partido – 164

Gráfico 5.25 Tempo de Participação dos Jovens em Organizações Não-Partidárias – 164

Gráfico 5.26 Tempo de Atuação em Organizações Sociais, por Partido – 165

Gráfico 5.27 Promoção de Atividades de Formação pelos Partidos – 166

Gráfico 5.28 Promoção de Atividade de Formação Política, por Partido – 166

Gráfico 5.29 Nível Organizacional das Atividades de Formação Promovidas pelos Partidos – 167

Gráfico 5.30 Nível Organizacional das Atividades de Formação, por Partido – 167

Gráfico 5.31 Atuação Ativa da Fundação Partidária na Promoção de Atividades de Formação – 163

Gráfico 5.32. Regularidade das Atividades de Formação Promovidas pelos Partidos – 169

Gráfico 5.33. Regularidade das Atividades de Formação Promovidas pelos Partidos – 170

Gráfico 5.34. Atividades de Formação mais Comuns Realizadas pelos Partidos – 171

Gráfico 5.35 Temas Abordados nas Atividades de Formação Promovidas pelos Partidos – 171

Gráfico 5.36 Assiduidade da Participação dos Jovens nas Atividades de Formação do Partido – 174

Gráfico 5.37 Assiduidade da Participação dos Jovens nas Reuniões Partidárias – 174

Gráfico 5.38. Assiduidade na Participação dos Jovens nas Reuniões Partidárias, por Partido – 175

Gráfico 5.39 Participação nos Congressos Estaduais e Nacionais do Setor de Juventude – 175

Gráfico 5.40 Assiduidade na Participação dos Jovens em Congressos da Partidários – 175

Gráfico 5.41. Participação de Congressos Estaduais e Nacionais dos Partidos – 176

Gráfico 5.42 Regularidade de Encontro com Colegas de Partido para Discutir Política – 177

Gráfico 5.43. Regularidade de Encontro com Não-Filiados para Discutir Política – 177

Gráfico 5.44. Proporção de Jovens Filiados que Ajudam na Organização de Eventos do Partido – 178

Gráfico 5.45. Tempo Dedicado às Atividades Partidárias pelos Jovens Filiados, em Horas/Mês – 179

Gráfico 5.46. Distribuição de Material de Propaganda Partidária nos Períodos Eleitorais – 180

Gráfico 5.47. Desempenho de outras Atividades de Campanha nos Períodos Eleitorais – 180

Gráfico 5.48. Envolvimento dos Jovens com o Suporte aos Partidos – 181

Gráfico 5.49. Frequência de Doação de Dinheiro ao Partido – 182

Gráfico 5. 50. Avaliação das Atividades de Formação para os Filiados e o Partido –184

Gráfico 5.51. Importância das Atividades de Formação Política na Perspectiva dos Jovens Filiados, por Partido – 183

Gráfico 5.52. Avaliação das Atividades de Formação quanto à Preparação da Militância e à Renovação das Lideranças – 184

Gráfico 5.53. Ambição de Carreira Político-Partidária dos Jovens Filiados – 185

Gráfico 5.54. Jovens Filiados que se Candidataram e Cargos Pleiteados – 186

Gráfico 5.55. Apoio Partidário às Candidaturas de Jovens e sua Ambição Eletiva – 186

Gráfico 5.56. Proporção de Jovens que Atuam na Direção Partidária – 187

Gráfico 5.57. Proporção de Jovens que foram ou são Membros da Executiva da Juventude Partidária e sua Distribuição pelas Instâncias Organizacionais – 187

Gráfico 5.58. Distribuição dos Jovens que Ocuparam ou Ocupam Posição na Executiva de Juventude, de Acordo com o Partido – 188

Gráfico 5.59. Jovens que Atuam na Burocracia Partidária, dentro e fora da Organização – 188

Gráfico 5.60. Importância da Organização de Juventude no Processo de Seleção Partidária, Segundo os Jovens Filiados – 189

Gráfico 5.61. Avaliação sobre o Processo de Seleção Partidária dos Jovens Filiados – 189

Gráfico 5.62. Avaliação do Interesse do Partido na Participação dos Jovens e na Renovação das Lideranças – 190

Gráfico 5.63. Avaliação do Interesse Partidário na Participação dos Jovens Filiados, 190



# Apresentação

Existe um diagnóstico acadêmico bastante difundido de que os partidos políticos brasileiros são organizações frágeis e inorgânicas, de que são simples siglas a serviço de suas lideranças para a captura dos recursos estatais de acordo com uma lógica clientelista, fisiológica e patrimonialista. Portanto, os partidos seriam muito mais legendas para o uso instrumental das elites políticas do que instituições de recrutamento e formação de elites políticas. Se seguirmos à risca esse diagnóstico, concluiríamos que as organizações partidárias não teriam interesse e sequer estrutura para atrair jovens para suas fileiras e dar-lhes formação prática e doutrinária; teriam pouco ou nenhum interesse em selecionar jovens filiados para cargos partidários ou eletivos. Poderíamos concluir, ainda, que as fundações partidárias, exigidas pela legislação, seriam mera formalidade e que não encontraríamos qualquer atividade interna mais sistemática envolvendo seus militantes em geral e, em especial, seus jovens filiados.

Esta tese apresenta dados que contestam tal percepção. Alguns desses dados são exploratórios, devido à natureza do objeto e à inexistência de estudos anteriores sobre esse tema, mas, mesmo assim, seus achados permitem a visão de um cenário bastante diverso daquele traçado pela literatura. Trata-se de um estudo circunscrito a um caso – os principais partidos do estado do Rio Grande do Sul que representam os espectros ideológicos de esquerda, centro e direita [PP, DEM, PSDB, PMDB, PDT, PCdoB e PT]. Não é possível, portanto, fazer qualquer generalização; não obstante, esse caso já subsidia a refutação da generalização sugerida pela literatura especializada acerca do subdesenvolvimento partidário brasileiro. Ou seja, no mínimo, temos que relativizar as críticas aos partidos e investir em mais estudos de aprofundamento.

Por meio da triangulação de dados qualitativos e quantitativos, primários e secundários, envolvendo entrevistas com as lideranças jovens dos partidos, análise documental dos estatutos partidários e análise exploratória e descritiva de um *survey* por quotas com os jovens filiados, foi possível constatar que há um processo de recrutamento partidário bastante acentuado em todas as legendas, independentemente de sua orientação ideológica. Uma quantidade expressiva de jovens se filia aos partidos, motivados pela



identificação programática. No geral, os partidos promovem diversas atividades de formação política e os jovens militantes se envolvem intensamente com a vida partidária – seus congressos, seus debates, seus cursos e assim por diante. Uma parcela considerável desses jovens é recrutada para assumir cargos partidários seja na administração pública ou nas instâncias organizacionais. Vários são selecionadas para concorrer a cargos eletivos e, alguns deles, são eleitos.

Em suma, os achados desta tese apontam para um cenário em que há recrutamento de jovens que contemplam as três etapas desse processo: filiação, formação e seleção. Inclusive, além do objetivo de analisar empiricamente o recrutamento partidário de jovens, esta tese tem dois objetivos metodológicos centrais, quais sejam, (1) propor uma definição conceitual mais abrangente de recrutamento partidário do que a usualmente adotada pela literatura e (2) apresentar um modelo tipológico do recrutamento para a análise desse fenômeno.

Comumente, a literatura especializada entende que recrutamento partidário é sinônimo de seleção de candidatos, o que estreita bastante o escopo desse processo. Aqui, proponho que recrutamento partidário seja entendido como um processo que envolve três etapas não necessariamente sequenciais que vão desde a filiação, passando pela formação doutrinária e o treinamento prático do militante, até sua seleção como candidato e também para cargos na burocracia partidária ou mesmo estatal. Definido desse modo, o recrutamento partidário pode ser analisado por meio de uma tipologia que permite apreender de maneira classificada cada etapa desse processo – assim, é possível distinguir partidos que investem nas três etapas do recrutamento daqueles que investem em apenas algumas, é possível distinguir as motivações que levam à filiação, entre outros aspectos.

Pode-se dizer, portanto, que esta tese se situa na interface dos estudos sobre recrutamento de elites políticas, organização partidária e participação de jovens na política institucional. Nesse ponto de intersecção, emerge seu tema central: o recrutamento partidário de jovens pelos principais partidos do estado do Rio Grande do Sul, tomando-se como referência os anos de 2014 e 2015 e a faixa etária de 16 a 34 anos. As perguntas que orientaram a pesquisa empírica, a definição conceitual e o modelo tipológico foram as seguintes:

- Os partidos adotam estratégias proativas para recrutar jovens para seus quadros?
- Se adotam, quais seriam tais estratégias?
- Há diferenças entre os perfis partidários e as estratégias de recrutamento?
- Uma vez recrutados, como esses jovens são absorvidos pela organização?
- Os jovens filiados são treinados para ocupar cargos de direção num futuro próximo?
- Esses jovens são submetidos a alguma formação política ou doutrinária?
- Que espaços institucionais os partidos abrem para a efetiva participação desses jovens nos processos decisórios?
- Que peso os jovens membros têm no interior da organização?
- Quais as motivações que levam os jovens a se filiarem aos partidos?

A pesquisa de campo concentrou-se, assim, no mapeamento das estratégias partidárias para atrair e formar politicamente novos membros e para conduzir aqueles que iniciam a militância na juventude às posições reservadas aos seus selecionados. Por isso, foi necessário avaliar as percepções de jovens filiados sobre o seu processo de recrutamento e sobre o protagonismo das organizações partidárias nas etapas de recrutamento e confrontar tais informações com as percepções das lideranças dos setores de juventude e com os dispositivos estatutários. O desenho da pesquisa foi concebido de modo a que o levantamento de dados pudesse já ser enquadrado de acordo com as dimensões integrantes da tipologia de recrutamento partidária aqui proposta. A aplicação dessa tipologia mostrou-se satisfatória na apreensão dos elementos relativos aos aspectos de adesão, formação e seleção partidária, permitindo a identificação de semelhanças e diferenças entre o que estava instituído nos estatutos, o que foi declarado pelas lideranças e aquilo que foi percebido pelos filiados. Permitiu, finalmente, a comparação das experiências de recrutamento entre os principais partidos gaúchos.

A apresentação dos resultados da pesquisa levou à seguinte estrutura para esta tese. O capítulo 1 é introdutório ao tema e nele me concentro na apresentação do problema da pesquisa e em sua contextualização no âmbito da literatura especializada. Discuto as origens do recrutamento como um problema de investigação, seu desenvolvimento e desdobramentos em diferentes abordagens, assim como os estudos empíricos resultantes. Analiso também essa agenda de pesquisas no Brasil, destacado a carência de estudos

voltados ao recrutamento partidário de jovens. Portanto, essa contextualização é tanto teórica como metodológica, e visa à identificação dos aspectos predominantes no debate e da lacuna que este estudo pretende preencher. Encerro o capítulo detalhando a proposta desenvolvida nesta tese.

No capítulo 2, apresento o modelo teórico-metodológico seguido na análise dos dados. Trata-se, primeiramente, da proposição da definição conceitual de recrutamento partidário adotada neste estudo e, em segundo lugar, da apresentação do modelo tipológico utilizado na análise. Discuto os fundamentos epistemológicos desse modelo e, em seguida, as categoriais que integram a tipologia. Depois, detalho a metodologia utilizada na coleta e análise dos dados. Aponto para as dificuldades existentes em estudos dessa natureza, faço uma nota de cautela em relação aos limites dos dados utilizados, especialmente o *survey* por quotas com os jovens filiados. Esta pesquisa levantou dados primários que podem contribuir para o conhecimento mais apurado desse objeto, porém, é necessário que seus limites sejam claramente colocados, a fim de evitar conclusões indevidas. Explico também as razões da utilização de estatísticas descritivas, apenas. Indico os tipos de dados qualitativos e quantitativos utilizados, assim como as técnicas de análise aplicadas.

Os capítulos 3, 4 e 5 são empíricos. O capítulo 3 avalia o recrutamento partidário conforme os estatutos partidários. A análise desses documentos seguiu o modelo tipológico, o que possibilitou seu enquadramento analítico de acordo com os objetivos da pesquisa. As entrevistas abertas com as lideranças jovens dos partidos, analisada no capítulo 4, seguiu um roteiro semiestruturado, construído também de acordo com a tipologia. Finalmente, no capítulo 5, analiso o *survey* com os jovens filiados, com blocos de perguntas correspondentes a cada dimensão do recrutamento partidário prevista no modelo tipológico.

Essa triangulação permitiu chegar a alguns achados gerais importantes, conforme pontuo na conclusão. Ou seja, as etapas de filiação, formação e seleção são compreendidas de maneira autônoma nos estatutos, as declarações das lideranças e a opinião dos filiados em geral demonstram uma conexão entre as três etapas, sendo predominante recrutamentos que denomino de extensivos – abrangem todas as etapas do processo. Em segundo lugar, todas as evidências confirmam a tendência de jovens que já possuem parentes no partido engajarem-se na vida partidária, revelando o predomínio de lógicas fechadas de recrutamento. Contudo, há expressivas variações quanto ao tipo de

aproximação e as motivações que este jovem terá em relação ao partido, conforme a natureza dos dados examinados e as siglas analisada.



## **CAPÍTULO 1**

# **Recrutamento Partidário como um Problema de Investigação**

**E**ste capítulo introdutório da tese contempla três objetivos específicos. O primeiro deles é apresentar o problema da pesquisa e a proposta do estudo. O segundo é contextualizar o problema no âmbito da literatura temática, apontando as lacunas que o estudo visa a preencher, com destaque para as contribuições que a presente discussão traz à linha de investigação sobre recrutamento partidário.

### **1. O PROBLEMA DO RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO**

Conforme a sempre citada observação de Schattschneider (1942), os modernos governos democráticos são governos partidários e, conseqüentemente, as democracias modernas são democracias partidárias. Isso continua válido mesmo no contexto atual, a despeito das recorrentes alegações de que as instituições representativas estariam atravessando um momento de crise de legitimação. Afinal, é inegável que as organizações partidárias continuam indispensáveis ao funcionamento dos regimes democráticos – elas ainda são as responsáveis diretas pela mobilização eleitoral, pela agregação das demandas sociais em programas e projetos, pela representação política, pela produção de legislação, pela formulação e execução das políticas públicas e, enfim, pela própria dinâmica de governo (GUNTHER and DIAMOND 2001; GUNTHER, MONTERO and LINZ 2002; WEBB, FARREL and HOLLIDAY 2002; KATZ and MAIR 1993, 1994, 1995, 1996; MAIR 1997).

Entretanto, antes de qualquer coisa, para continuar desempenhando suas funções representativas e governativas, os partidos devem ser capazes de se regenerar. Isso significa que, para sobreviverem num ambiente político competitivo e quase sempre hostil, as organizações partidárias devem assegurar sua reprodução ao longo do tempo

por intermédio da permanente e gradual renovação de seus membros, em especial de suas lideranças. Em primeiro lugar, a renovação é condição necessária, embora não suficiente, à longevidade organizacional – de nada adianta chegar às posições de poder e ter acesso a recursos dos mais variados se a “herança” partidária não é transmitida de alguma maneira às sucessivas gerações de membros. Em segundo lugar, a renovação das lideranças contribui para promover necessárias adaptações organizacionais e programáticas em resposta às mudanças do ambiente político – os partidos devem se manter conectados com as transformações geracionais, senão tornar-se-ão menos representativos dos novos valores sociais e, conseqüentemente, menos responsivos às demandas emergentes. Em terceiro lugar, a renovação permite a necessária reposição de lideranças preparadas para cumprir as funções de direção, representação e governação – o recrutamento é indispensável ao funcionamento dos governos democráticos, uma vez que os partidos são os principais provedores das elites políticas (SCHUMPETER 1948; DUVERGER 1951; DAHL 1956, 1961, 1972).

Sendo um fator tão crucial, seria de se esperar então que o recrutamento partidário fosse um fenômeno amplamente estudado em todos os seus aspectos. Do mesmo modo, seria de se esperar que dispuséssemos de modelos de análise desenhados especialmente para capturar seus tipos, formas e modalidades de ocorrência. Porém, quem conferir a literatura especializada deparar-se-á precisamente com estas situações: por um lado, os pesquisadores desconsideram os processos iniciais e intermediários do recrutamento; por outro, e talvez até em decorrência dessa negligência empírica, não se preocuparam com o desenvolvimento de modelos analíticos voltados à captura desse processo em sua integralidade (cf. BRUTER and HARRISON 2009). Em outras palavras, os estudos sobre recrutamento partidário se concentram apenas em sua etapa final, principalmente a seleção de candidatos ou a carreira política de elites já selecionadas.<sup>1</sup> Não por acaso, é patente a escassez de modelos classificatórios que embasem análises comparadas padronizadas do fenômeno (cf. SIAVELIS and MORGENSTEIN 2008).

Outra lacuna digna de nota nessa agenda de pesquisa são os estudos sobre o recrutamento partidário de jovens (cf. BRUTER and HARRISON 2009). Essa carência é

---

<sup>1</sup> Por exemplo: Prewitt (1970), Seligman (1971), Black (1972), Czudnowski (1975, 1985), Eulau and Czudnowski (1976), Patterson and Loewenberg (1979), Mezey (1979), Ranney (1965, 1981), Matthews (1985), Fowler (1993), Epstein (1980), Gallagher and Marsh (1988), Norris et al. (1990), Camp (1995, 2008), Norris (1996, 1997, 2006), Langston (1997), Martz (1999), Katz (2001), Rahat and Hazan (2001), Pennings and Buquet (2001), Hazan (2002); Siavelis (2002, 2008), Helmke and Levitsky (2004), Norris and Lovenduski (2005).

de fato surpreendente, já que, em princípio, esse estrato social é potencialmente mais suscetível à doutrinação partidária, seria de se esperar uma atenção redobrada dos pesquisadores em relação à sua filiação e formação política. Com efeito, o recrutamento de jovens pode ocorrer de maneiras variadas e cada uma delas produzirá consequências seja na organização partidária, seja na relação dos partidos com o sistema social. Os jovens representam a renovação geracional das sociedades, o que, necessariamente, exige sua preparação para assumir funções as mais diversas, inclusive as de lideranças políticas. Nesse sentido, os partidos têm uma atribuição crucial, pois eles podem ou não formar tais lideranças. Conforme o tipo de recrutamento que promoverem; os partidos podem recrutar jovens para forma-los politicamente por meio de diversas atividades promovidas no interior da organização, mas também podem se restringir ao recrutamento de lideranças já formadas em outras instituições ou de *outsiders* – recrutamento sem formação prévia – para renovar seus quadros e promover a circulação de sua elite; os partidos podem, inclusive e conforme as circunstâncias, combinar essas alternativas de renovação de lideranças. Cada um desses caminhos configura um tipo diferente de recrutamento, com possíveis consequências para o comportamento partidário e sua relação com as demais esferas sociais.

Em razão dessa crescente percepção a respeito da centralidade dos jovens seja nos movimentos políticos contemporâneos de reivindicação de uma radical reestruturação dos processos e instituições representativas, seja no inevitável circuito de renovação da classe política, esse grupo social atrai cada vez mais o interesse dos pesquisadores que se dedicam ao estudo da participação política. Suas investigações buscam explicações para os baixos índices de engajamento em atividades políticas e de envolvimento com as organizações partidárias e as eleições (cf. BRUTER and HARRISON, 2009). Entre os diagnósticos mais comuns, registra-se, principalmente, o declínio da participação de jovens nas instituições tradicionais, como os partidos – o mais comum é sua participação associativa em nível local. Supõe-se que a atuação por intermédio dos partidos políticos não responde mais às necessidades do público jovem e, por isso, ele não se identifica com essas organizações, supostamente em descompasso com seus valores, ideais e objetivos. Em última análise, suspeita-se de que os jovens defendem a “não-ação” como um



posicionamento crítico aos limites da política institucional da democracia liberal, operada fundamentalmente pelos partidos.<sup>2</sup>

Em um dos raros estudos sobre o tema, Bruter and Harrison (2009) concluíram que o financiamento das campanhas eleitorais, as novas tecnologias e o marketing político vêm assumindo a centralidade na relação entre representante e eleitores, ao passo que se reduz o papel dos partidos no que tange à mediação das demandas da sociedade civil endereçadas ao governo. Reduz-se também a relevância dos partidos no que se refere à formação e à mobilização dos eleitores, o que incentiva um comportamento mais individualista dos políticos, cada vez mais desconectados das suas bases eleitorais e mais comprometidos com seus financiadores e grupos midiáticos. Por fim, os recursos exigidos da militância, tais como dedicação às atividades partidárias e doação de dinheiro, acabam sendo maiores do que os benefícios recebidos, tornando altos os custos da participação nos partidos. O resultado de tudo isso é a queda da legitimidade política dos representantes e dos partidos, assim como da participação política dentro e fora das organizações partidárias.

Consoante a isso, os níveis de violência e desemprego que incidem sobre esse segmento nos últimos anos preocupa os governos – e não apenas por causa de seus efeitos nos curto e médio prazos, mas também porque há efeitos de longo prazo que podem vir a comprometer a dinâmica social das comunidades políticas. Preocupa-os a possibilidade de os jovens se rebelarem contra o próprio sistema democrático, começando por gradativos níveis de desinteresse pelos canais institucionalizados de envolvimento e participação e resultando na adesão a movimentos de ruptura radical com os princípios desse regime. O esvaziamento da autoridade legítima das instituições políticas consolidadas, dos poderes constitucionais, dos partidos, das eleições; o desencantamento com as organizações e os processos representativos, culminando com a simples e completa rejeição da política como um todo, seriam decorrências possíveis e futuras de uma dinâmica social na qual as instituições secundárias de intermediação dos indivíduos com o Estado falhariam em sua função de recrutamento e socialização. Os partidos políticos são organizações centrais nesse processo e, portanto, se falharem nessa função,

---

<sup>2</sup> Bruter e Harrison (2009) identificaram algumas das principais razões para o baixo envolvimento dos jovens com os partidos. Primeiramente, a crescente desilusão e apatia desse segmento em relação à política tradicional, o que se agrava com episódios de corrupção e crises econômicas. Em segundo lugar, a profissionalização da política também recebe destaque e aparece associada a outros fenômenos de natureza socioeconômica que modificam a dinâmica da representação política e do papel dos partidos políticos de massas, característica na Europa do início do século XX.

pouco contribuirão para a absorção dos jovens na política institucionalizada e terão sérias dificuldades para reproduzirem-se ao longo do tempo.

Temos aí, portanto, pelo menos dois problemas cruciais da mais alta relevância. Se for verdadeira a constatação de que os jovens preferem se vincular às instituições societárias, e não aos partidos, e defendem o não-envolvimento com a política institucional, a renovação dos quadros das organizações que monopolizam os processos governamentais sofrerá consequências que demandam estudos aprofundados. Afinal, são os partidos que ocupam os cargos legislativos e executivos; são os partidos que governam, e ainda não temos à vista qualquer outra organização capaz de substituí-los plenamente nos regimes democráticos liberais. Sem partidos e sem a renovação de seus quadros, o que implica no esgotamento e na falência desse tipo de organização política, quem governará? Os partidos converter-se-iam em oligarquias gerontocráticas até que todos eles, finalmente, viessem a se extinguir em decorrência da baixa taxa reprodução? Se os jovens se afastarem da política, quem, no futuro, atuará nas instâncias de controle dos governos e dos partidos que ocupam esses governos? Enfim, se forem verdadeiros tais diagnósticos e se essa for uma inércia irresistível, a democracia seria insustentável no longo prazo, pois não teríamos nem *demos* e nem *kratos*; ou seja, nem participantes da política, nem governos?

Obviamente, baseando-se em suposições, algumas vezes, demasiadamente normativas da literatura, tais perguntas anteveem um cenário um tanto catastrófico para os partidos. Pressupõe-se que os partidos políticos, enquanto estruturas organizativas de participação e representação de demandas, estão em crise, o que, na verdade, é uma percepção controversa de uma realidade bastante mais complexa (cf. KATZ and MAIR, 1993, 1995, 2002; MAIR, 1997). Há, em contraposição, quem defenda que, *pari passu* à redução da legitimidade dos partidos junto aos eleitores e das taxas de identificação partidária, essas organizações nunca estiveram tão fortes no que se refere à ocupação de espaços na esfera estatal – o que Katz e Mair (1993, 1995) chamam de *party in public office*, a face organizacional privilegiada pelo tipo partidário identificado por eles, o *cartel party*. Acrescentemos a isso mais um elemento, qual seja, no contexto atual, os partidos não precisam atrair um número considerável de filiados e militantes para existir, conquistar o poder e governar; inclusive não precisam investir na relação de identificação com os eleitores para conquistar certo capital eleitoral. Enfim, apesar dos outros problemas que isso deflagra, seria possível uma democracia sem *demos* porque ainda

haveria kratos; seria possível persistir um governo democrático com baixo envolvimento e participação política (cf. MAIR, 1997). Aliás, esse é o modelo normativo dos teóricos da democracia de orientação pluralista-competitiva (SCHUMPETER, 1961; DOWNS, 1999; RIKER, 1977, 1990; DAHL, 1970, 1990, 1997) e corresponde aos diagnósticos acerca da participação política realizados já nos anos 1940 (cf. LAZERSFELD, BERELSON and GAUDET 1944; LAZARSFELD, BERELSON and McPHEE 1954).

Além da controvérsia envolvendo a questão da crise ou da adaptação partidária aos novos ambientes eleitorais competitivos, há pelo menos duas falhas metodológicas que comprometem as conclusões dos estudos sobre a participação política da juventude. Primeiramente, não há dados sistemáticos sobre a participação de jovens de gerações anteriores que permitam comparar se o jovem de hoje realmente participa menos do que os do passado. Portanto, como saber se a participação dos jovens se tornou mais reduzida se não há parâmetros para comparações geracionais? Em segundo lugar, são escassas as investigações dedicadas à participação dos jovens nas atuais agremiações partidárias porque as análises, geralmente sociológicas, privilegiam sua participação em outras instituições sociais (cf. SPOSITO 2009). Estes estudos costumam adotar a premissa normativa de que a verdadeira participação democrática reside nas organizações societárias alternativas aos partidos, uma vez que esses são identificados como um dos principais componentes de um modelo democrático mais limitado e elitista – a democracia representativa, minimalista, restritiva e meramente eleitoral (cf. McPHERSON 1978; PATEMAN 1992). Este viés sociológico contribui, assim, para a escassez de informações sobre o recrutamento e a formação política dos jovens pelos partidos e, ao mesmo tempo, para a disseminação de uma visão negativa em relação às organizações partidárias e sua importância no processo democrático.

Não obstante, com crise de representação ou não, os partidos continuam sendo as instituições centrais para o funcionamento dos regimes democráticos liberais; eles continuam mobilizando os eleitores, continuam apresentando candidatos, agregando preferências, formulando políticas e tocando os governos.<sup>3</sup> Da mesma maneira, havendo

---

<sup>3</sup> Mais recentemente autores como Saéz e Freidemberg (2002) compartilham dessa premissa sobre a centralidade dos partidos nas democracias latino-americanas atuais. Na verdade, esses autores seguem as posições de praticamente todos os pesquisadores especializados no estudo comparado dos partidos políticos, como evidenciam todos os trabalhos publicados em duas coletâneas importantes dedicadas ao tema, organizadas por Diamond and Gunther (2001), Gunther, Montero and Linz (2002) e Webb, Farrell and Holliday (2002). A tônica geral dos diversos estudos reunidos nessas obras segue as constatações de Katz and Mair (1993, 1994, 1995, 1996) e de Mair (1997), quais sejam, que, ao invés de crise, os partidos estão passando por um conjunto de transformações em face da nova realidade social das últimas décadas,

ou não o baixo interesse dos jovens em relação aos partidos, estes ainda precisam renovar seus quadros, precisam recrutar novos membros. Portanto, conhecer essa realidade é importante para entendermos uma das mais relevantes modalidades de participação política da juventude, para compreendermos uma das atividades precípua dos partidos, para avaliarmos as falhas ou não das organizações partidárias no que diz respeito à sua sobrevivência no longo prazo e para estimarmos o desempenho da democracia liberal num de seus aspectos fundamentais, qual seja, a promoção da circulação de suas elites políticas.

No caso do Brasil, essa negligência é completa, pois sequer foi possível encontrar algum registro de pesquisas acadêmicas dedicadas a esse estudo. Forçosamente, não dispomos de um conhecimento mínimo que seja sobre as possíveis estratégias partidárias para atrair jovens para suas fileiras e formá-los; tampouco sabemos quais poderiam ser as motivações dos jovens para aderir a uma legenda partidária. A julgar pela perspectiva crítica da literatura sobre as organizações partidárias brasileiras, consideradas desestruturadas, essencialmente eleitorais, oligárquicas, personalistas e estruturalmente frágeis (SOARES, 1973; MAINWARRING, 2001), a expectativa deduzível é a de que nossos partidos não se dedicam, de modo algum, às atividades de recrutamento de jovens, especialmente sua formação política. Poderíamos deduzir que os partidos investem apenas na filiação pragmática de quadros externos já adultos, visando tão somente o aumento de suas bancadas ou o lançamento de candidaturas com potencial de lhes angariar votos. Provavelmente, por isso, os estudos sobre recrutamento no Brasil se concentraram apenas nas “análises do perfil socioeconômico e profissional dos que ‘chegaram lá’, ou seja, dos ocupantes dos postos mais importantes do sistema político” (PERISSINOTO e MIRÍADE 2009, 03).

Em suma, de maneira geral, o quadro atual dessa agenda de pesquisas, seja em âmbito nacional ou internacional, é este: por um lado, não dispomos de análises empíricas que abordem a filiação e a formação de novos quadros e, em especial, do recrutamento partidário de jovens e, por outro, carecemos de uma definição conceitual mais abrangente de recrutamento partidário e de modelos analíticos classificatórios.<sup>4</sup>Nesta tese, pretendo

---

e que, apesar da redução geral do número de filiados e das taxas de identificação, os partidos nunca foram tão importantes para o exercício do governo e nunca foram tão fortes no que se refere à ocupação de espaços de poder no interior do Estado, inclusive espaços que antes pertenciam à burocracia de carreira estatal.

<sup>4</sup> Excetuando-se a recente proposta metodológica de Bruter e Harrison (2009) voltada à apreensão tipológica das motivações que levam os jovens à filiação partidária, não dispomos realmente de modelos

explorar esses aspectos negligenciados e, assim, tentar contribuir para o debate teórico-metodológico e também empírico dessa linha de estudo. Para tanto, em primeiro lugar, proponho um alargamento no conceito de recrutamento partidário, de modo a abrir espaço para sua investigação em todas as suas esferas de manifestação, incluindo-se a filiação e a formação política. Em segundo lugar, proponho um modelo heurístico que permite classificar o recrutamento partidário de acordo com uma tipologia. Em terceiro lugar, aplico a definição conceitual alargada e o modelo tipológico ao estudo empírico do recrutamento partidário de jovens no Rio Grande do Sul. O estudo desse caso, com base numa seleção de partidos que representam o espectro ideológico e também os variados tamanhos organizacionais, traz informações sobre um objeto até o momento desconhecido e, ao mesmo tempo, corresponde a um caso-teste para a metodologia aqui proposta.

Destarte, meu objetivo principal nesta tese é propor um modelo tipológico para a análise do recrutamento partidário, contemplando suas três etapas: (1) a absorção de um novo filiado ao partido, (2) sua formação política no interior da organização e (3) sua ascensão à posição de liderança ou quadro burocrático. Trata-se de uma heurística dedutiva que permite uma aproximação do fenômeno por intermédio de sua classificação lógica. Com ele, conforme procurarei mostrar, é possível identificar as estratégias partidárias de recrutamento, assim como as modalidades e formas de filiação e formação. Isso é importante porque uma das questões mais intrigantes do processo de recrutamento, e, obviamente, de sua análise, é a identificação das estratégias partidárias no que se refere às filiações, uma vez que cada estratégia implicará consequências distintas para a evolução do partido.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA**

### **2.1 O Recrutamento como um Problema Teórico e Normativo**

Do ponto de vista teórico, o problema do recrutamento partidário está contido na reflexão mais ampla da formação e renovação das elites políticas, cujos desdobramentos impactaram os debates normativos e positivos da identificação de critérios para sabermos *quem deve governar* ou *quem governa* de fato, conforme a inflexão epistemológica trazida por Laswell (1936) e Dahl (1961), mas já antecipada por Mosca (1896/1939),

---

de análise aptos à aplicação a todas as etapas do recrutamento. Para uma discussão mais detalhada dos problemas metodológicos e conceituais da literatura, confira Siavelis and Morgenstein (2008).

Pareto (1916/1935), Ostrogorski (1902/1981), Michels (1911/2001) e Weber (1919). Portanto, os mecanismos de ascensão aos postos de governo ou de liderança política são um fenômeno que desperta o interesse da comunidade acadêmica há vários anos (cf. PREWITT 1970; SELIGMAN 1971; CZUDNOWSKI 1975; EULAU and CZUDNOWSKI 1976; NORRIS 1997).

Depois que Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto propuseram sua “lei histórica” sobre a inescapável dominação de poucos sobre muitos e a “circulação das elites” como o processo mais importante das mudanças políticas, o tema do recrutamento da classe que governa converteu-se num problema moral e, simultaneamente, num objeto de estudo recorrente. Ao longo do tempo, esse interesse resultou numa agenda de pesquisa que faz dessa temática uma área de interseção de diversas disciplinas, como a Ciência Política, a Sociologia, a Economia e a Psicologia. No interior dessas disciplinas, o recrutamento das elites tornou-se o ponto de convergência de várias linhas de investigação, tais como a dos estudos sobre cultura política, participação política, eleições e comportamento eleitoral, partidos políticos, comportamento e estrutura legislativa, carreiras políticas, grupos de interesse e até sobre políticas públicas e relações de gênero (NORRIS and LOVENDUSKI 1995).

Na verdade, conforme observou Pareto (1916/1935), tais preocupações já podiam ser encontradas em Platão, embora seu viés fosse exclusivamente especulativo. De fato, na obra *A República*, Platão descreve a sociedade política ideal de Sócrates, na qual o recrutamento dos governantes ocorreria por intermédio de um longo processo de educação igualitária e de sucessivas seleções de indivíduos com maior capacidade para o exercício da atividade política, considerada a mais nobre na *polis*. O recrutamento, entretanto, deveria ter como foco exclusivo as capacidades individuais, e não a origem social dos indivíduos ou suas relações de parentesco. Mais contemporaneamente, concentrando-se em aspectos psicológicos, Pareto (1916/1935) recolocou a questão nos termos da circulação das elites, de modo a fazer frente às teorias das formas de governo tradicionais, especialmente com relação à factibilidade da democracia. Ressaltando que as únicas formas de governo exequíveis são a aristocracia e a oligarquia – ambas com governos exercidos pela minoria –, o autor observou, porém, que a inevitável circulação das elites de governo deveria ser aberta a todos os estratos sociais, de modo que se recrutassem os indivíduos que realmente tivessem todos os atributos psicológicos, intelectuais e morais necessários ao bom desempenho de suas funções.

Par indissociável de Pareto na formulação do elitismo moderno, Mosca (1896/1939) investiu numa teorização consideravelmente diferente do elitismo paretiano, embora partilhasse da mesma premissa, qual seja, a de que o governo sempre será exercido por um grupo reduzido de pessoas e que tanto melhor será conduzido se estas forem as mais bem preparadas para as funções de classe dirigente. Ao invés de se concentrar em características psicológicas, portanto inatas aos indivíduos, Mosca preferiu se ater aos aspectos organizacionais dos pequenos grupos, como a homogeneidade de interesses e gostos e na formação das pessoas que compõem a pequena classe dirigente. Além disso, apesar de acreditar, assim como Pareto, que as únicas formas possíveis de governo são a aristocracia e a oligarquia, Mosca reservou certo espaço para a democracia em seu modelo teórico. Nele, a democracia deixaria de ser uma forma de governo para ser concebida como uma modalidade de recrutamento das elites políticas. Assim, as sociedades que promovessem recrutamentos abertos a todas as classes sociais, por extensão, dariam impulso à renovação democrática de sua classe dirigente – ou seja, uma “renovação democrática” de sua aristocracia, uma vez que o recrutamento democrático eliminaria a hereditariedade convencional da aristocracia, dando-lhe permeabilidade societária.

Apesar de parecer uma contradição conceber a democracia como um tipo de recrutamento para a composição da aristocracia, na verdade, no âmbito da teoria de Mosca isso faz todo o sentido. Em primeiro lugar porque, como já mencionado, a democracia deixa de ser percebida como uma forma de governo para ser compreendida como um processo de recrutamento; em segundo lugar porque a renovação aberta, ou seja, democrática, passa a ser a principal característica de um governo aristocrático, composto pelos “melhores” no que se refere às habilidades para a governação. Por oposição, recrutamentos fechados, endógenos à própria classe dirigente estabelecida, seriam próprios dos governos oligárquicos, meros ajuntamentos de indivíduos auto-interessados sem as virtudes necessárias para o governo. E, ainda, no caso das características do regime representativo moderno, o recrutamento democrático para um governo aristocrático também faz sentido porque, conforme observou Manin (1997), ao substituir a participação direta dos cidadãos nas decisões políticas pelo princípio representativo, introduziram-se elementos aristocráticos nas democracias contemporâneas – afinal, as eleições são um processo de seleção das elites de governo, baseadas na escolha popular dos “melhores” para os cargos representativos.

Aproveitando-se do caminho aberto por Mosca, Duverger (1951), um pouco mais adiante, observou que se a democracia pode ser entendida como um processo de seleção das elites que governam, as organizações partidárias são o instrumento por excelência dessa seleção. E mais do que isso, os partidos não apenas apresentam candidatos a serem selecionados por meio de competições eleitorais; eles são, antes de qualquer coisa, os principais veículos de recrutamento e formação das elites que serão posteriormente apresentadas à escolha pública. Por isso, os *partidos de massas*, societários em sua origem e estrutura, seriam fundamentais para o recrutamento verdadeiramente aberto e, portanto, democrático de novas lideranças políticas oriundas das camadas mais populares. Em realidade, podemos acrescentar, os partidos devem agenciar tal recrutamento não apenas porque teriam de prover a esfera política das classes dirigentes com elites retiradas até mesmo do *demos*, mas fundamentalmente porque eles precisam de renovação permanente de seus quadros, de modo a reproduzir-se enquanto organização e a manter-se na luta pelo poder político.

Ao desenvolver essa linha de raciocínio, Duverger (1951) acabou promovendo uma junção da teoria estruturalista das organizações partidárias com a concepção elitista clássica acerca das formas de governo e do recrutamento e formação da classe política. Consequentemente, o autor ofereceu os fundamentos para justificar a relevância do recrutamento partidário, tanto para a sobrevivência dos partidos, organizações centrais das democracias contemporâneas, como para a possibilidade de renovação democrática das lideranças políticas e, assim, de legitimidade dos governos representativos. Com isso, tornou-se impensável discutir a renovação das elites políticas sem discutir os processos de recrutamento partidário e de formação de seus quadros de liderança. Da mesma maneira, tornou-se indispensável discutir o recrutamento partidário enquanto componente fundamental do próprio regime democrático, essencialmente dependente dos partidos políticos.

## **2.2 As Abordagens do Recrutamento Partidário**

“In democracies,” dizem Norris and Lovenduski (1995, 01), “many participate as grassroots party members, community activists, and campaign donors. Some become local or regional elected officers, party leaders, or lobbyists. From this pool of eligibles, some run for parliament, a few are elected, and even fewer rise into government office”. Considerando todos estes aspectos, os autores observam que “the central concern is why



some politicians succeed in moving through the ‘eye of the needle’ into the highest offices of state”. De fato, por que alguns indivíduos se enveredam pela carreira política? Por que apenas alguns indivíduos que investem na carreira política são bem-sucedidos e alcançam postos de liderança? Quais as características determinantes para o acesso ao exclusivo grupo da elite política? Essa elite é composta pelos mais habilidosos na retórica? Pelos mais capacitados intelectualmente? Pelos mais probos? Pelos mais sensíveis à vontade popular? Pelos mais “populares”? Pelos mais ricos? Pelos filhos e parentes da elite já estabelecida? Afinal, quais fatores contribuem mais decisivamente para a “seleção” das elites que governam – psicológicos, genéticos, sexistas, étnicos, educacionais, econômicos ou políticos?

Em busca de respostas para tais perguntas, desenvolveram-se diversas abordagens no âmbito dessa agenda de pesquisa. Inicialmente, os estudos empíricos sobre o recrutamento político apresentaram um enfoque bastante qualitativo e historiográfico, voltado à análise dos mecanismos de seleção de novas elites e das carreiras políticas enquanto uma atividade profissional (eg. WEBER 1919; GOSNELL 1935, 1937; SALTER 1938).<sup>5</sup> Depois, surgiram estudos que agregaram às preocupações anteriores novos objetivos, como a identificação de padrões das habilidades requeridas para o recrutamento, assim como as características organizacionais das instituições responsáveis pela seleção de novas lideranças políticas (eg.: SCHLESINGER 1957; MILBRAGH 1963; EULAU and SPRAGUE 1964). Paralelamente, outros pesquisadores recorreram a variáveis psicológicas, como os tipos de motivação que levam os indivíduos a aderirem às organizações políticas, tais como os partidos, e as aspirações necessárias para o investimento nesse tipo de carreira (eg.: ALMOND 1954; LANE 1959; LEISERSON 1958; LASWELL 1930; ALMOND and COLEMAN 1960; McLELLAND 1961; LOWI 1964).

---

<sup>5</sup> O primeiro estudo exclusivamente voltado à análise do problema da “circulação das elites” com pretensões empíricas foi publicado em 1912, com o título *La Circulation des Élités en France: Etude Historique Depuis la fin du XI<sup>e</sup> Siècle Jusqu’à la Grande Révolution*. Tratava-se da tese de doutorado, defendida por Marie Kolabinska, aluna e orientanda do próprio Pareto, na Universidade de Lausanne. Seguindo ortodoxamente a teoria do mestre, Kolabinska procurou apresentar uma operacionalização para o conceito de elite e de sua circulação, construindo uma tipologia que identificava uma circulação horizontal [de indivíduos entre grupos de elites diferentes] e outra vertical [de indivíduos das “classes inferiores” para a classe política]. Neste último caso, identificou dois subtipos, a circulação de indivíduos das classes populares para a elite e a formação de elites societárias que competiriam com as elites tradicionais.

De modo geral, três enfoques predominaram na literatura, privilegiando, isoladamente, (a) a filiação, (b) a formação e (c) a seleção.<sup>6</sup> Com relação aos estudos de filiação, temos uma literatura extremamente reduzida, pois, por qualquer razão, esse aspecto do recrutamento foi negligenciado pelos pesquisadores (cf. BRUTER e HARRISON 2009). Nos primeiros estudos sobre a formação, as análises se concentraram nos processos de socialização geral e política dos indivíduos – o importante era identificar alguma relação entre a composição dos partidos ou dos parlamentos e o perfil estrutural de certos grupos sociais. Da mesma forma, considerou-se importante identificar se há o predomínio de alguns grupos étnicos, de qualquer classe social ou de gênero no interior da elite política. No caso da seleção, que comumente se refere à seleção de candidatos a cargos eletivos, os estudiosos privilegiaram a análise das regras internas dos partidos, dos parlamentos ou dos sistemas eleitorais, com o objetivo de avaliar se se tratam de processos de recrutamento abertos ou fechados, se há ou não barreiras ao acesso de certos grupos ou determinadas classes sociais. Esses estudos procuram identificar quem tem o poder de selecionar e quem é selecionado, qual o grau de centralização do processo seletivo.

Tais preocupações, é importante observar, remontam às análises organizacionais pioneiras da sociologia política de Moisei Ostrogorski, Robert Michels e Max Weber, as quais mostraram o peso da centralização burocrática na formação de uma elite bastante fechada e impermeável no interior dos partidos. Preocupações semelhantes aparecem no estudo posterior de Schattschneider (1942), que concluiu que o processo de seleção de candidatos poderia ser considerado um indicador do grau de conflito interno e de centralização dos partidos. Assim, a seleção de candidatos passava a ser vista inclusive como a chave explicativa para o perfil programático e as ações estratégicas dos partidos, uma vez que os líderes selecionados acabariam sendo os responsáveis por ambas as coisas, especialmente em organizações centralizadas. E se a seleção também é centralizada (RANNEY 1981), serão eleitas lideranças centralizadoras, favorecendo processos de renovação fechados, normalmente mais comuns em partidos de direita, nos quais as disputas internas pela ascensão às posições de liderança são menos tensas do que as esperadas em partidos de esquerda.

---

<sup>6</sup> Para uma revisão mais detalhada dessa literatura, indicamos a leitura de Norris (1996, 1997), Gallagher and Marsh (1988) e Czudnowski (1975).

Do ponto de vista epistemológico, essas abordagens vieram à tona juntamente com a revolução comportamentalista da Ciência Política (cf. EASTON 1962, 1985; FARR 1995; PERES 2008). Dois enfoques prevaleceram no início – o estrutural-funcionalismo da análise de sistemas e o pluralismo. Em grande parte, tais estudos eram comparativos e se tornaram hegemônicos nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial.

No caso da abordagem sistêmica, o foco principal das análises recaiu sobre a relação entre a estrutura social e o recrutamento político, de modo a verificar até que ponto o sistema político cumpria de maneira satisfatória sua função de renovação das classes dirigentes, mantendo, assim, a estabilidade social e a ordem política. Nas palavras de Marvick (1968, p. 1.630), “the key structures are elites who collectively perform the functional necessities, elites whose perspectives are undergoing often profound cultural metamorphosis, elites who are in the process of learning how to operate new machinery of political life”.<sup>7</sup> Outra perspectiva sistêmica que se desenvolveu no mesmo período foi a análise organizacional.<sup>8</sup> Sem dúvida, um dos mais significativos exemplares desse tipo de abordagem é o modelo de análise partidária apresentado por Duverger (1951) – seu enquadramento concentrou-se na identificação dos elementos fundamentais da estrutura organizacional dos partidos, bem como em suas modalidades de recrutamento e de socialização política, responsáveis pelo treinamento dos novos membros com vistas à sua posterior alocação em alguma função institucional das instâncias burocráticas ou diretivas.

No caso da abordagem pluralista, os analistas defenderam o argumento de que não há apenas uma elite no poder, conforme havia afirmado Mills (1956), mas sim várias elites que, de forma simultânea, ocupam os diversos espaços políticos disponibilizados pelo fragmentado modelo constitucional liberal, que estabelece a divisão dos poderes

---

<sup>7</sup> Desviando-se do enfoque sistêmico, desenvolveu-se, igualmente, uma literatura historiográfica cuja análise se concentrou na transformação gradual das elites, em seus hábitos e estilos de vida, nas estruturas dos regimes políticos, em biografias e genealogias familiares. Os historiadores se dedicaram então a inventariar os critérios de mérito e oportunidades profissionais para composição das posições de governo em várias civilizações antigas, como as da China, Índia e América pré-colombiana. Evolutivamente, também ali delineava-se a figura do político de carreira ou por vocação, nos termos definidos por Weber (1992). Esse profissional devia se preparar para o exercício de suas funções públicas e administrativas e, dessa maneira, demonstrar nas suas atribuições certas habilidades necessárias para negociar, legitimar e implementar esforços coletivos da comunidade (MARVICK 1968; PREWITT 1970; SELIGMAN 1971; CZUDNOWKI 1975).

<sup>8</sup> Conforme observa Marvick (1968, p. 1632), “the organizational approach is usually confined to a single sector or segment of the conventional political order —a legislative process, a policy-making sequence of executive meetings, a party organization selecting its legislative candidates”.

(JANOWITZ 1954; KELLER 1963; BARBER 1965; FREY 1966), ainda mais nos Estados Unidos, onde se adotou o federalismo e presidencialismo (DAHL 1961, 2002; LIJPHART 1999). Com essa perspectiva, seus estudos se voltaram para as mudanças nas origens sociais das novas lideranças políticas do mundo contemporâneo, os diversos mecanismos de recrutamento dessas elites, os processos formais e informais que estruturam sua competição e a relação entre as diferentes elites já recrutadas.

Já a abordagem neoinstitucionalista se subdivide em duas vertentes analíticas – a teoria da escolha racional e o institucionalismo histórico-sociológico.<sup>9</sup> O mote central dessa abordagem consiste em postular que as regras do ambiente organizacional ou constitucional condicionam o padrão de recrutamento político em geral e em esferas específicas, como os partidos, legislativos e executivos. Dependendo das regras, haverá formas de inclusão e exclusão, assim como determinado perfil dos recrutados.

Com o foco concentrado exclusivamente nos atores e nas suas estratégias de maximização de utilidades individuais *vis-à-vis* suas ambições políticas, a vertente analítica da teoria da escolha racional levou os pesquisadores à investigação da trajetória político-profissional dos parlamentares (eg. SCHLESINGER 1966, 1991; BLACK 1972; ROHDE 1979; FOWLER and McLURE 1990; FOWLER 1993). Grande parte desses estudos procurou explicar, de maneira mais pontual, os padrões das carreiras parlamentares (eg.: CAMP 1995; NORRIS 1996, 1997, 2004; HAZAN 2002; SIAVELIS and MORGENSTERN 2008; SAMUELS 2003, 2008; POWER and MOCHEL 2008).

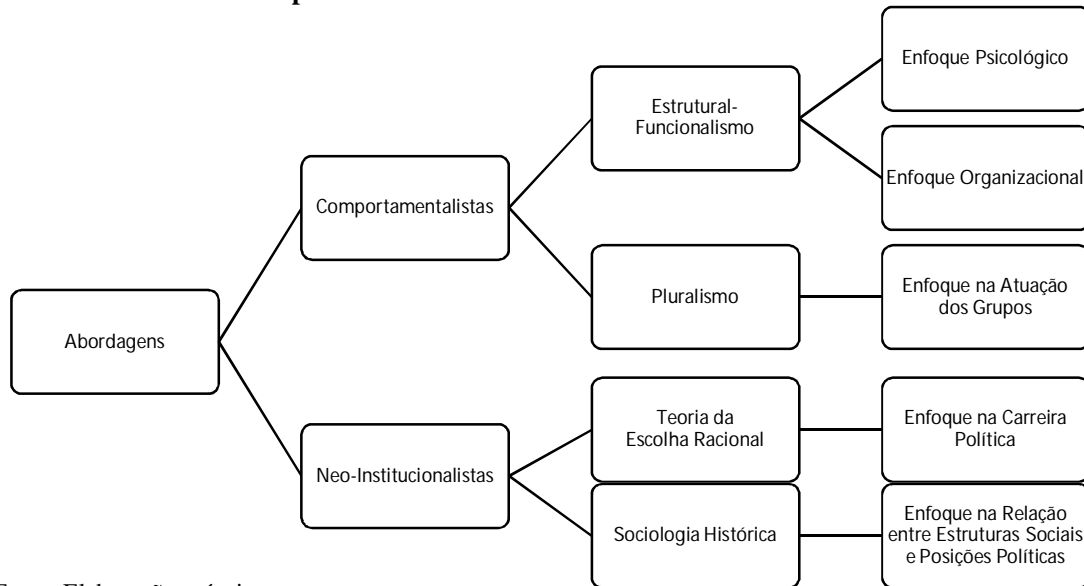
Quando voltadas à análise do recrutamento no interior das organizações partidárias, as abordagens neoinstitucionalistas geralmente combinam o enfoque do institucionalismo histórico ou com o institucionalismo da Teoria da Escolha Racional. No primeiro caso, os pesquisadores procuram identificar os processos de formação de certas regras e procedimentos diretamente relacionados com a seleção de candidatos a cargos eletivos. No segundo caso, os pesquisadores tomam a estrutura organizacional como um conjunto de regras já dadas e que funcionam como um mecanismo de incentivos para determinados comportamentos no interior do partido, contemplando os dilemas da

---

<sup>9</sup> Para uma caracterização mais detalhada dos tipos abordagens neoinstitucionalistas, consultar March and Olsen (2006, 2008) e Peters (1999). As análises baseadas na teoria da escolha racional geralmente privilegiam as regras de decisão [com enfoque no poder de agenda, nos regimentos internos, nos procedimentos dos processos decisórios, etc.], assim como os desenhos constitucionais [com enfoque nas relações entre os poderes, nos dispositivos constitucionais, nas instâncias decisórias, nas atribuições formais de cada ator com poder de veto, e assim por diante].

ação coletiva face à racionalidade individual. Assim, os tipos de recrutamento, em suas modalidades e escopo, são percebidos como dependentes da formação de uma estrutura institucional deliberada pelas lideranças mais antigas, que expressam suas preferências estratégicas num desenho organizacional específico (cf. ALDRICH 1995). O Fluxograma 1 sintetiza as principais abordagens do recrutamento político e partidário de acordo com abordagem adotada.

**Fluxograma 1.1. Modelos Teóricos Utilizados pela Literatura Comparada na Análise do Recrutamento Político-Partidário**



Fonte: Elaboração própria

Atualmente, grande parcela dos estudos comparados sobre o recrutamento segue as premissas da abordagem neoinstitucionalista. No entanto, muitos dos estudos que recorrem atualmente à abordagem neoinstitucionalista são limitados por uma inconsistência conceitual que condicionou os analistas a considerarem apenas alguns aspectos do recrutamento partidário, deixando a descoberto outras de suas facetas igualmente relevantes. Ocorre que os estudos mais recentes seguem as sugestões metodológicas de Siavelis and Morgenstern (2008), que partem da pressuposição de que recrutamento político e seleção de candidatos em partidos são processos tão intrincados que é virtualmente impossível distinguir um do outro empiricamente; por isso, devido à sua sobreposição, recomendam a estratégia analítica de considerar esses dois processos

como uma única e mesma coisa.<sup>10</sup> Todavia, no caso das organizações partidárias<sup>11</sup>, devemos entendê-los como processos distintos, pois um está subsumido ao outro, ou seja, a seleção está contida no recrutamento, uma vez que deve ser entendida como uma de suas etapas.

A filiação, que é a entrada na organização, não envolve uma seleção; já a seleção geralmente é um processo de escolha de um membro já recrutado para ocupar algum cargo na direção da organização ou para se candidatar a algum cargo eletivo fora da organização. Isso significa que tampouco a seleção se esgota com a seleção de candidaturas, pois outros processos de seleção importantes no interior da organização ocorrem, como a escolha de novos dirigentes e a alocação de quadros burocráticos. Portanto, enquanto a seleção se relaciona com a construção da carreira política no interior do partido, a filiação relaciona-se à entrada no partido. Ambos, filiação e seleção, são etapas do processo de recrutamento.

No modelo tipológico que será proposto no Capítulo 2, também adoto a perspectiva teórica neoinstitucionalista; ou seja, entendo a organização partidária como um desenho institucional que estabelece regras e induz os atores a certos comportamentos estratégicos (cf. SHEPSLE 2006; DIERMEIR and KREHBIEL 2003; IMMERGUT 1998). Porém, tentarei superar a referida inconsistência metodológica por meio de uma definição conceitual que compreende o recrutamento como um processo mais amplo que contém tanto a filiação, como a seleção de novas lideranças.

### **2.3 Estudos Empíricos Recentes**

Nos últimos anos, os estudos empíricos sobre recrutamento partidário voltaram suas lentes de maneira mais detida para o processo de filiação. As conclusões dos pesquisadores convergem para um diagnóstico comum – o acentuado declínio das

---

<sup>10</sup> Segundo Siavelis and Morgenster (2008, 08), “[while] political recruitment can be defined as how potential candidates are attracted to compete for political office, candidate selection concerns the process by which candidates are chosen from among the pool of potential candidates”. Porém, “(...) the processes involved are so entangled that it is seldom possible to determine where recruitment ends and selection begins”. Desse modo, “recruitment and selection overlap to such an extent that they are useful to analyze as a single process (...)”.

<sup>11</sup> Talvez no caso de provimento de cargos públicos na burocracia estatal seja possível conceber que o recrutamento seja, ao mesmo tempo, um processo de seleção, pois geralmente dependem de concursos com base no mérito medido pelo desempenho em algum teste. Assim, nesses casos, recrutar é selecionar. Porém, o mesmo não ocorre com os partidos políticos e seu processo de recrutamento. Nos partidos, os dois processos são separados, pois a seleção envolve a escolha de diretores e candidatos que já são membros, portanto, já foram recrutados.

filiações partidárias. Realmente, conforme mostraram sucessivas pesquisas realizadas na Europa, é cada vez menor a quantidade de filiados aos partidos (KATZ et al. 1992; SCARROW 1996, 2000; WHITELEY and SEYD 1998; MAIR and BIEZEN 2001; DALTON 2005; BIEZEN and KOPECKY 2007; WHITELEY 2011; DELWIT 2011; VAN HAUTE 2011; KROWEL 2012; BIEZEN, MAIR and POGUNTKE 2012). Inclusive, dados recentes apontam que as organizações partidárias não apenas se mostram incapazes de atrair novos membros como também estão se esforçando, muitas vezes sem resultados, para manter os filiados que já possuem (SCARROW 2015). Ademais, o número de membros é ainda mais reduzido nas recentes democracias (KOPECKY 1995; MORLINO 1998; LEWIS 2000; BIEZEN 2003). Com efeito, tal evolução levou diversos especialistas a considerar que essa variável perdeu sua validade como indicadora da capacidade organizacional dos partidos (cf. BIEZEN, MARK and POGUNTKE 2012), o que seria preocupante porque as filiações são consideradas insumos cruciais para a produção e reprodução dessas instituições (cf. LAWSON 1980; SCARROW 1996, 2015; WARE 1996; GUNTHER and DIAMOND 2001; WEBB 2002).<sup>12</sup>

Dessa forma, aceito o fato do declínio das filiações partidárias como indisputável, já que o fenômeno vem sendo escrutinado, a fim de se detectar variáveis explicativas e o significado disso no contexto das democracias contemporâneas. A propósito disso, estabeleceu-se a convicção de que a redução do ativismo e da participação intermediada pelas organizações partidárias é negativa para a democracia, especialmente porque ela implica o enfraquecimento da conexão entre a sociedade e o Estado (SCARROW 1996; DALTON and WATTENBERG 2000; WEBB et al. 2002; MAIR 2005; WHITELEY 2011; BIEZEN and POGUNTKE 2014). Tradicionalmente, os pesquisadores pressupõem que a ligação entre essas duas esferas é proporcionada pelos partidos, organizações que, segundo sua perspectiva, devem manter vínculos sociais. Logo, se tais vínculos falharem, como de resto têm falhado, a funcionalidade do próprio sistema representativo estará ameaçada. Para a maioria dos estudiosos, essa falha resulta do processo de “extinção” dos *partidos de massas* (cf. KATZ and MAIR 2009).

Quando então catalogou as principais características do *partido de massas*, Duverger (1951) observou que esse tipo havia se tornado o mais bem-sucedido na “luta

---

<sup>12</sup> Alerta para a saliência desse fenômeno, a editoria da revista *Party Politics*, a mais especializada nos estudos partidários, chegou a organizar um número especial, em 2004, com o intuito de analisar o tema mais detidamente.

pela vida” no ambiente eleitoral bastante competitivo da primeira metade do século XX. Seu êxito teria incentivado o mimetismo como estratégia adaptativa nos concorrentes, fazendo com que determinados *partidos de quadros* incorporassem, pelo menos parcialmente, algumas características dos *partidos de massas*. Já aqueles que não conseguiram se adaptar pereceram ou ficaram relegados ao segundo plano no *habitat* político da época. Enfim, o *partido de massas* constituía-se no mais eficiente modelo organizacional e, com isso, sua modalidade de recrutamento integral e sequencial [filiação → formação de quadros → seleção de dirigentes/ burocratas/candidatos] foi vislumbrada como a estratégia mais indicada para a renovação das lideranças. Por consequência, esta modalidade de recrutamento tornar-se-á predominante até o início dos anos 1970 (SCARROW 2015).

Justamente por causa disso, a detecção de um novo tipo partidário, em meados dos anos 1960, cujos traços característicos pareciam distanciar-se sensivelmente do *partido de massas*, contribuiu para dar início ao debate sobre a crise dos partidos. Tratava-se do *catch-all party*. Descrito por Kirchheimer (1966), com demarcado pessimismo, o partido *catch-all* correspondia a mais uma etapa evolutiva das organizações partidárias em resposta à intensificação da competição política. Isso significava que sua fisiologia e seu comportamento adaptaram-se às condições sociais profundamente diversas daquelas que deram ensejo à “seleção ambiental” do *partido de massas*. Resultado: esse novo ambiente “selecionou” um novo tipo de partido que, aos olhos de Kirchheimer, era repleto de contradições em relação às bases do regime democrático. Os programas, as políticas e os discursos dos partidos mostravam-se cada vez mais convergentes, levando ao aumento da indiferença partidária. As filiações, por sua vez, perderam a importância que tinham, assim como as demais etapas do recrutamento integral, visando à formação de quadros no interior da organização. O partido “pega-todos” estava aberto a filiados dos mais variados naipes ideológicos e origens sociais, estava aberto àqueles que quisessem se filiar apenas para concorrer aos cargos eletivos, estava despreocupado com a formação interna de quadros.

Esse cenário de redução das filiações sofrerá um agravamento com a exacerbação da evolução do partido *catch-all* para o próximo estágio organizacional, que culminará no que Katz and Mair (1995, 1996, 2002, 2009) chamaram de *cartel party*. É razoável a percepção de que, nas últimas décadas, os partidos deixaram de se importar com sua relação com a sociedade para se concentrar na captura do Estado, visando à extração de



recursos indispensáveis à sua sobrevivência. Os gastos operacionais dos partidos ficaram muito elevados para que filiados individuais consigam custeá-los, o que os obrigou a “caçar” tais recursos em outro lugar – nomeadamente o Estado. Para serem efetivos nesse comportamento “parasita”, para usarmos uma metáfora biológica, os partidos chegaram “espontaneamente” a um acordo cooperativo tácito de competição em que todos ganham alguma coisa, só que em graus variados – um equilíbrio de Nash, como observado pelos próprios autores. Nesse cenário, a competição eleitoral cumpre a função de determinar não a vitória de apenas um contendor num jogo de soma zero, mas sim a quantidade de recursos estatais que cabe a cada um de todos os partidos em competição.

Conforme mostraram algumas pesquisas, a denominada cartelização exigiu mudanças organizacionais que alteraram não somente o padrão do recrutamento como também o perfil dos filiados e de seu comportamento enquanto militantes (cf. SCARROW 2015; WHITELY 2011). Para esse tipo de partido, os filiados deixam de ter relevância e as linhas demarcatórias entre os membros, de um lado, e os apoiadores e simpatizantes, de outro, tornam-se tênues, o que, por sua vez, reduz os vínculos dos militantes com a organização. Graças às drásticas mudanças ambientais dos últimos anos, provocadas pelas novas formas de contato com essas organizações, como as redes sociais da *internet*, *blogs*, *sites*, *twitter*, etc., há agora múltiplas modalidades de militância e, portanto, de adesão (WHITELY 2011). Trata-se do que Scarrow (2015) chama de filiação *multi-speed*, ou seja, de várias formas de envolvimento com a organização, inclusive algumas delas alternativas para aqueles que não querem se engajar tão profundamente nas ações partidárias. Coexistem, portanto, formas tradicionais de ligação com os partidos, como o envolvimento diário que demanda participação intensa e o cumprimento de obrigações, e formas alternativas, como no caso dos cyber-membros, cujo ativismo é facultativo, episódico e virtual.

Seja como for, os pesquisadores convergem na conclusão de que, embora os padrões de recrutamento não sejam uniformes, pois variam consideravelmente entre os países (NORRIS 2000; KÖLLN 2014)<sup>13</sup>, a redução do número de filiados é uma mudança tanto quantitativa como qualitativa que impacta interna e externamente a organização

---

<sup>13</sup> No Brasil, o volume das filiações varia de acordo com a proximidade das eleições, principalmente as municipais (SPECK 2014). O número de candidaturas permitido e o quociente eleitoral são importantes incentivos para esse aumento que se tornou ainda mais acentuado nos últimos anos. Segundo os dados oficiais de 2013, o total de filiados aos partidos no país era 15 milhões, cerca de 11% do eleitorado nacional, um montante expressivo.

(SCARROW and GEZGOR 2010, WHITELEY 2011; SCARROW 2015). Em primeiro lugar, a baixa filiação na modalidade tradicional indica a crise do modelo de organização partidária que prevaleceu até há poucos anos (WHITELEY 2011; SCARROW 2015) – o *partido de massas*. Em segundo lugar, a captura do Estado pelo chamado cartel partidário dispensa investimentos intensivos com o recrutamento de membros, especialmente aquele que envolve a formação política de quadros no interior da organização. A renovação das lideranças torna-se cada vez mais voltada à atração de indivíduos já formados em outras organizações ou que tenham qualquer capital – como apelo popular, família com tradição política, dinheiro, prestígio – que lhe assegure vantagens comparativas para disputar eleições.

No caso brasileiro, a visão sobre a evolução dos partidos é ainda mais crítica e pessimista. Incapazes de angariar o apoio consistente dos eleitores, de estabelecer vínculos com os grupos sociais e de ter ideologias coerentes, nossos partidos seriam legendas a serviço dos interesses dos seus líderes, despreocupados com a construção de organizações estruturadas capazes de recrutar filiados e forma-los politicamente. As filiações seriam apenas voltadas aos interesses eleitorais do partido e dos recrutados. Não haveria qualquer interesse no recrutamento de jovens, principalmente porque, nesse caso, seria importante algum investimento do partido para atraí-lo e para lhe dar treinamento, de modo a abrir espaço para sua incorporação nas instâncias diretivas e para posições de liderança no sistema representativo. Contudo, não foi realizada nenhuma análise sobre a filiação e a formação de quadros pelos partidos, especialmente de jovens.

### **3. RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO NO BRASIL**

#### **3.1 Características Predominantes na Agenda de Pesquisas**

Os estudos sobre recrutamento partidário no Brasil são relativamente recentes e se concentraram em três linhas de investigação. Na primeira delas, os pesquisadores analisam a carreira política de parlamentares, buscando compreender seus padrões de ingresso e de trajetória político-profissional em função da posição social, de recursos econômicos e estratégias institucionais (MICELI 1991; MARENCO 1997, 2002, 2005, 2013; CORADINI 2001; MARENCO e SERNA 2007; OLIVEIRA, VARGAS 2012; ROHDE 2012; VALE 2012; COSTA e CODATO 2013; CODATO, COSTA E NUNES, 2015; CODATO e COSTA, 2015; BOLOGNESI 2015b, PERISSINOTTO E

BOLOGNESI 2015, CERVI, COSTA E PERISSINOTTO, 2015, COSTA, BOLOGNESI E CODATO 2015b; CODATO, CERVI, PERISSINOTTO 2015). Alguns analisam, ainda, o uso tático que os deputados fazem do mandato parlamentar visando à conquista de cargos no Poder Executivo (SAMUELS 2003, 2008; POWER and MOCHEL 2008).

Na segunda linha de investigação, os especialistas abordam os mecanismos e procedimentos utilizados pelos partidos, no âmbito de sua organização interna, para a seleção de seus candidatos às eleições legislativas e executivas (ÁLVARES 2002, 2007, ARAÚJO 2005; ARAÚJO 2011; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE 2006; MÜLLER 2005; PERISSINOTTO e BOLOGNESI 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE 2009; BRAGA e BOLOGNESI 2013; BRAGA e AMARAL 2013; BOLOGNESI 2013, MARENCO 2013; BOLOGNESI 2015a, COSTA, BOLOGNESI E CODATO 2015a). Na terceira, os estudos se voltam para os perfis socioeconômicos e profissionais dos políticos, em busca de alguma associação entre seu *background* social e suas respectivas posições ideológicas, além da detecção de alguma mudança na estrutura da composição social do Legislativo (CERVI, 2010; FLEISCHER 1981; LOVE 1982; LOVE and BARICKMAN 1991; RODRIGUES 2002, 2006; CORADINI 2007; ALMEIDA, LÜCHMANN, RIBEIRO 2012; FOX , LAWLESS 2012; CODATO e COSTA 2013, UNZUÉ 2013, SAWICKI, 2013; SERNA 2013; GRILL 2013; SEIDL 2013, REIS 2013; CODATO, COSTA, MASSINO, 2015).<sup>14</sup>

De modo geral, podemos dizer que os objetos, problemas de investigação e indicadores presentes nesses trabalhos permitem agrupa-los em duas abordagens, conforme as características sintetizadas por Codato e Costa (2015), dispostas no Quadro 1,. De uma parte, há um conjunto de análises que, a despeito de diferenças pontuais, seguem uma orientação sociológica centrada nos agentes e que mobiliza indicadores socioeconômicos para responder às problemáticas da democratização de instâncias político-representativas, dos perfis pessoais com maiores níveis de sucesso eleitoral e da atual configuração dos atributos sociais das elites parlamentares. De outra parte, há um conjunto de analistas que aderem à abordagem politológica, de viés institucionalista, cujo maior interesse recai sobre as carreiras políticas de parlamentares.

---

<sup>14</sup> Algumas vezes, variáveis relativas a cada um desses aspectos são mobilizadas na mesma análise (FREIRE, 2002). Enquanto isso, as variáveis socioeconômicas são referenciadas na maior parte de trabalhos, frequentemente, como variável dependente do tipo de carreira ou formas de seleção dos partidos políticos.



**Quadro 1.1 Abordagens Predominantes nos Estudos sobre Recrutamento Político no Brasil**

	Abordagens Sociológicas	Abordagens Politológicas
Enfoque	Agentes Políticos	Carreiras Políticas
Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Origem de classe dos representantes</li> <li>• Tipo e tamanho do patrimônio herdado ou construído</li> <li>• Acesso à educação superior</li> <li>• Títulos escolares</li> <li>• Habilidades profissionais</li> <li>• Gênero</li> <li>• Origem étnica</li> <li>• Posição Social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Idade de ingresso no mundo da política</li> <li>• Número de mandatos até chegar a elevadas posições políticas</li> <li>• Quantidade de partidos em que foi filiado</li> <li>• Cargos já ocupados</li> <li>• Ambição Política</li> </ul>
Problemas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Está em curso uma popularização ou uma profissionalização da classe política brasileira?</li> <li>• O perfil social atual da classe política brasileira estaria de acordo com a tese da convergência, isto é, a maioria convergindo para um perfil padrão como nos parlamentos da Europa ocidental (homens, brancos, de classe média, de meia idade, etc.)?</li> <li>• Qual seria o peso específico e a utilidade analítica de se considerar, nas análises, determinados recursos sociais e marcações de gênero para impulsionar a carreira política no Brasil?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A carreira política no Brasil pode ser analiticamente previsível já que estaria centrada no indivíduo, em seus recursos pessoais e seria pouco controlada pelos partidos ou, por outro lado, obedeceria ao cálculo estratégico que candidatos fariam entre os custos e os benefícios de se lançar ou não numa nova empresa eleitoral?</li> <li>• A senioridade e a ocupação de postos e funções no interior do Legislativo, como comissões, liderança parlamentar, e o ativismo legislativo é importante ou não?</li> <li>• Como afinal candidatos são selecionados pelos partidos políticos?</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir de Codato e Costa (2015)

Um exemplar da abordagem sociológica é a análise de Rodrigues (2002), voltada exclusivamente ao mapeamento da composição socioeconômica e profissional da Câmara dos Deputados. Sua premissa básica é a de que cada partido recruta membros com um perfil socioeconômico característico de sua orientação ideológica – partidos de esquerda, centro e direita recrutam políticos com perfis profissionais relativos a certa posição socioeconômica condizentes com suas ideologias, principalmente porque tais indivíduos teriam uma visão de mundo e um conjunto de interesses que os levariam defender os mesmos ideais e objetivos desses partidos.<sup>15</sup>

Mais recentemente, Codato, Costa e Massino (2015) também recorreram a variáveis sociais para analisar o recrutamento político. Especificamente, a profissão é problematizada como fator explicativo das chances de eleição ao legislativo. Mais que projetá-la como mais uma variável socioeconômica, os autores propõem um modelo analítico de classificações de profissões, baseados em critérios sociológicos que dizem respeito à seleção de candidatos. Seu estudo aponta para o aumento da profissionalização da classe política e a consolidação de um campo político no país, com regras próprias de seleção. Na mesma linha, Costa, Costa e Nunes (2015) partem das proposições de Rodrigues (2002) – mas também de Marengo e Serna (2007) – para estudar especificamente as características da representação e da carreira de senadores advindos do empresariado.<sup>16</sup>

A profissionalização da política segue como tema no estudo de Perissinotto e Bolognesi (2015), cuja preocupação central se volta para o avanço da institucionalização do recrutamento. Seu objetivo é explicar o sucesso eleitoral de candidatos à Câmara dos Deputados e, para tanto, o estudo traça os perfis dos eleitos e não-eleitos em três eleições [1998, 2002, 2006], segundo as tradicionais variáveis societárias [profissão],

---

<sup>15</sup> Outra perspectiva afinada com a abordagem sociológica do recrutamento, mas que ainda não angariou adeptos no Brasil, é a análise de redes (SAWICKI, 2013). Tais investigações preocupam-se em identificar a relação entre organizações da sociedade e os partidos. Ou seja, buscam compreender o enraizamento do partido na sociedade e o consequente recrutamento de lideranças e apoiadores em associações e sindicatos. A análise de redes parte dos pressupostos bourdieanos de que a realidade social é conformada por campos (econômico, político, cultural), cada um dotado de recursos próprios, e o acúmulo de capital em um campo pode facilitar posições privilegiadas na hierarquia de campos outros (reconversão). Daí a importância de buscar relações entre o posicionamento dos políticos na sociedade para explicar suas carreiras e, de modo mais amplo, a construção social das organizações (OFFERLÉ, 1987).

<sup>16</sup> Seu estudo mostra que depois algum declínio no período do regime autoritário de 1964, sua incidência na política representativa foi retomada no atual período democrático. Um de seus mais relevantes achados é a baixa variação na proporção de empresários eleitos no período de 1986 a 2010, cerca de 30% para o Senado, diferentemente da Câmara dos Deputados. Ademais, essa é uma das categorias profissionais com maior proporção na composição da Câmara Alta e se faz mais presente em partidos de centro e direita.

demográficas [sexo, idade e escolaridade] e de posição ideológica.<sup>17</sup> Cervi, Costa e Perissinotto (2015) aprofundaram a investigação dos fatores que ampliam as chances de eleição e confirmaram que os políticos profissionais, em especial os que já eram deputados federais, são os mais bem-sucedidos eleitoralmente. Costa, Bolognesi e Codato (2015) realizam análise semelhante, concentrando-se nas candidatas mulheres à Câmara dos Deputados. Seus dados mostraram que a maioria das deputadas pertence a partidos de esquerda [PT e PDT] e, destas, a maioria é política profissional. Os autores mostraram, ainda, a existência de diferentes padrões de recrutamento de candidatos pelos partidários, fortalecendo a ideia de que as dinâmicas internas dessas organizações são aspectos relevantes para se compreender o perfil de liderança formada e o perfil de candidato selecionado.

Nas abordagens politológicas, os principais indicadores se referem às trajetórias dos políticos, tais como a forma de ingresso, as posições ocupadas, as instituições partidárias das quais já fizeram parte e sua ambição política. Marengo e Serna (2007), por exemplo, analisaram especialmente as condições de ingresso na carreira de deputado. Recorrendo a variáveis como ocupação profissional, escolaridade, participação em organizações e associações sociais, etc., os autores propuseram um modelo explicativo que articula a base social com a carreira das elites políticas. Assim, identificaram padrões de recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai segundo uma classificação ideológica. Seguindo lógica semelhante, em estudo mais recente, Marengo (2013) considerou os padrões de recrutamento um indicador de configurações políticas mais amplas, mostrando que enquanto algumas candidaturas são viabilizadas pelos recursos do partido, controlados por seus dirigentes, outras tornam-se viáveis mediante recursos individuais das lideranças. Além disso, a atual profissionalização da política está associada à progressiva passagem das lideranças por diversos processos no interior das organizações partidárias, inclusive de formação. Essencialmente, a profissão singular de político resulta em carreiras marcadas por recrutamentos endógenos. Nota-se que

---

<sup>17</sup> Os resultados detectam a sobre-representação de algumas profissões técnicas, como engenheiros, economistas e médicos, e, ao mesmo tempo, o declínio da representação de advogados. Sobretudo, mostram que as chances de vencer uma eleição aumentam quando o postulante já é membro do legislativo ou executivo. Do mesmo modo, ter ensino superior completo é um importante requisito para se obter uma cadeira legislativa – e ser industrial, empresário e engenheiro também aumenta as chances eleitorais em partidos de direita, nunca em partidos de esquerda.

claramente, nesses estudos, o recrutamento é tratado como sinônimo de seleção de candidaturas e carreira política.

Os mecanismos de seleção de candidatos e o perfil dos eleitos à Câmara dos Deputados também são objetos de análise de Braga, Veiga e Miríade (2009). As autoras compartilham da concepção teórica de Panebianco (1992) de que o recrutamento é um recurso controlado pela elite partidária visando à sua própria formação e manutenção. Inclusive, no caso brasileiro, afirmam que “por meio do controle do processo de seleção de candidatos e da ordenação informal da lista partidária, os partidos vêm tendo um papel fundamental na dinâmica de formação de uma elite política responsável por operar a representação política” (2009, p. 126).

Bolognesi (2015a) também chega a resultados sintonizados com essa premissa, baseado num *survey* de 2010 com deputados federais do DEM, PSDB, PMDB, PT. Assim como os demais estudos sobre carreiras políticas, sua investigação corrobora o fato da organização interna dos partidos ser central nos processos de seleção de candidatos. De uma parte, o trabalho avalia os graus de institucionalização dos partidos brasileiros, valendo-se do enquadramento proposto por Randall e Svasand (2002); de outra, detecta os métodos empregados para a seleção de candidatos, privilegiando-se indicadores organizacionais. De modo geral, o estudo confirma o que já havia sido indicado por outros pesquisadores – as organizações controlam as listas de candidaturas; no entanto, há diferenças quanto aos métodos mais recorrentes e aos graus de institucionalização encontrados.

Em outro trabalho, Bolognesi (2015b) adota um enfoque que permite ampliar o escopo da análise às etapas anteriores à seleção de candidatos, sugerindo que, ao lado das tradicionais variáveis [recursos sociais dos parlamentares, institucionais, oportunidades que o sistema político e partidário], a motivação dos agentes em investir em uma carreira política também explica a integração de membros à classe política. Por esse prisma, a socialização é central no processo inicial do recrutamento – primeiramente, o interesse por política deve ser despertado, depois, o agente é mobilizado para atuação e então passa a ocupar posição de dirigente ou representante. Trata-se, portanto, de identificar os momentos em que o agente começa a se interessar por política e intervir ocasionalmente



em alguns processos até vir a assumir compromissos sistemáticos dentro de alguma organização.<sup>18</sup>

Em suma, os modelos de análise vinculados a diferentes vertentes teóricas recorrem a um conjunto de indicadores para dimensionar o processo de composição social e política das elites. Os elementos recorrentemente averiguados são aspectos demográficos (sexo, idade, etc.), as origens sociais (grau de instrução, titulação universitária, profissão, montante do patrimônio, recursos financeiros etc.), a mobilização de recursos associativos (participação em organizações cívicas, em organizações de interesses, etc.); a filiação e as carreiras partidárias (idade da primeira filiação até o momento de aceso ao primeiro cargo público, tempo de filiação, ocupação de cargos nos partidos, mudança de partido) e políticas (cargos parlamentares anteriores, cargos no governo local, regional e nacional, comissões legislativas, etc.), tipo de governo, sistemas eleitoral e partidário, contexto partidário (organização, normas, posição no espectro ideológico, etc.). Todas estas variáveis podem ser encontradas, ora umas, ora outras, dependendo do caso, nos trabalhos de Freire, Tito e Sousa (2001), Coradini (2007), Marengo e Serna (2007), Siavelis e Morgenstern (2008), Samuels (2003, 2008), Power and Mochel (2008), Braga, Veiga e Miríade (2009), Perissinotto e Miríade (2009), Perissinotto e Bolognesi (2009), Marengo (2013), Codato (2015).

Em linhas gerais, esses estudos são influenciados pelo modelo proposto por Siavelis e Morgenstern (2008), ou seja, eles aceitam a premissa de que o processo de recrutamento partidário equivale ao de seleção de candidatos. Assim, suas análises que se mostram limitadas para captar as dinâmicas partidárias propriamente ditas para atrair e formar quadros e lideranças. De fato, os estudos sobre o caso brasileiro abordaram apenas uma das etapas possíveis do processo de recrutamento partidário, qual seja, a seleção de candidatos e o perfil socioeconômico dos eleitos. Por isso, esses trabalhos são insuficientes no que se refere ao detalhamento dos processos partidários que levam às nominatas de candidaturas (BOLOGNESI 2015a). Mais amplamente desconsiderados são os processos atinentes à adesão de novos membros e seu treinamento no interior da

---

<sup>18</sup> Uma pesquisa de opinião com 120 candidatos a deputado federal pelos partidos PT, PMDB, PSDB e DEM, em 2010, subsidiava algumas considerações sobre as etapas que antecedem a seleção. Em síntese, a família é o agente socializador mais importante no que tange ao interesse por política, seguido pelo movimento estudantil secundarista e universitário, trabalho e sindicatos e amigos. Já o partido ganha centralidade na análise por revelar-se, de fato, a instituição em que a participação mais orgânica e permanente acontece. Filiar-se e assumir um cargo político-partidário é um marco na trajetória dos entrevistados, afinal são nessas etapas que aumentam as responsabilidades dos militantes, culminando na sua profissionalização na política.

organização partidária, visando à carreira política seja como dirigente, como candidato a algum cargo eletivo, como representante eleito ou como funcionário da burocracia estatal. Portanto pouco sabemos as etapas anteriores à seleção de candidatos, e parte da responsabilidade por esse hiato empírico é da inconsistência na definição do conceito de recrutamento político. Codato e Costa (2015), num balanço dessa agenda de pesquisa no Brasil, confirmaram o interesse quase exclusivo dos pesquisadores pelo recrutamento dos políticos já eleitos e, conseqüentemente, a carência de informações sobre o processo de filiação e formação partidárias.<sup>19</sup>

Um dos problemas desses estudos é portanto sua negligência com as etapas iniciais do recrutamento partidário, principalmente no caso dos jovens, um “insumo” básico para a renovação da política e das lideranças partidárias. Não há qualquer estudo sobre o recrutamento partidário dos jovens. Estes, geralmente são tomados como objeto de pesquisa apenas no que se refere à análise da participação política em organizações societárias não-partidárias, como veremos a seguir.

### **3.2 Estudos sobre a Participação Política dos Jovens**

Os estudos sobre a participação política da juventude política detêm-se a investigar, principalmente, dois temas: 1) a participação dos jovens em instituições societárias (NOVAES e VITAL 2005; MORENO 2006; CASTRO 2008; SLOAN 2011, 2014; RIBEIRO 2012; VIOLA E PIRIS 2014; ZITKOSKI e HAMMES 2014; GUITARREZ, 2014) e 2) a percepção do jovem acerca das instituições e valores políticos (NORRIS 2004; TELLES 2011; CUNHA e DELLA ROCHA 2014; ARIAS-CARDONA e ALVARADO 2015). Tais estudos, todavia, são esparsos e mostram-se insuficientes para

---

<sup>19</sup> Além disso, os autores criticam os modelos propostos para mensurar atributos sociais e perfis de carreira política, pois considerando que estes não captam satisfatoriamente tais processos. Nesta obra, agruparam uma série de trabalhos, comentados nos parágrafos anteriores, na tentativa de dar conta do maior número possível de condicionantes de processos de seleção. Os artigos tratam de questões que podem explicar o processo de seleção, à democratização e popularização no processo de chegada aos cargos eletivos; à profissionalização da política; às carreiras de políticos de empresários; às características sociais e demográficas da classe política; à influência de recursos financeiros, das origens profissionais, do partido, e amplitude da coligação, para o sucesso eleitoral; às estratégias partidárias para composição de listas eleitorais; às rotinas partidárias; aos fatores motivacionais para o investimento numa carreira política. Com isso, percebe-se mais uma tentativa de atualizar os dados empíricos até os últimos mandatos de 2010 e 2014 que de fato propor indicadores e variáveis que possam dar conta dos aspectos inexplorados pela literatura nacional qual sejam, as dinâmicas internas aos partidos. É interessante notar que a formação de quadros não figura entre os problemas em nenhuma das abordagens identificadas pelos organizadores da coletânea, nem mesmo recebe atenção dos trabalhos que a compõe. Praticamente, é como se a militância, os dirigentes e demais quadros partidários não pertencessem ao que concebemos como classe política brasileira.

dar conta da amplitude e diversidade própria da atuação política da juventude brasileira, especialmente porque desconsideram a relação dos jovens com os partidos políticos.

Com efeito, no que se refere à participação partidária da juventude, alguns pesquisadores limitam-se a cotejar a reduzida proporção desse segmento social filiada às legendas *vis-à-vis* seu montante na composição populacional do país, para então destacar que os jovens não se interessam pela política institucional. Desconsidera-se o fato de que, mesmo no caso de ser minoria no rol dos filiados, esses jovens efetivamente engajados podem atuar de maneira bastante ativa e destacada no interior das organizações partidárias. Ademais, como uma das principais instâncias de formação das elites políticas e enquanto a organização que monopoliza sua seleção para as instâncias representativas dos Poderes Executivo e Legislativo, os partidos podem ter mecanismos que facilitam ou dificultam a formação e a mobilidade dos jovens no interior de suas organizações. Esses aspectos, por si mesmos, reforçam a necessidade de se analisar esse aspecto da participação política dos jovens. Faz pouco sentido exacerbar o baixo envolvimento político dos jovens, sob a alegação de que os indicadores de confiança e participação relativa mostram seu reduzido engajamento nas instituições tradicionais da política. Faz menos sentido, ainda, deixar de estudar a relação dos jovens com as organizações partidárias com base no argumento de que as filiações às legendas são reduzidas, em especial dessa faixa etária.

Mesmo a nível internacional, os estudos sobre essa temática são bastante escassos e tangenciais. Os pesquisadores costumam justificar esse desinteresse afirmando que, por um lado, há um desencanto geral com os partidos e, por outro, a atração dos jovens é maior por instituições societárias não-partidárias. As poucas pesquisas voltadas a relação entre jovens e partidos recorrem ao lastro teórico da socialização política, para explicar as motivações e outras condicionantes sociológicas que levam uma minoria desse estrato social que ainda milita nessas organizações (HOOGHE, STOLLE and STOUTHUYSEN 2004; CROOS and YOUNG 2008; BRUTHER and HARRISON; FERREIRA 2012)

Hooghe, Stolle e Stouthuyzen (2004) analisaram o caso da Bélgica partindo do pressuposto de que as organizações partidárias de juventude são um mecanismo importante de recrutamento devido aos seguintes fatores: 1) elas são o órgão com maior capacidade de mobilizar militantes, 2) elas refletem as dinâmicas do partido como um todo, 3) elas oferece um panorama das mudanças em curso na sociedade e 4) elas reforçam as ideologias e agregam novas agendas, principalmente quando seus membros

passam à militância “adulta”. Este trabalho buscou evidências da relação entre juventude e recrutamento, dimensionando o impacto da passagem pela juventude partidária na trajetória política dos entrevistados. Para tal, contaram com uma amostra de representantes dos principais partidos dos maiores municípios daquele país ao cargo que equivaleria ao de vereador no Brasil.

Sem empreender em uma análise aprofundada, os autores trouxeram indícios de que a participação no âmbito do setor de juventude dos partidos ampliou as redes de conhecidos e possibilitou a formação dessas lideranças para sua atuação nos processos internos dos próprios partidos e da política em geral. O estudo mostrou, assim, as vantagens advindas de se trilhar o caminho até o atual posto político passando pelo setor de juventude partidária. Esses indivíduos ingressam mais cedo na vida pública e, conseqüentemente, acumulam mais anos de carreira política e, desse modo, ascendem mais frequentemente aos cargos importantes do partido. Por meio de seus dados, esses pesquisadores detectaram os efeitos positivos da participação em instâncias partidárias reservadas à juventude na carreira política de representantes municipais. Embora traga contribuições relevantes, inclusive ao chamar a atenção para a necessidade de se investigar a atuação dos jovens no interior das organizações partidárias, o estudo de Hooghe, Stolle and Stouthuysen (2004) não cobre aspectos do processo de aproximação do jovem em relação aos partidos.

Cross e Young (2008) abordam diferentemente a problemática do envolvimento de jovens com os partidos. Eles partem de três suposições: que os partidos são pouco atrativos ao público jovem, que os partidos são desconectados da sociedade e, por conseqüência, que os jovens que se interessam por política engajam-se mais em organizações sociais. Baseados nisso, os pesquisadores procuraram identificar o que leva alguns jovens a vincularem-se aos partidos políticos num contexto social de rejeição a tais instituições pelas gerações mais novas. Para tanto, empreenderam em um estudo focado no caso canadense, com o propósito específico de comparar as diferenças de atitudes, comportamento e socialização de um grupo de militantes partidários de centro e esquerda a outro grupo não vinculado a partidos, mas engajados em organizações de *advocacy*. O material empírico utilizado foi uma pesquisa de opinião, realizada com uma amostra de 2000 respondentes, que mensurou variáveis relativas à influência dos pais no envolvimento de seus filhos com o partido, ao interesse por política e à crença no potencial dos partidos para promover transformações sociais.

A análise dos resultados ressaltou as diferenças entre os dois grupos – aqueles com parentes vinculados a partidos tendem a militar mais, consideram que suas ações políticas são mais efetivas e que somente por intermédio dos partidos é possível promover mudanças. Esses jovens também se informam mais sobre assuntos políticos em veículos tradicionais de comunicação e tiveram ensino de civismo em sua educação formal. Por um lado, se parece adequando enfatizar a acentuada influência do parentesco na militância partidária de juventude, uma vez que esse é o principal mecanismo de incorporação de novos membros, por outro, tais variáveis não explicam a problemática em questão de maneira completa, uma vez que não tocam no protagonismo dos partidos e das organizações da sociedade civil em atrair jovens.

Também interessados em apreender as motivações que levam os jovens a se filiar aos partidos, Bruter and Harrison (2009) realizaram um estudo bastante mais abrangente, incluindo os 15 principais partidos de seis democracias europeias – Reino Unido, Alemanha, Espanha, França, Noruega e Hungria.<sup>20</sup> Fundamentalmente, esses autores tratam das origens da decisão de se filiar, do espaço da militância na vida cotidiana dos jovens e das suas expectativas de futuro em relação à política, aos partidos e às atividades profissionais. Para ampliar o escopo de análise das motivações, atividades, percepções e preferência de membros jovens, eles propuseram um modelo de análise que articula tais dimensões e procura capturar a natureza dos incentivos à militância. O material empírico analisado consiste num *survey on line* com 2000 respondentes e em 500 entrevistas em profundidade.

Conforme determinados condicionantes do ingresso dos jovens nos partidos, os autores elaboraram uma tipologia de jovens filiados e, por intermédio dela, testaram um modelo tricotômico formado pelas seguintes categorias de incentivos (1) moral [sentir-se bem, ajudar os outros, dotar a sua vida de significado e influenciar políticas públicas], (2) social [conhecer pessoas interessantes, estreitar laços de amizade e participar de debates] e (3) profissional [alcançar posições e prestígio, acessar recursos materiais, principalmente financeiros, e tornar-se um político de carreira].<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Os partidos são os seguintes: Parti Socialiste (Socialist), les Verts (Green), Parti Communiste Français (Communist), Front National (Nationalist); United Kingdom: Labour (Social-Democrat), Liberal Democrats (Liberal); Germany: CDU (Christian-Democrat), SPD (Social Democrat), FDP (Liberal); Spain: PSOE (Socialist), PP (Conservative); Norway: Høyre (Conservative), Labour (Socialist); and Hungary: MSZP (Socialist), Fidesz (Conservative).

<sup>21</sup> Esse modelo é a referente à sua primeira hipótese de trabalho acerca dos fatores a direcionar a filiação de jovens. Valendo-se de uma análise fatorial<sup>21</sup> e de um teste de correlação<sup>21</sup>, os autores

De acordo com sua análise, os jovens que declaram valores altruístas, ou seja, que procuram dotar a sua vida de significado e ajudar os outros a suprirem suas necessidades materiais e pós-materiais, são classificados no grupo dos que têm um espírito moral, o mais comum entre os entrevistados. Nesse caso, o principal fator de motivação é a ideologia. Já entre os militantes de espírito social, o valor predominante é a solidariedade. Esses militantes procuram conhecer pessoas com visão de mundo semelhante e estreitar relações com elas na sua rotina de participação, de reuniões e debates – é o que a literatura denomina de fator diversão da filiação [*fun fator*]. O terceiro tipo, menos recorrente entre os jovens filiados, é o espírito profissional – sustentado nos valores materiais, expressa-se pelo interesse na obtenção de recompensas financeiras, de prestígio e de posições na organização partidária ou fundações e uniões a elas vinculadas. Seu posicionamento ideológico é mais moderado e sua ação é voltada mais acentuadamente à agregação de determinadas pautas às políticas partidárias e à busca de espaço para concorrerem a cargos eletivos.<sup>22</sup>

A trajetória trilhada até tornarem-se membros de partidos é outro aspecto fundamental para a compreensão da participação dos jovens. Basicamente, há três rotas para a inserção de jovens em partidos: (a) influência de amigos, (b) tradições familiares e (c) ativismo em uniões estudantis ou de trabalhadores. O primeiro fator de influência são as tradições familiares – esses jovens compartilharão das mesmas concepções de política, de militância e de partidos políticos dos parentes e, por isso, filiam-se aos mesmos partidos aos quais seus familiares são vinculados. Os amigos são o segundo fator a influenciar a filiação de jovens. Em terceiro lugar, aparece o papel fundamental de outras organizações – partidárias, estudantis ou trabalhistas – na decisão de se tornar membro de algum partido.

---

demonstram a capacidade explicativa de seu modelo. Os fatores correspondem a cada uma das dimensões [moral, social e profissional], a fim de medir a influência dos três tipos de incentivos na participação partidária de jovens e, assim, constituírem um modelo explicativo eficiente dessa realidade. Os autores demonstram a capacidade explicativa de cada uma das dimensões – moral, social e profissional – nos países pesquisados.

<sup>22</sup> A conclusão do estudo mostra que, em países cujos sistemas políticos admitem a distribuição de cargos políticos no setor público, o espírito profissional é mais presente entre os jovens partidários – caso da Hungria. Em sistemas marcados por partidos de bases atuantes, a exemplo do sistema alemão, o espírito social é mais frequente. Nos sistemas polarizados, o espírito moral manifesta-se com mais intensidade – o que ocorre entre os jovens franceses e espanhóis.

Bruter and Harrison (2009) procuraram desenhar um modelo analítico para enquadrar seus dados e investigaram mais a fundo a natureza das motivações que levam os jovens à filiação partidária, destacando seus valores, objetivos e condicionamentos sociais. Contudo, seu estudo, assim como os demais, desconsideram as ações partidárias para atrair novos membros. Desconsideram também dois outros momentos do processo de recrutamento partidário, quais sejam, a formação política dos novos quadros no interior da organização e sua posterior seleção como liderança partidária.

Em síntese, os estudos empreendidos sobre juventude e partidos políticos são escassos e concentrados em casos europeus.<sup>23</sup> Principalmente, são estudos que consideram apenas uma das etapas do processo de recrutamento partidário. No caso do Brasil, a escassez de informações é ainda mais demarcada, pois nenhum estudo sobre o recrutamento partidário de jovens foi realizado até o momento. Qual o resultado dessa situação? Conforme observa Telles (2011, p. 83), “os jovens ainda são, para a ciência política, uma incógnita. Apesar dos debates sobre as políticas públicas para a juventude, pouco se sabe sobre suas condutas políticas”. De forma semelhante, Hooghe, Stolle e Stouthuysen (2004, p. 195) destacaram que “despite the fact that numerous political parties throughout the world have important youth sections, as far as we know youth organizations of political parties have never before been studied in political science research”.<sup>24</sup>

A seguir, apresento um modelo heurístico que adota um conceito de recrutamento partidário mais alargado, contemplando todas as suas etapas, e uma tipologia que pode ser aplicada no estudo do recrutamento de jovens. Esse modelo será utilizado no estudo empírico concentrado na atração, formação e seleção de jovens por um conjunto de partidos selecionados no Rio Grande do Sul.

---

<sup>23</sup> No caso da América Latina, um estudo um pouco mais detido às principais organizações de juventude partidária foi realizado na Colômbia, por Acosta (2011). Sua pesquisa abrange os processos de formação e a atuação política. Portanto, esse estudo destoa das análises predominantes que se limitam a analisar apenas a filiação. Porém, a autora não considera nem a filiação e nem a seleção de lideranças representativas.

<sup>24</sup> Procurando suprir essa lacuna, esses pesquisadores investiram numa agenda de pesquisas pioneira sobre o tema: “as far as we know this is the first systematic research on youth sections of political parties, and the findings show clearly that this area merits further attention” (idem).

## CAPÍTULO 2

# Modelo Teórico-Metodológico

**E**ste capítulo é dividido em duas partes. Na primeira, apresento o modelo tipológico que orientou o levantamento dos dados primários e a análise tanto dos dados primários, como dos secundários. Inicialmente, discuto os fundamentos teóricos do modelo e a definição de recrutamento partidário. Na sequência, apresento a tipologia formulada para este estudo. Na segunda parte, na exposição da metodologia, especifico o tipo e a natureza dos dados utilizados, a fonte das informações, sua operacionalização e seu tratamento estatístico. Além disso, justifico a escolha do *survey* por quotas, ou seja, a partir de uma amostra não-probabilística, ressaltando as limitações e o alcance da interpretação dos resultados obtidos.

### 1. MODELO TIPOLÓGICO DO RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO

#### 1.1 Fundamentos Epistemológicos do Modelo

Um dos mais recorrentes procedimentos científicos é o *classificatório*, inclusive nas Ciências Sociais, onde já existe uma consolidada tradição de uso dessa abordagem (cf. SOKAL and SNEATH 1963; MCKINNEY 1966; TIRYAKIAN 1968; BAILEY 1974; 1992). Seu uso disseminado se deve às inúmeras vantagens oferecidas pela aplicação desse modo de raciocínio aos fenômenos sociais, tais como seu poder descritivo propiciado pela simplificação da realidade, a identificação de similaridades e diferenças, a comparabilidade, a exaustividade na apreensão dos dados relativos a conjuntos e subconjuntos do objeto estudado e a facilidade na identificação de relações entre dimensões, categorias e variáveis (SNEATH and SOKAL 1973; BAILEY 1994; DOTY and GLICK 1994; BOWKER and STAR 2000; JACOB 2004; GREGORY 2006;



MEYER 2007).<sup>25</sup>

Sinteticamente, as *classificações* podem ser entendidas como processos de agrupamentos de entidades por similaridade, com base na identificação de atributos discriminantes de indivíduos e grupos a partir de dimensões categóricas nominais ou ordinais (BAILEY 1994). Em outras palavras, o propósito principal da *classificação* é a minimização da variação dentro dos grupos [homogeneidade interna] e a maximização da variação entre os grupos [heterogeneidade externa].

Para ser consistente em termos operacionais, as *classificações* devem seguir um rígido arcabouço de três critérios: *exclusividade*, *exaustividade* e *adequação* (SNEATH and SOKAL 1973; BOWKER and STAR 1999; JACOB 2004; GREGORY 2006). No que se refere à *exclusividade*, as fronteiras entre os grupos devem ser claramente demarcadas, com regras estáveis de inclusão e exclusão dos casos nos agrupamentos – o que implica que as categorias não podem se sobrepor; portanto, devem ser mutuamente exclusivas. Quanto à *exaustividade*, o conjunto dos grupos deve ser suficientemente abrangente para classificar de forma completa todos os casos da observação. Em relação à *adequação*, as categorias devem ser facilmente aplicáveis, pois a sua validade dependerá da sua capacidade de enquadramento da observação dos dados e de análise destas informações.

Em termos epistemológicos, as *classificações* podem se orientar por sistemas de inferências tanto *indutivos*, como *dedutivos*. A reunião de diversos casos singulares, observados no plano empírico, com a finalidade de sequencialmente, catalogar características distintivas, agrupar indivíduos semelhantes e, a partir daí, propor tipos que rotulem os grupos, caracteriza a *inferência indutiva*. Esse protocolo de pesquisa é o *taxonômico* e a sua referência é essencialmente empírica (SANCHES 1993; BAILEY 1994; DOTY and GLICK 1994; CHANDRA 2005). Uma vez aceitas, as *taxionomias* orientam estudos posteriores dos exemplares empíricos catalogados.

As análises de *cluster*, por exemplo, são procedimentos quantitativos de *inferência indutiva*, pois recorrem à metodologia estatística para encontrar agrupamentos a partir de uma vasta base de dados. Também há exemplares de *classificações indutivas* qualitativas, como os estudos sobre as organizações partidárias. Desde Duverger (1951),

---

<sup>25</sup> A literatura também aponta algumas desvantagens no uso das tipologias. Sobre isso, confira Bowker and Star (1999) e Chandra (2005).

por exemplo, formou-se toda uma linha de estudos voltada à descrição das variações morfológicas e fisiológicas de suas estruturas organizacionais, para a identificação de tipos. Embora essa catalogação seja reconhecida como uma “tipologia partidária”, em termos mais rigorosos, podemos dizer que, na verdade, trata-se de uma taxonomia partidária – o procedimento seguido pelo autor é semelhante ao do taxinomista que procura novas espécies para descrevê-las em detalhes e catalogá-las.

Por sua vez, as *classificações* que adotam a *inferência dedutiva* se baseiam em procedimentos lógicos, essencialmente teóricos, anteriores, portanto, à observação de casos singulares (BAILEY 1972, 1973, 1994). Isso geralmente ocorre quando há pouca ou nenhuma informação disponível sobre o objeto ou quando a pretensão é esgotar logicamente as possibilidades de manifestação empírica de um fenômeno para enquadrar tanto o levantamento como a análise das informações em categorias apriorísticas. Com o foco assim delimitado logo de partida, aumenta-se a eficiência da coleta e da análise dos dados (cf. CLARKE and PRIMO 2007, 2012),<sup>26</sup> pois a coleta já é uma pré-análise.

Epistemologicamente, os *modelos dedutivos* são considerados mais analíticos, pois a abstração e a simplificação dos fenômenos, no geral complexos, envolvem a separação de seus componentes fundamentais para resolver algum problema prático de investigação. Para tal, reduz-se o fenômeno a poucas categorias, compostas por conjuntos reduzidos de variáveis. Devido a esse procedimento, as generalizações dos *modelos dedutivos* são consideradas mais acuradas, uma vez que sua lógica de inferência consiste na identificação dos princípios recorrentes de maneira exaustiva.

Desse modo, podemos dizer que os *modelos classificatórios dedutivos* são tipológicos (LAZARFELD 1937; LAZARFELD and BARTON 1951; HEMPEL 1952a, 1952b, DOTY and GLICK 1994; MORIN 2008). Essencialmente, as *tipologias* são conjuntos de tipos construídos por procedimento lógico para representar uma combinação de atributos específicos, o qual descreve analiticamente algum fenômeno. Elas cumprem três funções metodológicas relevantes (cf. COLLIER, LaPORTE and SEAWRIGHT 2012) – a primeira é *analítica* e consiste na fragmentação do objeto em partes ou grupos e subgrupos, de modo a enquadrar cada caso num tipo e detectar as relações entre os tipos; a segunda é *descritiva*, pois recorre à catalogação dos atributos de

---

<sup>26</sup> Ademais, modelos dedutivos são percebidos como a solução mais sustentável do problema da indução, apontado por Hume, e que levou Karl Popper a propor como modelo científico o método hipotético-dedutivo de teste (POPPER 1959).

cada tipo ou conceitos compostos, com o propósito de caracterizar cada caso; a terceira função é *explanatória*, pois possibilita a antecipação das futuras relações entre os tipos e casos que serão observados, ou seja, há a previsão de funcionamento do objeto classificado.

São duas as variações consagradas de *tipologias*: os *tipos ideais* e os *tipos descritivos*. Os *tipos ideais* são tipos lógicos extremados que não encontram plena correspondência no plano empírico, uma vez que, nesse caso, o que se procura é apenas um parâmetro para a identificação de exemplares singulares do fenômeno, pela detecção de traços mais ou menos aproximados das características previstas logicamente. Os *tipos ideais* servem de esquadro, digamos assim, para se avaliar o distanciamento dos fenômenos reais em relação à perfeição do caráter “puro” do tipo lógico estilizado – Max Weber é o representante mais destacado na proposição e uso dessa variação de modelo tipológico, como mostram seus estudos exemplares acerca do desenvolvimento do capitalismo e das religiões.

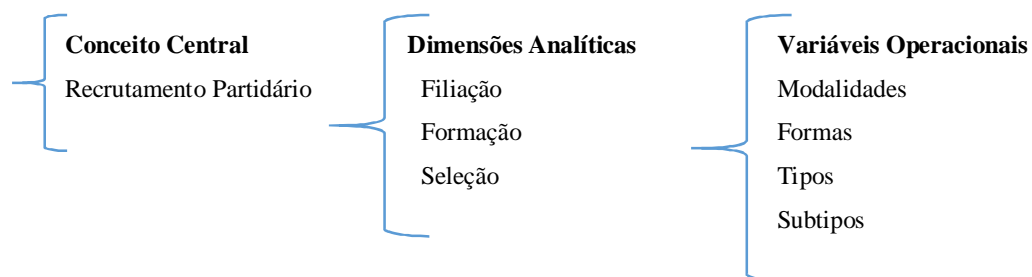
Embora sua construção também seja lógica, as *tipologias descritivas*, por sua vez, têm o objetivo de retratar as possibilidades empíricas singulares e factuais dos fenômenos observados. Dito de outro modo, as *tipologias descritivas* não consistem na proposição de características puras e extremadas, mas sim na antecipação lógica e apriorística de elementos que de fato se espera encontrar no plano empírico. Portanto, enquanto os tipos ideais são voltados ao enquadramento dos desvios que ainda pertencem ao conjunto ideal-típico, os tipos descritivos são instrumentos analíticos destinados a antecipar, sem desvios, o que manifestar-se-á no plano empírico. Na Ciência Política, os modelos tipológicos, assim como outros modelos formais, sejam matemáticos ou computacionais, são cada vez mais predominantes, a ponto de serem tão importantes como as teorias, inclusive porque são representações operacionais do mundo reconstruído pelas teorias (LAVE and MARCH 1993; CLARKE and PRIMO 2007, 2012). O **Quadro 2.1** sintetiza as principais componentes dos critérios epistemológicos que fundamentam os procedimentos classificatórios.

**Quadro 2.1 Elementos do Procedimento Classificatório**

<b>Critérios de Agrupamento</b>	→	<b>Similaridade dos Casos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Homogeneidade Interna</li> <li>• Heterogeneidade Externa</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>– Exclusividade</li> <li>– Exaustividade</li> <li>– Adequação</li> </ul>	
<b>Sistema de Inferência</b>	→	<b>Modelo de Análise</b>	
Indutivo		Taxonômico	Empírico-Descritivo
Dedutivo		Tipológico	Ideal-Lógico
			Descritivo-Lógico

O *modelo classificatório* proposto a seguir é *dedutivo*, portanto, *tipológico*. Mais especificamente, trata-se de uma *tipologia descritiva*. Para sua construção, foram adotados os critérios epistemológicos e metodológicos discutidos até aqui. Consequentemente, foi seguido o protocolo sequencial de construção dos *tipos descritivos*, partindo-se do conceito geral de *recrutamento partidário* e identificando-se suas dimensões [filiação, treinamento e seleção] e suas variáveis [modalidades, formas, tipos e subtipos], como indicado na **Figura 2.1**. Adicionalmente, deve ser ressaltado que, assim como ocorre com toda classificação, inclusive as tipológicas, o modelo aqui proposto está aberto a ajustes, tais como modificações, acréscimos e reduções, conforme possivelmente indicarão estudos futuros.

**Figura 2.1. Protocolo Sequencial para a Construção da Tipologia**



## 1.2 Definição Conceitual de Recrutamento Partidário

A operacionalização do modelo tipológico a ser aplicado na análise desta tese exige uma definição conceitual de recrutamento partidário abrangente o suficiente para abarcar a totalidade de manifestações desse fenômeno em suas diversas dimensões. Destarte, entendo por recrutamento partidário um processo logicamente composto por três etapas, quais sejam: (A) filiação, (B) formação de quadros e (C) seleção de membros para a ocupação de cargos de importância para o partido, seja na burocracia organizacional ou estatal, seja para a candidatura a cargos eletivos e, eventualmente, a posse de tais cargos.<sup>27</sup>

As três etapas desse processo não necessariamente são sequenciais e precisam ocorrer de forma integral. Dependendo de cada situação, o recrutamento pode se dar em seqüências diferentes e contemplar apenas duas das três etapas. Essas variações, por sua vez, compõem um portfólio de combinações à disposição dos partidos para que estes recorram àquelas que julgarem as mais indicadas ou viáveis para cada situação ou contexto do ambiente político. Visto por esse prisma, o recrutamento partidário pode se manifestar de acordo com determinadas *modalidades, formas, tipos e subtipos*.

## 1.3 Modalidades de Recrutamento

No modelo proposto, há duas modalidades de recrutamento: *extensivo* e *intensivo*.<sup>28</sup> Se um partido investir nos três aspectos do recrutamento – filiação, formação e seleção – de maneira sequencial, teremos uma organização que busca atrair novos membros, oferecendo-lhes formação política, mediante treinamento teórico e/ou prático, e que vislumbra a atuação futura destes filiados como políticos profissionais, no sentido que Max Weber deu ao termo. Com efeito, essa modalidade de recrutamento é orientada à formação de lideranças e quadros burocráticos, assim como à educação política e à doutrinação dos membros de sua base. Nestes casos, podemos afirmar que estamos diante de um *recrutamento extensivo*, pois é alongado, amplo, extenso, dilatado, e todas as suas três etapas são cumpridas.

Porém, um partido pode investir num recrutamento que dispensa o cumprimento

---

<sup>27</sup> Os postos mais importantes a serem ocupados pelas lideranças recrutadas, em princípio, são os seguintes: (1) cargos na burocracia partidária, (2) cargos na burocracia estatal passíveis de serem preenchidos sem concurso, (3) cargos na direção partidária, (4) vaga como candidato a algum cargo eletivo de maior relevância (em especial para os Executivos e o Senado) e (5) cargos eletivos conquistados pelo partido.

<sup>28</sup> Esses termos foram adotados com base na sua semântica e etimologia.

sequencial de todas as etapas. Nestes casos, podemos chamá-lo de *recrutamento intensivo*, que consiste num esforço concentrado, mais pontual e de curta duração em um ou dois aspectos desse processo. Para tanto, há três caminhos possíveis, referentes às sub-modalidades do *recrutamento intensivo*. No primeiro deles não é necessário que todos os filiados sejam formados politicamente no interior da organização com vistas à ocupação posterior de alguma posição de liderança ou de tornar-se um quadro burocrático. Dessa maneira, um partido pode atrair membros já formados em uma instituição exógena ou então uma figura popular por qualquer razão, sem nenhuma formação política prévia mais relevante. Geralmente, essa modalidade de recrutamento é orientada a candidaturas ou ao aumento das bancadas legislativas e executivas. O segundo caminho é orientado à recomposição da militância, pois contempla a filiação e a formação, mas sem a preocupação com a seleção desse quadro para posições de liderança ou na burocracia do partido. O terceiro caminho reduz-se pura e simplesmente à filiação, configurando uma estratégia de recrutamento orientada à ampliação da base partidária.

Por não contemplar a formação política interna à organização, o *recrutamento intensivo* exige menor investimento de recursos materiais e de tempo do que o *extensivo*. Obviamente, um partido pode adotar tal modalidade não apenas por causa da economia de recursos e esforços, mas também por ser essa a melhor estratégia em face ao ambiente político e aos seus objetivos. Nesta modalidade, as três orientações do *recrutamento intensivo* podem ser combinadas em doses diferentes ou utilizadas de maneira alternada ao longo do tempo. Um partido pode, por exemplo, investir mais pesadamente no *recrutamento intensivo* orientado às candidaturas/lideranças e dedicar menor investimento ao *recrutamento intensivo* destinado à militância e à base. Porém, em períodos eleitorais, esse mesmo partido pode aumentar seu investimento no *recrutamento intensivo* voltado à base, com a intenção de aumentar o suporte à sua campanha e seu montante de votos – algo esperável especialmente no contexto brasileiro das eleições municipais. Ainda, seu investimento no *recrutamento intensivo* orientado às candidaturas, provavelmente, será maior em períodos pré-eleitorais. O **Quadro 2.2** ilustra essas modalidades.

QUADRO 2.2. Modalidades de Recrutamento Partidário

Modalidades	Etapas		
	A	B	C
<b>Extensiva</b>	Filiação [A] → Formação [B] → Seleção [C]		
Lideranças/Candidaturas	Filiação [A]	→	Seleção [C]
<b>Intensiva</b>	Militância	Filiação [A] → Formação [B]	
	Base	Filiação [A]	

Portanto, as combinações, magnitudes e temporalidades das orientações do *recrutamento intensivo* serão o resultado das estratégias partidárias e devem ser entendidas de acordo com a configuração de cada ambiente político. Conforme a necessidade e factibilidade, o partido poderá adotar como estratégia a atração de membros para a campanha eleitoral ou algum outro tipo de apoio às suas atividades rotineiras. Dependendo da situação, para as ações de maior relevância, o partido procurará atrair lideranças já formadas em outras instituições, como sindicatos, ONGs, movimentos sociais, estudantis, demais organizações partidárias e todas as diversas formas de associações civis. Ou então o partido poderá tentar atrair *outsiders* do sistema de representação de interesses. Portanto, se é indispensável que toda liderança ou quadro burocrático deva ser um filiado, não segue disto que todos os filiados terão de ser formados politicamente pelo partido ou virão a ser lideranças ou mesmo componentes da burocracia partidária.

Por outro lado, também em decorrência de sua inserção ambiental e de seus objetivos, que um partido pode investir no *recrutamento extensivo* [A→B→C], a despeito do maior esforço e dispêndio de recursos. Seguindo essa estratégia, o recrutamento partidário não se reduz à filiação, porque, nesse caso, a formação, enquanto uma etapa intermediária, é considerada extremamente importante para que os quadros partidários sejam qualificados antes de assumirem qualquer posição de maior hierarquia na organização. O partido que adota essa *modalidade de recrutamento* tem a pretensão de proporcionar a formação política de lideranças que realmente sejam comprometidas com a organização, com seu programa, sua doutrina ou ideologia. Uma vez formadas internamente, com uma trajetória histórica no interior da estrutura organizacional, espera-

se que tais lideranças gozem de grande legitimidade perante os membros da base, da burocracia e da direção partidária.

Num partido em que predomina o *recrutamento extensivo*, será rara a existência de candidaturas de *outsiders* ou de indivíduos com formação em outras instituições. Nesse caso, das poucas exceções que podemos esperar para a existência residual de um *recrutamento intensivo*, são militantes, que na sua maioria ou totalidade, ligados a movimentos sociais, sindicatos e ONGs. É de se esperar que existam militantes com trajetória de formação política paralela a do partido, em outra instituição externa, mas poucos que tenham uma trajetória exclusivamente externa e que sejam recrutados para qualquer candidatura ou para assumir posição de liderança. Também podemos supor que serão reduzidos os casos de recrutamento de políticos eleitos por outros partidos e já formados politicamente neles. Quando isso ocorrer, é mais provável que sejam partidos ideológica ou programaticamente próximos. Não obstante, a expectativa da existência de alguma sub-modalidade de *recrutamento intensivo* residual em partidos que investem de maneira mais vigorosa no *recrutamento extensivo* mostra que, mesmo aqui, é possível combinar *modalidades* e sub-modalidades de recrutamento em graus variados e de forma alternada, conforme as oscilações do ambiente político.

#### **1.4 Formas de Recrutamento**

A implementação das estratégias relativas às duas *modalidades* de recrutamento pode contemplar duas formas específicas de incorporação de novos membros aos partidos: *fechada* ou *aberta*. Quando *fechado*, o recrutamento se dá de maneira endógena à própria organização. Duverger (1951) falava da origem partidária interna ao sistema parlamentar para se referir aos partidos fundados por políticos já estabelecidos e atuantes no Legislativo; mas o critério de distinção adotado aqui é o próprio partido. Ou seja, quando alguém é recrutado, obviamente, isso significa que ele não era membro oficial do partido, o poderia levar a entender que todo o recrutamento partidário é *aberto*, pois se trata de atrair para a organização alguma pessoa que não pertence aos seus quadros. Contudo, é importante distinguir os que se filiam ao partido sem ter tido anteriormente qualquer ligação indireta importante daqueles que antes de se filiar já tinham alguma relação indireta com as atividades partidárias. A relação indireta mais visível e relevante é a de parentesco – assim, a *forma fechada* de recrutamento consiste na integração dos filhos e demais parentes dos membros do partido.



O estabelecimento do grau mínimo de parentesco necessário para enquadrar essa forma de recrutamento dependerá sempre de convenção estabelecida pelo pesquisador. Em princípio, parentesco de primeiro até terceiro grau parecem ser o escopo mais adequado, mas isso é só uma possibilidade já que esse limite tem que ser justificado em cada pesquisa, de maneira contextualizada. Algumas vezes, esse caráter endógeno pode se manifestar em relação ao sistema político mais amplo, ou seja, filhos e parentes de políticos são recrutados por partidos diferentes de seus familiares. Casos como esses provavelmente são raros.

A análise dessa *forma de recrutamento* é importante porque ela permite identificar o volume e o peso do predomínio das famílias políticas nos partidos; permite avaliar o quanto alguns partidos são empresas familiares. Especialmente, no caso em que as famílias controlam a direção partidária, teremos “modelos de gestão” que seguirão mais a intuição e o desiderato dessas lideranças do que os conselhos dos técnicos e assessores ou as pressões da base. Tais partidos poderão ter dificuldades para competir no ambiente eleitoral e para renovar suas elites com pessoas que tenham capacidade de liderança, uma vez que seguem um processo sucessório baseado na substituição automática dos velhos dirigentes pelos seus parentes, e estes não necessariamente são os mais indicados para assumir tais posições ou terão o mesmo carisma da liderança anterior para manter a base partidária enquanto um grupo de seguidores.

Evidentemente, nem todos os parentes recrutados o são para assumir posições de liderança; tampouco todos eles possuem parentes que ocupam posição de importância dentro da organização. Em casos assim, parentes podem ser recrutados apenas para disputar eleições ou para compor a base do partido. Isso quer dizer que há o *recrutamento fechado* voltado à renovação da elite e o *recrutamento fechado* voltado à incorporação de novos membros à organização, seja para o incremento da base ou para a competição eleitoral. Estas duas *formas* têm significados e efeitos diferentes. O *recrutamento fechado* para a base pode evidenciar a importância que o contato indireto com o partido, por intermédio de um parente filiado, tem como fator motivacional para a adesão à organização; mas, do ponto de vista organizacional, seus efeitos são desprezíveis. O *recrutamento fechado* para a formação da elite também evidencia a relevância do parentesco para a filiação ao partido, mas tem efeitos relevantes para a organização, a composição da direção e a atuação eleitoral. O percurso para se chegar à posição de liderança estará obliterado para aqueles que não forem parentes diretos dos dirigentes, a

competição para cargos mais prestigiados e com poucas cadeiras em disputas estarão reservados aos “herdeiros de sangue” da elite partidária, a tomada de decisão sobre o programa e as estratégias da legenda serão restritas aos grupos familiares.

Quando o recrutamento é *aberto*, o novo filiado não tem relação de parentesco com nenhum dos membros da base ou da direção. Em partidos com *recrutamento aberto*, a renovação das elites segue outros critérios que não o da herança política familiar, tais como capacidade de liderança, habilidade para negociar, simpatia, carisma, eloquência, raciocínio estratégico, senso de oportunidade, grandes realizações, prestígio, entre outros. Nesse sentido, as novas lideranças terão que trilhar de maneira autônoma os caminhos que levam às posições de direção ou representação eleitoral, seja no interior da própria organização ou em outra instituição – no caso do *recrutamento aberto* ser *intensivo*. Os *recrutamentos abertos* para a base ocorrerão por afinidade programática ou interesse pragmático – ou seja, quando o objetivo é extrair alguma vantagem da filiação, como cargos, favores, candidaturas, apoios, etc. A gestão interna da organização estará mais propensa a interferências variadas, inclusive da burocracia e dos assessores. Os caminhos que levam às posições de liderança estão livres para a competição interna e conquista dos mais habilidosos e bem relacionados na rede dos grupos internos e dos apoiadores. Mesmo um partido com essa forma de recrutamento poderá ainda ser controlado de maneira centralizada, com a diferença de que o poder estará concentrado em uma elite não-hereditária.

Não obstante, os partidos também podem combinar essas formas de recrutamento. Um partido pode, por exemplo, promover o *recrutamento aberto* para a base e o *recrutamento fechado* para a direção e as posições de liderança e representação. Pode, ainda, recrutar de *forma aberta* e *fechada* tanto para a base como para o topo da organização, variando, entretanto, os respectivos graus – recrutamento aberto com maior volume para a base e com menor volume para o topo. Cada combinação será o resultado de uma estratégia de recrutamento quanto à forma e corresponderá às tentativas partidárias de adaptação às oscilações do ambiente político. Do mesmo modo, cada combinação terá efeitos diferenciados sobre a própria organização e sobre sua interação com o *habitat*. O **Quadro 2.3** sintetiza essas formas.

**Quadro 2.3 Formas de Recrutamento Partidário**

Forma	Característica
<b>Aberta</b>	Sem Parentesco Próximo com Membros Antigos da Elite Partidária
<b>Fechada</b>	Parentesco Próximo com Membros Antigos da Elite Partidária

### 1.5 Tipos de Recrutamento

Há dois tipos de recrutamento: *captação* e *recepção*. Quando ocorre a filiação por *captação*, há uma política proativa do partido, que atua de maneira deliberada na busca de novos membros, com ou sem experiência prévia. Nesse caso, os partidos podem atraí-los de duas maneiras ou subtipos: por *cooptação* ou *convicção*. Quando o membro é atraído por algum interesse conjuntural, visando a algum benefício circunstancial associado ao partido, como o oferecimento de vaga para candidatura a algum cargo eletivo, temos um processo de *captação-por-cooptação*. Se a atração envolver algum tipo de identificação com os objetivos, as metas, o programa ou a ideologia do partido, ocorrerá um processo de *captação-por-convicção*. Quando isso suceder, um membro potencial do partido será convencido de que somente um quadro dessa legenda será capaz de assegurar a defesa de certos valores e determinadas políticas.

Para os casos em que o partido simplesmente recebe novos membros como resultado da iniciativa deles próprios, ou seja, a organização tem uma atuação reativa, temos o recrutamento por *recepção*. Esta também contempla dois subtipos: *adesão* ou *identificação*. No primeiro caso, *recepção-por-adesão*, o novo membro toma a iniciativa de filiar-se ao partido em decorrência de algum interesse conjuntural e pragmático, como ter uma legenda que facilite sua candidatura em determinada eleição, por exemplo. Quando os novos membros se filiam espontaneamente ao partido porque se identificam com ele, suas lideranças, seu programa, suas políticas, temos então uma *recepção-por-identificação*.

O **Quadro 2.4** apresenta os tipos de recrutamento. Como pode ser percebido, as filiações por meio da *cooptação* e da *adesão* geralmente têm como motivação interesses meramente circunstanciais e pragmáticos, sejam dos partidos ou dos novos filiados. Já as filiações por *convicção* e por *identificação*, ao contrário, são motivadas por interesses

mais duradouros e programáticos, relacionados com alguma semelhança na visão de mundo dos novos filiados e dos respectivos partidos. Do ponto de vista da organização partidária, um comportamento proativo na busca de novos membros pode resultar na difusão de sua doutrina e, com isso, na captura de filiados que se identificam com sua visão de mundo – uma *captação-por-convicção*. Mas o partido também pode ser proativo na busca de membros cuja filiação será pragmática, por intermédio de interesses circunstanciais comuns – uma *captação-por-cooptação*. Já no caso de ser meramente reativo, o partido pode receber filiados com base nas mesmas características, ou seja, por *adesão* [relação pragmática] ou *identificação* [relação programática].

**QUADRO 2.4. Tipos e Subtipos de Recrutamento**

<b>Motivação</b>	<b>Captação</b>	<b>Recepção</b>
[Partidos e Novos Filiados]	[Atuação Proativa do Partido] [Atuação Reativa do Filiado]	[Atuação Reativa do Partido] [Atuação Proativa do Filiado]
Interesses Pragmáticos	Cooptação	Adesão
Interesses Programáticos	Convicção	Identificação

Baseando-se nessa classificação, é possível então distinguir aspectos importantes das filiações. Podemos, por exemplo, diferenciar aquelas que são baseadas em interesses estritamente pragmáticos daquelas alicerçadas em motivações de caráter mais programático. Podemos identificar as filiações resultantes de uma atuação proativa dos partidos e aquelas que nada mais são do que um comportamento reativo dessas organizações. Em outras palavras, é possível discernir os partidos que investem na busca de novos filiados daqueles que apenas reagem ao ambiente, recebendo filiados que os procuram. O mesmo pode ser diferenciado em relação aos filiados, ou seja, podemos identificar aqueles que procuram os partidos por interesses meramente circunstanciais e aqueles que o fazem em decorrência da identificação com seus programas e ideologias.

A combinação dos tipos e subtipos de recrutamento é igualmente uma estratégia partidária que pode ser antecipada. Os partidos podem recrutar membros visando aos interesses pragmáticos da organização e, ao mesmo tempo, fazendo apelos aos interesses pragmáticos dos novos filiados, combinando tal curso de ação com um recrutamento que

visa aos interesses ideológicos simultâneos da organização e dos recém filiados. Pode haver, inclusive, uma combinação de interesses ideológicos e pragmáticos seja do partido ou do recrutado, com gradações diversas. Recrutamentos pragmáticos podem combinar *cooptação* e *adesão*, assim como recrutamentos programáticos podem combinar *convicção* e *identificação*. Ou seja, o partido pode ser pragmático e programático e ativo ou reativo em graus variados conforme a circunstância e o contexto ambiental. O importante é detectar essas variações e identificar que tipo de recrutamento predomina em cada partido em determinado período, assim como as consequências disso para seu desempenho e sua evolução adaptativa.

## 2. METODOLOGIA

No início de sua obra clássica, Duverger (1951, 14) mostrou-se esperançoso em relação à agenda de pesquisas que seu estudo propunha, cogitando que “talvez seja possível, em cinquenta anos, descrever o funcionamento real dos partidos”. A despeito da diversidade de tipologias partidárias e definições conceituais de partidos que surgiu desde então, o fato constatado posteriormente pelos especialistas não confirmou as expectativas do cientista político francês. Crotty (1970), por exemplo, observou que enquanto proliferaram análises cada vez mais acuradas sobre os sistemas partidários, as pesquisas sobre as organizações dos partidos foram mais esparsas e pouco instrutivas. Para ele, entre o estudo pioneiro de Michels (1911) e a teoria mais robusta de Duverger (1951), não houve quase nenhum avanço; e entre a teoria dos partidos de Duverger e o início dos anos 1970, os acrescentamentos foram bastante modestos. De lá pra cá, novos estudos organizacionais foram produzidos e houve maior sofisticação analítica na abordagem organizacional, é verdade; porém, os estudos sobre as organizações partidárias ainda estão consideravelmente distantes em termos de volume e acurácia metodológica em comparação com as pesquisas sobre sistemas partidários.

Talvez Duverger (1951, 17) mesmo tenha encontrado a explicação mais razoável para esse hiato. Na apresentação de sua teoria geral dos partidos, ainda baseada numa “documentação incompleta, na qual as lacunas e incertezas são múltiplas”, o autor salientou desse modo as dificuldades inerentes a esse objeto em particular:

A organização dos partidos repousa essencialmente em práticas e hábitos não-escritos; ela se conserva quase inteiramente costumeira. Os estatutos e os regimentos internos jamais descrevem mais do que uma pequena parte da realidade, quando descrevem a

realidade, porque eles são raramente aplicados de forma precisa. Por outro lado, a vida dos partidos cerca-se intencionalmente de mistério – não se pode obter facilmente deles os ensinamentos precisos, mesmo elementares. Encontramo-nos aqui num sistema jurídico primitivo, no qual as leis e os rituais são secretos, no qual os iniciados os escondem ferozmente da vista dos profanos. Apenas os velhos militantes do partido conhecem bem as convulsões de sua organização e as sutilezas das intrigas que aí se entrelaçam. Mas eles raramente possuem um espírito científico que lhes permita conservar a objetividade necessária; e eles não falam espontaneamente. (DUVERGER, 1951, 16-17)

Em suma, os partidos são organizações formais, baseadas em regras, procedimentos, instâncias, todos previstos regimentalmente, mas, ao mesmo tempo, operam, em grande medida, por meio de processos informais que estão longe dos olhos do observador externo. Logo, os pesquisadores que se dedicam a estudar esse objeto lidam constantemente com alguns paradoxos. Em primeiro lugar, não há como escapar da análise dos estatutos partidários, mesmo sabendo que tais documentos revelam apenas parcialmente o que de fato ocorre dentro dessas organizações. Com frequência os especialistas são acusados de “tomar gato por lebre”, afinal, os estatutos, em princípio, dizem pouco a respeito da dinâmica interna da organização partidária. Diante disso, os pesquisadores consomem muito do seu precioso tempo de investigação elaborando justificativas lógicas e metodológicas para a validação dos estatutos como evidência empírica confiável. Em segundo lugar, tampouco há escapatória para a utilização de entrevistas abertas e em profundidade com os dirigentes visando a vislumbrar alguns vestígios que sejam dos “rituais secretos” dos partidos, embora se reconheça, como já o fizera Duverger, que suas declarações serão sempre cheias de vieses e reservas. Em terceiro lugar, apesar da crescente adesão e valorização da análise quantitativa, cada vez mais tomada como critério de cientificidade na Ciência Política, ainda há objetos que demandam ou que somente são acessíveis mediante pesquisas qualitativas, inclusive pela máxima imersão no objeto. Esse é o caso dos partidos políticos – toda uma esfera desse fenômeno só pode ser apreendida por meio da aproximação qualitativa de sua vida organizacional.

Provavelmente por isso Michels (1911) acabou realizando um estudo clássico que ainda é tomado como uma das principais referências na área. Ele mesmo um militante do Partido Social Democrata alemão, acabou empreendendo, sem o saber, o que hoje

poderíamos chamar de observação participante. Os “rituais secretos” eram acessíveis à sua observação precisamente porque ele era um participante dos processos partidários. Sua análise descritiva, carente de demonstrações empíricas mais palpáveis, pede ao leitor uma confiança irrestrita no que é narrado e sua credibilidade se baseia justamente no fato de que se tratava ali de um relato que provinha de um antigo militante do partido examinado. Contínuas vezes Michels foi criticado por ter privado seu estudo de dados mais objetivos, embora a lei de ferro da oligarquia continue estimulando o debate acadêmico e algumas pesquisas empíricas. Mesmo assim, Michels, e depois Duverger, estabeleceram os parâmetros para os estudos organizacionais dos partidos: a abordagem descritiva, os dados qualitativos, as entrevistas em profundidade, a observação de campo, a análise dos estatutos, dos membros e da estrutura organizacional continuam sendo o material básico dos estudiosos. Não obstante, os partidos seguem sendo organizações fechadas aos “profanos”, com “rituais secretos”, processos informais e toda uma variedade de fatores dificilmente acessíveis aos pesquisadores.

O que fazer diante disso? Não há outro caminho até o momento que não seja seguir dois cursos, quais sejam, (a) aprimorar cada vez mais os instrumentos metodológicos de coleta e análise dos dados e (b) triangular as informações para apura-las o máximo possível. Que informações podem ser trianguladas? Três conjuntos de variáveis organizacionais: (1) as lideranças ou dirigentes partidários, (2) os membros da base partidária e (3) os documentos partidários, principalmente seus estatutos. O tipo de enfoque dependerá do problema que orienta a investigação. Se algum pesquisador quer saber, por exemplo, como se dá a relação de autoridade dentro do partido, deverá levantar informações a esse respeito nesses três conjuntos de variáveis. O que diz o estatuto, o que dizem os dirigentes e os membros da base partidária? O cotejamento dessas informações pode trazer alguma luz para clarear o problema de pesquisa, assim como pode levantar novas questões a serem investigadas mais profundamente ou controvérsias a serem dirimidas com estudos focados em outros aspectos.

No que se refere ao aprimoramento das ferramentas metodológicas, há que se considerar o tipo de problema que motiva a investigação. Refinamentos conceituais, criação de novos conceitos e categorias, modelos de análise, tipologias, taxionomias, técnicas de coleta e manejo de dados, procedimentos estatísticos, entre outros, são ferramentas cujos desenvolvimento e inovação dependem do quebra-cabeças científico em tela. Obviamente, além da inovação original, desenvolvida na abordagem do

problema de pesquisa, também é possível transpor soluções metodológicas de outras áreas e/ou problemas para a resolução do quebra-cabeças específico que motiva os especialistas em estudos partidários.

No presente estudo, a proposta metodológica consiste em abordar as organizações partidárias por meio da triangulação de informações extraídas das lideranças, dos membros da base e dos documentos partidários. Como o recorte do problema de pesquisa é o conjunto de jovens membros dos partidos, o material empírico seguirá essa delimitação – jovens dirigentes, jovens membros da base partidária e dispositivos dos estatutos que tratam dos setores de juventude. Em termos teórico-metodológicos, esta tese procura contribuir por meio de duas inovações restritas ao problema investigado, que é o recrutamento partidário de jovens. A primeira é a proposição de uma definição conceitual mais abrangente de recrutamento partidário, que permite uma operacionalização mais detalhada no estudo desse fenômeno. A segunda é uma tipologia que permite enquadrar analiticamente o recrutamento partidário.

Mais especificamente, com base no enquadramento tipológico proposto anteriormente, esta tese analisará o recrutamento partidário de jovens em partidos selecionados do Estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, o encaminhamento da análise demanda a delimitação da faixa etária dos indivíduos que constituem o subconjunto de filiados dos partidos, assim como as justificativas para a escolha dos partidos considerados no estudo e o recorte do nível organizacional contemplado. Além disso, é necessário indicar a fonte dos dados primários e secundários, sua forma de coleta e organização, bem como os procedimentos utilizados para sua análise.

A propósito, outra contribuição deste estudo é precisamente o levantamento de dados primários, embora ainda exploratórios, sobre um problema a respeito do qual nenhum conhecimento havia sido produzido. Isso tem vantagens e desvantagens. A maior desvantagem é não ter nenhuma referência anterior na literatura para dialogar e toma-la como ponto de apoio para a proposição de hipóteses estatísticas mais robustas com testes mais sofisticados. Não foi encontrado qualquer *survey* prévio que pudesse servir de modelo para este estudo, cujos erros já fossem conhecidos e que, assim, pudessem ser evitados. A principal vantagem é que mesmo um levantamento exploratório já traz contribuições empíricas à agenda de pesquisa sobre partidos e recrutamento político.



## 2.1 Delimitação do Objeto da Análise

Considerando que o objetivo desta tese é analisar o recrutamento partidário de jovens, é necessário delimitar de modo mais preciso o objeto dessa análise, ou seja, os critérios de inclusão de identificação dos filiados dos partidos selecionados que pertencem a esse grupo. Obviamente, a faixa etária é medida em anos, mas isso pode ser muito variável a depender do pesquisador, pois a proposição do recorte sempre será uma convenção. Não obstante, convenção não é arbitrariedade desde que sejam devidamente justificados os critérios adotados.

Nas Ciências Sociais, as definições de juventude, inclusive no seu aspecto cronológico, normalmente aparecem relacionadas ao contexto social, político, cultural, econômico e institucional específico dessa categoria sociológica. Na tentativa de transcender explicações da condição juvenil a partir de argumentos que atribuem uma essência a esse segmento, tais como “revolucionária”, “apática”, “violenta”, entre outras, desenvolveram-se basicamente três correntes sociológicas de análise – geracional, classista e das culturas juvenis (PAIS, 1993). Por isso é comum encontrarmos variações das faixas etárias que identificam a juventude em diversos estudos e até nas agências estatais, especialmente em virtude do tema e do objeto investigado. No âmbito das políticas públicas no Brasil, por exemplo, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852) e a Secretaria Nacional de Juventude reconhecem o intervalo de 15 a 29 anos como a população jovem. Essa extensa faixa desdobra-se em três subgrupos: a do jovem adolescente (15-18), do jovem (18-24) e do jovem adulto (25-29). Já as Nações Unidas delimitam a população juvenil na faixa dos 15 aos 24 anos, e a Organização Mundial da Saúde considera jovens aqueles situados no intervalo de 10 a 19 anos.

Como se trata de estabelecer aqui a faixa etária que caracteriza essa população no contexto da política partidária e, levando em consideração a amplitude de todos os estudos da área (CALIARI, 2009) e, principalmente, as idades mínimas para exercer o direito de voto e para ser candidato a senador, o presente trabalho adotará o intervalo de 16 a 34 anos para identificar os filiados jovens.<sup>29</sup> Por ser bastante ampla, em termos operacionais, essa faixa etária foi dividida em três categorias, conforme indicado no **Quadro 2.5**.

---

<sup>29</sup> A idade mínima para candidaturas a Vereador é 18 anos, a Deputado Estadual e Federal, Prefeito e Vice-prefeito, 21 anos, a governador e vice-governador, 30 anos e a Presidente da República, Vice-Presidente, 35 anos.

**Quadro 2.5. Faixa Etária dos Jovens Filiados aos Partidos Analisados no Estudo**

<b>Categoria</b>	<b>Faixa Etária</b>
<b>Jovens Adolescentes</b>	16 e 17 Anos
<b>Jovens</b>	De 18 a 29 Anos
<b>Jovens Adultos</b>	De 30 a 34 Anos

## **2.2 A Seleção dos Partidos**

Evidentemente, o ideal seria analisar o recrutamento de jovens em todos os partidos brasileiros e em todas as seus níveis organizacionais – nacional, estadual e municipal. Essa, porém, é uma agenda de investigação de longo prazo que demandará a colaboração de diversos pesquisadores. Os limites de tempo e recursos para a realização deste estudo impuseram a parcimônia quanto ao escopo da análise, o que significou a seleção de alguns partidos e de uma única instância organizacional. Essa seleção não foi aleatória; pelo contrário, foi orientada por critérios pragmáticos e também metodológicos.

Primeiramente, a escolha do nível organizacional dos partidos a serem analisados seguiu o critério pragmático da viabilidade logística do levantamento das informações, especialmente as primárias, em decorrência da proximidade do objeto do estudo. Assim, o nível organizacional foi o estadual, mais propriamente o Rio Grande do Sul. É claro que o nível escolhido poderia ter sido o municipal, especificamente o município de Porto Alegre; contudo, dois fatores justificaram a escolha do partido em nível estadual. Em primeiro lugar, isso permitiu lidar com a esfera organizacional mais relevante dos partidos selecionados dentro do nível mais acessível para a análise; em segundo lugar, isso possibilitou o acesso às lideranças jovens em cuja esfera elas de fato têm maior atuação, assim como de um número maior e mais variado de filiados.

Os critérios adotados para a seleção dos partidos são a importância no quadro político estadual e a ideologia. Com base nisso, foram selecionados os seguintes partidos: PMDB, PDT, PP, PT e PSDB, DEM e PCdoB. Com relação ao espectro ideológico, de acordo com a classificação de Müller (2005), Marengo e Serna (2007) e Perissinotto e Miriade (2009), DEM e PP representam a direita, PMDB e PSDB o centro e PT, PCdoB

e PDT esquerda. Assim, estão incluídos na pesquisa partidos importantes no cenário estadual que abrangem o espectro ideológico, como mostra o **Quadro 2.6**.<sup>30</sup>

**Quadro 2.6. Partidos Selecionados, de Acordo com o Tamanho e a Ideologia**

Esquerda	Centro	Direita
PDT	PMDB	PP
PT	PSDB	DEM
PCdoB		

### 2.3 Fonte dos Dados e Técnicas de Análise

Esta pesquisa lida com dados primários e secundários, qualitativos e quantitativos. Os dados primários correspondem às informações coletadas junto aos partidos selecionados, incluindo-se entrevistas abertas e semiestruturadas com lideranças das alas jovens [material qualitativo], um *survey* com uma amostra por quota dos jovens filiados [material quantitativo] e observação de campo. Os dados secundários são referentes aos documentos partidários [material qualitativo]. Esse material empírico exige técnicas de análise diferentes. Não obstante, a análise dos dados, tanto quantitativos como qualitativos, baseou-se na tipologia do recrutamento partidário aqui proposta, visando a identificar as estratégias utilizadas pelos partidos, se proativas ou reativas, se intensivas ou extensivas, se os jovens são atraídos mais por identificação, cooptação, associação ou convicção – ou seja, se por interesses pragmáticos e conjunturais ou por interesses programáticos e proximidade de valores. Além disso, nos casos de *recrutamentos extensivos*, os quais pressupõem o cumprimento de todas as três etapas do recrutamento, o enfoque é nos mecanismos internos das organizações partidárias destinadas à formação

---

<sup>30</sup> Obviamente, a classificação ideológica dos partidos é algo que gera bastante controvérsia entre os especialistas. Intuitivamente, sabemos que um mesmo partido pode ser um comportamento diferente em dois estados e, assim, deveria ser classificado de maneira diversa a depender do estado em questão. Além disso, as classificações existentes normalmente se baseiam no comportamento nacional dos partidos, dando a entender que eles possuem uma uniformidade que, na prática, não ocorre. Contudo, como o tema central desta tese não se relaciona diretamente com a posição ideológica dos partidos, embora ela seja importante para distinguir uma possível relação entre o tipo de recrutamento e a ideologia partidária, a decisão foi seguir as classificações já propostas pela literatura.

e ao treinamento desses quadros, bem como os espaços abertos para sua possível carreira política como liderança partidária.

### *2.3.1 Entrevistas Semi-Estruturadas com as Lideranças Jovens dos Partidos*

No caso das entrevistas abertas, foram entrevistados todos os presidentes das alas jovens dos partidos selecionados.<sup>31</sup> Além disso, eventualmente, foi entrevistada outra liderança jovem ou mesmo adulta, com a finalidade de complementar algumas informações que se mostraram relevantes. Ao todo, foram realizadas 21 entrevistas em três rodadas. A primeira teve um caráter exploratório e auxiliou a mapear questões a serem aprofundadas em entrevistas posteriores com os mesmos dirigentes, assim como a identificar possíveis contatos para futuras entrevistas e fontes de dados disponíveis para a coleta. Na segunda rodada, as entrevistas tiveram o objetivo de investigar os delineamentos de aspectos do recrutamento partidário e levantar novas questões. A terceira rodada incluiu os novos presidentes das alas de juventude, pois durante o período do levantamento de dados ocorreram substituições em alguns partidos. Foram incluídas também outras lideranças, como secretários de diversas frentes da executiva de juventude.

Portanto, nas duas primeiras rodadas, no caso das juventudes em que não houve troca de executiva, algumas entrevistas foram realizadas com as mesmas pessoas; já nos casos em que houve a troca, novos entrevistados foram agregados. Assim, com um maior número de entrevistados, foi possível constituir um expressivo volume de dados primários que permitiram perceber se determinadas percepções são recorrentes entre os entrevistados ou se cada um tem uma visão diferente do processo de recrutamento.

A primeira rodada de entrevistas foi realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2012. A segunda rodada ocorreu entre março e abril de 2014, com os presidentes das Juventudes do DEM, PP, PSDB, PMDB, PDT, PT e PCdoB. Naquela ocasião, tratou-se com cada uma das lideranças a melhor estratégia para replicar entre os filiados jovens do respectivo partido a versão *online* do *survey*. A expectativa inicial era a de que as lideranças de juventude disponibilizassem os cadastros de *e-mail* dos jovens filiados. Assim, seria possível lhes contatar diretamente por *e-mail* e apresentar-lhes a pesquisa para solicitar sua colaboração mediante o preenchimento do questionário num sistema *online*. No entanto, as lideranças resistiram em ceder os seus *mailings*. Como

---

<sup>31</sup> O roteiro de entrevista pode ser visto no ANEXO 1.

alternativa, eles próprios se ofereceram para intermediar essa relação e enviar o *link* para o questionário da pesquisa.<sup>32</sup> A única liderança que disponibilizou os seus contatos para a pesquisa e permitiu a interlocução direta com os seus filiados foi o Presidente da Juventude Socialista do PDT-RS. Também na ocasião dessas entrevistas foi solicitado o quantitativo dos seus respectivos filiados jovens [de 16 a 34 anos], supondo que os cadastros dos partidos são mais atualizados que os disponibilizados pelo Superior Tribunal Eleitoral (TSE). Por fim, a última série de entrevistas ocorreu em julho e agosto de 2014.

Todas as entrevistas foram registradas em áudio, resultando em 13 horas de gravação. Esse material foi transcrito e compõe o acervo de dados empíricos da pesquisa. Sua análise documental seguiu o protocolo estabelecido pelo modelo tipológico do recrutamento partidário e as próprias questões foram estruturadas com base nas categorias dessa tipologia. Ou seja, as perguntas foram feitas com o objetivo de levantar informações acerca dos processos de filiação, formação e seleção de lideranças jovens. O **Quadro 2.7** mostra a lista dos entrevistados.

---

<sup>32</sup> A Carta de Apresentação da pesquisa e o Questionários estão no Anexo 2.

**Quadro 2.7. Lideranças de Juventude Entrevistadas**

<b>Partido</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>Posição na Executiva de Juventude</b>	<b>Data</b>	<b>Rodadas</b>
<b>PTB</b>	Arthur da Veiga	Presidente da Juventude do PTB	Novembro 2012	1
<b>PSD</b>	Letícia Giardim	Presidente da Juventude do PSD	Novembro 2012	1
<b>PP</b>	Fernandinho Lopes	Presidente da Juventude Progressista Gaúcha	Março 2014	2
<b>PP</b>	Gabriel Fogaça	Presidente da Juventude Progressista Gaúcha	Agosto 2014	3
<b>PP</b>	Mario Augusto de Freire Gonçalves	Secretário Geral da Juventude Progressista Gaúcha	Agosto 2014	3
<b>PP</b>	Bernardo Corazza	Vice-Presidente de Mobilização da Juventude Progressista Gaúcha e presidente da Juventude Progressista de Porto Alegre	Agosto 2014	3
<b>DEM</b>	Roberta Faraco	Secretária Estadual da Juventude Democrata RS	Agosto 2014	2
<b>DEM</b>	Leonardo Maricato	Presidente Estadual da Juventude Democrata RS	Agosto 2014	3
<b>PSDB</b>	Michely Petri	Presidente Estadual da Juventude do PSDB-RS	Outubro 2012 Março 2014	1 e 2
<b>PSDB</b>	Ramiro Rosário	Secretário Geral da Juventude do PSDB-RS	Setembro 2014	3
<b>PDT</b>	João Henrique Cella	Presidente Estadual da Juventude Socialista	Outubro 2012 Março 2014	1 e 2
<b>PDT</b>	Natashe Inhaquite	Presidente da Juventude Socialista de Porto Alegre	Outubro 2014	3
<b>PT</b>	Ariane Leitão	Ex-dirigente da JPT Nacional e Estadual	Outubro 2012	1
<b>PT</b>	Iris Carvalho	Secretária da Juventude do PT-RS	Março 2014	2
<b>PT</b>	Rossana Preux e Ariely Castro	Coordenadora de Mobilização da Juventude do PT RS e Coordenadora de Movimentos Sociais	Outubro 2014	3
<b>PCdoB</b>	Ticiane Alvares	Presidente da UJS	Novembro 2012	1
<b>Pc do B</b>	Marcos Pushalski	Presidente da UJS RS	Março 2014	2
<b>PCdoB</b>	Cristina Ely	Secretária de Juventude do PC do B RS	Setembro 2014	3
<b>PMDB</b>	Daniel Kieling	Presidente da Juventude do PMDB	Outubro 2012 Abril 2014	1 e 2
<b>PMDB</b>	Roberto Fantinel	Presidente da Juventude do PMDB	Outubro 2014	3

\* Total 21 entrevistas realizadas, 362 páginas transcritas.

### 2.3.2 Análise dos Documentos Partidários e Observação de Campo

Os documentos partidários foram levantados junto às suas páginas na *internet* e ao Tribunal Superior Eleitoral. Os conteúdos dos seguintes documentos foram submetidos a uma análise exploratória discriminante: Estatutos, Programas, Estatutos de órgãos, Resoluções, Chamadas e Editais para conferências. Essa análise inicial cumpriu o propósito de identificar os documentos que trazem subsídios formais mais diretos sobre os processos de recrutamento. Essa primeira depuração resultou na identificação de dois documentos centrais para o propósito deste estudo, quais sejam, os Estatutos e, em alguns casos, os Programas.

Os Estatutos regulamentam a Lei Orgânica dos Partidos Políticos [nº 9096] ao estabelecerem a maneira pela qual estes se estruturam em órgãos de ação e direção nos níveis federativos e, desse modo, podem revelar suas expectativas quanto à atuação dos militantes e ao perfil dos quadros que pretendem formar. Normalmente concebidos como órgão de ação, alguns segmentos de juventude partidária têm Estatutos que também abordam questões relativas ao recrutamento. Os Programas, por sua vez, são dedicados ao registro das propostas mais amplas para a sociedade, para o sistema político e as instituições, raramente tratam de questões internas dos partidos. Como material complementar, reuniu-se matérias de jornal, revistas e mídia eletrônica que trataram do tema da juventude partidária, assim como os jornais informativos dos próprios segmentos de juventude. Ainda foram considerados *flyers* de divulgação de eventos, campanhas de filiação e eleitorais, além de uma variedade de outros materiais gráficos produzidos pelas juventudes partidárias.

Além disso, a necessidade de conhecer mais detalhadamente a participação dos jovens nos partidos selecionados e, principalmente, o imperativo de garantir uma coleta de dados satisfatória, requereu alguma imersão no objeto de estudo, nomeadamente observação de campo em algumas atividades partidárias. Muitas impressões foram registradas e corroboram os elementos identificados nos Estatutos Partidários, nas entrevistas em profundidade e nas percepções dos filiados capturadas pelo *survey*. Tanto a observação de campo como a análise os documentos também seguiram o enquadramento do modelo tipológico proposto – as informações foram consideradas em relação aos processos de filiação, formação e seleção. Abaixo, o **Quadro 2.8** traz as instâncias e eventos que, além das entrevistas, foram objetos de observação de campo.

### **Quadro 2.8. Eventos e Instâncias Tomados como Objetos da Observação de Campo**

- Campanha Voto aos 16 anos da Juventude Progressista Gaúcha
- Inauguração do Comitê da Candidata a Governadora do RS e Senadora Ana Amélia Lemos, na Sede Municipal do PSDB POA
- Reunião de Planejamento de Ações da Juventude para a Campanha da Coligação Esperança que Une o Rio Grande das Juventudes do PP, PSDB, Solidariedade e PRB
- Seminário da Juventude Progressista de Cruz Alta
- Seminário Jovens Multiplicadores Liberais da Juventude Democratas
- Convenção Estadual do PSDB para acompanhar a defesa da Tese da Juventude
- Seminário Papo Reto da Juventude do PSDB
- 22ª Convenção Estadual da Juventude do PMDB
- Plenária do Diretório Municipal do PMDB Porto Alegre (Pré-Eleição 2º Turno)
- Congresso Estadual da Juventude do PT
- Reunião da Secretaria Estadual de Juventude do PT para elaboração da Proposta de Políticas Públicas de Juventude para o Plano de Governo da Coligação Unidade Popular pelo Rio Grande
- Mobilização da Juventude do PT RS para o 2º turno das eleições de 2014
- Inauguração do Comitê Eleitoral da Juventude UJS/PCdoB RS
- Atividade da UJS na EEEM RIO Branco, com a presença do Vereador João Derli
- Inauguração do Comitê de Campanha da Candidata à Deputada Estadual Juliana Brizola
- Debate da Juventude Socialista (PDT RS) sobre o Plano Nacional de Educação

#### *2.3.3 Survey com os Filiados Jovens dos Partidos*

As entrevistas fechadas foram aplicadas visando ao levantamento das percepções dos jovens que não necessariamente ocupam posições de comando e, assim, representam as opiniões de um perfil mais amplo de filiados quanto ao recrutamento partidário no Rio Grande do Sul. O instrumento empregado foi um questionário, cujas perguntas, fechadas na sua maioria, e algumas abertas, foram concebidas e organizadas em três blocos, de



acordo com a definição de recrutamento partidário empregada neste trabalho.<sup>33</sup> Portanto, há questões que dimensionam os processos de adesão, formação e seleção partidárias.<sup>34</sup>

Diante da impossibilidade de selecionar os casos aleatoriamente e contatá-los para aplicar os questionários, o desenho amostral viável para o levantamento dos dados foi de natureza não-probabilística. Um procedimento probabilístico exigiria o levantamento de uma amostra aleatória estimando-se a margem de erro e os níveis de confiança, somente possíveis de serem alcançados com base na lista de filiados em todo o estado, com os seus respectivos contatos e endereços. Num contexto de pesquisa assim, os entrevistados teriam de ser selecionados por sorteio, uma equipe de pesquisadores de campo deveria contata-los diretamente e aplicar-lhes o questionário. Como a presente pesquisa não dispõe de recursos financeiros e humanos necessários para esses procedimentos, a opção viável de acesso às informações foi a amostragem não-probabilística autosselecionada. Ou seja, aqueles que acessaram o questionário online e o preencheram adequadamente compuseram a amostra utilizada. Assim, inicialmente, o universo da pesquisa foi contatado por meio eletrônico [*e-mail* e redes sociais] para o envio de uma carta de apresentação da pesquisa com o *link* para o questionário.

De posse dos dados coletados nos primeiros seis meses por intermédio do questionário *online*, buscou-se alternativas para tornar a amostra a mais representativa possível. A escolha foi definir uma nova amostra, agora com 100 casos, controlada por quotas de sexo, faixa etária e partido. Esse procedimento tornou necessário excluir alguns questionários coletados e incluir outros novos, com a finalidade de compor os perfis das quotas adequadamente. Portanto, com base na amostra autosselecionada, foi então desenhada uma nova amostra, por quota.

Os dados sobre filiação partidária gerados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foram o parâmetro populacional para a definição das proporções representadas na amostra por quotas. Com isso, a amostra contou com 100 casos que se aproximam da proporção dos subgrupos encontrados na população. Essa representatividade foi testada por meio do qui-quadrado, um teste não paramétrico para comparar a semelhança entre a população e

---

<sup>33</sup> O quadro de variáveis está no ANEXO 3 . Além dos três blocos de perguntas dedicadas a apreender as dimensões das etapas do recrutamento partidário, foi incluído também um bloco relativo ao delineamento do perfil socioeconômico dos entrevistados.

<sup>34</sup> Cabe ressaltar que a pesquisa de opinião exigiu uma investigação aprofundada de questionários já aplicados em estudos sobre partidos e comportamento político, para a identificação das possíveis variáveis a integrar o instrumento de medida e, por último, formatá-lo adequadamente à abordagem da tese. Assim o planejamento do questionário ocupou um tempo importante de execução da pesquisa.

a amostra. O teste qui-quadrado ( $\chi^2$ ) para a amostra compara valores esperados e observados, conforme a equação  $\chi^2 = \sum [(fo - fe)^2/e]$ , em que  $fo$  é igual à frequência observada para cada classe e  $fe$  é a frequência esperada para aquela classe. Quanto mais próximo de 1 for o valor  $P$ , menor a diferença proporcional entre a distribuição de uma e outra e, ao contrário, quanto mais próximo o valor de 0, maiores as diferenças entre a amostra e a população.<sup>35</sup>

A **Tabela 2.1** apresenta a caracterização da amostra e da população de jovens filiados aos sete partidos analisados. Na primeira linha temos os números absolutos ( $n$ ) da amostra e da população de jovens e o  $p$ , respectivamente. Nas demais linhas estão registrados os valores percentuais da amostra e da população, segmentados por sexo, faixa etária, partido e os valores de  $p$ . Em relação ao teste  $p$ , os resultados demonstraram significância dos casos selecionados em relação à população. Ou seja, há pouca ou nenhuma diferença estatística entre as características das quotas da população e a amostra. A **Tabela 2.2** apresenta a quantidade de filiados jovens de acordo com o partido.

**Tabela 2.1 Caracterização da Amostra e Comparação com os dados do TSE**

Variáveis		Amostra (n=100)	TSE (n=160.513)	Valor P
		%	%	
Sexo	M	54	52,9	0,826
	F	46	47,1	
Faixa etária	18-20	4	2,7	0,593
	21-24	10	12,3	
	25-34	86	85	
Partido	DEM	4	4,4	1,000
	PP	19	19,4	
	PSDB	11	10,6	
	PMDB	25	24,7	
	PDT	20	20,4	
	PT	18	18,1	
PCdoB	3	2,2		

Fonte: Elaboração própria

<sup>35</sup> “O valor  $-p$  para o teste qui-quadrado de independência é uma probabilidade da cauda direita, acima do valor observado da estatística-teste” (AGRESTI and FINALAY 2012, p 122). O teste também pode ser calculado no software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) e foi este o recurso utilizado nesta pesquisa.

**Tabela 2.2 Distribuição da Amostra de Acordo com os Partidos e a Ideologia (%)**

Cotas	Categorias	Amostra (n=100)
Partido	DEM	4
	PP	19
	PSDB	11
	PMDB	25
	PDT	20
	PT	18
	PC do B	3
Espectro Ideológico	direita	23
	centro	36
	esquerda	41

Fonte: Elaboração própria

A população é formada por 160.513 filiados de 18 a 34 anos, entre os quais 56,8% declaram ser do sexo masculino e 43,2%, do sexo feminino. Na amostra de 100 casos, 54% são mulheres e 46%, homens. Os jovens com idade entre 18 a 20 anos contribuem com 2,7% da população e com 4% da amostra. Aqueles situados na faixa de 21 a 24 anos somam 12,3% do total de filiados jovens e 10% dos casos selecionados. Os jovens adultos de 25 a 34 anos tem a maior representatividade na população, 84,8%, assim como na amostra, 86%. Quanto à proporção dos partidos, a juventude Democrata agrega ao universo pesquisado 5,7%; já na amostra estão presentes 4% de respondentes dessa agremiação. 20,3% de jovens filiados a partidos no Estado são Progressistas, representando 19% dos entrevistados; 8,8% dos filiados têm vínculo com PSDB e, entre os investigados, somam 11%. Os partidários do Movimento Democrático Brasileiro contam com 24,5% e, ao lado dos Trabalhistas do PDT, com 24,5%, são os maiores em termos de juventude partidária no Estado, fornecendo à amostra 24,7% e 20,4% dos questionários respectivamente. Os jovens do Partido dos Trabalhadores incluem 14% a esse universo e 18% à amostra. Por último, 2,1% da população pertencem ao PCdoB, sendo contemplados no *survey* com 3% dos entrevistados.

Como salientado, essa amostragem por quotas aproveitou-se das respostas já coletadas e foi complementada de acordo com o cálculo amostral, de modo a preencher os perfis faltantes. Em alguns casos, a alternativa para obter maior retorno dos questionários foi o contato pessoal com os jovens em eventos do partido. Em decorrência disso, a coleta dos dados do *survey* requereu o acompanhamento das agendas de atividades das sete juventudes partidárias em diversos municípios gaúchos. Em alguns

casos, para fechar a amostra, o único recurso disponível foi buscar os filiados individualmente, por indicação. Com isso, a formação da amostra exigiu uma combinação de estratégias de aproximação dos militantes jovens, tanto por meio digital como presencial. Como consequência do envolvimento com as atividades partidárias, abriu-se a possibilidade de realizar observações de campo acerca dos procedimentos e das discussões envolvendo os filiados jovens.

Ao finalizar a coleta, 308 filiados tinham acessado os questionários *online* e impressos. Destes, 197 foram preenchidos corretamente e puderam ser aproveitados, mas 11 respondentes declararam ter idade acima de 34 anos, ultrapassando a coorte considerada como juventude. Desse modo, 186 questionários podiam ser utilizados. Ocorre que havia então duas amostras, uma, maior, com casos recolhidos pela técnica de autosseleção, e outra com casos recolhidos por quotas. O problema é que a amostra maior seria considerada menos acurada porque se tratou de uma autosseleção daqueles que decidiram preencher o questionário *online*. Por outro lado, a amostra por quotas, embora seja a mais utilizada nas pesquisas de mercado atualmente, tinha um número menor de casos, ou seja, 100. Para resolver esse problema, foi realizada uma análise comparativa das frequências da amostra por quotas de 100 casos e o total dos questionários válidos coletados [186], e, em poucas variáveis, foram detectadas diferenças substanciais nas tendências de distribuição de respostas. No entanto, ao aplicar o teste  $\chi^2$ , as diferenças entre a proporção de jovens por faixa etária na amostra e na população são totais, quando observados os critérios partido e faixa etária [0,000], e um pouco menor em relação à variável sexo [0,410]. Assim, a alternativa foi trabalhar com os dados da amostra por quotas. A Tabela 2.3 descreve as informações referentes ao questionário.

**Tabela 2.3 Descrição de Informações sobre os Questionário (N)**

Questionários	Total
Acessados	308
Preenchidos corretamente	197
Dentro da faixa etária de 18 a 34 anos	186
Amostra por cotas	100
Excedente de questionários	86
On line	95
Impressos	102

No que tange à análise das percepções sobre recrutamento partidário dos jovens filiados, recorro, basicamente, à estatística descritiva e teste de associação, como o qui-quadrado e a análise de resíduos<sup>36</sup>. Os resíduos referem-se à diferença entre uma frequência observada ( $f_o$ ) e uma esperada ( $f_e$ ) e auxiliam na identificação das células em que há uma variação associada ou dependente entre duas categorias. A relação de dependência e, portanto, de rejeição da hipótese nula ( $H_0$ ), é evidenciada por um resíduo de valor acima de 2. Como o teste qui-quadrado apenas sugere uma associação, aplico a análise de resíduos para identificar a direção e as categorias em que há uma associação.

Devido à natureza dos dados levantados, não é recomendável a construção de modelos preditivos, uma vez que a amostragem por quotas não permite generalizações muito seguras para a população e tampouco previsões estatísticas (KISH 1965; HANSEN, HURWITZ and MADOW 1966; CURWIN and SLATER 1991; CURTICE and SPARROW 1997). Neste ponto, é crucial fazer uma nota de cautela metodológica acerca das limitações dos dados levantados e os resultados de sua análise. Sendo o censo impossível, que é o ideal, procede-se à amostra.

Uma amostra é um subconjunto da população e sua extração pode ocorrer de diversas maneiras, a depender dos recursos, objetivos e condições da pesquisa. Considerando-se que um *survey* consiste numa coleta de dados amostrais para descrever, buscar correlações e fazer previsões ou inferências indutivas a respeito de uma população, é indispensável que a amostra seja representativa. Por isso, o tipo de amostra faz toda a diferença no que se refere ao grau de confiança que se tem no levantamento para se fazer generalizações. A amostragem mais confiável para fazer generalizações e previsões é a probabilística, pois ela permite que cada um dos indivíduos da população tenha a mesma probabilidade de ser selecionado no levantamento das informações, já que a escolha

---

<sup>36</sup> Este trabalho teve orientação técnica de duas profissionais da estatística para a definição do tipo de coleta e amostra, bem como a análise dos dados. Foram consultadas a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jandyra Maria Guimarães Fachel, Doutora em Estatística (University of London), do Núcleo de Assessoria Estatística da UFRGS (NAE); e a Prof<sup>a</sup> Ms<sup>a</sup> Ceres Andreia Oliveira, Bacharel em Estatística (UFRGS) e Mestre em Engenharia de Produção pela UFRGS. Embora tenham oferecido orientações contrárias sobre a definição da amostra, as duas concordaram quanto ao tipo de coleta, por meio de questionários *on line* e presencial, e exploração dos dados descritivamente, com a utilização de tabelas de frequência e cruzamentos simples, uma vez que estes procedimentos dão conta satisfatoriamente dos propósitos deste trabalho, de natureza exploratório e que não parte de hipóteses. Quanto à amostra, a Prof<sup>a</sup> Jandyra Fachel, do NAE, defendeu a utilização de todos os casos coletados (186), enquanto a Prof<sup>a</sup> Ceres Oliveira afirmou ser possível utilizar a amostra por autoseleção e cotas e apresentou o teste qui-quadrado como possibilidade de verificar a representatividade das proporções da amostra em relação à população. Devido aos motivos já detalhadamente expostos, optei pela amostra por quotas.

amostral é aleatória. A amostra estratificada por quotas, por sua vez, é um tipo de amostra não-aleatória, em que os indivíduos são selecionados a partir de grupos ou estratos previamente estabelecidos pelo pesquisador, de acordo com determinadas categorias sociais, políticas, demográficas ou econômicas. Seu preenchimento segue as proporções de entrevistados *vis-à-vis* a população, de forma intencional pelo entrevistador.

Em outras palavras, a amostragem por quotas é uma seleção não-aleatória de estratos populacionais baseada em julgamentos e pressupostos não probabilísticos e, assim, sem possibilidade de mensuração do erro amostral (HANSEN, HURWITZ and MADOW 1966). A seleção dos entrevistados se dá por conveniência, de modo que pode haver elevado risco de viés na coleta e superestimação dos resultados (CURTICE, JOHN and SPARROW 1997). Isso exige bastante cuidado em relação às generalizações porque os desvios das amostras por quotas geralmente são maiores (MOSER and STUART 1953) uma vez que as fórmulas para calcular as margens de erro são próprias das amostras aleatórias (KISH 1965).

Em razão disso, na amostragem por quotas é impossível determinar a margem de erro e o nível de confiança da pesquisa. Ocorre que de uma mesma população é possível extrair diversas amostras e cada qual pode apresentar resultados diferentes. A diferença nos resultados é importante e ela será diminuída se a amostra for aleatória e representativa. Os dados estatísticos são variáveis aleatórias e é uma função dos elementos da amostra. Os dados significativos devem corresponder a um conjunto de valores previsíveis em repetidas amostragens. Esse padrão é a distribuição amostral da estatística populacional e somente a partir de seu conhecimento é possível estabelecer o erro amostral em relação ao valor do parâmetro populacional. Dados amostrais por quotas carecem de precisão, pois isso depende do tamanho da amostra e da aleatoriedade.

Desse modo, embora seja uma técnica que vise minorar os riscos de se chegar a uma amostra que não contemple as nuances existentes em uma população, como as diferenças por gênero, renda, escolaridade, idade etc., ainda assim, a amostragem por quotas tem seus limites, justamente por não se caracterizar como um procedimento probabilístico (SELLITZ; WRIGHTSMAN; COOK, 2007). Contudo, devido à impossibilidade de se obter uma amostra desse tipo em certos contextos, as amostragens não-probabilísticas por quotas e/ou autoselecionadas são empregadas com frequência em pesquisas acadêmicas, de mercado e eleitorais, pois elas têm a vantagem de trazer uma estimativa exploratória acerca do universo pesquisado sem o dispêndio de muitos

recursos e com rapidez. Além disso, nem sempre se pretende fazer um estudo amostral para produzir generalizações para a população. Muitas vezes, é desejável estimar a variedade de elementos da população, o que é possível pelo uso das quotas (SELLTIZ, WRIGHTSMAN and COOK 1976).

Portanto, mesmo com essas limitações do ponto de vista técnico, a amostragem por quotas é um recurso que torna viável parte de inquéritos de opinião e que também possibilita captar estimativas exploratórias acerca de processos políticos, como o recrutamento partidário. Suas limitações podem ser reduzidas quanto seus resultados são avaliados em paralelo com outras informações derivadas de fontes de dados diversas. Desse modo, é importante registrar que o levantamento por quotas utilizado nesta pesquisa tem seus limites, seus resultados devem ser interpretados com cautela. Procurei dar maior subsídios empíricos a esses dados por meio da checagem de outras fontes de informação, nomeadamente as entrevistas em profundidade com as lideranças das juventudes partidárias, a observação de campo e a análise dos estatutos dos partidos. De qualquer modo, para uma análise exploratória, essa abordagem pode trazer informações relevantes. A seguir, o Quadro 10 apresenta em detalhes o material empírico analisado.

**Quadro 2.9. Especificação dos Dados e das Técnicas de Análise**

Dados e Técnicas de Análise	Fonte dos Dados
<p><b>Informações sobre filiados no RS (TSE)</b> [Dados Secundários] [Estatística Descritiva]</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Banco de dados de 1.026.684 filiados aos partidos investigados no Rio Grande do Sul, distribuídos por faixa etária, gênero e município</li> </ul>
<p><b>Entrevistas em profundidade com lideranças das Juventudes organizadas do DEM, PP, PSDB, PMDB, PDT, PCdoB, PT no Rio Grande do Sul</b> [Dados Primários] [Análise Interpretativa/Classificação Tipológica]</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 2 Presidentes Estaduais da Juventude Progressista Gaúcha</li> <li>▪ Secretário Geral da Juventude e Secretário de Relações Políticas da Executiva Estadual do PP</li> <li>▪ Secretário de Comunicação do Diretório de Juventude Estadual e Presidente da Juventude Progressista de Porto Alegre</li> <li>▪ O Presidente e a Secretária Geral da Juventude do Democratas RS</li> <li>▪ A Presidenta e o Secretário Geral da Juventude do PSDB</li> <li>▪ 2 Presidentes Estaduais da Juventude do PMDB</li> <li>▪ Presidente da União da Juventude Socialista e Coordenadora de Juventude da Executiva Estadual do PCdoB</li> <li>▪ Presidente Estadual da Juventude Socialista (JS / PDT) e Presidenta da JS Porto Alegre</li> <li>▪ Secretária Estadual da Juventude do PT RS, Coordenadora Estadual de Mobilização e Coordenadora Estadual de Movimentos Sociais da JPT RS</li> </ul>
<p><b>Questionários aplicados em filiados jovens dos partidos pesquisados</b> [Dados Primários] [Estatística Descritiva/Testes de Associação]</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acessados 308 questionários <i>online</i></li> <li>▪ Preenchidos 118 questionários impressos</li> <li>▪ Respondidos na íntegra, entre <i>online</i> e impressos, 197 questionários</li> <li>▪ Formada uma amostra por cotas de 100 jovens</li> </ul>
<p><b>Observação de eventos das juventudes organizadas do DEM, PP, PSDB, PMDB, PDT, PCdoB, PT</b> [Dados Primários] [Análise Interpretativa/Classificação Tipológica]</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Campanha Voto aos 16 anos da Juventude Progressista Gaúcha.</li> <li>▪ Inauguração do Comitê da Candidata a Governadora do RS e Senadora Ana Amélia Lemos, na Sede Municipal do PSDB POA.</li> <li>▪ Reunião de Planejamento de Ações da Juventude para a Campanha da Coligação Esperança que Une o Rio Grande das Juventudes do PP, PSDB, Solidariedade e PRB.</li> <li>▪ Seminário da Juventude Progressista de Cruz Alta.</li> <li>▪ Seminário Jovens Multiplicadores Liberais da Juventude Democratas.</li> <li>▪ Convenção Estadual do PSDB para acompanhar a defesa da Tese da Juventude.</li> <li>▪ Seminário Papo Reto da Juventude do PSDB.</li> <li>▪ 22ª Convenção Estadual da Juventude do PMDB.</li> <li>▪ Plenária do Diretório Municipal do PMDB Porto Alegre (Pré-Eleição 2º Turno).</li> <li>▪ Congresso Estadual da Juventude do PT.</li> <li>▪ Reunião da Secretaria Estadual de Juventude do PT para elaboração da Proposta de Políticas Públicas de Juventude para o Plano de Governo da Coligação Unidade Popular pelo Rio Grande.</li> <li>▪ Mobilização da Juventude do PT RS para o 2º turno das eleições de 2014.</li> <li>▪ Inauguração do Comitê Eleitoral da Juventude UJS/PCdoB RS.</li> <li>▪ Atividade da UJS na EEEM RIO Branco, com a presença do Vereador João Derli.</li> <li>▪ Inauguração do Comitê de Campanha da Candidata à Deputada Estadual Juliana Brizola.</li> <li>▪ Debate da Juventude Socialista (PDT RS) sobre o Plano Nacional de Educação.</li> <li>▪ Participação do Programa Debate Socialista da Rádio da Legalidade</li> </ul>
<p><b>Documentos Partidários Relativos ao setor de juventude</b> [Dados Secundários] [Análise Documental]</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estatutos Partidários</li> <li>▪ Matérias de jornais, revistas e mídia eletrônica acerca das Juventudes em Partidos Políticos</li> <li>▪ Jornais e informativos dos Segmentos de Juventude</li> <li>▪ <i>Flyers</i> de divulgação de eventos, campanhas de filiação e eleitoral e outros materiais gráficos e escritos, produzidos pelas Juventudes Partidárias</li> </ul>



## CAPÍTULO 3

# O Recrutamento na Perspectiva dos Estatutos Partidários

**I**nicio o mapeamento dos padrões de *recrutamento* dos partidos selecionados pelo Exame dos seus Estatutos. Obviamente, estou ciente do fato de que os Estatutos são um material empírico cuja análise exige cuidado, pois suas determinações nem sempre são seguidas à risca por seus membros. Muitas vezes, as ações partidárias, incluindo-se os procedimentos de *recrutamento*, são resultantes das decisões subjetivas de poucas lideranças, tomadas em círculos fechados e de maneira informal. Além disso, os Estatutos nem sempre são exaustivos no que se refere às diretrizes de *formação* e, principalmente, *filiação* e *seleção* de quadros. Não obstante, por mais genéricas que sejam, tais diretrizes cumprem duas funções relevantes na análise do *recrutamento partidário* – por um lado, tratam-se de dispositivos que balizam os mecanismos de absorção de filiados e os processos de *formação* disponíveis no interior da organização, assim como dos perfis desejados para a renovação dos quadros burocráticos e das lideranças; por outro lado, sua existência e grau de incidência no âmbito desses documentos mostra a relevância oficial que os partidos conferem aos tipos de *recrutamento*.

Portanto, embora não sejam indicadores suficientes do *recrutamento*, os estatutos partidários são um material empírico indispensável, pois oferecem um conjunto de critérios resolutivos dos cenários institucionais nos quais esse processo se desenrola, o que significa que firmam a intenção de que os procedimentos sigam determinada sequência. Com efeito, admitindo-se a importância relativa dos documentos partidários enquanto estruturas institucionais que orientam formalmente todo o processo de recrutamento, analiso aqui seus Estatutos e, nos casos em que a juventude possui alguma regulamentação, seus segmentos de juventude. Reforço que a análise segue o enquadramento tipológico proposto no capítulo anterior, com a finalidade de apreender

nos textos as questões relativas às categorias inerentes ao conceito de recrutamento partidário adotado neste estudo.

## 1. O ESPAÇO OCUPADO PELA JUVENTUDE NOS ESTATUTOS

Como se trata de analisar o recrutamento partidário de jovens, é importante avaliar, inicialmente, como e em que medida a juventude é contemplada nos dispositivos estatutários de cada legenda. A análise do material identificou seis dimensões nas quais os jovens são abordados nos estatutos, contemplando desde aspectos mais técnicos, como a preocupação com o estabelecimento da faixa etária para enquadrar esse segmento de filiados, até a previsão de órgãos internos próprios para sua atuação, inclusive a prerrogativa de terem estatuto próprio. Há incidências as mais variadas, algumas com padrão ideológico e outras sem um padrão específico.

Conforme mostra o **Quadro 3.1**, claramente, os partidos de esquerda são os que mais dedicam espaço estatutário aos jovens filiados. Dentre eles, destaca-se o PCdoB, que é o único dos partidos analisados que prevê atuação prioritária dos jovens no interior de sua organização. Isso se coaduna com outra especificidade do partido, que é seu maior cuidado com o trabalho de atração de jovens e sua formação política, inclusive fora da organização. Para tanto, o PCdoB desenvolve intensa atividade de militância no movimento estudantil, um espaço mais tradicional de participação política dos jovens.<sup>37</sup> Consequentemente, o partido abre a possibilidade de filiação de jovens a partir dos 16 anos<sup>38</sup> e, ainda, coordena um órgão dedicado à atração e formação de militantes ainda mais jovens, a União da Juventude Socialista (UJS), que, embora seja uma entidade formalmente autônoma, segue suas diretrizes políticas. Desse modo, os jovens que ainda não completaram 16 anos têm atuação preferencial na UJS, sem implicar em filiação direta no partido.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> De acordo com o Estatuto do PCdoB, Capítulo X, sobre a Atuação dos Comunistas nas Entidades e Movimentos Sociais, Artigo 57, Parágrafo 2º, p. 22, “os Comitês Estaduais podem definir situações excepcionais em que jovens comunistas tenham sua tarefa principal fora do movimento juvenil”. Ou seja, a atuação nas escolas e universidades, bem como movimentos sociais, é regulamentada pela instância estadual do partido, garantindo bastante autonomia regional para esse tipo de militância.

<sup>38</sup> O Partido Comunista do Brasil é uma associação livre e voluntária de cidadãos e cidadãs, maiores de 18 (dezoito) anos, no gozo de seus direitos políticos, que aceitam seu Programa e Estatuto. Em caráter excepcional, a ele poderão filiar-se jovens eleitores maiores de 16 (dezesesseis) anos (Estatuto do PCdoB, CAPÍTULO II OS MEMBROS DO PARTIDO, Artigo 2º, 2010, p. 1).

<sup>39</sup> A relação entre o Partido e a UJS é evidenciada no Capítulo X Atuação dos Comunistas nas Entidades e Movimentos Sociais, Artigo 56, do Estatuto do PCdoB (2010, p.21): “o Partido apoia a luta da juventude brasileira, defendendo seus interesses e direitos, lutando pela concretização das suas aspirações,

**Quadro 3.1. Menção à Juventude nos Estatutos Partidários, por Áreas Temáticas**

	PCdoB	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP	DEM
Estabelece faixa etária	●	●					
Define atuação prioritária dos Jovens no partido	●						
Tem artigo específico que trata da Juventude	●	●					●
Juventude é tratada como órgão da estrutura partidária*	●	●	●		●	●	●
Juventude é mencionada como parte de segmento organizado na sociedade civil	●	●			●		
Juventude partidária tem estatuto próprio	●		●	●	●	●	●
<b>Total de Itens Contemplados</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

Fonte: Elaboração própria a partir da análise dos Estatutos Partidários

\* Nota Explicativa: mesmo status dos setores das mulheres, trabalhadores, meio-ambiente, GLBT, etc..

Ainda no espectro ideológico da esquerda, o Partido Comunista do Brasil e o Partido dos Trabalhadores são semelhantes quanto ao cuidado em definir uma faixa etária como critério para um filiado ser membro da juventude, e há artigo ou até mesmo uma seção dentro de um título de seus Estatutos para pontuar as peculiaridades dos jovens quanto aos propósitos e atuação no interior da organização. No caso do PDT, PMDB, PSDB e DEM isso é matéria para o Estatuto específico de Juventude; no PP ainda está por ser regulamentado. No PT, prevê-se até mais possibilidades de atuação dos jovens, a participação é aberta a outras setoriais que não apenas a de juventude.<sup>40</sup> Essa resolução

estimulando o desenvolvimento do movimento e da luta juvenis, contribuindo para a dinamização e o fortalecimento político, ideológico e orgânico da União da Juventude Socialista (UJS). Todo (a) jovem comunista atua na UJS até completar 25 (vinte e cinco) anos de idade e, excepcionalmente, até os 30 (trinta) se exercer cargos em sua direção”.

<sup>40</sup> O Capítulo VI, Da Organização em Nível Nacional, Estadual e Municipal, do Título III, Das Competências das Instâncias Partidárias nos Níveis Nacional, Estadual e Municipal, Artigo 136 (2015, p. 30), estabelece: “Filiados e filiadas com até 29 anos de idade, com direito à voz e voto na Juventude do PT, poderão optar pela participação em outro setorial igualmente com direito a voz e voto” Na verdade, a juventude deixou de ser setorial e hoje é uma secretaria executiva. Tal mudança reflete uma concepção em que a juventude é tratada como transversal a outros debates, enquanto as setoriais tratam de temas específicos. Mais adiante, na análise das entrevistas, essas diferenças são retomadas e aprofundadas.

vai ao encontro da perspectiva de que o debate de juventude é transversal a diversos temas e estabelece um ponto de diferenciação na estratégia dos petistas em relação aos comunistas, cuja pauta política da juventude se orienta por um caráter mais específico e sistemático.

Os partidos de centro e de direita, por sua vez, reservam espaços bem menores nos seus estatutos à juventude, embora em todos existam estatutos próprios do setor de juventude, com a exceção do PP. Nenhum dos partidos de centro e direita tem a preocupação em definir a faixa etária que caracteriza o filiado jovem e tampouco preveem atuação prioritária desses membros no interior de suas estruturas organizacionais. Contudo, no PSDB, no PP e no DEM, a juventude é acolhida como um órgão da estrutura partidária. O PMDB é o único em que a juventude não aparece enquanto um órgão da estrutura organizacional – o mesmo ocorre com as mulheres, negros, trabalhadores, etc. Entretanto, no regimento próprio do segmento, a juventude consta como órgão de colaboração partidária. Ainda, em todos os partidos, com a exceção do PMDB, a juventude é um órgão de ação nas esferas municipais, estaduais e nacional. Os termos empregados variam, aparecem como movimentos, secretariais, órgãos, entre outros, mas apresentam como atribuição similar a congregação dos jovens filiados e, em alguns casos, atribuem-lhes tarefas mais amplas de arregimentação e até de *formação*, como veremos adiante.

Apesar do padrão ideológico mais pendente para os partidos de esquerda, tomados individualmente, alguns partidos de posições diferentes embaralham um pouco esse perfil estatutário. O PSDB e o DEM, por exemplo, contemplam mais itens dedicados à juventude partidária do que o PDT – eles abrangem os mesmos itens previstos no estatuto do PDT e mais outros. Enquanto o PT não tem estatuto próprio para a juventude partidária, o DEM, o PSDB e o PMDB têm estatutos específicos do setor jovem. Nesse caso, vale ressaltar que o estatuto do PT prevê que as secretarias tenham estatuto próprio, assim como no PP há a previsão de estatutos próprios para os departamentos. De qualquer modo, no PP, isso não significa uma menor organização do segmento de juventude, que, na prática, tem atuação destacada no Rio Grande do Sul, assim como no PT, que agrega importante parcela da sua militância nas faixas etárias mais jovens. PCdoB, PT, PSDB e

PDT mencionam a juventude ao declararem sua intenção em manter vínculos com movimentos sociais.<sup>41</sup>

De modo geral, se o estatuto tiver alguma validade formal para se impor às práticas informais, devemos esperar que dois itens dentre os dispostos no Quadro 3.1 possam indicar maior dedicação dos partidos aos processos de formação de lideranças jovens para uma possível seleção de candidaturas a cargos eletivos ao à direção. A previsão estatutária de atuação prioritária dos jovens e o reconhecimento de seu setor interno como um órgão partidário podem configurar o estabelecimento do espaço e a aceitação da ação dos jovens dentro da organização, garantindo-lhe o ambiente institucional e interativo para sua formação de militante, inclusive profissional. Se a expectativa estiver correta, teremos maior cuidado com a formação política dos jovens partidários no PCdoB, que contempla esses dois itens no seu estatuto. Em segundo lugar, o PT e o PDT, na esquerda, o PSDB, no centro, e o PP e o DEM, na direita. Todos eles preveem que o setor de juventude seja considerado um órgão partidário, mas apenas o PCdoB prevê atuação prioritária de seus quadros jovens. O PMDB não contempla nenhum dos dois itens, o que indica que esse partido provavelmente tenha menor preocupação com a formação política dos jovens militantes.

## **2. A FILIAÇÃO DE JOVENS NOS ESTATUTOS**

A filiação partidária, obviamente, é contemplada em todos os estatutos. Na verdade, ela mereceu todo um capítulo em todos eles, estabelecendo os procedimentos de preenchimento de ficha, período de filiações, cadastro de filiados, o envio desses dados aos níveis estaduais e federal, bem como à Justiça Eleitoral. Todavia, campanhas ou outras estratégias de atração de novos membros aparecem raramente nos artigos desses capítulos, e nem sempre figuram entre as tarefas dos dirigentes. Sem nos determos aos aspectos formais da filiação, interessa aqui avaliar em que medida procedimentos para arregimentar jovens são previstos nos Estatutos.

---

<sup>41</sup> Nessa linha, os trabalhistas declaram o compromisso partidário com questões de juventude na seguinte passagem: “O Partido, como instituição, e seus filiados individualmente atuarão por métodos democráticos e pacíficos, ainda que, quando necessário, com indignação, rigor e energia, essencialmente na linha dos seguintes compromissos básicos: lutar pela causa da mulher, do negro, do índio, dos jovens e dos idosos, sem qualquer forma de discriminação.” (Título 1 Do partido, Capítulo 1 Dos objetivos, Artigo 1, Parágrafo 1º, 2015, p. 1)

De um lado o PCdoB agrega mais detalhes sobre o processo de filiação de jovens; na outra ponta, o PMDB e os Democratas limitam-se a mencionar a manutenção do cadastro de novos membros como atribuição das Executivas Municipais, especialmente dos Secretários-Gerais. Na verdade, todos os partidos abordam dessa mesma maneira o controle das listas de filiados e seu envio ao TSE. O PT menciona um sistema informatizado de cadastro de dados dos filiados e, no seu código de ética, determina que essas informações sirvam para o controle do volume de filiações. Ocorre que, no seu estatuto, filiações coletivas são permitidas somente em contextos de campanhas para esta finalidade.<sup>42</sup>

No que tange a filiação de jovens, o PCdoB, via de regra, permite o ingresso de membros somente acima de 18 anos, como já foi mencionado. Já o PSDB admite filiação de menores de 16 anos.<sup>43</sup> O regulamento da J-PMDB chama atenção por ter o coorte mínimo para o ingresso na organização a idade de 14 anos – normalmente, a idade mínima é replicada ao estabelecido pela regra eleitoral de voto nas eleições, 16 anos. A juventude do PMDB destaca-se, ainda, por atribuir a responsabilidade da tarefa de filiação a um membro da executiva, o que não é comum nos documentos específicos das juventudes.<sup>44</sup> A Juventude Socialista do PDT, por sua vez, tem exclusividade em relação às demais organizações no que se refere a definição do tipo de abordagem que se pode fazer para atrair mais membros. Trata-se de “promover a tomada de consciência ativa de todos os

---

<sup>42</sup> “Para fins da determinação do recadastramento por volume excessivo de novas filiações, nos termos do art. 10 do Estatuto, o órgão responsável da Direção Nacional, ao final de cada trimestre, divulgará: I – a média histórica de filiações obtidas nos últimos 4 (quatro) anos em cada um dos Diretórios do Partido; II – o percentual de crescimento de filiações naquele semestre. §1º Sempre que o percentual ultrapassar a média histórica das filiações obtidas nos últimos 4 (quatro) anos, a Comissão Executiva Nacional solicitará informações sobre o ocorrido, podendo tomar as medidas que julgar cabíveis para o esclarecimento dos fatos. §2º Havendo indícios da ocorrência da realização de filiações em desconformidade com o Estatuto ou com este Código de Ética e Disciplina, a Comissão Executiva Nacional determinará a realização do recadastramento, sem prejuízo da abertura do processo disciplinar respectivo.” (CÓDIGO DE ÉTICA DO PT, CAPÍTULO IV DAS RELAÇÕES INTERNAS, SEÇÃO II DA FILIAÇÃO, ARTIGO 27, 2009, p.26)

<sup>43</sup> “§ 4º. Admitir-se-á filiação especial de jovens, com idade inferior à do alistamento eleitoral, que se comprometam com os princípios doutrinários e programáticos do Partido, os quais poderão participar de atividades partidárias definidas pelos órgãos locais, salvo as que exijam a condição de eleitor” (ESTATUTO DO PSDB, TÍTULO I DO PARTIDO, DOS OBJETIVOS E DOS FILIADOS, CAPÍTULO III DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA, ARTIGO 5, 2015, p.2).

<sup>44</sup> Assim estabelece o Título II Dos Órgãos Da J-PMDB, Sua Competência e Seu Funcionamento, Capítulo III Das Comissões Executivas, Artigo 35 (2013, p.13): “Compete aos Secretários da JPMDB: IV - organizar o trabalho de arregimentação de jovens, mantendo atualizados os registros cadastrais da J-PMDB”.

jovens com os quais se relaciona e tratar de integrá-los a JSPDT” (ARTIGO 7º DEVERES DO FILIADO, INCISO VI, 2009, p.4).<sup>45</sup>

Por fim, os Estatutos do PP, PT e PCdoB fazem alusão a campanhas de filiação. No caso do PP, não só a manutenção de cadastros é mencionada, mas também é atribuição da Comissão Executiva Municipal “incentivar filiação, promovendo o alistamento eleitoral e a filiação partidária e a divulgação do Programa do Partido” (Capítulo X, Artigo 46, inciso XII, 2015, p.75). Da mesma forma, é tarefa dos Diretórios Distritais “promover campanhas de alistamento eleitoral” (Capítulo XI, Inciso V, p.77). O estatuto do Partido dos Trabalhadores confere aos diretórios municipais a iniciativa de realizar tais campanhas, inclusive condicionando parte da aplicação dos recursos do Fundo Partidário a elas. No PCdoB, as campanhas de filiação devem ser tocadas pelas organizações de base, com ações regulares de divulgação da legenda e das suas bandeiras. O **Quadro 3.2** apresenta a catalogação desses itens estatutários relativos à filiação partidária.

**Quadro 3.2. Itens Estatutários Relativo à Filiação de Jovens**

Filiação	PC do B	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP	DEM
Prevê campanhas de Filiação	●	●				●	
Difere filiação de jovens no estatuto o partido	●				●		
Prevê cadastro atualizado de filiados	●	●	●	●	●	●	●
Detalha formas de se aproximar do jovem			●				

**Fonte:** Elaboração própria a partir da análise dos Estatutos Partidários

<sup>45</sup> Redação semelhante é encontrada na designação dos deveres dos membros do PC do B: “(..) atuar de acordo com os princípios e normas do presente Estatuto, observando a disciplina partidária; atuar regularmente em uma das organizações do Partido, contribuir para o desenvolvimento da sua linha política, para a filiação de novos membros, aplicar as suas decisões e defender a sua unidade de ação política”. (CAPÍTULO II, ARTIGO 6, 2010, p 3)

### 3. A FORMAÇÃO POLÍTICA DOS FILIADOS JOVENS NOS ESTATUTOS

Uma parcela importante da formação política prática do filiado reside na sua relação com causas ou grupos sociais externos à organização partidária, assim como no seu envolvimento com os processos eleitorais e manifestações contra ou favor de governos e outros temas. Outra parcela extremamente importante da sua formação política se baseia no atendimento às demandas internas do seu partido, ou seja, na execução de tarefas que lhe são atribuídas e na participação em atividades de debates e doutrinação. Há partidos que investem mais e outros que investem menos na formação de seus jovens filiados. Em grau maior ou menor, portanto, podemos esperar que os partidos contenham uma estrutura organizacional que incentive o engajamento do militante no cotidiano da instituição, ou ao menos que concebam o filiado como um dos pilares da sua existência. A sobrevivência do partido depende de agregação de novos membros que venham a contribuir com as suas tarefas partidárias e que, em alguns casos, possam vir a ser quadros que constantemente auxiliem na sua revitalização, trazendo novas agendas para seu programa.

Em que medida os estatutos dos partidos aqui analisados preveem tais espaços e atividades para a formação política de seus filiados? De modo geral, seus estatutos devem expressar a importância que os dirigentes e demais membros adultos conferem à necessidade de qualificação dos seus quadros para o exercício das tarefas partidárias. Uma catalogação de menções a itens relativos à formação política da juventude, discriminando-se qual estatuto aborda cada um deles, se o partidário ou de juventude, pode mostrar a ênfase, ao menos a oficial, que cada partido analisado de fato dá a esse aspecto do recrutamento.

Conforme pode ser percebido no **Quadro 3.3**, a seguir, não há distinção digna de nota entre os partidos nesse aspecto, inclusive em termos ideológicos. Poucos temas são tratados nos estatutos de juventude [legenda laranja], sendo mais comum essa incidência em partidos de centro e de direita, mas nada tão expressivo. Inclusive, como já mostrado anteriormente, nem todos os partidos possuem estatutos específicos do setor de juventude. Praticamente todos os itens são tratados, indistintamente, pelos estatutos partidários [legenda cinza]. Com exceção do DEM, todos os partidos declaram ser relevante a formação política. Com exceção do PDT, todos preveem a estruturação de espaços para estudos de formação. Exceto o PSDB, todos os demais partidos atribuem às executivas subnacionais a tarefa de formação política e, ainda, a difusão da doutrina partidária. Todos



os partidos, sem exceção, preveem atividades internas voltadas ao doutrinamento dos filiados.

**Quadro 3.3. Itens Referentes à Formação Política Mencionados nos Estatutos**

	PC do B	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP	DEM
Estabelece Fundação Partidária	■	■	■	■	■	■	■
Declara explicitamente a relevância da formação política	■	■	●	■	●	■	
Estruturação de espaços de estudo político	■	■		■	■	■	■
Atribui às executivas estaduais ou municipais a tarefa de promover atividades de formação	■	■	■	●		■	●
Prevê cursos e outras atividades com o objetivo de doutrinamento	■	■	■	■	■	■	●
Prevê a divulgação da Doutrina Partidária e assuntos políticos	■	■	■	■		■	■
Prevê a produção e distribuição de materiais de juventude			■	■	■		
<b>Total Estatuto Partidário</b> ■	6	6	5	6	4	4	3
<b>Total Estatuto Juventude</b> ●	0	0	1	1	1	0	2
<b>Total Geral Itens nos Estatutos</b>	6	6	6	7	5	4	5

**Fonte:** Elaboração própria a partir da análise dos Estatutos Partidários

**\*Nota Explicativa:** as células vazias indicam a não-incidência de cada variável

**\*\* Legendas:** ■ Estatuto partidário ● Estatuto do Setor de Juventude

De modo mais específico, deve ser destacado que, como determina a Lei dos Partidos Políticos, nº 9096/95, todos os partidos devem ter uma Fundação e, de fato, todos os estatutos destinam uma seção ou um capítulo a ela. Neles, definem os seus objetivos, centrados na promoção de pesquisas e disseminação de conhecimento político e administrativo, e a sua organização, composta por órgãos, quadro de dirigentes, níveis de atuação. Ademais os estatutos reafirmam, em outras seções, o papel da fundação na

estrutura do partido.<sup>46</sup> Adicionalmente às fundações, os estatutos do PMDB, do PSDB, do PP e do DEM idealizam a criação de bibliotecas, ligadas aos diretórios; nos casos do PT e do PCdoB, é mencionada a existência de Escolas Nacionais dos respectivos partidos.

A maioria das executivas tem um dirigente ou até mesmo uma secretaria responsável por promover ações de educação política, exceto o PMDB e o DEM, nos quais tal atribuição é demarcada como tarefa de juventude. No PMDB, embora a formação política esteja presente, notadamente no capítulo da Fundação, ao fim do estatuto, há margem para o investimento em outras modalidades cujo objetivo é o exercício do caráter formativo do partido. Afirma-se, então, a possibilidade de diretórios serem os protagonistas em tais atividades.<sup>47</sup> As comissões executivas de núcleos de base, zonais, municipais, estaduais e nacional do PSDB, por seu turno, tem à sua disposição um recurso organizativo denominado Redes Temáticas, cuja finalidade é produzir análises sobre agendas políticas que subsidiem ações em âmbito partidário, legislativo e executivo.<sup>48</sup>

Assim, de modo geral, há estruturas que se ocupam da função educativa do partido e da circulação de tarefas entre órgãos e instâncias, para garantir a doutrinação da sua militância. Cursos propriamente ditos são encontrados em todos os casos. Em dois deles, com o intuito de iniciar o processo de formação partidária, estabelecem-se momentos específicos para recepção de novos membros. No PT, institui-se plenárias periódicas de apresentação do partido, sua história, os direitos e deveres dos filiados, etc. Em seu Estatuto [PT 201], o Título X é explicitamente dedicado à formação partidária, declarando os objetivos e a dinâmica desejável para a construção do diálogo nas atividades do partido.

---

<sup>46</sup> Como o faz o PDT, por exemplo: “O Partido, através da Fundação Alberto Pasqualini, ministrará cursos de capacitação, formação e qualificação, visando preparar e aperfeiçoar os quadros partidários” (TÍTULO II - DA ESTRUTURA GERAL DO PARTIDO, CAPÍTULO II - DOS ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS E SEU FUNCIONAMENTO, 2007, ARTIGO 26, PARÁGRAFO 2).

<sup>47</sup> “Sob a responsabilidade, a nível Nacional, Estadual, Municipal ou Zonal, ou através de convênios com entidades especializadas, o Partido poderá organizar sistema de pesquisas, de educação e de treinamento, cursos de alfabetização e de formação profissional, de interesse político-partidário.” (ESTATUTO PMDB, TÍTULO VIII, DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, ARTIGO 122, p.21, 2013).

<sup>48</sup> § 1º. As Redes Temáticas serão formadas para promover a construção de formulações diversas, ideias, proposições, inclusive legislativas, análises, identificação de problemas e soluções e quaisquer outras formas propositivas de ação coletiva visando a superação de problemas públicos; e a disseminação de proposições alinhadas com as visões do Partido. § 2º. A atuação das Redes deve proporcionar a oferta de informações qualificadas a públicos amplos em larga escala, segmentados ou não, por meio de múltiplas mídias, em estreita articulação com os processos de comunicação, buscando-se interação e alcance ampliados. § 3º. Os titulares de Secretariados e coordenadores de rede participam das reuniões da Comissão Executiva Nacional, tendo voz e direito de voto. (ESTATUTO DO PSDB, TÍTULO III DOS ÓRGÃOS DO PARTIDO E SUAS COMPETÊNCIAS NOS NÍVEIS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS NO NÍVEL NACIONAL, SEÇÃO V – DAS REDES TEMÁTICAS E DO SECRETARIADO NACIONAL, ARTIGO 73, PARÁGRAFOS 1, 2, 3, 2013, p. 21)

A perspectiva da constante formação aparece em diferentes matérias do Estatuto – nas atividades das setoriais, dos núcleos de base, das tendências, das atribuições da executiva municipal, dos direitos do filiado – e em outros documentos, como o código de ética.<sup>49</sup>

No PCdoB, também se tem a intenção de fazer uma contextualização político-partidária, mas tais reuniões têm ainda outro objetivo. A ideia é de que, nelas, os dirigentes direcionem a atuação do novo membro a alguma das suas organizações.<sup>50</sup> Os demais partidos não fazem a distinção entre cursos de formação para antigos e novos filiados, mas apresentam uma peculiaridade, qual seja, todos compartilham com o segmento de juventude a tarefa de formação de militantes. Os Democratas, por exemplo, ressaltam o enquadramento da juventude como órgão de formação.<sup>51</sup>

Um instrumento bastante comum para a divulgação das linhas de ação e das perspectivas políticas das siglas são as publicações de conteúdos políticos, inclusive materiais de imprensa partidária. Segundo a análise documental, essa prática é adotada por seis dos sete partidos investigados, registrada inclusive nos estatutos da juventude do PDT, PMDB e PSDB. No Estatuto do PMDB, Título VIII Das Disposições Gerais, abre-se expressamente um espaço para investir nesse tipo de recurso formativo.<sup>52</sup> O próprio estatuto pode ser tomado como um material bibliográfico destinado à formação, como ocorre no caso do PP (2011, p. 5), que afirma que “todos os gestores partidários têm o dever de trabalhar pela sua distribuição, fazendo com que seus exemplares cheguem às mãos certas, sejam estudados e respeitados”.<sup>53</sup> No seu programa, os progressistas

---

<sup>49</sup> Neste documento, a formação é considerada central tanto na interação entre os militantes e os órgãos, quanto nos respectivos processos decisórios “... o PT, como patrimônio da sociedade brasileira, deverá fortalecer sua democracia interna, bem como os laços de seus filiados e militantes com o partido, por meio da formação política e da sustentação material das suas ações” (CÓDIGO DE ÉTICA DO PT, PREÂMBULO, 2009, p.3).

<sup>50</sup> “Ao menos uma vez por ano, os Comitês Municipais devem promover assembleias plenárias com os(as) filiados(as) da respectiva área que não estejam integrados(as) a Organizações de Base, a fim de debater a orientação política do Partido, bem como integrá-los(as) aos cursos partidários (ESTATUTO DO PCdoB, CAPÍTULO VII AS INSTÂNCIAS E ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS, ARTIGO 32, PARÁGRAFO ÚNICO, 2010, p. 14).

<sup>51</sup> como o identificado no Artigo 81 do Capítulo II da Juventude Democrata do Título V Dos Órgãos de Ação Partidária e de Apoio do seu Estatuto (2011, p.30) “O Movimento Mulher Democrata, a Juventude Democrata e o Movimento Empreendedor Democrata são órgãos de Ação Partidária, doutrinária e educativa, destinados a promover a expansão e o desenvolvimento partidário, na respectiva área de atuação”.

<sup>52</sup> “Os Diretórios Nacional, Estaduais, Municipais ou Zonais poderão imprimir periódicos ou manter programas de rádio e televisão para divulgação de assuntos políticos, sociais e culturais de interesse do Partido” (ARTIGO 121, 2013, p. 21).

<sup>53</sup> Na última atualização, em 2015, esta parte foi retirada do documento final. Contudo, consideramos interessante registrar aquela redação por retratar essa orientação partidária no contexto das últimas eleições municipais.

reafirmam a formação como uma diretriz da representação política e declaram o seu intuito quanto à “criação e apoio ao funcionamento de entidade de estudos políticos, de fundamental importância para a atualização e formação de lideranças partidárias e quadros para a administração pública em todos os níveis” (2015, p. 15).

Outro aspecto importante a ser considerado nos dispositivos estatutários em relação à formação política dos filiados são os canais institucionais previstos para a participação em processos decisórios no interior da organização. A participação nessas instâncias não é importante apenas para o fortalecimento da democracia dentro da estrutura organizacional, mas também para a formação política dos membros, especialmente os jovens militantes que, assim, adquirirão experiência em diversas atividades relacionadas a tais processos.

O **Quadro 3.4** traz informações sobre essa esfera tal qual abordada pelos estatutos partidários. Panoramicamente, pode-se perceber que os partidos de direita reservam menos espaços e orientações para a participação interna, mais especificamente, não orientam a participação nos órgãos de juventude e não possuem organização de base. No entanto, as diferenças entre os blocos ideológicos não são tão demarcadas. Em realidade, os espaços mais consagrados para alinhar plataformas de ação, debater as conjunturas políticas e deliberar sobre a organização interna e as bandeiras a serem defendidas são as convenções e conferências partidárias nos níveis zonais, municipais, estaduais e nacional. Do ponto de vista eleitoral, tais momentos também são designados para compartilhar entre os correligionários as perspectivas quanto aos cenários de disputa e às possíveis coligações e candidaturas. Em ano de eleições, as siglas aproveitam esses eventos para afiançar as candidaturas e motivar a sua militância a envolver-se com as campanhas. O trabalho em campanhas eleitorais, por sua vez, é frequentemente identificado nos estatutos, inclusive como tarefa de juventude, e, por isso, integram as principais atividades da militância partidária.

**Quadro 3.4. Dispositivos Estatutários Voltados à Participação dos Filiados**

	PC do B	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP	DEM
Orienta a participação em reuniões dos órgãos Partido/Juventude	■	■	■	■	■		
Estimula o contato com movimentos sociais ou ações da sociedade	■	■	■	■	■	■	■
Regulamenta a realização das convenções e conferências	■	■	■	■	■	■	■
Orienta a participar de Campanhas Eleitorais		■	■	■	■	■	■
Pauta a participação do filiado nas decisões partidárias	■	■		●	■		■
Possui organização de base	■	■	■	■	■		
<b>Total Estatuto Partidário</b> ■	5	6	5	5	6	3	4
<b>Total Estatuto Juventude</b> ●	0	0	0	1	0	0	0
<b>Total Geral Itens nos Estatutos</b>	5	6	5	6	6	3	4

**Fonte:** Elaboração própria a partir da análise dos Estatutos Partidários

**Nota Explicativa:** as células vazias indicam a não-incidência de cada variável

**Legendas:** ■ Estatuto partidário ● Estatuto do Setor de Juventude

O comparecimento às reuniões dos órgãos partidários, central para haver proximidade do filiado com a rotina das siglas, também é uma orientação recorrente nos documentos avaliados. Entre as diretrizes de funcionamento do PSDB, por exemplo, está a “obrigação de cada órgão do Partido de promover reuniões, cursos, debates e divulgação das atividades, e do filiado de participar efetivamente dos mesmos”.<sup>54</sup> Em alguns casos, destaca-se a influência da opinião do filiado nas decisões importantes dos dirigentes partidários, como ocorre no PMDB, que lhe atribui, formalmente, o direito de decidir sobre as coligações, os programas dos candidatos, entre outros pontos.<sup>55</sup> Outro fator de

<sup>54</sup> (ESTATUTO DO PSDB, TÍTULO I DO PARTIDO, DOS OBJETIVOS E DOS FILIADOS, CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS E DOS PRINCÍPIOS PROGRAMÁTICOS DO PARTIDO, ARTIGO 3º, VI, 2015, p. 8).

<sup>55</sup> A passagem contida no Regimento Interno da Juventude do PMDB, por exemplo, enquadra as Convenções Municipais do segmento como instância para: “II - decidir sobre a posição da JPMDB com referência a coligação com outros partidos a ser realizada pelo PMDB; III - analisar e referendar a

interesse dos partidos é sua interlocução com os movimentos sociais e organizações da sociedade. A presença dos núcleos de base nos organogramas das agremiações é uma estratégia produtora para o partido manter-se conectado com as demandas da comunidade e, assim, poder influenciar a ação local de acordo com suas diretrizes programáticas. Também é importante constituir uma base de eleitores que trabalhem pelos seus candidatos nessas localidades em períodos eleitorais. Assim a participação social pode integrar o processo formativo do filiado e a sua atuação pode se concentrar nessa via. De fato, como mostra a catalogação do Quadro 3.4, tal modalidade de participação/formação é prevista nos estatutos das agremiações estudadas.<sup>56</sup>

Os órgãos de ligação entre o partido e a sociedade, nomeadamente os núcleos de base, também cumprem o propósito partidário de se fazer presente nas comunidades. Simultaneamente, são responsáveis pela formação mais teórica do conjunto dos seus membros. O Estatuto do PT exemplifica isso de maneira bastante clara, ao sinalizar o intuito e o escopo desses encontros – neles, permite-se a presença de não-filiados com o propósito de se aproximar de pessoas que possam vir a contribuir com o partido futuramente.<sup>57</sup> Ademais, em alguns extratos dos documentos pesquisados, transparece a complementariedade entre o envolvimento com tarefas cotidianas do partido e o estudo de doutrinas político-partidárias e outros temas. Ainda que de maneira dispersa nos estatutos, essas dimensões de estudo e de participação apresentam-se como possibilidades de construção das trajetórias dos militantes.<sup>58</sup>

---

plataforma dos candidatos do Partido à Prefeitura Municipal; IV - decidir sobre as questões político-partidárias, no âmbito Municipal” (TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL, CAPÍTULO I DAS CONVENÇÕES MUNICIPAIS, ARTIGO 69, 2007, p.20).

<sup>56</sup> O PDT, por exemplo, estabelece que: O Partido, através das respectivas Comissões Executivas, organizará no plano municipal, estadual e federal órgãos de cooperação partidária, para atender ao interesse da participação política de segmentos sociais ou categorias profissionais. São incluídos neste artigo os movimentos populares que integram a militância do Partido e participam de suas lutas (ESTATUTO DO PDT, TÍTULO V DOS ÓRGÃOS DE COOPERAÇÃO, CAPÍTULO II OUTROS ÓRGÃOS DE COOPERAÇÃO, ARTIGO 79, 2015, p. 26).

<sup>57</sup> O Partido dos Trabalhadores pretende, através das respectivas Comissões Executivas, organizar os Núcleos de Base no plano municipal para que cumpram as seguintes funções: a)organizar a ação política dos filiados e das filiadas, segundo a orientação das instâncias de deliberação e direção partidárias, estreitando a ligação do Partido com os movimentos sociais; b)promover a formação política dos militantes, filiados e filiadas; c) sugerir aos órgãos de direção partidária consulta aos demais Núcleos de Base sobre as questões locais, estaduais ou nacionais de interesse do Partido. (TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DAS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS NOS NÍVEIS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, CAPÍTULO I DOS NÚCLEOS DE BASE, ARTIGO 63, 2013, p. 18).

<sup>58</sup> A respeito disso, numa passagem do documento do PCdoB, no capítulo sobre o perfil dos seus quadros, podemos perceber a atenção do partido em relação a essa ampla ideia de formação: “A política de quadros do Partido estimula em todos os níveis a sua formação e acompanhamento permanente, avaliação, promoção e distribuição (de tarefas), com base em critérios que atendam aos interesses do coletivo, de acordo com a capacidade, potencialidade e disponibilidade de cada um, numa soma de esforços. Define as

#### **4. A SELEÇÃO DOS QUADROS NOS ESTATUTOS**

Os Estatutos analisados reconhecem o direito constitucional dos seus filiados de votar e ser votado. Mas esse reconhecimento abstrato não é subsidiado com a indicação das etapas fundamentais que um filiado deve percorrer para tornar-se um quadro selecionado para concorrer a um cargo eletivo ou mesmo acender a alguma posição de direção na estrutura organizacional. Ou seja, não há qualquer vinculação da trajetória de militância à ocupação de cargos no partido, na administração pública ou em gabinetes parlamentares, ou mesmo à possibilidade de se lançar como candidato. Evidentemente, é costumeiro haver uma linearidade entre o desempenho de tarefas, a afinidade ideológica demonstrada pelo filiado e as posições que ele alcança – a análise da caminhada das lideranças de juventude, tema do próximo capítulo, explicita melhor essas facetas da participação partidária. Mas nem sempre esse é o caso. Candidaturas a cargos eletivos pode envolver filiações diretamente voltadas à competição eleitoral, as quais dispensam a formação. Mas a ocupação de cargos de direção partidária, exigem algum percurso dentro da organização, envolvendo, em alguma medida, a formação desse quadro.

Compensando o vácuo de diretrizes sobre o percurso do filiado até sua seleção, a maior parte dos estatutos versa sobre outra problemática igualmente importante no que se refere à última etapa do recrutamento – a baixa representação de alguns segmentos seja nas candidaturas, seja na direção, entre os quais a juventude. Os Estatutos manifestam a disposição, pelo menos formal, para incluí-los nos seus espaços diretivos e nas listas de candidaturas. O DEM é um dos que afirmam em seu Estatuto o direito dos filiados à candidatura e enfatiza a inclusão de jovens nos processos eleitorais, conforme expresso no Título IX das Eleições, Capítulo I da Escolha dos Candidatos.<sup>59</sup> O Estatuto do PDT também denota a intenção de tornar a mais diversificada possível a representação naquelas instâncias – dentre os segmentos que devem compor as listas de candidatos está a juventude, conforme indicado no Título VI Das Disposições Gerais e Transitórias,

---

tarefas principais para as quais são destacados(as) no trabalho partidário. Valoriza os(as) que atuam como profissionais da atividade partidária, promovendo sua crescente capacitação política e técnica, cultural e ideológica e seu papel social e político. Postula equilíbrio entre a preservação de experiência e a alternância das funções desempenhadas pelos quadros na atividade partidária, como fator de educação continuada dos comunistas.” (CAPÍTULO III, ARTIGO 8, 2015, p. 4).

<sup>59</sup> “Qualquer filiado no gozo pleno dos seus direitos políticos, poderá inscrever-se, para candidatar-se a qualquer cargo eletivo. § 1º – A Executiva receberá as listas de candidatos às eleições majoritárias e proporcionais para submeter à Convenção de escolha de candidatos, com o apoio de, pelo menos, cinco Convencionais. § 3º – O Democratas dará ênfase à participação de jovens e mulheres no processo eleitoral” (ARTIGO 109, 2011, p. 39).

Capítulo I Das Disposições Gerais do seu Estatuto (2015, p. 26),<sup>60</sup> Já o Partido dos Trabalhadores, para garantir que se cumpra esse princípio de representação de minorias, instituiu cotas para jovens nas direções em todos os níveis.<sup>61</sup>

As Convenções e Conferências partidárias ganham destaque como os momentos e as instâncias institucionais para a escolha das candidaturas. Na prática, destinam-se mais a referendar as nominatas já indicadas pelas principais lideranças,<sup>62</sup> do que propriamente a acolher um processo de escolha de candidatos ou de composição de chapas para a disputa das direções,<sup>63</sup> mesmo porque seria inviável fazê-lo em uma tarde ou manhã. No caso da disputa pelos cargos diretivos, os arranjos para angariar apoio entre os grupos dos partidos, a composição das chapas, ou até a decisão por uma chapa que agregue as posições do partido integralmente sem a necessidade de disputas internas, ocorre em período precedente à realização das conferências. O dia da convenção destina-se à apresentação formal das chapas e das suas teses, bem como a votação. Muitas vezes, as comissões executivas podem indicar nomes às nominatas dos diretórios, às bancadas no Legislativo, aos gabinetes dos seus representantes, entre outras ocupações, como exemplificam os Artigos 36 e 38 do Estatuto do PP.<sup>64</sup> No entanto, os critérios que a elite

---

<sup>60</sup> “Art. 83 – De acordo com as prioridades inscritas no Programa do Partido e as condições locais, serão incluídos, em todas as listas para disputa de mandatos legislativos e de direção partidária, assim como nos cargos de livre nomeação nas administrações de responsabilidade do PDT, mulheres, negros, sindicalistas, aposentados, jovens e índios, filiados ao Partido, de acordo com as realidades locais, garantindo sempre um mínimo de vinte por cento (20%) para mulheres. Art. 85 – Os Parlamentares de qualquer nível reservarão um terço (1/3) das vagas em cargos em comissão ou funções de confiança de seus gabinetes para serem indicados pelas respectivas Comissões Executivas”.

<sup>61</sup> “(...) na composição final das instâncias de direção, 20% (vinte por cento) de seus membros deverão ter menos de 30 (trinta) anos de idade, e deverá, ainda, ser cumprido critério étnico racial a ser definido pelo Diretório Nacional, observada a composição populacional de filiados e filiadas ao Partido e tomando como referência a participação mínima de 20% (vinte por cento) nas direções partidárias.” (ESTATUTO DO PT, TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO PARTIDO, CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E DA ESCOLHA DAS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS, ARTIGO 22, INCISO V, 2012, p 11).

<sup>62</sup> Alguns partidos estabelecem regras para candidatura a cargos do executivo ou legislativo. O aspirante deve apresentar assinaturas de uma parcela dos filiados e da comissão do nível ao qual o cargo se refere, se nacional, estadual ou municipal, para poder concorrer a eleição. Nestes casos, a convenção referenda ou não as listas. Contudo pode haver uma brecha que permite, em algumas situações, a comissão executiva indicar as candidaturas, sem a necessidade de coletar as assinaturas.

<sup>63</sup> As convenções para escolha de candidaturas estão previstas na Lei Eleitoral, nº 9504, e não constam na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, nº 9096. Mas o detalhamento de como elas ocorrem, em que períodos, a dinâmica de escolha dos delegados, as pautas que podem ser tratadas e os diferentes objetivos que podem assumir são especificidades de cada Estatuto Partidário.

<sup>64</sup> Art. 36 – Compete ao Diretório Nacional: atribuições que se desdobram no estado e no município; II – eleger a Comissão Executiva Nacional; V – designar delegados junto ao TSE, até o número de 5 (cinco), com atuação em todos os Tribunais e juízos eleitorais. Art. 38 – Compete à Comissão Executiva Nacional exercer todas as atividades do diretório Nacional ad referendum deste, além de outras que lhe forem por ele deferidas e, ainda: VIII – designar os membros e filiados do Partido para desempenhar missão ou encargo de interesse partidário; XVIII – designar os membros das Comissões Provisórias Estaduais; XIX – promover a substituição do candidato que venha a ser considerado inelegível, que renunciar ou falecer após



partidária utiliza para definir esses nomes não estão detalhados nos documentos. O **Quadro 3.5** sintetiza os itens estatutários relativos aos processos de seleção.

**Quadro 3.5. Seleção nos Estatutos Partidários**

	PC do B	PT	PDT	PMDB	PSDB	PP	DEM
É direito do filiado eleger e ser eleito para cargos de direção ou representativos no Legislativo e Executivo	●		●	●		●	●
É direito do filiado ocupar cargos de livre provimento na Administração Pública ou em Gabinetes de Parlamentares			●			●	
É desejável que certos segmentos sejam priorizados nos cargos partidários, como jovens, mulheres, trabalhadores, etc.	●	●	●		●	●	●
As convenções são os momentos de escolha de dirigentes, candidaturas e delegados de eventos no nível imediatamente acima	●	●	●	●	●	●	●
Consideram a trajetória do militante, as tarefas que executou, o domínio e a defesa dos princípios partidários, para indicá-lo para ocupação de cargos	●	●					

**Fonte:** Elaboração própria a partir da análise dos Estatutos Partidários

o término do prazo de registro, ou ainda, que tiver seu registro indeferido ou cancelado; XX – designar os membros da Diretoria Nacional da Fundação Milton Campos. (CAPÍTULO VIII DO DIRETÓRIO E DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, 2015, p. 69)

## 5. FILIAÇÃO, FORMAÇÃO E SELEÇÃO: TRÊS PROCESSOS AUTÔNOMOS

A apreciação geral dos conteúdos dos documentos partidários, principalmente dos Estatutos, revela a preponderância do desígnio dos partidos em serem proativos nos processos de filiação. Mas como, se a promoção de ações institucionais para atrair jovens, como as campanhas, aparece apenas como uma estratégia marginal? O que normalmente se faz é delegar aos seus filiados a tarefa de influenciar pessoas do seu círculo de convivência a participar das atividades da sigla. Essa forma de atração de novos membros enseja a ocorrência de recrutamentos menos abertos, favorecendo, conseqüentemente, o recrutamento fechado, ou seja, de parentes.

Como podemos observar no **Quadro 3.6**, esse diagnóstico não se altera muito de partido para partido. Os estatutos indicam que, formalmente, pouco se investe em segmentos distanciados da política partidária. Amigos, conhecidos, pessoas do mesmo círculo, enfim, são priorizadas. Seguidamente, os partidos concebem como dever de todo militante difundir a sua visão política e trazer novos correligionários do seu contexto de vida – comunidade, trabalho, escola, universidade, etc. Especialmente, busca-se atrair novos membros que manifestem afinidade ideológica com o partido.















**Quadro 3.6 Formas de recrutamento predominante por partido [2014]**

	Aberta						
Fechada	DEM	PMDB	PSDB	PP	PDT	PT	PCdoB

Portanto, do ponto de vista oficial, as filiações são inclinadas a reproduzir uma dinâmica de *captação-por-convicção*. Com efeito, essa tendência de filiação parece conduzir à acolhida de membros com alguma noção das rotinas partidárias e detentores de uma visão política afinada com a do partido, já que são conhecidos de militantes mais experientes. Porém, como os estatutos de todos os partidos são pouco específicos quanto ao perfil de militante que preferem, abre-se espaço para filiações do tipo *captação-por-cooptação*, como revela o **Quadro 3.7**. O repertório de habilidades do recém filiado pode








ser construído nos órgãos de ação, campanhas eleitorais e núcleos de base. A ampliação do seu conhecimento acerca de questões pertinentes à política, em geral, e ao partido, em particular, é viabilizada pelos cursos de formação, geralmente promovidos por diferentes órgãos, desde os diretórios estaduais até os núcleos de bairros, escolas, local de trabalho e assim por diante. Isso significa que sua formação ficará a cargo de vários dirigentes.

**Quadro 3.7 Formas de Filiação de novos Membros Predominantes, por Partido**

Formas	Partidos						
Captação-por-Cooptação	 PCdoB	 PT	 PMDB	 PDT	 PSDB	 PP	 DEM
Captação-por-Convicção	 PCdoB	 PT	 PMDB	 PDT	 PSDB	 PP	 DEM
Recepção-por-Associação							
Recepção-por-Identificação							

De fato, as atividades formativas estão previstas nos estatutos e programas partidários, porém, raramente são complementares ao processo de filiação ou são concebidas como estratégicas para a formação de lideranças. Ou seja, a etapa de formação não acontece imediatamente após a filiação, e a etapa da seleção nem sempre é o caminho daqueles que recorrem aos cursos e desempenham tarefas partidárias. A tendência revelada pelos regulamentos é a passagem pela filiação, formação e seleção de maneira independente, ou seja, não sequencial. Isso indica, pelo menos na formalidade dos Estatutos, a prevalência de estratégias de *recrutamento intensivo*. O **Quadro 3.8** ilustra esta tendência por partido. Destaca-se a maior articulação entre a formação do militante e a seleção de quadros nos casos do PCdoB e PT.

**Quadro 3.8. Modalidade de Recrutamento de jovens predominante por partido [2014]**

<b>Extensivo</b>	 PCdoB	 PT			
<b>Intensivo</b>	 DEM	 PP	 PSDB	 PMDB	 PDT

## CAPÍTULO 4

# O Recrutamento Partidário na Perspectiva das Lideranças

**A**nalisando agora as percepções dos dirigentes das juventudes partidárias com o foco voltado aos três aspectos do recrutamento partidário – filiação, formação e seleção. Perscrutar o desenvolvimento dessas etapas da trajetória partidária no que se refere aos jovens filiados, de acordo com a tipologia adotada nesta pesquisa, é o principal objetivo desta seção. Tais lideranças ocupam posições de coordenação das ações para a juventude e podem ser consideradas atores-chave no que se refere aos processos de recrutamento. Elas lidam diretamente com a filiação e a formação, estabelecendo as respectivas estratégias, avaliando resultados e planejando novas ações.<sup>65</sup> Essas lideranças também estão muito próximas dos dirigentes adultos e, por consequência, dos procedimentos formais e informais de seleção de candidaturas e de quadros para a burocracia partidária ou estatal. São, portanto, autoridades máximas do segmento de juventude.

A análise propriamente dita contempla as informações captadas em 21 entrevistas abertas, valendo-se de um questionário semiestruturado, conforme já especificado na metodologia. O roteiro das perguntas seguiu a tipologia proposta, de maneira que a análise das respostas e sua interpretação estão orientadas por aquele modelo que procura apreender o recrutamento de maneira fracionada de acordo com suas três etapas. Isso não só correspondeu à intenção metodológica de enquadramento das informações, como ainda pôde conferir maior objetividade à coleta dos dados, uma vez que o “discurso livre” dos entrevistados seguiu uma estrutura analítica prévia. As informações obtidas com as

---

<sup>65</sup> Entre as organizações partidárias de Juventude, há uma estrutura de posições de membros, a fim de orientar a atuação nos municípios, em diferentes frentes, comunicação, movimentos sociais, formação política etc.. A exceção é a JPTRS na qual a secretaria de juventude é um conselho cuja proposta é uma relação horizontal entre os membros da executiva. Contudo, da mesma forma que os demais partidos, eles têm dirigentes responsáveis por diferentes frentes.

entrevistas abertas foram complementadas com as observações colhidas no trabalho de campo.

## 1. A JUVENTUDE E AS CORRENTES INTERNAS DO PT

Para a Secretária de Juventude do PT-RS em 2013, Iris Carvalho, as modalidades mais comuns de adesão ao partido seguem uma dinâmica em que o jovem, sem experiência partidária ou que milita no movimento estudantil, tem alguma proximidade com um membro, que não necessariamente é da elite partidária, mas participa das atividades rotineiras de uma das correntes internas. O que motiva os mais novos a se envolver com as atividades de uma corrente é o compartilhamento das mesmas bandeiras, ou seja, por “pensarem como os demais membros do partido”. Nessa perspectiva, poderíamos dizer que tais militantes são atraídos por *identificação*.

Ariely de Castro, Coordenadora de Movimentos Sociais, e Rossana Prux, Coordenadora de Mobilização, corroboram essa dinâmica de filiação, e, embora reconheçam o movimento estudantil como porta de entrada de muitos filiados jovens, enfatizam outros movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento Nacional de Luta por Moradia e Movimento Sindical como pontos de partida para o contato com jovens que se juntaram ao partido. Isso porque essas organizações passaram por uma marcante renovação geracional, o que fez com que fatia importante da juventude petista tivesse a sua participação/formação iniciada em algum desses movimentos sociais.

Com menor frequência, mas com um volume importante, há as filiações recebidas pela *internet*. As entrevistadas percebem tal modalidade como atrativas para simpatizantes da ideologia partidária. Nesse caso, o partido assume uma postura reativa, o jovem tem a iniciativa de nele ingressar, o que configura uma filiação por *recepção*. Outra ação que contribui para esse tipo de filiação são as campanhas promovidas pelo PT com a finalidade de se aproximar dos jovens, como a Campanha de filiação e do Voto aos 16 anos<sup>66</sup>, assim como ações de panfletagem em escolas e universidade para a difusão de bandeiras da juventude petista. Contudo, Ariely e Rossana consideram pouco eficiente essa estratégia de atração de novos membros, porque. Segundo Rossana, “a relação do dia-a-dia funciona mais que essas campanhas para trazer novos filiados. Se tu não tiveres

---

<sup>66</sup> A ação de estímulo para que os jovens tirem o título eleitoral também é uma oportunidade de convidá-lo a participar das atividades do partido. Alguns militantes distribuem material gráfico da campanha na frente das escolas, visando à aproximação com os jovens secundaristas.

uma relação próxima com a pessoa, eu acho que um jovem não vai receber um panfleto e pensar ‘vou me filiar’” (ROSSANA PRUX, Secretária de Mobilização do PT-RS, 2014).

Desse modo, o mais comum é o novo membro começar a participar de atividades específicas por influência de um amigo ou conhecido, seguindo uma lógica de *recrutamento aberto* e uma filiação do tipo *captação-por-convicção* de jovens com ou sem experiência de militância. Destarte, nem sempre esse jovem tem conhecimento do conjunto de pressupostos ideológicos que norteiam o partido e suas correntes, embora a vontade de influenciar determinadas situações políticas resulte na sua inserção em atividades partidárias. O que há é uma disposição para intervir em questões pontuais, de interesse coletivo. Ariely acredita que o jovem se identifica primeiro com os problemas do seu contexto universitário, de moradia, da sua cidade etc., e, em função disso, aproxima-se de outros jovens já organizados e militantes. A partir de então, entram contato com colegas que são membros do PT que compartilham do seu ponto de vista e que o envolvem em algumas ações políticas. Segundo ela:

Geralmente o jovem não se identifica primeiro com políticas mais estruturais do partido. Ele se identifica primeiro... por exemplo, na universidade, tem uma questão a ser resolvida e o jovem não concorda com a postura do reitor. Aí tem um pessoal organizado dentro do movimento estudantil que começa a dialogar com esse jovem e ele começa a se reconhecer a partir dos problemas da universidade que é onde ele está. Então ele estabelece uma relação com os membros deste grupo e é convidado a participar de uma reunião aqui, outra ali, e começa a perceber discussões mais estruturais e passa a se organizar (no Partido).

(ARIELY DE CASTRO, Coordenadora dos Movimentos Sociais, 2014)

Uma vez atuando no partido, ele pode eventualmente frequentar atividades formativas promovidas pela Secretaria Estadual de Formação, pela Secretaria de Juventude do Estado e, principalmente, pelas Juventudes organizadas do seu município.<sup>67</sup> Seguindo as orientações contidas no Estatuto do partido, o diretório municipal promove mensalmente uma plenária destinada à apresentação da história e das bandeiras

---

<sup>67</sup> As atividades são no formato de seminários e acampamentos, com expositores e plenárias de debates. Na opinião, da Secretária de Juventude do PTRS falta desenvolver abordagens adequadas ao público jovem. Contudo, as formações não foram mencionadas como a forma mais comum de se trazer os jovens para militar no partido.

partidárias aos recém-filiados. De acordo com Iris Carvalho, os temas, em diálogo com o programa partidário, geralmente concentram-se na “história do partido, a questão do socialismo, feminismo, políticas públicas de juventude, a estrutura de Fóruns de participação e Conselhos nos municípios”. Embora o comentário pareça transmitir uma intencionalidade do partido em instrumentalizar os jovens para a ocupação de espaços nas instituições participativas e de governo, assim como para dotá-los de uma mesma visão doutrinária, no período da entrevista, tais atividades para a juventude não ocorriam de maneira sistemática no nível estadual.<sup>68</sup>

Portanto, embora o partido aposte em um *recrutamento extensivo*, o processo de formação pode ficar prejudicado em anos eleitorais. Conforme as possibilidades momentâneas, realizam-se os eventos e tenta-se, da parte da secretaria estadual, orientar as juventudes dos municípios a promover, eles próprios, atividades também na mesma linha, enviando-lhes material e as temáticas a serem abordadas. Há uma tentativa de promover um tipo de formação na sede estadual do partido, ou seja, na capital, e replicá-la nas demais cidades. Entretanto, quem se encarrega dessa tarefa no interior são as juventudes locais. Iris Carvalho destaca esse aspecto:

Agora [primeiro semestre de 2014], por exemplo, está saindo a circular da juventude do PT, orientando todos os municípios a fazerem atividades sobre os 50 anos do golpe. Então, se, na sua cidade, tiver mobilização social, outros parceiros, movimentos, outros partidos da esquerda que tiveram protagonizando atividades. Nós temos que nos somar. Essa tem sido a orientação... juntar uma galera... nós estamos dando indicações de filmes também para o pessoal [assistir]... assim como nós vamos fazer a nossa estadual, é para os municípios se organizarem e fazer também.

De outra parte, a Coordenadora de Mobilização entende que as Juventudes Municipais são protagonistas na tarefa de formar politicamente a sua base. Contudo, não tem conhecimento de parcerias com a Fundação do Partido para promoção dos encontros.<sup>69</sup> Segundo Rossana Prux, as formações costumam focar a relação

---

<sup>68</sup> O ano de 2013 foi de eleições presidenciais e estaduais. Em ambas conjunturas, as candidaturas do PT enfrentaram campanhas muito acirradas, o que absorveu a militância de juventude.

<sup>69</sup> Mesmo a Fundação Perseu Abramo não tendo aparecido entre as considerações das entrevistas sobre o processo de formação da juventude petista gaúcha, registro que a fundação tem, entre as suas agendas, a juventude, e foi pioneira em realizar pesquisas nacionais sobre a realidade juvenil que vieram, a partir de 2003, a subsidiar a implementação das Políticas Públicas de Juventude do Governo Federal, bem como a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). No entanto, o acúmulo de conhecimento da Fundação sobre juventude parece ter propagado mais no campo das políticas



“juventude e política”, as possibilidades de participação juvenil e temas de conjuntura. E mesmo sendo atividades concebidas por jovens, os formatos são muito convencionais e cansativos; pouco adequados ao público em questão. Já as temáticas parecem bem pertinentes à militância.

Uma peculiaridade do processo formativo do PT ocorre no âmbito das tendências, as quais organizam seus próprios debates, conforme seus pontos de vista. Geralmente, nas correntes os jovens têm uma organicidade e são reconhecidos como uma militância específica e necessária, ressalta a Coordenadora de Mobilização da Juventude do PT-RS. A organização em tendências é uma peça chave para compreender a doutrinação e a participação mais rotineira do filiado. Se aquele que lhe convidou para conhecer o partido não lhe apresentar primeiramente às reuniões da sua tendência, nas plenárias gerais do partido ou mesmo nas prévias para escolha dos candidatos ao Executivo, ao Legislativo ou à Executiva do PT-RS, o filiado vai notar a diferença entre os posicionamentos de um grupo ou outro e vai se identificar com algum deles. Ou seja, havendo efetiva participação nas atividades partidárias, a dinâmica interna o conduzirá a compartilhar de alguma corrente de opinião. Devem estar inseridos em algum das tendências principalmente aqueles jovens cuja pretensão é compor as Executivas em qualquer nível. Ocorre que a regra de reservar 20% dos cargos de direção aos jovens realmente é seguida pelos Diretórios Municipais, Estaduais e Nacional. Para integrar tais instâncias, eles precisam compor as chapas, constituídas basicamente pelas tendências, e disputar as eleições internas.

Então, a organização em tendências é central para a formação, participação e seleção da juventude petista. A organização em tendências também se reflete na formação da Secretaria Estadual de Juventude, na qual elas estão representadas paritariamente. Mesmo assim, a secretaria de juventude tem o propósito de atuar no partido unificadamente, por isso é concebida com órgão a pautar a juventude de maneira transversal às tendências, às setoriais [mulheres, negros, etc.] e à Executiva. A organização estadual também tem a prerrogativa de orientar os municípios quanto à constituição das suas secretarias de juventude e, eventualmente, oferecer uma linha política para as suas atividades de formação, assim como intervir em contextos que apresentam dificuldades de inclusão de jovens à Executiva Municipal do Partido.

---

de governo, que também se replicaram para Estados e Municípios, que para a organização interna do partido.

Nessa perspectiva da transversalidade, o secretário de juventude tem acento nas executivas dos diretórios ao qual pertence, em qualquer dos três níveis, e mais a porcentagem de jovens prevista no Estatuto. Tal prática é entendida como uma estratégia que visa a forçar a renovação de dirigentes partidários no PT, como explica Rossana (2014):

Cada tendência do (PT) tem a sua juventude organizada, e nós temos essa secretaria, composta pelas tendências e eleita por um congresso. E também hoje o (PT), nas suas direções do partido, tem cota de 20% para jovens. Então, na eleição do (PEDE), que são as eleições para presidente do (PT), para as direções, desde o ano passado, o (PEDE) 2013. Isso força a renovação dentro das direções do partido. E também força o jovem a ter inserção não só nos temas de juventude, mas nos temas do partido, não só nas secretarias, mas nas direções.

Desse modo, podemos dizer que, na percepção da presidência do setor de juventude estadual do PT e das coordenadoras de mobilização e de movimentos sociais, o partido caminha para uma estratégia de *recrutamento extensivo*, embora não mencionem qualquer programa permanente de atividades de formação. À exceção da plenária de recepção aos recém-filiados, os seminários, as reuniões e palestras parecem ocorrer de maneira irregular. As filiações assumem um caráter programático pronunciado, uma vez que se dão por *convicção* ou *identificação*. O partido procura atrair membros com ações proativas dos seus membros jovens, mas também atrai membros com de modo reativo. De um modo ou de outro, seus novos filiados apresentam um ponto em comum: proximidade com o programa ou a ideologia do PT, principalmente em sintonia com alguma de suas correntes internas.

## **2. O PC DO B E SEU RECRUTAMENTO SUI GENERIS**

O PCdoB apresenta um tipo de recrutamento *sui generis* no quadro partidário mais geral. Ele atua em parceria com uma organização externa que, na verdade, é um apêndice à sua estrutura interna. Trata-se da União da Juventude Socialista [UJS], incumbida de atrair e formar jovens para ações políticas que interessem ao PCdoB. Aqueles que passarem por essa militância de juventude provavelmente tornar-se-ão filiados e, conforme o caso,

parte do seu quadro de dirigentes. Mesmo quando o jovem chega primeiro ao partido, a tendência é que ele seja encaminhado à UJS, como já prevê o Estatuto.

Segundo explica a Secretária de Juventude da Executiva Estadual do PCdoB-RS, Cristina Ely (2014),<sup>70</sup> “tem uma orientação nacional sobre isso. Então, entrou no PCdoB e é jovem, a gente sugere que milite na UJS. Claro que cada caso é um caso, mas a grande maioria é UJS mesmo”. Isso indica que o partido parece investir no *recrutamento extensivo*, embora possa parecer que se trata de *recrutamento intensivo*, cuja formação política ocorre geralmente antes da filiação e numa organização formalmente externa. Na verdade, essa formação externa, na UJS, na prática, é uma formação interna um tanto peculiar.

O ex-presidente Estadual da UJS, Marcos Puchalski, avalia o PCdoB como um partido que investe bastante num recrutamento que se enquadra no tipo *recrutamento extensivo*, focado na *captação-por-convicção* e, algumas vezes, por *cooptação*. Sua maior base de investimento é o movimento estudantil, tanto secundarista como universitário. O PCdoB recorre a essa organização externa que atua como instância de atração e formação dos futuros filiados e quadros. Para mantê-la articulada com o partido, nos estados e municípios em que há UJS formada, sua executiva tem um/a Secretário/a de Juventude que a acompanha. Dessa forma, a UJS promove campanhas, faz ações de protesto, de divulgação de ideias, de modo a “ensinar” os futuros quadros do PCdoB a militância política que os ajudará a se firmar como lideranças dentro do partido.

Marcos Puchalski afirma que existe uma intensa agenda de trabalho em sua organização, de acordo com o seguinte formato: em anos pares, promovem-se os Congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBS); nos anos ímpares, promove-se o Congresso da UJS. A preparação desses eventos envolve eleição de delegados, rodadas de debates e mobilizações nas escolas e demais espaços de juventude, realizadas pela militância da UJS. Nesses eventos, ou paralelamente a eles, com elevada frequência são realizados atos que dão visibilidade à organização e que levam os jovens a procura-la organização em virtude da concordância com seus pontos de vista. Marcos Puchalski dá dois exemplos disso:

---

<sup>70</sup> A secretária é ex-militante da UJS e ex-dirigente de entidades estudantis. Também ocupou o cargo de secretária de comunicação do diretório municipal de Porto Alegre e, hoje, é assessora do Gabinete da Deputada Manuela D’Ávila, na Assembleia Estadual.

Neste ano [2014], nós fizemos duas grandes ações. Uma que foi uma intervenção durante o Fórum Social Temático... nós produzimos as máscaras do [Snowden], aquele jornalista norte-americano que denunciou todo o esquema de espionagem norte-americana e tal... nós fizemos mil máscaras. Isso foi uma ação que saiu até na [Folha de São Paulo] e tal, e tinha o logo da [UJS]. Muita gente conheceu a [UJS] ali, veio nos procurar... ‘ah, eu quero conhecer a [UJS]’ e tal.

[...] Há umas duas semanas atrás [13/03/2014], a nossa turma organizou um “beijaço” em frente à sede do [PP-RS], contra as declarações do Luiz Carlos Heinze.<sup>71</sup> E, nisso, muita gente se interessou e veio nos procurar pela página do [Facebook], ou pela galera da UJS, que já conhecia, porque aquela turma ali é da [UJS].

Anualmente, há Congressos Municipais com debates mais simplificados, denominados nível 1, e o Congresso Estadual, que é o nível 2 e é mais denso. Como explica, Marcos Puchalski, “(...) o estadual é chamado nível 2. Quem já participou do nível 1, que é um nível transitório, ou quem já é dirigente ou tem um pouco mais de acúmulo e consegue debater questões de forma um pouco mais aprofundada”. As temáticas abordadas se relacionam com a ideologia partidária, como socialismo, história e economia. Ainda há temáticas mais contemporâneas, como orientação sexual, legalização das drogas ou Novas Tecnologias da Informação (NTICs), etc. Com isso, tem-se uma estratégia visivelmente *extensiva* empregada pela organização para recrutar jovens. Para o ex-Presidente da UJS, “os cursos de formação servem para reforçar o nosso compromisso ideológico e também para preparar os nossos principais quadros dirigentes a ajudar a construir o projeto partidário”.

Ademais, segundo Cristina Ely a UJS tem um caráter mais amplo do que os seguimentos de juventude dos outros partidos e do que a própria atuação da ala jovem do PCdoB. Por isso, na sua perspectiva, tem mostrado maiores resultados no que tange à atração de jovens. Para ela, para abrigar esse público, a estrutura organizacional precisa ser menos formal, precisa ser aberta à entrada de agendas que lhes interessem diretamente. A Secretária de Juventude do PCdoB, nesse caso, é central porque é a referência da Executiva da UJS no partido – ela os auxilia a desenhar planos de ação nas disputas que enfrentam no movimento estudantil, como a direção da União Brasileira de Estudantes

---

<sup>71</sup> O Deputado Federal (PP/RS) “em uma reunião da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados sobre demarcação de terras indígenas, classificou quilombolas, indígenas, homossexuais e lésbicas como “tudo o que não presta” (Correio do Povo, 13/03/2014).

Secundaristas [UBES] e União Nacional de Estudantes [UNE], assim como nas atividades de formação, inclusive preparando falas sobre temas sobre os quais os jovens precisam se familiarizar. Não obstante, segundo suas declarações, a UJS tem autonomia para tocar suas atividades formativas e de engajamento com determinadas bandeiras; a secretaria trata apenas de mantê-la alinhada ao partido.

Então o que se observa é uma direção partidária atenta a política de formação de quadros, tanto que um dos seus secretários assume a tarefa de supervisionar especialmente os filiados jovens. A ideia é orientar aqueles que demonstrem habilidades para liderança no âmbito estadual, cuidando para que situações próprias dessa fase da vida não se tornarem entraves à participação do jovem – por exemplo, no caso de terem de sair das suas cidades de origem, esse militante precisa ser acolhido onde for designado, ou orientar para que a militância não consuma excessivamente seu tempo e ele não consiga concluir o ensino superior. Isso porque há o entendimento de que, para se renovar como instituição e prover cargos em mandatos legislativos e executivos, o partido precisa de quadros políticos tecnicamente capazes de executar o programa partidário e cumprir as demandas da administração pública. Então é fundamental chegar a um equilíbrio adequado entre a militância e a formação acadêmica e profissional desse quadro jovem.

Em diferentes momentos da entrevista, a Secretária de Juventude buscou demonstrar o sucesso dessa estratégia da UJS/PCdoB na formação de quadros, mencionando nomes que começaram sua trajetória nessa instância organizacional exógena ao partido, mas seu apêndice estrutural, e chegaram a ser dirigentes, vereadores, deputados estaduais e federais e ministros. Em suas palavras:

(...) nós tratamos como uma coisa de muito valor no (PCdoB), a (UJS) é onde nós expressamos muita força, tanto nos movimentos que fazemos, no poder de articulação, de amplitude, quanto na renovação que o partido apresenta dos seus quadros. A (Manuela D'Ávila) é resultado disso, da (UJS), de alguém que foi projetada, a (Ticiane Alvares)<sup>72</sup> que foi candidata a vereadora e é suplente de vereadora, é resultado também e no país inteiro tem exemplos de jovens parlamentares, que vieram de uma trajetória da (UJS), o (Orlando Silva), foi Presidente da (UJS) foi Ministro do esporte. O (Aldo Rebello) foi Presidente da (UJS) e é Ministro.

(CRITINA ELY, SECRETÁRIA DE JUVENTUDO DO PC DO B RS, 2014)

---

<sup>72</sup> Ticiane Alvares é a atual presidente Municipal do PC do B Porto Alegre/RS, uma jovem de 32 anos, que foi Presidente da UJSRS.

Em síntese, as entrevistas demonstram uma divisão de tarefas entre a UJS e o PCdoB no que diz respeito ao recrutamento. A primeira ocupa-se da formação do jovem, estabelece um cronograma de cursos de formação e respalda a atuação dos seus militantes no movimento estudantil e em algumas manifestações que oportunamente possam acontecer. Já a secretária de juventude tem uma atuação com vistas a formar quadros mais a longo prazo, buscando agregar jovens que demonstram potencial para liderança, indicar nomes para a executiva da UJS, oportunizar que assumam cargos diretivos e construir candidaturas, principalmente quando encerram a militância na juventude. A Secretária de Juventude, portanto, não se ocupa de programas de formação para filiados jovens, mas sim de selecioná-los e, dessa forma, dar continuidade à sua preparação para assumir cada vez mais postos. Em última análise, o material investigado até aqui, estatuto e entrevistas, mostra uma estratégia estruturada de renovação da organização partidária, bem como de expansão da sigla no cenário político-eleitoral, valendo-se do investimento em jovens lideranças.

### **3. A JUVENTUDE SOCIALISTA E O PDT: QUEM É MAIS TRABALHISTA?**

A Juventude Socialista do PDT convive declaradamente com as modalidades de recrutamento *aberta e fechada*. Se, por um lado, muitos jovens buscam o partido pelo apreço à história de Brizola e outras lideranças do PDT, por outro, as lideranças do Partido e da Juventude Socialista nos municípios buscam captar jovens entre os filiados, parentes ou conhecidos de filiados. Podemos depreender isso da entrevista do Presidente Estadual da Juventude Socialista, João Henrique Cella (2014):

Quando nós chegamos no Município do porte de 20, 30 mil habitantes que não tem (Juventude), nós sempre temos aquela pessoa que vai organizar a Juventude do PDT, e a gente sempre aconselha ‘olha, convida teus amigos, tuas amigas, teus parentes para participar e começar um trabalho’, mas, sempre, nós damos a dica de procurar o Partido e pegar o Cadastro do Partido e fazer um filtro, porque dentro do Cadastro tu tens como filtrar a data de nascimento.

Segundo ele, o PDT atua de forma proativa para atrair os jovens; ou seja, procuram atraí-los por *captação*. Outro ponto destacado como importante é a afinidade programática prévia do jovem com o partido – dá-se preferência às filiações por

*convicção*, muito embora o partido, assim como sua organização de juventude, não promova campanhas visando às filiações. Portanto, esse ativismo para filiações por *captação*, na maioria das vezes, restringe-se à modalidade de filiação *fechada*, focada nos parentes de militantes. Outra parte das filiações, na modalidade *aberta*, deve-se às filiações por *recepção*, ou seja, àquelas em que o partido é procurado pelos próprios jovens em decorrência de sua identificação com a bandeira do trabalhismo ou com algumas das figuras históricas do PDT, como Brizola. A Presidenta da JS de Porto Alegre, Natashe Inhaquite, também destaca que, em períodos eleitorais, as lideranças de juventude estão na rua fazendo campanha e conhecem muitos jovens; em alguns casos, essa aproximação desdobra-se em filiações que se enquadram na forma *recepção-por-identificação*.

A estratégia partidária de recrutamento desses jovens adquire feições de um processo *intensivo*, pois não há atividades formativas regulares e centralizadas no nível estadual. O que existe são encontros nos municípios que ocorrem de maneira espontânea, conforme iniciativa e necessidade da Juventude Socialista. Há também orientações da direção estadual da juventude quanto aos materiais a serem utilizados. Essa estratégia de recrutamento com pouco envolvimento do partido, de responsabilidade quase exclusiva da juventude, pode estar relacionada com o receio de membros partidários mais antigos com o surgimento de novas lideranças que poderão disputar com eles os espaços políticos dentro da organização.

A propósito disso, os entrevistados afirmaram que são perceptíveis os focos de divergência entre a Juventude Socialista e a direção do PDT quanto à condução de governos ou da organização partidária em várias localidades. Natashe Inhaquite faz referência esses entraves à participação dos jovens, observando que:

O (PDT) é um partido dos cabelos brancos. Ele é um partido muito envelhecido. E o nosso partido, assim como outros, tem entraves porque é natural. No interior, por exemplo, tem caras que não querem que exista juventude. O partido é tão pequeno que eles querem sempre ficar sentado na cadeira lá do presidente e têm medo que nasça uma liderança jovem que possa ocupar o seu lugar

(Natashe Inhaquite, Presidente da JS Porto Alegre, 2014)

Por ser um partido com raízes anteriores ao atual período democrático, com substancial conteúdo programático e influência em diferentes momentos da história política brasileira e, principalmente, gaúcha, os dirigentes mais jovens tratam sua organização como órgão fundamental para colocar novamente na agenda política os pressupostos do trabalhismo, tanto no que se refere ao comportamento dos seus dirigentes como na própria atuação da juventude do partido. Aliás, desde a abertura democrática dos anos de 1980, a juventude do PDT se pauta pela concepção de que o trabalhismo é uma doutrina genuinamente de esquerda no contexto brasileiro e é com essa orientação, portanto, que o partido deve ocupar esse espaço ideológico campo<sup>73</sup>. Diz ela:

Eu acho que os jovens têm que atuar no campo de juventude pra poder fazer com o que nós acreditamos possa sair das portas do partido. Por exemplo, o legado do (Brizola), do (Darcy Ribeiro), do (Getúlio), do (Jango), das reformas de base, são temas extremamente atuais hoje em dia. Então o que a gente acredita é que tem que ser colocado em prática. E nós nos omitimos, por exemplo, do (Movimento Estudantil) é omitir esse legado. Nós nos omitimos, enfim, do (Movimento Comunitário) é omitir esse legado. Nós nos omitimos, enfim, de qualquer luta política é omitir esse legado. Então nós precisamos estarmos presentes pra fortalecer essa ideia.

(Natashe Inhaquite, Presidente da JS Porto Alegre, 2014)

A Presidenta da JS de Porto Alegre chama atenção, ainda, para os nomes que a Juventude do PDT já formou, e que hoje são importantes lideranças no cenário político gaúcho, como Marcos Bins Ely, vereador de Porto Alegre, e Juliana Brizola, que mesmo

---

<sup>73</sup> O Trabalhismo tem as suas fases demarcadas pela Era Vargas, pelo governo de João Goulart e pelo atual período democrático, formando uma perspectiva política representada pelo PTB e, depois, pelo PDT. Sustenta-se não só nos avanços sociais que os seus representantes lograram principalmente nas suas duas primeiras fases, mas também tem seus ideólogos, entre eles nomes como Darcy Ribeiro e Alberto Pasqualini que pautaram as bandeiras defendidas pelo antigo PTB, fundadas no nacionalismo, nos direitos dos trabalhadores, nas reformas de base etc.. Referência programática para o atual trabalhismo a carta, concebida em Lisboa, em junho de 1979, na sede do Partido Socialista Português, por antigos trabalhistas e lideranças de várias tendências de esquerda, na condição de exilados políticos, já vislumbra a reorganização do PTB, extinto durante o governo militar. Nela, incorpora-se agendas dos novos movimentos sociais ao seu programa, direcionando a sua atenção as causas das mulheres, dos indígenas e dos negros, ampliando a pauta, antes exclusiva de trabalhadores. Entretanto, no novo cenário político-partidário, os Trabalhistas encontram outros segmentos da esquerda que disputarão a sua base. Aqueles são formados a partir dos anos de 1970 no novo sindicalismo, os quais se organizam principalmente no Partido dos Trabalhadores. Assim o partido teve de dividir o espaço da esquerda com outras agremiações, não assumindo o protagonismo vislumbrado por ocasião da Carta de Lisboa.



sendo neta de Leonel Brizola, a principal liderança trabalhista desde sempre, tem sua trajetória pautada pela militância na Juventude. Entre os espaços que já liderou estão o segmento jovem da Internacional Socialista e, pela estreita afinidade com essa agenda, encabeçou a Secretaria de Juventude no governo municipal de Porto Alegre entre 2007/2008, na gestão do então prefeito José Fogaça (PMDB-RS). Também foi vereadora de Porto Alegre e, hoje, está no segundo mandato na Assembleia Legislativa Gaúcha.

No caso do PDT, o recrutamento de jovens passa, especialmente, pela proximidade desses indivíduos com uma liderança partidária e também pela identificação com as bandeiras que o partido já levantou, bem como com os programas já executados quando esteve no governo. A formação, por sua vez, é vista como o mecanismo de transmissão do legado de lideranças históricas do partido e, como tal, fica a cargo única e exclusivamente da organização de juventude. Quanto a isso, duas ações formativas são periódicas no estado. Desde 2004, filiados jovens reúnem-se no litoral, em um fim de semana de janeiro, para sensibilizar os veranistas quanto ao descarte adequado do lixo na beira da praia – essa ação busca dar visibilidade ao partido e à juventude, contatar outros jovens e promover a convivência e debates.<sup>74</sup>

Outra iniciativa de divulgação da agenda trabalhista mais recente, iniciada em março de 2015, é o programa na webrádio da Legalidade, Debate Socialista<sup>75</sup>. Trata-se de um programa semanal, com duas horas de duração, que chega a uma marca de 500 acessos por programa, é produzido e conduzido pela juventude e cumpre dupla tarefa – por um lado, fortalece a memória da Rede de Legalidade e o seu papel de defesa da posse e cumprimento do mandato do presidente João Goulart, ameaçada pela iminência da intervenção dos militares na conjuntura de 1964; por outro, é um instrumento formativo de longo alcance da atual militância trabalhista, por meio do qual convidados são conclamados a compartilhar temas e abordagens políticas de diferentes ordens, e os âncoras do programa tratam de fazer o enquadramento das pautas segundo o viés partidário.

---

<sup>74</sup> Os participantes do Verão com Vida ficam acampados um fim de semana em Tramandaí, litoral norte do RS.

<sup>75</sup> <http://www.radiolegalidade.com/portoalegre/>

#### 4. A JUVENTUDE NÃO ESTÁ COM O PARTIDO, ESTÁ À FRENTE DO PMDB

Com modalidade de inclusão de novos membros semelhante ao PDT, o ex-presidente da Juventude do PMDB, Daniel Kieling (2014), faz alusão a uma dinâmica *fechada* de recrutamento. Para ele, muitas vezes, “o jovem já nasce dentro do partido” e, então, milita pela afinidade programática. Em outros casos, ao se formar a organização de juventude nos municípios, é comum um jovem que tenha relação de parentesco com algum membro tradicional e habilidade para mobilizar outros jovens ser convidado a cumprir tal tarefa.

Sobre isso, em tom crítico ao próprio partido, diz Daniel Kieling:

Quando vai montar a Juventude do PMDB, numa cidade que não tem, lógico que a gente vai acabar indo numa família tradicional do PMDB. Busca identificar dentre os filhos, quem convidar. Com qual jovem a gente pode ter uma conversa, ‘não, esse cara já tem uma inserção, é mais fácil de conscientizar, acho que ele pode ser um diferencial’. A gente está tentando dar uma característica diferente para que o Presidente da Juventude do PMDB não seja mais um político da velha geração, que carrega só o sobrenome e não tem conteúdo nenhum. A gente está tentando mudar um pouco isso.

No entanto, nas últimas gestões, a Juventude do PMDB também vem promovendo campanhas no interior do estado para filiar novos membros, de acordo com a modalidade *aberta*. Segundo os entrevistados, a iniciativa resultou num aumento significativo do número de filiados jovens em algumas cidades.<sup>76</sup> Ainda ocorre de o jovem ser atraído primeiramente por um evento de formação e, em decorrência disso, integrar-se formalmente às fileiras da agremiação.

Desse modo, depois que o jovem ingressa ou se torna ativo no cumprimento das demandas partidárias e da juventude organizada, ele tem à sua disposição cursos de formação doutrinários, regularmente oferecidos pela Fundação Ulisses Guimarães (FUG). Uma especificidade da Fundação é ter estruturado um curso específico para o público jovem. Dividido em três módulos, o seu conteúdo oferece uma compreensão geral da organização do sistema político e o seu material foi elaborado por estudiosos do tema, alguns sem vínculos partidários. Além disso, ocasionalmente, os diretórios nos municípios, em parceria com a executiva estadual da J-PMDB, promovem fóruns sobre

---

<sup>76</sup> Daniel Kieling, Ex-Presidente Estadual da JPMDB, explica que a Executiva da juventude está submetida hierarquicamente à Juventude Nacional do PMDB, e não ao Presidente Estadual do partido; por isso, podem tocar iniciativas, como campanhas de filiação, de maneira independente.

temáticas proeminentes no cenário local ou regional. Por exemplo, se está em votação alguma matéria na Câmara para a região, promovem-se fóruns sobre a temática.

No ano de 2015, os dirigentes apostaram numa atividade piloto voltada à formação, em nível estadual, chamada Juventude na Estrada. Trata-se de levar lideranças e temáticas para discussões com as juventudes municipais. Esse projeto foi acolhido nacionalmente pela FUG e prevê-se sua replicação em outros Estados.

Assim como outras juventudes partidárias, a J-PMDB tem a prática de realizar os acampamentos de verão há muitos anos – em 2015 ocorreu a 12ª edição dessa atividade. Diferentemente das outras juventudes partidárias, a do PMDB também promove encontros de inverno, na serra gaúcha, região na qual o partido tem uma base consistente – no ano passado, 2015, completou-se o décimo evento desse tipo.

Roberto Fantinel (2014),<sup>77</sup> liderança que atualmente comanda a Juventude no Estado, avalia o impacto dessas atividades para a formação de quadros capazes de intervir na realidade e cientes das atribuições dos cargos que forem assumir.

(...) Os cursos são muito importantes. São interessantes porque te sinaliza o que é, o que pode ser, como chegar, como é que funciona os processos na política. Não adianta o jovem pensar, “eu quero mudar, eu vou entrar na política”, tem que saber os meios para intervir na realidade. Não adianta eu me candidatar a vereador, chegar na casa do vizinho e falar, “eu vou fazer a ponta na frente da sua casa”, se o cidadão não tem o conhecimento que o (Legislativo) não tem o poder de construir uma ponte. Então, são conhecimento mínimos que talvez para gente seja óbvio, mas que para a maioria não sabe as atribuições do vereador, que não é fazer a ponte, e sim fiscalizar, propor uma legislação.

Ainda que a frequência aos cursos de caráter doutrinário seja mais condicionada ao interesse individual do que propriamente a um esforço organizacional de chamar os jovens, pode-se considerar o recrutamento do partido como *extensivo*, uma vez que há intenção de lhes preparar para a liderança política. A gestão da J-PMDB se esforça para fornecer leituras de formação à sua militância jovem. Embora se trate de um *recrutamento*

---

<sup>77</sup> Roberto Fantinel foi presidente do diretório municipal do PMDB do seu município de origem, Dona Francisca, vereador e candidato a prefeito desta mesma localidade. Assumiu a Presidência de Juventude em convenção estadual de juventude no ano de 2014. Fora do comando da Juventude, Daniel Kiling lançou-se a candidato a deputado estadual em 2014. Hoje, Roberto Fantinel é Assessor Especial do Governador Sartori e Daniel Kieling é coordenador de assuntos municipais do Governo do Estado do RS.

*extensivo* um tanto moderado e irregular, o foco voltado à formação de quadros para a terceira etapa desse processo, a seleção para cargos, é bastante demarcada, como salienta o presidente Daniel Kieling:

Nosso objetivo é pegar um Presidente de Diretório dos Estudantes, formar ele politicamente e fazer com que ele entenda que ele pode continuar lutando por aquelas bandeiras e influenciar a política de verdade, sendo candidato, sendo Vereador, sendo Deputado.

Nesse sentido, Roberto Fantinel aponta para a presença de muitos quadros preparados na militância de juventude em cargos comissionados e eletivos no estado. Essa relação entre formação e seleção foi ainda favorecida pelo período de existência desse segmento no Rio Grande do Sul, cuja organização data 42 anos. Fantinel explica, ainda, sua perspectiva acerca da renovação de lideranças partidárias, dizendo que “os partidos que não permitem, que dificultam a entrada e a participação dos jovens na organização e nas administrações que ocupam, são partidos que estão com data de validade vencendo”. De fato, na atual gestão municipal, na qual o PMDB detém espaço privilegiado na coligação que governa Porto Alegre – o vice-prefeito pertence ao partido e vários departamentos ficaram sob seu comando –, é notável a alocação de filiados jovens, inclusive em cargos de direção. Deve ser ressaltada também a eleição de Gabriel Souza para a Assembleia Legislativa, em 2014. Ele, um jovem de 32 anos à época, tem no seu currículo dois anos de comando da Secretaria de Planejamento do município de Tramandaí, Litoral Norte, foi Presidente Nacional e Estadual de Juventude e, atualmente, é líder da bancada do PMDB no parlamento estadual.

Consoante ainda à etapa de formação, Roberto Fantinel observou que, somado ao curso disponibilizado pela FUG aos filiados, o diretório estadual do PMDB oferece estrutura para mobilizar os segmentos jovens no interior.<sup>78</sup> E mais, a juventude ocupa uma cadeira na Executiva Estadual, cuja função não se restringe a coordenar ações para jovens, ao contrário, seu ocupante pode ser designado a assumir um leque de funções como qualquer outro dirigente, como tesouraria, secretarias, etc. Portanto, o Presidente da Juventude assegura que o posicionamento da juventude influencia as decisões que definem os rumos do partido. Por exemplo, a juventude foi um dos segmentos que

---

<sup>78</sup> Tentando ilustrar a importância do segmento jovem do partido Fantinel disse o seguinte: “o (PMDB RS) tem dois carros, um é o do presidente do partido e o outro é o do presidente da juventude”.

defendeu a candidatura do atual governador José Ivo Sartori<sup>79</sup> e, no discurso de vitória no 1º turno das eleições de 2014, o candidato mencionou-a como determinante naquela trajetória eleitoral.<sup>80</sup> O acampamento de verão daquele ano contou com a presença do governador recém-eleito, assim como o encontro de inverno de 2015.

Porém, há situações de divergências e contradições envolvendo a juventude do partido e suas lideranças adultas. Conforme observa:

(...) o partido nos dá uma autonomia crítica importante para sobrevivermos na juventude. A gente se posiciona e critica muitas vezes a atitude do (PMDB), mesmo sendo parte do (PMDB), porque a nossa vontade é transformar a política, e para nós transformarmos a política, precisamos mudar o que está errado dentro de casa. E a (Juventude do PMDB) faz isso.

(Roberto Fantinel, Presidente da JPMDBRS, 2014)

Fantinel lembra de duas ocasiões em que houve um processo de debate e crítica em relação aos destinos que o partido se encaminhava:

Na convenção Nacional do PMDB, em 2014, 58% dos delegados votaram pela manutenção do apoio ao (Michel Temer) na eleição da (Dilma), mas a gente fez a nossa parte. A juventude, aliada a outros segmentos e lideranças, esteve lá protestando. Nós ficamos no hall de entrada da nossa (Convenção) entregando material, dizendo pelo fim, pedindo o fim, a ruptura desse processo.

Muitos jovens encontram dificuldade nas cidades de interior onde a juventude entra em atritos com os mais velhos, e as pessoas acham que devem expulsar os jovens. Nós entrevistamos, nós conversamos com o presidente estadual, nós ligamos para o presidente municipal do partido. Felizmente, há o reconhecimento do (PMDB), que dá respaldo para essas juventudes se manifestarem e serem críticas, e isso colabora com o fortalecimento do (PMDB). O presidente estadual tem dado apoio para as questões de renovação do partido. Então, é o seguinte, nós vivemos um bom momento na questão de discussão e avanço da participação das decisões da juventude no poder, nas executivas municipais do partido.

---

<sup>79</sup> Houve disputa interna sobre qual seria o candidato do partido ao Governo do Estado do RS.

<sup>80</sup> O cenário eleitoral apontava para um segundo turno que não incluía o nome do candidato Sartori, mas foi ele quem disputou com Tarso Genro o comando do Palácio Piratini e saiu vitorioso. A entrevista foi realizada no comitê de campanha do então candidato Sartori para o 2º turno da eleição estadual. Nesta ocasião, Roberto Fantinel mobilizava as lideranças municipais a chamarem voto para o candidato do PMDB.

De modo geral, os depoimentos dos presidentes da Juventude do PMDB convergem para um diagnóstico de que há um investimento no *recrutamento fechado*, contemplando *captação-por-cooptação*. Mais recentemente, o partido vem investindo no *recrutamento aberto*, na forma de *recepção-por-associação*. Isso significa que, independentemente da ação proativa ou reativa do partido, os recrutamentos envolvem interesses conjunturais da organização e de seus futuros filiados. Faz-se presente uma atitude mais pragmática do engajamento político, em que o partido aparece como a plataforma para a conquista de um cargo ou a busca de filiados cumpre o objetivo de efetivar determinado projeto ou tarefa. A formação interna dos novos membros, fundamental à preparação de seus quadros, é circunstancial e encontra obstáculos internos, vindos das instâncias mais antigas do partido. Ao mesmo tempo em que se investe na formação de novos quadros, gera-se uma tensão entre estes e os quadros mais antigos. A Juventude, entretanto, na sua atuação como segmento e na conquista de posições político-partidárias pelos seus membros, tenta imprimir às dinâmicas internas do partido a ideia de que “ela não é o futuro, mas sim a construção do presente” (Roberto Fantinel, 2014).

## **5 JOVEM TUCANO... E DEPOIS DA FILIAÇÃO?**

Micheli Petry, presidente do Segmento de Juventude do PSDB, percebe um cenário de recrutamento no qual a inclusão do jovem ao partido ocorre pela proximidade com membros da elite partidária. Na sua própria trajetória, ela identifica, por ordem dos acontecimentos, primeiramente o apreço pela liderança e pelo governo de Fernando Henrique Cardoso; depois, o envolvimento com o partido em decorrência do trabalho realizado com a Deputada Estadual Zilá Breteinbach,<sup>81</sup> durante o mandato de 2011-2014.

Com efeito, algumas vezes, o PSDB ganha seus filiados por *recepção-por-associação*. São os novos filiados que procuram o partido, e o fazem por motivos pragmáticos e circunstanciais. Conforme declara Micheli: “pouquíssimos vêm assim, em um primeiro momento, por ideologia infelizmente. Eles estão no município, eles têm um vereador que é amigo deles, que é dos pais e que os convida. Daí eles vêm”. Embora

---

<sup>81</sup> A Deputada Zilá Breteinbach reelegera-se nas eleições de 2014 para o mesmo cargo e Micheli Petry segue na posição de assessora parlamentar do seu mandato.

raros, ainda há casos em que o jovem é convidado por algum membro do partido para participar das reuniões ou outro evento, por causa de suas habilidades para expressar determinados posicionamentos em sintonia com a legenda. Estas seriam uma filiação por *captação-por-cooptação*, representando os interesses pragmáticos do partido.

Ramiro Rosário (2014), Secretário Geral de J-PSDB-RS, vereador suplente de Porto Alegre e ex-Coordenador de um Centro Administrativo Regional da Prefeitura de Porto Alegre, menciona o período eleitoral como oportunidade de mostrar para o eleitor jovem que a política também é acreditar em ideais, em propostas, é agir em grupo e que pode proporcionar momentos agradáveis e de cumplicidade entre os correligionários. Ou seja, é uma forma de conviver com outras pessoas, tendo como eixo a participação política e comunitária. Nessa linha, recorda a experiência da juventude de São Leopoldo, que mantém a rotina de reunir-se semanalmente para confraternizar e, para isso, contam com ajuda de custo do partido. Nessas ocasiões, convidam outros jovens que passam a conviver com o grupo, jogam futebol, criam laços de afetividade e, “fatalmente”, engajam-se nas ações do diretório municipal. Segundo o Secretário, atrair o jovem por meio dessas reuniões informais é estrategicamente mais interessante. Segundo ele, “tu crias um laço de amizade, tu crias um vínculo com as pessoas, e que é mais difícil de se quebrar, porque tu tens algo que os une, além do partido”. Ademais a organização estadual orienta as juventudes municipais a convidarem jovens a participar das convenções estaduais e nacionais e a ocuparem as vagas no ônibus que o partido disponibiliza para leva-los até os eventos. Tais práticas, contudo, são utilizadas circunstancialmente para atrair potenciais filiados.

Entretanto, os dirigentes da juventude tucana ainda consideram difícil a inserção do partido em espaços específicos de jovens na sociedade civil, inclusive no movimento estudantil. Também consideram difícil estruturar uma estratégia mais consistente para a filiação de jovens: “eu vou te confessar que eu tenho uma dificuldade grande de saber como pegar esses jovens. Eu penso muito nisso, já pensei, já pensei tanto” (Ramiro Rosário, 2014, Secretário Geral J-PSDB).

Além disso, conforme declara Micheli, presidente da J-PSDB, o processo de formação de quadros é pouco centrado em aspectos doutrinários, ainda que, eventualmente, hajam atividades que contempla discussão e estudos sobre o contexto eleitoral, por exemplo. De sua fala, pode-se inferir que o PSDB investe em *recrutamentos*

*intensivos*, voltados à absorção de jovens que tenham um perfil mais adequado à disputa eleitoral. Sobre isso, Micheli Petry diz o seguinte:

Tem o partido lá no município, o seu presidente, seu vereador... os filiados vão atrás de jovens. E aqueles jovens que eles pensam, ah, o fulaninho tem o perfil bom', vão lá e convidam... e aquele jovem convida os outros jovens, e assim vai se montando o grupo.

Para as eleições deste ano, o foco maior, tanto do partido quanto da juventude, é a gente viabilizar e ajudar um projeto a nível nacional do PSDB, que é eleger o (Aécio) presidente, né? Porque, enfim, o PSDB tem projeto em nível de Brasil, de gestão, e a gente acredita no nome do Aécio Neves. Então este, no momento, é um foco bem importante do Segmento da Juventude do PSDB e do partido. Mas a gente tem como foco a formação de novas lideranças, eleger deputados jovens, vereadores jovens, prefeitos, vice-prefeitos. Acho que todo segmento partidário quer isso. Se há um foco, é tu ter lideranças com mandato no segmento.

Assim, tudo indica que o foco da formação é mais prático. Ou seja, tentar eleger candidatos jovens e, assim, eles terão sua formação política no processo eleitoral e na prática do mandato. A filiação não ocorre visando à formação de quadros para depois alça-lo à condição de candidato selecionado ou de quadro em alguma posição de direção ou na burocracia estatal. A filiação tem como objetivo principal a identificação de jovens com qualidades que já o capacitam para postular cargos eletivos e realizar seu aprendizado político na disputa eleitoral e, conforme o caso, no exercício do mandato.

Isso não significa que o PSDB não se dedique nem um pouco às atividades de formação doutrinárias, mas mesmo estas têm um caráter mais pragmático e circunstancial. Por exemplo, sem relação com a Fundação Teotônio Vilela, a Juventude Estadual vem promovendo, desde 2014, encontros chamados *Papo Reto*, destinados à formação política da juventude. Essa atividade conta com a presença de jovens de destaque do partido, como o Prefeito de Pelotas, Eduardo Leite, entre outros quadros jovens da J-PSDB. As edições dessa atividade, principalmente a primeira, ocorrida em agosto de 2014, em São Leopoldo, município da região metropolitana de Porto Alegre, contou com a presença de filiados jovens de várias cidades do Estado. O objetivo foi pautar a participação da juventude no processo eleitoral que transcorria naquele período, enfocando os desafios de ser uma liderança jovem que vislumbra construir uma carreira



política. Nessa ocasião, trataram também de administração pública, principalmente a centralidade da gestão de políticas e suas técnicas e, ainda, do uso das redes sociais em contextos eleitorais.<sup>82</sup> O *Papo Reto* também se transformou em grupo de discussão do Facebook e é um meio de divulgação de atos públicos da juventude, como as marchas pró-impeachment, demarcando o papel da juventude tucana nas manifestações da oposição ao governo federal no Rio Grande do Sul.

Outro ponto correlacionado que deve ser destacado é que no PSDB também existem conflitos geracionais que dificultam o processo de formação de novas lideranças e de sua seleção. Embora os tucanos contem com alguns representantes jovens nas Câmaras de Vereadores e em Cargos em Comissão, ainda é persistente a ideia de que incentivar um jovem com potencial para liderança significa que antigos dirigentes perderão espaço. Alguns dirigentes se afirmam em alegações como o risco de um quadro com menor trajetória de atuação política acabar tendo mandatos não tão bem-sucedidos por causa de sua inexperiência. Ramiro Rosário recorda das orientações que o Prefeito de Pelotas, que tem 30 anos, recebeu de um correligionário: “Não, (Eduardo), não concorre a prefeito, vai a vice-prefeito”.<sup>83</sup>

Mesmo tendo um importante currículo e origens familiares ligadas a dirigentes históricos do partido na sua cidade, esse quadro era visto com certa desconfiança. No caso de quadros sem familiares com tradição na política, essa desconfiança por ser um

---

<sup>82</sup> Após os palestrantes concluírem as suas falas, houve um espaço para o debate livre entre os jovens participantes da atividade, que convergiu para questões importantes sobre identidade e programa partidário, bem como as dificuldades de mobilizar jovens. A militância manifestou certos dilemas quanto às estratégias do partido de atacar os governos da candidata da situação, Dilma Rousseff, em nível nacional, e do Tarso Genro, no estado, bem como nomes do Partido dos Trabalhadores. Ao passo que revelam a dificuldade de identificar as bandeiras do partido, de localizar as suas posições entre direita e esquerda e ter nitidez sobre referências doutrinárias. As questões levantadas demonstraram importantes lacunas na construção de conteúdos para formação da base socialdemocrata e de atividades voltadas ao seu ensino. Segundo eles, isso gera dificuldades para defender o partido e os posicionamentos das suas lideranças, assim como para apresentá-lo a possíveis futuros filiados. As manifestações também demonstram divergências sobre a identidade do partido como um todo. Alguns creem no seu propósito de trazer os pressupostos da socialdemocracia ao contexto brasileiro. Outros concebem-no como emissário daqueles que creem na centralidade das políticas econômicas e na desregulamentação das relações de mercado, enfatizando os pressupostos liberais do seu programa. Outros ainda tentam evitar classificá-lo como de direita ou de esquerda, e enfocam mais o seu papel na atual conjuntura política. E, assim como nas demais juventudes partidárias, expuseram os conflitos que, por vezes, eles têm diante dos dirigentes mais antigos. Naquela ocasião, por exemplo, em um município, o partido recusou-se a custear o transporte para os filiados jovens comparecerem ao evento, gerando insatisfação entre aqueles jovens.

<sup>83</sup> Em Pelotas, na região sudeste do RS, Eduardo Leite foi liderança estudantil, concorreu a vereança em 2004, ficando em primeiro suplente da sua bancada, somente conquistou uma cadeira na Câmara de Vereadores em 2008, aos 23 anos. Mas antes, integrou a Secretaria Municipal de Cidadania durante o governo de Bernardo de Souza, e foi chefe de gabinete do prefeito Fetter Júnior. No seu primeiro mandato como vereador, foi o líder da bancada do PSDB e presidente da Câmara municipal em 2011. Em 2010, candidatou-se deputado estadual, mas não se elegeu.

obstáculo quase intransponível para sua seleção para cargos, especialmente os majoritários. Segundo o Secretário Geral da J-PSDB, havia o receio de que se [Eduardo] fizesse uma boa votação para prefeito e não se elegeisse, no pleito seguinte, concorreria a deputado e tiraria a cadeira de algum dos que já tinham mandatos na Assembleia Estadual.

Também na sua própria experiência como gestor municipal, Ramiro comenta a sutil reação de colegas mais antigos a respeito de suas atribuições de chefia:

Há um descrédito evidente. E há até um desrespeito. Por exemplo, eu trabalho dentro, lá, como gestor do (CAR), do (Eixo Baltazar), do (Centro Administrativo Regional Eixo Baltazar), e os meus colegas de trabalho, (CCs) e os outros que são concursados são pessoas mais velhas. E aí chega o guri, de 27, e agora 28 anos, para ser o chefe de todos, porque tem curso superior e porque fez quase mil e setecentos votos... É muito difícil tu comandar um pessoal mais velho. Eu me sinto desrespeitado muitas vezes (...) Eu tenho certeza que determinadas brincadeiras, ou determinadas liberdades... eu não quero que tu penses também que é um mar de desrespeito, não é isso. Mas algumas brincadeiras, alguns comentários, não seriam feitos se eu fosse um senhor de 50 anos de idade. Não seriam feitos.

A despeito dos esforços da juventude organizada, as indicações apontam para o *recrutamento fechado*, com baixo investimento na formação doutrinária. Além disso, há resistências dos mais antigos membros em relação aos jovens destacados que ambicionam ou conquistam posições de maior relevo no partido. Portanto, a emergência de lideranças jovens é o resultado de uma caminhada acentuadamente individual, cuja formação é construída de acordo com a predisposição do filiado. Se o fluxo de filiação já não tem um volume notável, o cenário de recrutamento é agravado pelo fato do partido não ter estruturado uma estratégia de recrutamento que estimule o recém-filiado a se envolver com as tarefas e com os demais membros do partido, salvo em alguns municípios. Há poucos incentivos para o recrutamento avançar para além do estágio de filiação. Há uma dinâmica mais favorável àqueles que entram e atuam no partido de modo pragmático, visando à ocupação de cargos.

## 6. O RECRUTAMENTO EXTENSIVO DA JUVENTUDE DO PP GAÚCHO

Segundo o ex-presidente estadual da Juventude Progressista Gaúcha, Fernandinho Lopes,<sup>84</sup> seu partido é proativo no que se refere à atração de jovens para filiação. Essas ações, confirmadas pelos outros três entrevistados [Gabriel Fogaça, Bernardo Corazza e Mario Augusto Gonçalves], abrangem campanhas do voto aos 16 anos e debates nos municípios, em formato e linguagem mais “leve” para se comunicar com esse público alvo. De acordo com ele, “não vão lá deputados para ficar falando, a gente leva jovens para falar para jovens”. Seguindo esse linha, os temas abordados nesses seminários são os desafios da liderança de juventude. Esses encontros contam com a participação de vereadores, dirigentes, jovens do associativismo e todos expõem sua experiência – os denominados “cases” de sucesso. Outros temas que estão na pauta da opinião pública no momento também já foram objeto de diálogo, como educação, segurança pública, copa, etc.

Gabriel Fogaça,<sup>85</sup> atual Presidente da Juventude Progressista Gaúcha, explica que esses seminários são promovidos pela juventude estadual e apoiados pela Fundação Milton Santos.<sup>86</sup> Recentemente, a Juventude Progressista começou a promover os acampamentos no litoral – em 2016 aconteceu sua segunda edição. Com atividades

---

<sup>84</sup> Fernandinho Lopes, 27 anos, filho do ex-prefeito de Butiá, Fernando Lopes (PPRS), assumiu, em 2015, a presidência do partido na sua cidade de origem, Butiá. Além disso, depois de deixar a presidência da Juventude Estadual, foi coordenador de campanha do Candidato a Deputado Federal Mano Changes, em 2014.

<sup>85</sup> Gabriel Fogaça, 26 anos, tem uma trajetória que destoa da maioria dos membros das executivas de juventudes partidárias. É filiado ao PP desde os 16 anos, participou da Juventude do seu Diretório Municipal em São Francisco de Paula e ajudou a organizar a Juventude do Salto do Jacuí, município em que morou em função do seu trabalho. A liderança em questão é técnico em eletrônica, concursado da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), e já foi deslocado para várias cidades do Estado. Antes de vir integrar a executiva estadual da Juventude Progressista, tinha atuação centrada no associativismo. Como sua família tem inserção econômica na área do agronegócio, ele compôs a Comissão Jovem dos Produtores Rurais do Estado e foi indicado por esta instituição para ser Diretor de Agronegócio da Federação dos Jovens Empresários do RS. Já nesse posto, foi convidado a palestrar num seminário de Juventude do PP sobre liderança e, em pouco tempo, assumiu a função de Vice-Presidente para assuntos de base da J-PP. Na atual gestão, que é presidente, compartilhou a função com mais três nomes, por orientação partidária. Como esta foi iniciada um pouco antes da eleição do governo do Estado, 2014, decidiu-se que seria compartilhada entre Fernandinho Lopes, presidente anterior a Gabriel Fogaça, por um tempo, Luiz Fernando Pires, por outro tempo, e Leonardo Pascoal, que é um vereador de Esteio, por outro período. Fogaça avalia: “O Fernandinho ficou o tempo dele, foi um bom presidente também, fez uma estruturação bem grande na juventude, deu uma motivada, uma chacoalhada bem legal na galera. O Luiz Fernando Pires não quis ser presidente porque ele já estava participando de uma outra atividade, não podia se expor tanto e daí no lugar do Pires me convidaram pra participar. Isso foi em junho de 2014, dia 7 de junho que foi a posse, no auge da campanha, não dava nem tempo de formar um grupo, estruturar e planejar. Não deu tempo de fazer uma estruturação tão grande quanto eu faria se fosse antes”. A sua atuação política é conduzida juntamente com a sua jornada de trabalho na CEEE.

<sup>86</sup> O PP RS mantém duas Fundações, a Milton Santos, ligada ao PP Nacional, e a Fundação Tarso Dutra, presidida por Marcus Vinícius de Almeida, 26 anos, prefeito reeleito do município de Sentinela do Sul, o mais jovem do Estado.

voltadas às técnicas pertinentes a atividades políticas, como oratória e marketing, nesse ano também apresentaram-se algumas pré-candidaturas jovens aos pleitos municipais. Em Porto Alegre, também muitos participam das campanhas promovidas pela Organização Não-Governamental Amigos Solidários, havendo um intercâmbio entre militância político-partidária e ativismo social. Na promoção desses encontros, há um grande entrelaçamento da juventude estadual com as organizações municipais do PP, visando a concretizar as formações. Essa é uma dinâmica bem singular desse partido, pois, nos outros casos, tais atividades são tocadas quase exclusivamente pelas juventudes dos municípios. No PP, embora os municípios não tenham a prerrogativa de formar a sua base, cabe-lhes o cuidado com a logística desses eventos. Cabe-lhes, ainda, o chamamento de reuniões regulares, e é comum proporem ações assistenciais, envolver outros jovens em campanhas eleitorais e convidar amigos a frequentar os encontros, inclusive os informais.

De fato, muitos jovens têm o primeiro contato com o partido e iniciam sua trajetória de militância quando comparecem ao seminários, reuniões, campanhas e encontros informais, principalmente no interior do Estado. Como afirma Bernardo Corazza (2014), 31 anos, Presidente da J-PP de Porto Alegre e Secretário de Mobilização da Juventude Estadual, “o partido é mais forte no interior, tem mais tradição. Então tem juventudes no interior, de cidades pequenas, com 100 jovens ativos. Isso é muita coisa, [Porto Alegre] deve ter uns 20 ativos”. Inclusive, o partido tem tentando intensificar a adesão de jovens na capital gaúcha por meio de encontros que procuram atrair jovens distantes da política partidária.

Utilizando técnicas de *brainstorms*, o PP de Porto Alegre promoveu encontros cujas dinâmicas consistiram na identificação de problemas locais e de interesse dos jovens para então construir possíveis estratégias de ação, mesmo sem os participantes saberem que estavam discutindo assuntos políticos. Essa experiência, segundo ele, mostrou-se eficaz para aproximar o partido de jovens; porém, sem continuidade desses encontros, o entusiasmo inicial arrefeceu-se. Bernardo então é enfático em afirmar que o difícil não é trazer o jovem para o partido, mas sim mantê-lo e formá-lo de maneira consistente. Na sua opinião, tais atividades apenas tangenciam questões centrais de formação, como programa partidário, ideologia, projetos políticos estruturais. Sem etapas posteriores que proporcionem gradativo acúmulo de conhecimento sobre política, essa formação será frágil.

Outra forma utilizada para arregimentar filiados, mais pragmática e também do interesse do partido, é a filiação de jovens que manifestam habilidades para liderança e aptidão para influenciar mais militantes a aderirem à organização. Tratam-se das filiações por *captação*, tanto por *cooptação* como por *convicção*. Conforme o Ex-Presidente Estadual da Juventude Progressista Gaúcha, Fernandinho Lopes, “às vezes, o grande segredo é tu captares líderes. Daqui a pouco, tu filiares 10 pessoas não vai ser o mesmo efeito do que tu filiares um líder. Às vezes, aquelas 10 pessoas vão ficar só nelas, as 10”. Para a liderança de juventude, os correligionários de partido, até mesmo candidatos ou vereadores, devem ter “olho clínico para trazer o líder da turma”. E lembra de uma situação na qual um jovem de 15 anos, natural de Camaquã, que se filiou, “ele é o líder da turma, participa do grêmio estudantil, ele veio e trouxe mais 15 jovens com ele, ele é um líder nato. Filiou 15 jovens da mesma idade que ele”.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Bernardo Corazza (2014) destaca que o mais importante é o potencial do jovem filiado para ser difusor das ideias do partido. Para ele, “mais do que formar novos líderes, ele [o setor de juventude] tem o papel de conscientizar os outros, conscientizar o círculo de amizades, conscientizar a comunidade onde tu moras, teus vizinhos, mais do que trazer lideranças”. Essa atuação ganha mais destaque no contexto atual, em que as redes sociais e os novos meios de comunicação ocupam, cada vez mais, posição central. Os jovens são usuários natos desse meio e as lideranças jovens são mais capacitadas para interagir com esse novo perfil de cidadão. Mario Augusto Gonçalves (2014), 23 anos, Secretário Geral da JPPRS e Secretário de Relações Políticas da Executiva Estadual do partido, sublinha esse ponto, acrescentando a facilidade dos jovens em empregar as mídias sociais para propagar conteúdos partidários e eleitorais. Essa participação juvenil, acima de tudo, não deve se restringir a replicar ideias, deve agregar novas pautas ao partido. De acordo com ele:

É o setor que promove a renovação geracional e ajuda o partido a repensar muitas das suas posições, a oxigenar não só os quadros, mas também as ideias. A juventude que dá o gás para todas as nossas movimentações; é a juventude que nos ajuda hoje a defender as nossas bandeiras nas redes sociais, que é uma das maiores ferramentas, principalmente dessa eleição [2014].

Assim, dentre as formas utilizadas pelo partido para se aproximar dos jovens e motivá-los a participar, ficam evidentes as *modalidades abertas e fechadas* de filiação.

Por vezes, os jovens passam a conhecer o PP em virtude de eventos tanto formais como informais, principalmente no interior, promovidos pelo seu setor de juventude. Em outros casos, membros partidários identificam jovens com habilidades para a liderança e um membro de referência do PP-RS entra em contato com ele para convidá-lo à filiação. Esse membro pode ser o Presidente Municipal ou Estadual da Juventude, o Presidente Estadual do partido, algum deputado ou mesmo a Senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS). Há, ainda, diversos exemplos de filhos, netos, sobrinhos de lideranças consagradas dentro do partido cujo ponto de partida de sua carreira é seu sobrenome, o que indica muito mais a continuidade da tradição das famílias políticas no Partido Progressista do que propriamente uma renovação *aberta* de suas lideranças.

Paralelamente às atividades voltadas à atração de novos membros, a Juventude Progressista também tem na sua programação seminários destinados àqueles que já exercem ou anseiam ocupar cargos eletivos e na administração pública, em parceria com a Fundação Tarso Dutra. Esses encontros tem o propósito de ser mais densos do ponto de vista dos conteúdos abordados, com aspectos doutrinários e temas da gestão pública. Os seminários estaduais têm duração de três dias e, os seminários municipais, de um dia, e costumavam ocorrer pelo menos uma vez no ano. Bernardo Corazza lembra de retiros já ocorridos e que impactaram a recente formação de quadros:

Então, era um retiro que começava na sexta-feira, às 18 horas, e terminava no domingo à tarde. Eram 2, 3 dias totalmente imersos na política. Inclusive era bem rigoroso, era feito num convento, então o jovem acordava, aprendia política e dormia, estudava durante 3 dias. Cerca de 80% que fez isso se elegeu, aqueles que tinham propósitos se elegeram vereador (de Tapes), hoje, o Marcos Vinícius de Almeida e o Marcel Van Hattem, candidatos a deputado estadual, inclusive, fizeram isso.

Particularmente sobre os seminários de liderança de juventude que ocorrem no Rio Grande do Sul, Gabriel Fogaça salienta o seu duplo caráter. Primeiramente, destinam-se a sensibilizar o jovem para as possibilidades de intervenção em questões da comunidade. O segundo objetivo desses encontros é mostrar aos dirigentes e gestores do partido a capacidade do jovem em assumir tarefas político-partidárias, já que ocorrem com o consentimento dos diretórios municipais. Pontualmente, o Presidente da Juventude Progressista define o caráter da principal iniciativa da organização estadual no que se refere à formação de jovens:

São seminários de jovens lideranças, e tratam dos desafios dos jovens na política. Nós convidamos jovens prefeitos, jovens secretários, jovens vereadores, jovens presidentes de associações apartidárias. Pra quê? Por dois motivos. Primeiro, para mostrar para o jovem que ele tem espaço para as suas ideias, ele pode chegar ao nível de colocar isso em prática, mostrando que tem prefeitos jovens, tem vereadores jovens, tem secretários jovens, tem presidentes de associações jovens. Então, vocês têm espaço, sim. Em segundo lugar, a ideia é mostrar também para os mais velhos a competência desses jovens líderes, porque eles não vão para lá falar besteirinha, eles vão lá falar sobre gestão.

Pela teor das entrevistas, pode-se dizer que a estratégia de recrutamento desses jovens é *extensiva*, uma vez que o partido oferece possibilidades de formação político-partidária desde os primeiros contatos. Prepara-se cuidadosamente os seus adeptos jovens a ocuparem cargos na estrutura do partido, na administração pública e eletivos, entre outros aspectos da militância. O foco da gestão da Juventude do PP-RS abrange a filiação e o engajamento do jovem na vida partidária, pois considera-se altamente desejável qualificação para que ele venha a ocupar postos partidários, conforme podemos depreender deste fragmento de entrevista:

[...] [A intenção é] despertar a liderança nos jovens, fazer com que eles venham primeiramente militar dentro do partido, mas que venham ali na frente contribuir com o partido, colocando o nome para concorrer. Acho que realmente a renovação na participação já é importante. Mas ainda concorrendo, colocando o nome para de fato renovar o cenário político com um cargo eletivo é a nossa grande missão.

(Fernandinho Lopes, 2014)

O posicionamento de formar novas lideranças parece ecoar nos números observados de jovens ocupando cargos eletivos no Estado. Em 2014, a sigla contava com 19 prefeitos, 11 vice-prefeitos, e 204 vereadores jovens e 1 deputado estadual. E isso está relacionado com a atuação da organização da juventude, que considera que “ter uma juventude volumosa, grande, é importante, claro que é muito importante. Mas tu teres um jovem que vai colocar o nome para concorrer e renovar a política, de fato, está aí a fórmula do sucesso” (Fernandinho Lopes, 2014). Ademais, naquela ocasião, o partido vivia uma

espécie de euforia com a possibilidade de eleger uma governadora e, por conseguinte, ampliar seu espaço também no legislativo estadual. Os Progressistas já compuseram algumas gestões, mas há décadas não tinham uma candidatura viável para encabeçar uma das chapas que disputaria o Piratini. Mesmo sendo um dos maiores partidos do estado, com base importante em diversas regiões do interior, na eleição de 2014, a candidatura de Ana Amélia Lemos foi capaz de mobilizar o partido de maneira inédita no Rio Grande do Sul. A juventude atuou destacadamente na sua campanha, inclusive na coordenação, e dispôs de algumas candidaturas ao legislativo estadual e federal.<sup>87</sup> Elegeu-se, naquele ano, o Deputado Estadual Marcel Van Hattem, 30 anos, ex-presidente da J-PP. Aparentemente, o crescimento do partido foi acompanhado pelo peso das ações de juventude, com o consequente aumento da sua presença no conjunto dos representantes eleitos do PP.

Sobretudo, essa importante representação de progressistas jovens resulta de uma trajetória de trabalho partidário com esse segmento. Mais de uma vez foi mencionado como marco a gestão do Presidente da Juventude Estadual Jerônimo Goergen,<sup>88</sup> que investiu na multiplicação do segmento organizado pelo Estado. Desde então, ser um dirigente de Juventude passou a ser uma etapa de relevo para aqueles cuja pretensão é seguir carreira política. Hoje, nitidamente a juventude trabalha com a lógica de apresentar resultados, ou seja, ter candidaturas com chances de serem eleitas. Por isso, elas de fato têm espaço no partido. Por exemplo, os dirigentes jovens ultrapassam o número de cadeiras previstas em estatuto para a sua representação nas instâncias internas da organização, ocupando posições nas executivas municipais e estaduais. Isso garante uma posição de destaque para a juventude do partido:

A grande maioria dos outros partidos, pelo o que eu enxergo, em juventude ainda estão na fase de construir mobilização, de agregar gente, para conseguir ter voz. Isso a gente já passou, não que nós não continuemos agregando, mas nós já temos um número extremamente expressivo, já temos voz, já conquistamos muito a credibilidade, nós já estamos pensando em outras coisas,

---

<sup>87</sup> As entrevistas do Bernardo Corazza e do Mario Augusto Gonçalves foram realizadas na sede da campanha da candidata Ana Amélia Lemos em agosto de 2014. Em conjunto com outros quadros jovens, os entrevistados eram coordenadores de alguma frente da campanha.

<sup>88</sup> Segundo declarações de Bernardo Corazza, Jerônimo Goergen, 40 anos, concluiu o mandato na Juventude e, em seguida, recebeu a tarefa de presidir o diretório estadual. Atualmente, elegeu-se a deputado federal, mandato 2014-2018. E já passou por outros mandatos eletivos. Este padrão de iniciar como dirigente de juventude e seguir carreira político-partidária em cargos eletivos e da organização partidária é verificado no caso do PP. Afirmo o entrevistado “quase todo presidente da Juventude Estadual se elegera a deputado ou trabalha como chefe de gabinete de deputado”.



em outros entraves mais para a frente, nós já estamos formando deputados agora. Nós já estamos com 11 candidatos, com chances de serem eleitos. Então, nós já estamos um passo mais para a frente, já pulamos muitos degraus, sabe? Como eu te falei, um trabalho de longo prazo. Isso não é mérito individual de alguém, mas um processo que vem se construindo há muito tempo. Cada presidente que entra aqui somou alguma coisa

(Gabriel Fogaça, Presidente da Juventude Progressista Gaúcha, 2014).

## **7. PARTIDÁRIOS DO LIBERALISMO: A JUVENTUDE DO DEM GAÚCHO E A FUNDAÇÃO FRIEDRICH NAUMANN**

No Partido Democratas, a modalidade *fechada* de ingresso de jovens na agremiação é a mais comum. A Presidenta da Juventude do DEM-RS, Roberta Faraco<sup>89</sup>, observa que normalmente o jovem é convidado a participar por um membro do partido ou até mesmo pelo Presidente Estadual, Onix Lorenzoni ou outro deputado. Por exemplo, os compartes do 9º Seminário de Jovens Multiplicadores Liberais (2014), principal momento de formação da juventude democrata no Estado, foram indicados por uma liderança partidária e saíram com a missão de organizar o segmento nos diretórios dos seus municípios.<sup>90</sup> Naqueles em que já existe Juventude organizada, a aproximação de possíveis filiados também se dá pela modalidade *fechada* e resulta de uma postura proativa do partido. Geralmente ao identificarem habilidades de liderança em alguém, os membros do DEM procuram filia-lo e integrá-lo às atividades da legenda. Conforme declarou a Presidenta de Juventude do partido:

[...] Normalmente, nas cidades menores, o Presidente do Partido participa em algum evento de Sindicato e tem aquele *feeling* de ver algum jovem que se destaca e chega nele. Mas, assim, normalmente é no Município que a aproximação ocorre, mas isso não impede que o Deputado Onix Lorenzoni, Presidente Estadual e Secretário Nacional do DEM, numa viagem dele pelo interior, faça esse convite a algum jovem presente.

(Roberta Faraco, 2014)

---

<sup>89</sup> Roberta Faraco, 26 anos, tem formação em Direito e também é Procuradora do Democratas no RS.

<sup>90</sup> Ocorrido em abril de 2014 no mesmo período do Fórum da Liberdade em Porto Alegre.

Leonardo Maricato,<sup>91</sup> ex-presidente da J-DEM, relata mais minuciosamente a dinâmica informal de integrar novos membros ao grupo de jovens. É tarefa do segmento ficar com a barraca do partido no Parque Redenção, em Porto Alegre, aos domingos, principalmente em períodos eleitorais. Como os membros da organização estão reunidos, costuma-se convidar amigos para passarem no espaço do partido, irem conversar, entrar na roda de chimarrão. A ideia é que estabeleçam contato com o grupo sem o compromisso de engajar-se em alguma atividade imediatamente. Nesse sentido, Leonardo destaca a importância das lideranças do segmento terem a sensibilidade de identificar pessoas no movimento estudantil, em trabalhos sociais e culturais e demais contextos que estejam inseridas, que possam vir a integrar-se às fileiras do partido. Mas as lideranças de juventude não são fundamentais apenas no processo de arregimentação de jovens, afirma, pois é fundamental que os presidentes dos diretórios municipais entendam os segmentos de base como um braço essencial da vida partidária: “(...) se o presidente acredita em juventude, ele vai lá e fomenta a juventude. Coloca conhecidos dele, filho dele, filha dele, sobrinho, e aí vai fazendo a juventude”.

Leonardo acredita ser um dever da juventude revelar novas lideranças democratas. Nas suas palavras, ela é uma “escola de líderes”. Por isso, mostra-se contrariado com eventuais prioridades no recrutamento ou na seleção de jovens que tenham laços familiares com as lideranças mais antigas em detrimento daqueles membros cujas trajetórias foram iniciadas na base partidária, de maneira autossuficiente. “Porque tu vires de uma família de renome, às vezes, tu acabas tendo maiores oportunidades que os outros que estão ali há mais tempo e isso aí é um problema, em todos os partidos, não só no DEM”, diz. Para ele, isso é um fator de desestímulo a certos filiados que investirem numa trajetória política autônoma, já que rapidamente percebem as dificuldades de competir com os herdeiros de um nome, de uma base de eleitores, de redes que viabilizam suas candidaturas.

Essencialmente, a formação dos jovens Democratas no estado é conduzida pelo Instituto Friedrich Naumann, organização alemã que difunde o pensamento liberal em vários países e que tem um trabalho específico voltado ao público jovem, perspectiva em plena sintonia com o Democratas gaúcho, cujo presidente estadual considera prioritária a defesa de uma plataforma liberal que envolva a juventude. Desse modo, o Instituto

---

<sup>91</sup> Leonardo Maricato, 36 anos, atualmente é Coordenador de Descentralização da Secretaria da Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, cargo em comissão do Democratas.

Friedrich Naumann é protagonista em eventos destinados à formação dos jovens do DEM. Sobretudo, o vínculo dessa fundação internacional com as atividades formativas é um aspecto diferencial no processo de recrutamento da Juventude Democrata, não encontrada em nenhuma outra experiência de organização de juventude partidária. Por outro lado, a Fundação Cidadania e Liberdade, ligada ao partido, acaba ficando ausente nessa tarefa.

Os Seminários Estaduais, que já estão na décima edição, são centrais para a formação política dos quadros da juventude do partido. Tratam-se de eventos promovidos anualmente, complementares ao Fórum da Liberdade.<sup>92</sup> Os Seminários evocam a mesma linha política do Fórum, um evento mais amplo, adotando-se inclusive a mesma temática para sua programação. Por exemplo, em 2014, a edição do Fórum da Liberdade teve o eixo “Construindo Soluções”, o mesmo do Painel de Segurança Pública do seminário da Juventude Democrata.<sup>93</sup> Em seu conteúdo, esses cursos abordam aspectos doutrinários do liberalismo e assuntos contemporâneos do debate político, como segurança, combate às drogas, mídias sociais e assim por diante. Em novembro de 2015, na região central do Estado, cidade de Santa Maria, foi a vez do evento Nossas Oportunidades e a Liberdade, que reuniu 30 jovens em formato semelhante às edições anteriores.<sup>94</sup> Trata-se de um grupo seletivo, em cuja formação o partido investe a fim de incentivar o surgimento de novas lideranças.

Embora considere esses formatos fundamentais para o jovem ter subsídios e se posicionar sempre que a situação o exigir, Leonardo acredita que é necessário também ousar para organizar atividades que aproximem o jovem do partido. Defende que seria interessante valer-se de práticas culturais e esportivas e não tanto do formato de debate intelectual. Isso porque, de acordo com ele, a linguagem empregada para tratar de questões políticas é inadequada para se comunicar com a maior parte dos públicos. É essencial, segundo ele, diminuir a distância entre a política e a juventude. Para tanto, o partido deve acompanhar a maneira de se comunicar do jovem, empregando-a sempre que possível:

---

<sup>92</sup> Um dos principais eventos que reúne pensadores liberais e profissionais vinculado a essa concepção político-econômica no Rio Grande do Sul e no Brasil.

<sup>93</sup> No Seminário de 2014, estava presente a liderança destacada da Juventude Progressista, na época pré-candidato a Deputado Estadual, Marcel Van Hatten.

<sup>94</sup> Vide a notícia no site do Deputado Oniz Lorenzoni

<http://www.onyxlorenzoni.com.br/index.php/midia-interna/nossas-oportunidades-e-a-liberdade-em-2016-132> .

As falas, hoje em dia, têm que ser sucintas, de preferência de 156 caracteres e esse é o futuro da política. É tu dar o teu recado em 150 caracteres, sabe?

Sabe quando tu vais num comitê de um candidato, os caras ficam ali meia hora falando, falando, falando. O ideal é falar para todos em um minuto e meio e sair do palanque, ir conversar com as pessoas, falar sobre outras coisas, não sobre política. As pessoas, às vezes, já te marcaram como político, como se você só falasse de política.

O discurso denso e pesado do (Liberalismo), o discurso sem nenhuma novidade, a falta de inovação na maneira de se comunicar com o jovem é um problema dos partidos.

Então, o político que for percebendo e mudando, vai ser o político do futuro, vai ser a pessoa que vai conquistar mais votos, que vai ter o crescimento mais expressivo, porque as coisas estão mudando demais e os políticos, não.

Além disso, o ex-Presidente da J-DEM-RS detecta problemas mais estruturais no que se refere à formação doutrinária desejada pelo partido. Para ele, a fragilidade do pensamento político sofisticado de direita, tanto no Brasil como no seu próprio partido, ainda são barreiras que impedem o surgimento de um número maior de lideranças imbuídas desses valores ideológicos. As iniciativas de formação cumpre justamente o propósito de fortalecer um campo de direita no país, mas, contraditoriamente, a Fundação do partido não desempenha satisfatoriamente sua missão de formar uma base partidária ideologicamente consistente no Rio Grande do Sul. Ele acentua a sensação entre os adeptos de que há pouca correspondência entre as doutrinas liberais defendidas e o programa partidário.

Leonardo considera que são escassos os cursos mais sistemáticos sobre o programa e as bandeiras do partido. Inclusive, em concordância com Onix Lorenzoni, ele julga que a atuação nacional do DEM não reforça uma postura mais doutrinária entre os militantes, pois o partido vem se deslocando para o centro:

Eu gosto de brincar que eu não sou do (Democratas), eu sou do (PFL), que é o (Partido da Frente Liberal) e aí sim, nós tínhamos uma forte identificação com o liberalismo. O (Democratas) veio para tentar posicionar o partido um pouco mais ao centro. E então se formou o (Democratas) e se formou a juventude junto, formou todos os órgãos de ações partidárias, todos ao mesmo tempo.

(Leonardo Maricato, Ex-Presidente da JDEMRS, 2014)

Dessa maneira, podemos inferir que a estratégia de recrutamento de jovens do DEM-RS parece ser *extensiva*. Sua experiência de formação doutrinária é singular, pois é articulada com juventudes liberais a nível internacional. Não obstante, há fragilidades no que tange ao estudo programático-partidário. Aos jovens democratas é fornecida uma aprendizagem teórica sobre a concepção liberal do processo político e sobre algumas das suas bandeiras, mas as ações e o programa do partido não se enquadram de fato nos limites de sua doutrina.


Com relação à seleção, a expectativa dos dirigentes de que o filiado jovem em algum momento lance sua candidatura. Conforme explica Roberta Faraco (2014), “no momento em que tu vêes que o jovem tem a capacidade de liderança, que ele tem essa pretensão, você começa a investir nele não só como Juventude, mas como um possível candidato. Convida para participar de um Seminário de Formação, vai dando aquela acolhida”. O presidente Estadual, Deputado Lorenzoni, apoia as iniciativas de formação em parceria com o Instituto Friedrich Naumann; o Presidente do DEM de Porto Alegre, Reginaldo Pujol, abriu um importante espaço aos jovens na composição da Executiva Municipal. Considerando o tamanho da legenda no Estado, esse fato significa um avanço na representatividade do segmento de juventude na condução interna do partido.

## **8. PADRÕES DE RECRUTAMENTO**

Do conteúdo depreendido das entrevistas em profundidade com as principais lideranças de juventude e das observações registradas nas atividades partidárias, algumas tendências de recrutamento podem ser inferidas. Entre as estratégias de recrutamento dos partidos, predomina o *recrutamento extensivo*. Ou seja, na maior parte dos casos, está em curso uma política de formação de militância. Contudo, cada partido é singular no formato adotado para esse intento. Há diferenças na relação estabelecida com as respectivas Fundações, nos conteúdos abordados nos cursos, no apoio ou não de instituições externas ao partido ligadas à divulgação de doutrinas políticas e na distribuição de tarefas entre níveis de organização – em alguns casos o Estado é o protagonista, em outros, são os municípios. Também abrem-se possibilidades de engajamento com as atividades partidárias completando um ciclo de formação de quadros. Nesse sentido, o DEM, o PP, o PMDB e o PCdoB são os que mais se aproximam de uma estratégia de *recrutamento extensivo*.

Conforme mostra o **Quadro 4.1**, de maneira mais dispersa, o PSDB, o PDT e o PT investem na formação de quadros jovens. Mesmo apresentando debates bem conduzidos e fundamentais para a participação política e os inúmeros seminários da Juventude Petista, esses casos podem ser caracterizados como portadores de uma *estratégia intensiva de recrutamento*, pois se diferenciam dos demais partidos cujos programas permanentes de formação política são evidentes no cotidiano partidário.

**Quadro 4.1 Formas de recrutamento de jovens predominante por partido [2014]**

<b>Extensiva</b>	 DEM	 PP	 PMDB	 PCdoB
<b>Intensiva</b>		 PSDB	 PDT	 PT

Quanto às modalidades de incorporação de jovens, dificilmente se manifesta um único tipo de filiação. No cotidiano da arregimentação de filiados, coexistem filiações *abertas e fechadas*. Em alguns casos, um tipo ou outro é mais comum, jamais único. No PP, PMDB e PDT não se percebe predomínio de uma modalidade, como demonstra o **Quadro 4.2**. Por exemplo, no PDT, o Presidente Estadual da Juventude Socialista, João Henrique Cella, comentou que muitos jovens buscam o partido pelo apreço à história do Brizola e, da mesma forma, as lideranças da Juventude Socialista nos municípios buscam captar jovens membros entre os filiados, parentes ou conhecidos de filiados.

No DEM e no PSDB normalmente convidam-se jovens que já tenham alguma proximidade com um membro mais antigo do partido para participar da juventude no município. Sobre a *modalidade fechada*, a liderança da Juventude do PMDB, Daniel Kieling, declara que, muitas vezes, “o jovem já nasce dentro do partido” e, então, milita pela afinidade programática. Em outros casos, quando a intenção do diretório é formar a organização de juventude nos municípios, é comum um jovem que tenha relação de parentesco com algum membro tradicional e habilidade para mobilizar outros jovens ser convidado a cumprir tal tarefa.















QUADRO 4.2. Modalidade de recrutamento predominante por partido [2014]

Aberta	 PDT	 PMDB	 PCdoB	 PT	
Fechada	 DEM	 PDT	 PSDB	 PMDB	 PDT

No PCdoB e no PT, por sua vez, é mais frequente ser *aberta* a fase inicial do recrutamento. Os jovens se aproximam do partido e passam a militar em razão de outros fatores que não relações de parentesco com seus membros. Seguidamente, a participação nos movimentos estudantil, sindical ou outros é a primeira relação que o futuro filiado tem com a sigla. A militância da UJS, por exemplo, promove rodadas de debates e mobilizações nas escolas e demais espaços de juventude. Nesses eventos ou paralelamente a eles, costumam realizar-se atos que dão visibilidade à organização e que despertam no jovem interesse pelo partido em virtude do compartilhamento de visões de mundo semelhantes.

A atração de novos membros, por sua vez, pode ocorrer de distintas maneiras e uma mesma sigla pode lançar mão de várias delas para este propósito, como demonstra o **Quadro 4.3**. No DEM, comumente o jovem é convidado por um membro do partido ou até mesmo pelo Presidente Estadual ou outro deputado para juntar-se à agremiação, configurando um processo de *captação por cooptação*. Forma semelhante de agregar jovens é encontrada no PP, PSDB, PMDB e PCdoB. Por outro lado, por considerar que a militância em um partido pode lhe trazer ganhos profissionais, financeiros ou de prestígio, um número expressivo de jovens procura o partido por iniciativa própria, como nos casos do PSDB e PMDB, configurando uma filiação do tipo *recepção-por-associação*.

**Quadro 4.3 Formas de atração de novos membros predominante por partido**

Formas	Partidos				
Captação-por-Cooptação	 DEM	 PP	 PSDB	 PMDB	 PCdoB
Captação-por-Convicção	 PP	 PDT	 PCdoB	 PT	
Recepção-por-Associação	 PSDB	 PMDB			
Recepção-por-Identificação	 PDT	 PCdoB	 PT		

Os jovens do PP, PDT, PCdoB e do PT também são atraídos por influência de um membro do partido, mas por identificar neles coerência programática – é recorrente entre eles a *captação-por-convicção*. Assim, as modalidades mais comuns de aproximação e incorporação do jovem ao partido segue uma dinâmica em que o jovem, sem experiência partidária ou militante do movimento estudantil tem alguma proximidade com um membro, que não necessariamente é da elite partidária, mas participa das atividades rotineiras de uma das correntes internas. Ademais, os jovens do PDT e PT aproximam-se das agremiações por compartilharem dos seus ideais, havendo também uma dinâmica de atração baseada na *recepção-por-identificação*.

Dentre as tendências de recrutamento partidário, há uma ligeira inclinação dos partidos a assumirem uma postura proativa na atração de jovens que manifestem habilidades para a liderança em alguma atividade política, como reunião em sindicatos, movimento estudantil ou outro espaço não-partidário. Esses jovens que ingressam nos partidos frequentemente já possuem alguma experiência de participação política. As campanhas específicas de filiação não se mostram eficazes para esse fim, mas sim o envolvimento gradual do jovem com as atividades ou com uma liderança do partido. Nesse contexto, as campanhas eleitorais aparecem como momentos de aproximação das siglas com o eleitorado e aí ocorrem muitos contatos que resultam em filiações. Tudo



indica que a convivência entre militantes é um aspecto fundamental para a instauração de um segmento atuante, pois é no dia-a-dia que se fortalecem relações de confiança entre os membros dos grupos nos níveis estadual e municipais e constroem-se identidades de juventude progressista, trabalhista, liberal etc., conforme a ideologia partidária.

A incorporação desses novos membros segue tanto a lógica *aberta* como a *fechada*. Entretanto aqueles que possuem vínculos de parentesco com membros da elite tem mais chances de, mais cedo, tornarem-se quadros partidários e maiores chances de lançar candidaturas com possibilidade de elegerem-se. Dezenas de nomes com este perfil poderiam ser listados.

Já a etapa de formação é principalmente conduzida pela juventude. Sua organização, a colaboração com outras estruturas partidárias, a periodicidade e os conteúdos abordados diferenciam-se de um partido para outro; porém, todos eles têm iniciativas destinadas à preparação teórica da juventude para a atuação partidária. Da mesma forma, o seu envolvimento com tarefas cotidianas o partido ocorre sistematicamente nos casos investigados e agregam aprendizado e desenvolvimento de habilidades de militância ao processo de formação. Existe um leque de possibilidades de atuação nos diretórios municipais e estaduais, nos segmentos partidários, nas reuniões, no movimento estudantil, em gabinetes de vereadores ou deputados entre outras tarefas. Ainda, aquilo que os estatutos partidários preveem como dever do filiado, ou seja, participar de campanhas eleitorais, parece ocorrer na prática. Em realidade, esse é um momento propício tanto para a adesão de novos membros como para revelar qualidades de filiados em matéria de coordenação e execução de ações.

## CAPÍTULO 5

# O Recrutamento Partidário na Perspectiva dos Jovens Filiados

Este capítulo cumpre o propósito de apresentar e analisar descritivamente as percepções de uma amostra de jovens filiados aos partidos selecionados acerca do processo de recrutamento. Conforme já destacado na metodologia, o instrumento empregado para coletar as opiniões da base jovem dos partidos foi um *survey* cujas perguntas foram concebidas e organizadas em quatro blocos: (1) identificação social e econômica do respondente, (2) filiação, (3) formação e participação e (4) seleção. Esses blocos operacionalizam o conceito de recrutamento partidário adotado neste trabalho, dimensionando os processos de adesão, formação e seleção. Por intermédio desse levantamento exploratório, intenciono identificar, de maneira aproximada, as tendências da inserção dos jovens militantes nos partidos, de acordo com as categorias do modelo tipológico proposto para a sua análise. Com esses dados, completa-se a triangulação de informações indispensáveis à abordagem mais acurada desse fenômeno que, como já destacado, é complexo e de difícil acesso. A natureza desse objeto exige uma mistura de dados e métodos qualitativos e quantitativos, assim como de variadas técnicas de análise, muitas vezes de maneira parcimoniosa.

Diante da impossibilidade de selecionar os casos aleatoriamente e contatá-los para aplicar os questionários, o desenho amostral viável para este levantamento de dados foi o não-probabilístico. Esta é uma técnica que visa a minorar os riscos de se reunir um conjunto de entrevistas que não contemple as nuances existentes em uma população, como as diferenças por gênero, renda, escolaridade, idade, etc. No entanto, mesmo garantindo que amostra será composta proporcionalmente aos perfis de determinada população, os indivíduos pertencentes a esta população não têm a mesma chance de serem selecionados para a pesquisa. Portanto, como já destacado na metodologia, mas vale a pena repetir, no caso das cotas, não há garantias de se obter uma amostra representativa

do universo. Isso significa que que podemos concluir dos resultados servirá como interpretação restrita à amostra.

Não obstante as limitações do ponto de vista técnico quanto à capacidade de generalização dos seus resultados para a totalidade do universo pesquisado, a amostragem por cotas é uma modalidade que torna viável parte de inquéritos de opinião e possibilita captar tendências de processos políticos, quando aliado a outras fontes de dados. Afinal, em certos contextos, as amostras probabilísticas são extremamente restritas ou inviáveis, seja pelos altos custos dos levantamentos seja pela dificuldade de acesso aos entrevistados. Nesses casos, as amostras não-probabilísticas, por cotas e/ou autosseleccionadas, são uma alternativa aceitável, desde que resguardadas suas limitações na análise e interpretação dos resultados.

Conforme também já indicado na metodologia, 308 filiados responderam ao questionário *online* e impresso. Destes, 186 foram validados, depois de descartados aqueles cujo preenchimento foi incorreto e um grupo de 11 respondentes que ultrapassaram o limite de 34 anos de idade, o ponto máximo da faixa etária considerada jovem. A partir desse total, foi processada uma amostra por quotas, com 100 casos – um teste não-paramétrico mostrou que não havia diferenças substantivas entre as duas amostras, a de 100 casos por quotas e a de 186 casos por autosseleção. Dessa forma, os dados de opinião analisados neste capítulo referem-se à amostra de 100 casos, pois ela se aproxima da proporção dos subgrupos encontrados na população.

Em sua grande maioria, os entrevistados são filiados que não ocupam posições de direção, o que permite avaliar suas percepções a respeito de como ocorrem os processos de recrutamento nos municípios, pois é nesse nível organizacional se dá a adesão ao partido. Ou seja, a filiação é procedida no diretório municipal e é nele também que acontece a maior parcela da formação política. Não obstante, devo observar, a organização estadual assume maior protagonismo nas etapas de educação política e seleção partidária, uma vez que os membros das Executivas Estaduais de juventude são os proponentes ou são braços fundamentais para a realização de iniciativas de formação.

Devido à faixa etária da juventude, de acordo com os critérios adotados nesta pesquisa – de 16 a 34 anos –, devemos pressupor que as chances de *recrutamentos extensivos* sejam menores, pois muitos jovens ainda não foram alcançados pela etapa de seleção, no máximo, ainda estão imersos na etapa de formação. Desse modo, há um possível viés não apenas na amostra, mas no próprio universo investigado, que, em

princípio, faz pender os resultados favoravelmente a recrutamentos intensivos, ou seja, seleção que dispensa a formação. Em outras palavras, recortando o grupo dos jovens selecionados, podemos esperar que sua maioria seja composta de indivíduos filiados para concorrer diretamente.

Finalmente, a análise das percepções sobre recrutamento partidário desses filiados jovens é basicamente descritiva, seguindo as recomendações dos consultores estatísticos, em virtude do tipo de amostragem e do número de casos, especialmente os de alguns partidos. Mesmo assim, alguns testes de associação foram realizados e seus resultados são informados em notas – de modo geral, os testes não revelaram associação entre as variáveis de interesse. De qualquer forma, o objetivo principal é analisar algumas variáveis-chave do recrutamento partidário para explorar um panorama inicial de alguns aspectos da adesão, formação e seleção de quadros partidários.

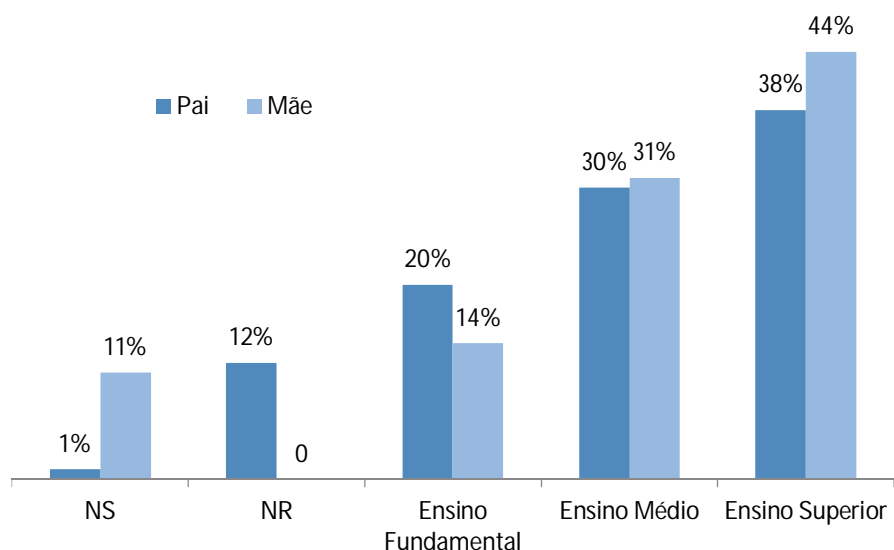
## **1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA**

Os gráficos em sequência, logo abaixo, trazem informações que dizem respeito às características socioeconômicas da amostra, com o foco tanto nos jovens como nas suas famílias. Podemos perceber que uma proporção elevada dos pais dos entrevistados tem nível educacional superior, 44% das mães e 38% dos pais [**Gráfico 5.1**]. Outra proporção elevada tem ensino médio, em torno de 30% em ambos os casos. Em consonância com o nível de escolaridade, parte importante dos pais desempenha atividades laborais de nível técnico que exigem formação superior – 31% para as mães e 25% para os pais [**Gráfico 5.2**]. Outra parte costuma dedicar-se a trabalhos de média qualificação, 18% e 33% respectivamente. Ainda, aqueles que exercem atividades de menor especialização e que apenas declaram-se aposentados somam porcentagens importantes – 18% as mães e 14% os pais. Quanto à renda declarada pelos jovens [**Gráfico 5.3**], dos que se dispuseram a informá-la, a maioria revela ser de família de recursos medianos: 33% é de família com renda na casa dos 6 a 10 salários mínimos; depois, 28% apresenta renda familiar baixa de até 5 salários mínimos e 18% tem uma condição financeira mais confortável, compartilhando de mais de 11 salários mínimos.

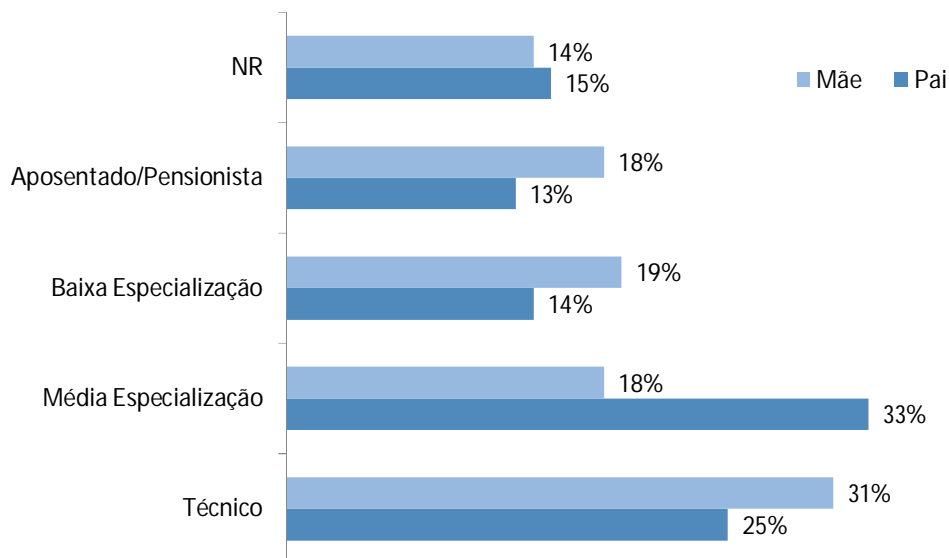
Portanto, de modo geral, podemos dizer que as famílias dos entrevistados têm um perfil de classe média. Os pais possuem nível educacional relativamente elevado, desempenham atividades laborais de nível técnico também mais elevado e, assim, a renda

familiar é relativamente alta para os padrões brasileiros. Esse perfil é semelhante em todos os partidos analisados, sem distinção de bloco ideológico. Não é possível generalizar esses resultados para toda a população estudada, menos ainda para o universo nacional, mas há aqui indícios de que o engajamento em partidos políticos para militância política mais institucionalizada está associada à classe média.

**GRÁFICO 5.1. Escolaridade Máxima dos Pais dos Jovens Filiados**

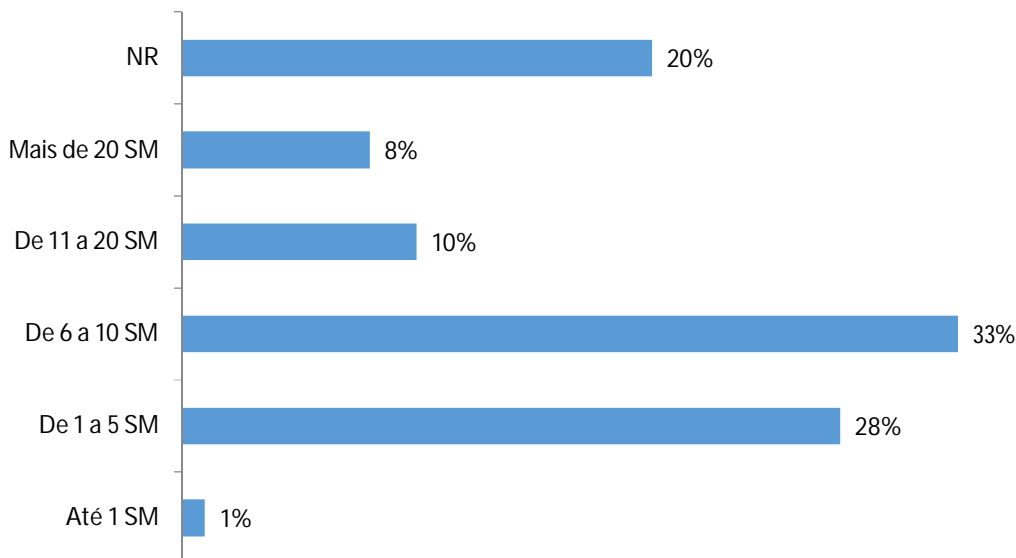


**GRÁFICO 5.2. Atividade Laboral dos Pais dos Jovens Filiados**



Fonte: Survey com filiados dos partidos selecionados, 2015, dados próprios.

**GRÁFICO 5.3. Renda Familiar dos Jovens Filiados**



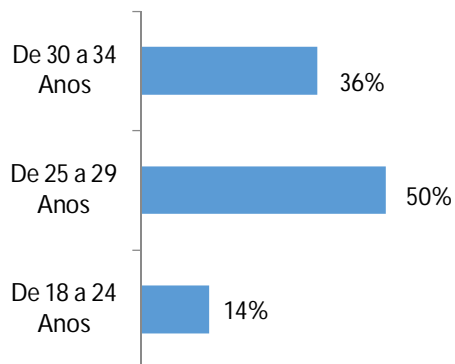
**Fonte:** Survey com filiados dos partidos selecionados, 2015, dados próprios.

Vejamos agora algumas variáveis relativas à caracterização social dos próprios filiados jovens da amostragem. A seguir, estão expostos os gráficos que trazem a distribuição da amostra por faixa etária, cor, religião e estado civil. Como se pode perceber, metade dos respondentes se situa na faixa etária intermediária, entre 25 e 29 anos. O segundo grupo etário mais pronunciado é dos situados na faixa limite superior, até 34 anos. Essa distribuição é mais ou menos uniforme em todos os partidos e blocos ideológicos.

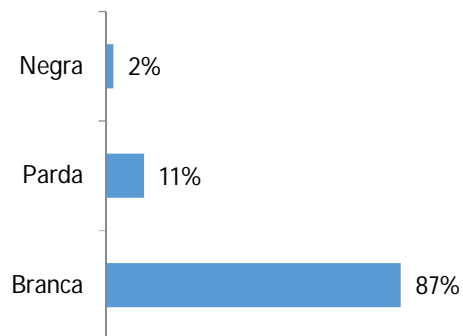
A imensa maioria tem religião [74%] – os dados desagregados, não incluídos no Gráfico 5.6, mostram que entre os que se assumem pertencentes a alguma matriz religiosa, 23% são católicos e 31% são católicos não praticantes. Ainda, no tocante ao estado civil, 75% são casados. Ainda, 75% dos respondentes são casados e a cor branca é amplamente predominante [87%].

Temos, claramente, um padrão social que delinea o perfil do jovem filiado dessa amostra – tratam-se de jovens adultos, quase todos brancos, que já têm suas famílias e que professam alguma religião.

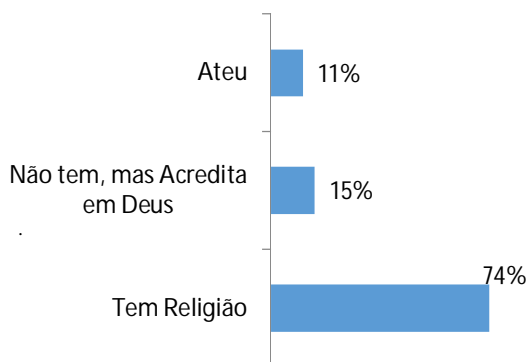
**GRÁFICO 5.4**  
Distribuição dos Jovens por Faixa Etária



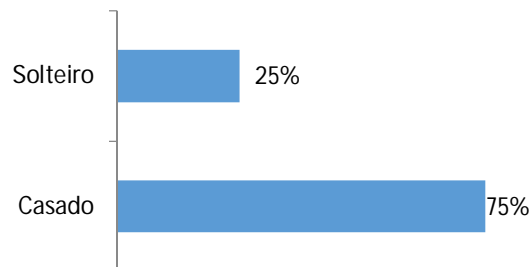
**GRÁFICO 5.5**  
Distribuição dos Jovens por Cor



**GRÁFICO 5.6**  
Distribuição dos Jovens por Religião



**GRÁFICO 5.7**  
Distribuição dos Jovens por Estado Civil

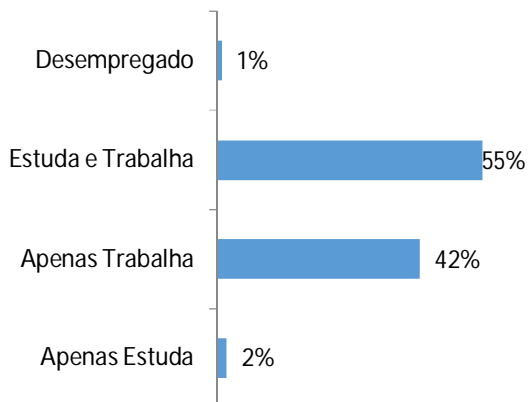


Fonte: Survey com filiados dos partidos selecionados, 2015, dados próprios

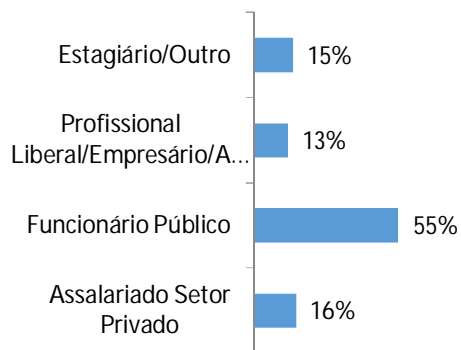
A realidade profissional dos jovens filiados é marcada pela conciliação do trabalho com os estudos, conforme mostra o **Gráfico 5.8**. O setor público é o que mais abriga membros partidários das faixas etárias juvenis [55%]. A renda acumulada individualmente nessas ocupações fica na faixa de 1 a 5 salários mínimos, pelo menos para a maioria daqueles que deram essa informação – como mostra o **Gráfico 5.10**, a maior parte dos entrevistados não respondeu essa questão.

Focando apenas nos jovens, e não mais em suas famílias de origem, mantém-se o padrão social de classe média. A maioria trabalha e estuda, está ligada a algum cargo público – embora exista uma proporção elevada vinculada ao setor privado, seja como assalariada ou autônoma – e parece ter renda de intermediária a elevada.

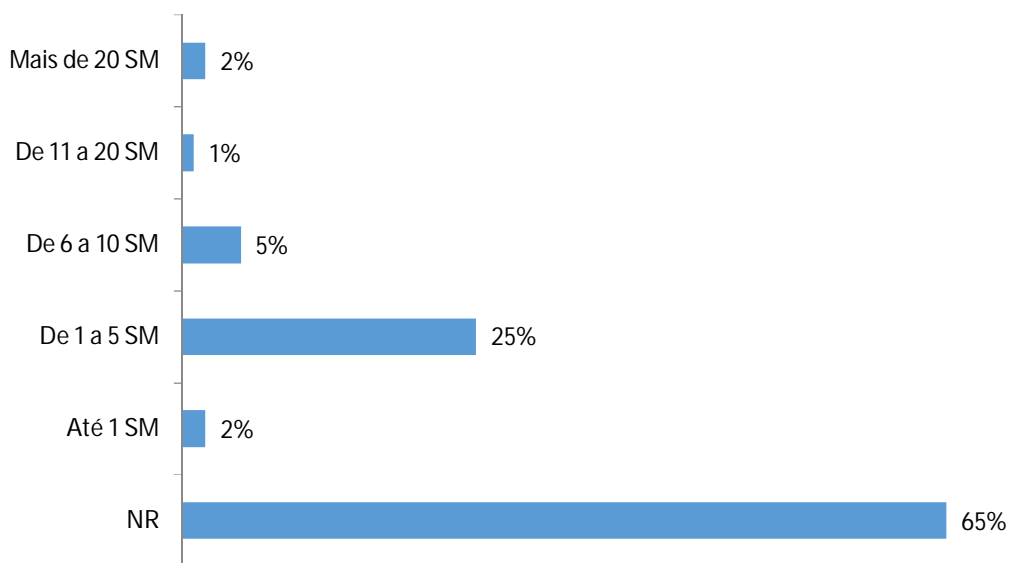
**GRÁFICO 5.8**  
**Ocupação dos Jovens Filiados**



**GRÁFICO 5.9**  
**Atividade Laboral dos Jovens Filiados**



**GRÁFICO 5.10 Renda Individual dos Jovens Filiados**

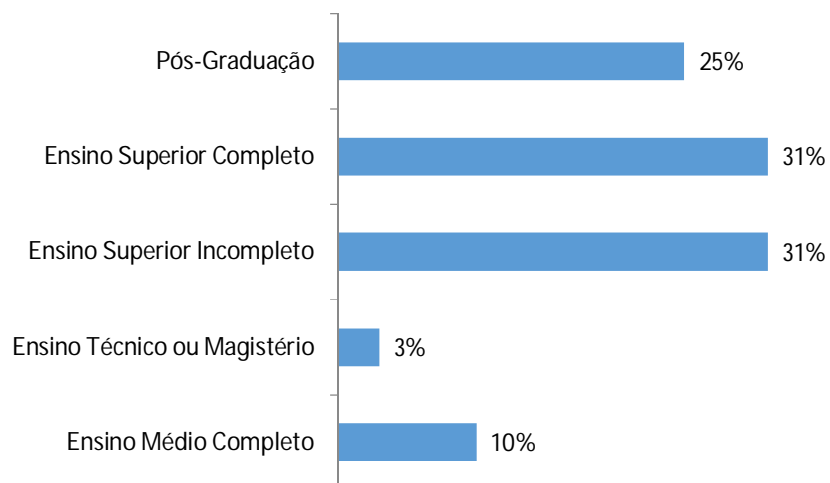


**Fonte:** *Survey* com filiados dos partidos selecionados, 2015, dados próprios.

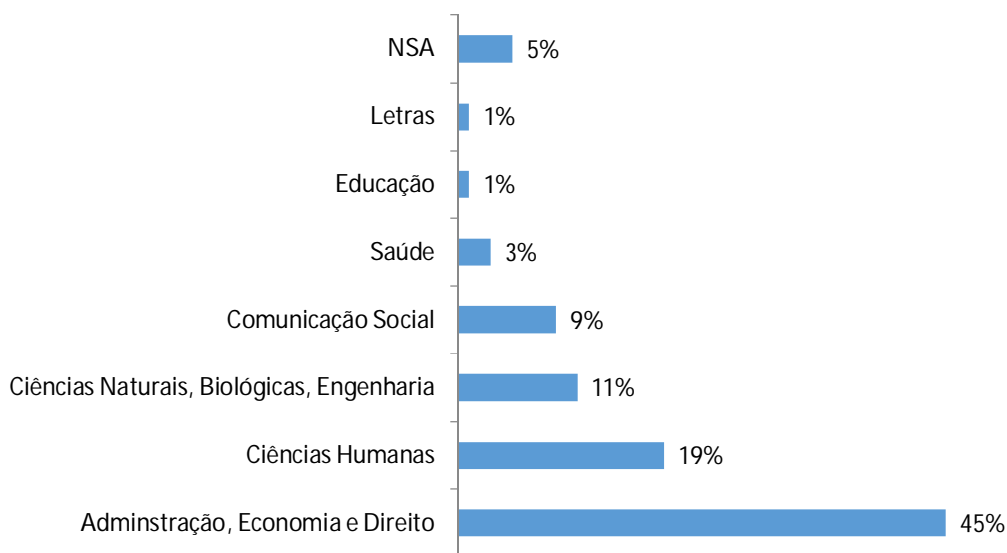
No caso da escolaridade dos entrevistados, quase 90% se situa no estrato de ensino superior, seja incompleto, completo ou pós-graduação. Pós-graduação e ensino superior completo aparecem com proporções bastante elevadas. Temos aqui um jovem filiado com nível educacional bastante alto, considerando-se a situação nacional. As áreas de estudo mais comuns são Administração, Economia e Direito, chegando a atingir quase a metade dos respondentes com curso superior.



**GRÁFICO 5.11. Máximo Nível Educacional dos Jovens Filiados**



**GRÁFICO 5.12. Áreas de Estudo/Formação dos Jovens Filiados com Estudo Superior**

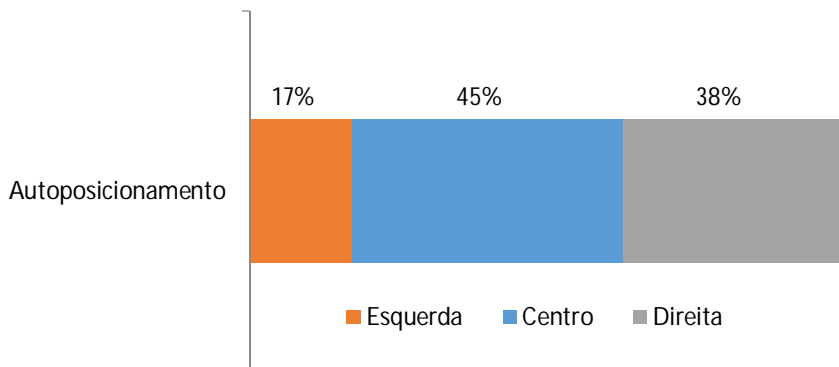


**Fonte:** Survey com filiados dos partidos selecionados, 2015, dados próprios.

No que se refere ao posicionamento político, os dados do **Gráfico 5.13** mostram que a esquerda não é uma ideologia que atrai muitos jovens da amostra. Dos entrevistados, 83% se situaram ou no centro ou na direita. Jovens que se posicionam no centro do espectro ideológico são a maioria [45%]. Portanto, nossa amostra é composta por jovens oriundos de família de classe média, eles próprios, em sua maioria, constituíram família, têm renda de intermediária para elevada, são religiosos, tem

formação superior, são brancos e majoritariamente de centro-direita. Agora, a análise se voltará para as três etapas do recrutamento partidário.

**GRÁFICO 5.13. Posição Ideológica dos Jovens Filiados**



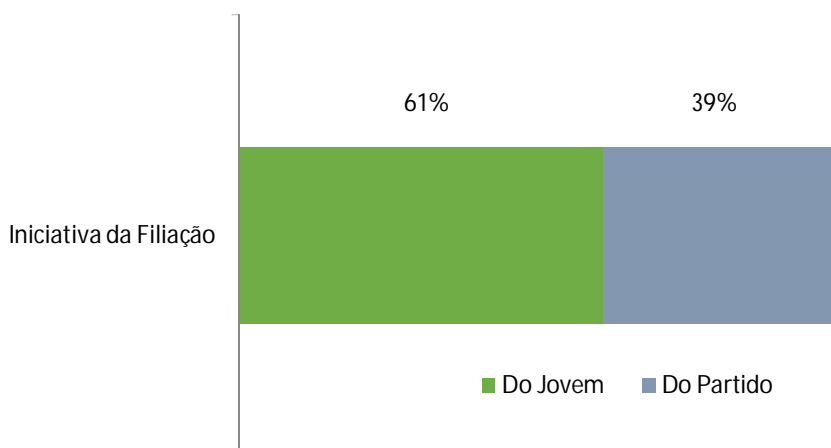
Fonte: Survey com filiados dos partidos selecionados, 2015, dados próprios.

## 2. A FILIAÇÃO NA PERSPECTIVA DO JOVEM FILIADO

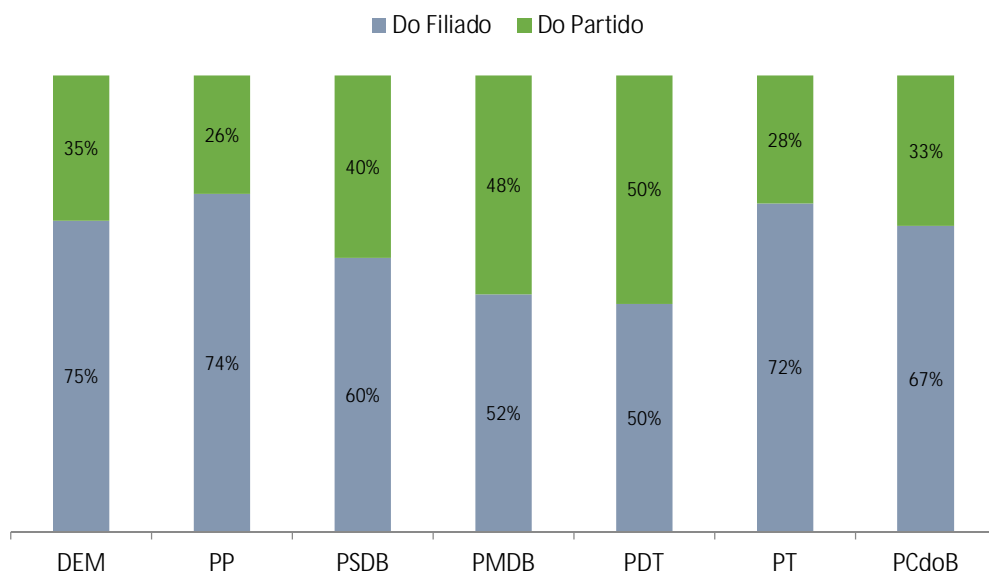
Obviamente, a adesão do jovem a um partido é resultante da iniciativa dele próprio ou da organização partidária. Há casos em que o partido é proativo e casos em que o partido é reativo, apenas recebe novos filiados que de maneira proativa procuram o partido. Conforme mostra o **Gráfico 5.14**, para 61% dos entrevistados, a sua própria iniciativa foi o fator determinante para o ingresso no partido. No **Gráfico 5.15**, aparecem os dados desagregados por partido. Eles mostram que a proatividade do jovem em procurar o partido é mais concentrada nas legendas localizadas nos extremos do espectro ideológico – Democratas e Progressista [75% e 74%] à direita e PT e PCdoB [72% e 67%], à esquerda. Já a proatividade do partido é mencionada com mais frequência entre os correligionários do PDT [50%] e, depois, nos partidos de centro, PMDB e PSDB [48% e 40%].

Considerando-se as visões bastante negativas acerca dos partidos brasileiros, tidos como inorgânicos, é importante destacar que, em média, 40% das vezes foi o partido que saiu em busca de novos filiados, o que é um dado surpreendente.

**GRÁFICO 5.14. Iniciativa que levou à Filiação dos Jovens**



**GRÁFICO 5.15 Iniciativa da Filiação dos Jovens, por Partido**



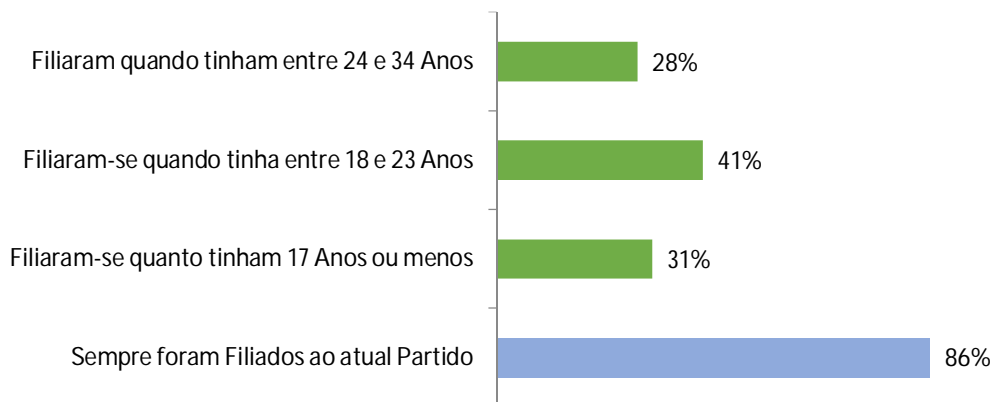
Fonte: Survey com filiados dos partidos selecionados, 2015, dados próprios.

O **Gráfico 5.16** traz as idades de filiação mais comuns entre aqueles inclinados à participação em âmbito partidário. A faixa dos 18 aos 23 anos, período de formação acadêmico-profissional, mostra-se o período mais propício à adesão. Portanto, a fase de maior predisposição ao envolvimento com agremiações é aquela em que o jovem que já deixou a adolescência e está iniciando a vida adulta, e geralmente está inserido no contexto universitário e se envolve com a política estudantil. Dos 51% vinculados a alguma organização não partidária, 55% pertencem a grêmios estudantis e a diretórios

acadêmicos, 23%, a organizações não governamentais, 10%, a outros espaços de engajamento, 9%, a movimentos sociais e 2%, a sindicatos. Ou seja, o movimento estudantil é um espaço fundamental para o recrutamento de jovens.

É importante destacar também que uma porcentagem elevada de jovens formalizou sua ligação com o partido antes mesmo dos 18 anos. Para 86% dos entrevistados, o atual partido é o primeiro a terem filiação. Ou seja, parcela importante da juventude partidária [41%] inicia cedo a militância, acumulando mais de 10 anos de filiação no momento da entrevista – cerca de 24% tinham de dois a cinco de filiação partidária. Quanto às ocasiões de maior aproximação de jovens da política partidária, as campanhas eleitorais (37,2%) aparecem como os momentos de maior contato com possíveis militantes. Confirma-se assim a importância dos momentos eleitorais também concebidos desta forma pelos estatutos e pelas lideranças partidárias entrevistadas. Ainda figuram como uma das primeiras atividades em que o jovem presencia inicialmente atos partidários, 16,5% das vezes, seguido de plenárias, com frequência de 14%.

**GRÁFICO 5.16. Idade da Primeira Filiação e Jovens que sempre estiveram no mesmo Partido\***



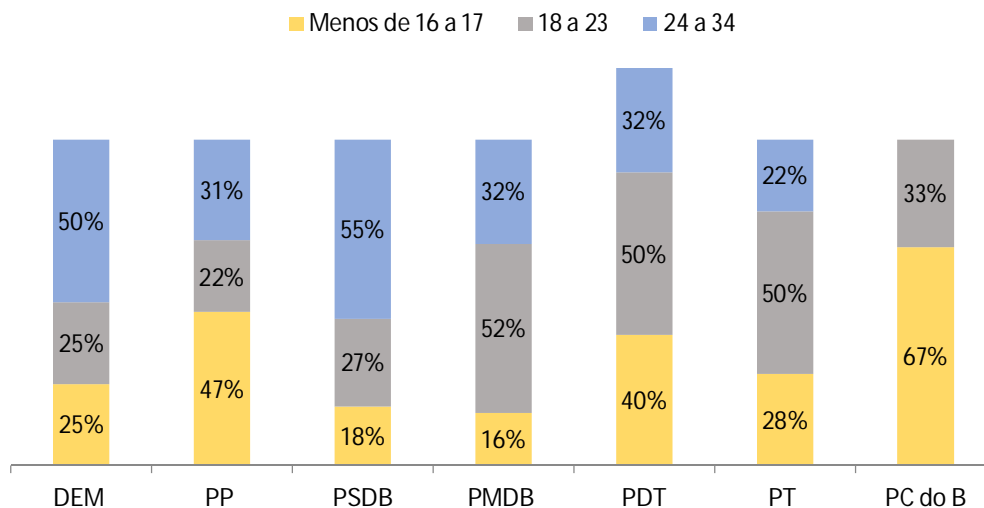
Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

\* Nota Explicativa: As proporções da idade de filiação referem-se à distribuição do conjunto de 86% dos jovens que sempre foram filiados ao atual partido.

No **Gráfico 5.17**, aparecem os dados relativos ao intervalo de idade que os jovens se filiam pela primeira vez, agregados por partido. Aqueles que atraem filiados com menor faixa etária, entre 16 e 17 anos, são justamente os que investem num trabalho de formação mais consolidada no plano Estadual, segundo o relato de suas lideranças, quais sejam, o PCdoB e o PP [67% e 47%]. Aglutinam um público mais universitário e

trabalhador, de faixa etária intermediária, o PMDB [52%], o PDT [50%] e o PT [50%]. O PSDB e o DEM parecem congregar mais os jovens adultos, na faixa de 24 a 34 anos [55% e 50%].

**GRÁFICO 5.17. Idade da Primeira Filiação, por Partido**

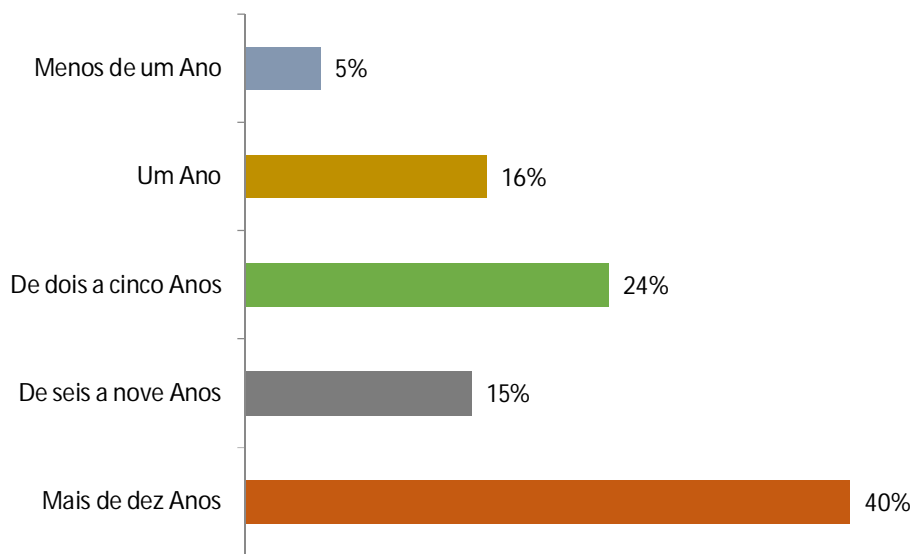


Fonte: Survey com filiados dos partidos selecionados, 2015, dados próprios.

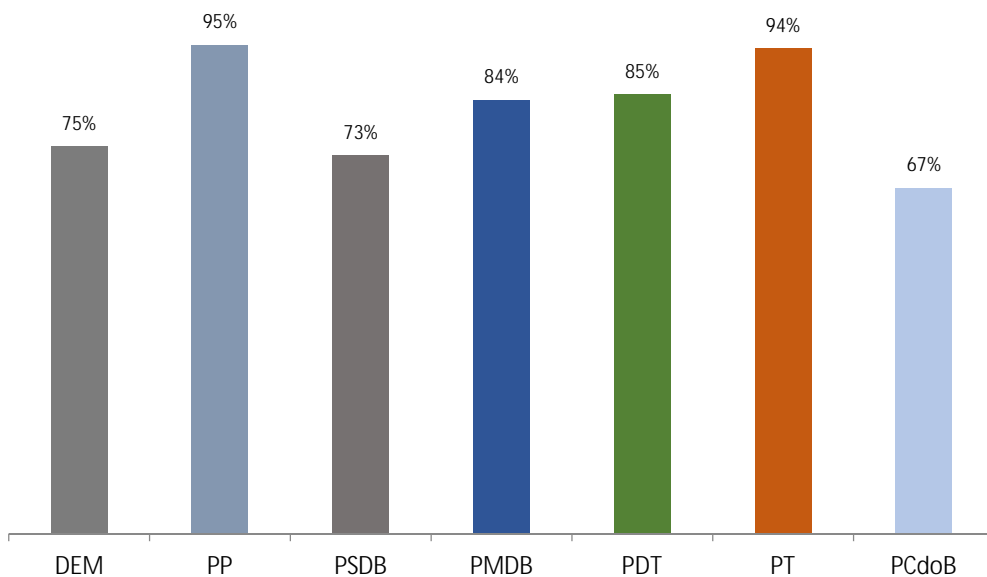
Esses dados abrem espaço para considerarmos o tempo de filiação desses jovens no partido ao qual estavam vinculados no momento da entrevista. Esses dados mostram o comprometimento com uma mesma legenda, seja em virtude da identificação com seu programa, com o espaço político mais favorável à sua formação e futura carreira que o jovem encontrou na estrutura organizacional de seu partido ou qualquer outro motivo. O **Gráfico 5.18** mostra esses dados. Em primeiro lugar, parcela elevada de jovens acumulam bastante tempo de militância partidária. A maior proporção deles [40%] já atua no mesmo partido há mais de dez anos. Entre seis e nove anos há uma proporção também expressiva [15%]. Apenas cerca de 20% dos entrevistados tinham filiação há um ano ou menos.

No **Gráfico 5.19**, esses dados são desagregados por partido. Os que mantêm jovens fiéis as suas fileiras por mais tempo são o PP, com 95%, e o PT, com 94%; Em segundo lugar, aparecem o PDT, 85%, e o PMDB, 84%.

**GRÁFICO 5.18. Tempo de Filiação ao Atual Partido**



**GRÁFICO 5.19. Proporção dos Jovens Filiados desde sempre ao Partido Atual, por Partido**



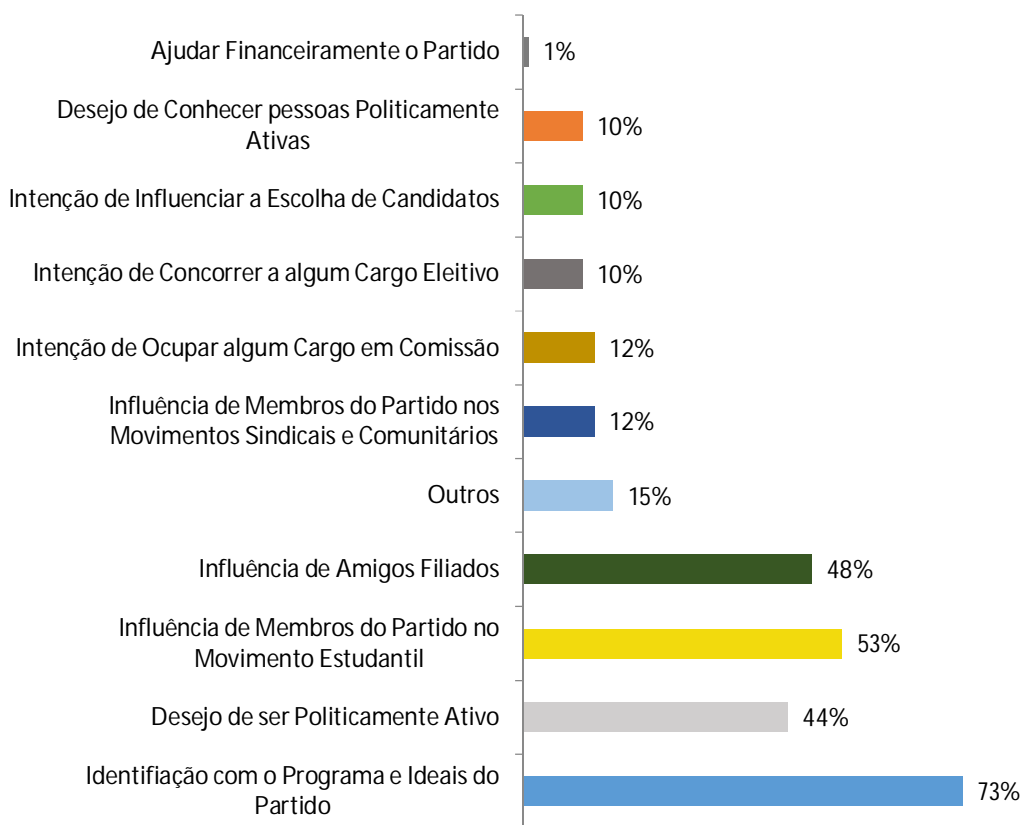
**Fonte:** Survey com filiados dos partidos selecionados, 2015, dados próprios.

Esses dados estão em sintonia com a informação anterior, sobre a idade de filiação. Vimos que a maior parte dos entrevistados se filiou aos partidos quando estavam da faixa etária intermediária para a superior. São esses mesmos jovens que agora contabilizam de tantos anos de militância nos seus partidos. Como também mostraram os dados do gráfico anterior, em sua maioria, esses jovens continuaram nos mesmos partidos

da sua primeira filiação. Ou seja, trata-se de uma juventude partidária consideravelmente fiel à organização que os recebeu quando de sua entrada na política institucional. Há algum tipo de adesão consistente desses jovens com seus partidos, que pode ser ideológica, programática ou até mesmo pragmática, caso alguns deles encontre ali um espaço para se formar e dar início à sua carreira como político profissional.

Mas o que motivou esses jovens a se filiarem a um partido? No **Gráfico 5.20** estão dispostos os fatores motivacionais para o ingresso desses jovens nas fileiras partidárias, captados por uma questão de múltipla escolha.

**GRÁFICO 5.20. Motivos que Levaram os Jovens a se Filiação aos Partidos [Múltiplas Escolhas]**



**Fonte:** Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

A identificação com o programa e os ideais partidários são os principais motivos de filiação, comuns a 73% dos casos. O desejo de ser politicamente ativo corresponde aos anseios de 44% dos jovens; 34% atribuí à influência de familiares a sua filiação; a convivência com membros do partido no movimento estudantil foi determinante para 26,9% dos respondentes e 12% assinalou a proximidade com ativista de outro movimento

social. As alternativas “um amigo convidou para participar de uma atividade do partido” e “procurou o partido porque tem amigos militantes”, somam 26% e 24% respectivamente. Receberam menos menções as motivações relativas à possibilidade de ocupar um cargo em comissão na Administração pública (12%), à perspectiva de seguir carreira política (10%), à vontade de influenciar a escolha de candidatos (10%), ao desejo de conhecer pessoas politicamente ativas (10%), ao interesse despertado por uma campanha de filiação do partido (2%) e à pretensão de ajudar financeiramente ao partido (1%).

Na **Tabela 5.1** aparecem esses fatores decisivos para a filiação agregados por partido. A identificação com programa é o motivo mais mencionado, com destaque para o PP [89%] e o PT [79%]. O desejo de ser ativo politicamente também aparece de maneira acentuada entre os petistas [67%] e progressistas [50%]. A filiação motivada por um amigo que já participava das atividades partidárias é elevada no caso dos Progressistas [36%] e dos tucanos [37%]. A juventude do Democratas parece motivada pelo desejo de ser politicamente ativa [50%], de seguir carreira política [50%] e ocupar cargos em comissão [25%]. No PCdoB, a atração de jovens envolvidos no movimento estudantil é elevada [33%], assim como as decorrentes das campanhas que dão visibilidade ao partido [33%]. No PDT, é grande a influência de familiares [65%] e o anseio de influenciar a escolha de candidatos [20%].

Esses jovens, no geral fiéis aos seus partidos, com alguma experiência acumulada de militância e que, em sua maioria, tomaram a iniciativa de buscar a filiação, teriam algum tipo de vínculo familiar com indivíduos já adeptos dessas legendas ou sua ligação com o partido se deu forma pioneira em relação aos seus parentes? O Gráfico 5.21 traz os dados sobre isso.

Como se pode ver, 62% dos entrevistados têm parentes nos partidos aos quais se filiaram. Para 46% destes, o parentesco é de primeiro grau, como pai, mãe, padrasto, madrasta, cônjuge ou esposa; 24% têm parentes de graus mais distantes, tais como o avô, a avó, o tio, a tia, o primo ou prima; para 19%, os parentes são os irmãos e, para 4%, o sogro, a sogra, o cunhado ou a cunhada. Contudo, há significativas variações por partido, como veremos adiante.



**TABELA 5.1. Motivação para Filiação, por Partido (%)**

	DEM	PP	PSDB	PMDB	PDT	PT	PCdoB
Identificação com o programa	75	<b>79</b>	54	64	75	<b>89</b>	67
Desejo de conhecer pessoas politicamente ativas	0	<b>16</b>	0	8	0	<b>28</b>	0
Desejo de ser ativo	<b>50</b>	42	36	32	45	<b>67</b>	33
Teve contato com membros do partido no movimento estudantil	0	0	16	24	10	<b>39</b>	<b>33</b>
Querida influenciar a escolha de candidatos	0	16	0	0	<b>20</b>	17	0
Teve contato com membros do partido em outros movimentos	0		0	16	15	22	0
Influência de familiares que estavam no partido	25	37	0	24	<b>65</b>	39	0
Um amigo convidou para participar de atividade do partido	0	<b>37</b>	<b>36</b>	24	25	22	0
Viu uma campanha de filiação e procurou o diretório	0	0	0	0	5	0	<b>33</b>
A perspectiva de seguir carreira política	<b>50</b>	32	27	12	40	11	0
A possibilidade de ocupar um Cargo em Comissão	<b>25</b>	10	9	12	25	0	0

Fonte: Survey com filiados dos partidos selecionados, 2015, dados próprios.

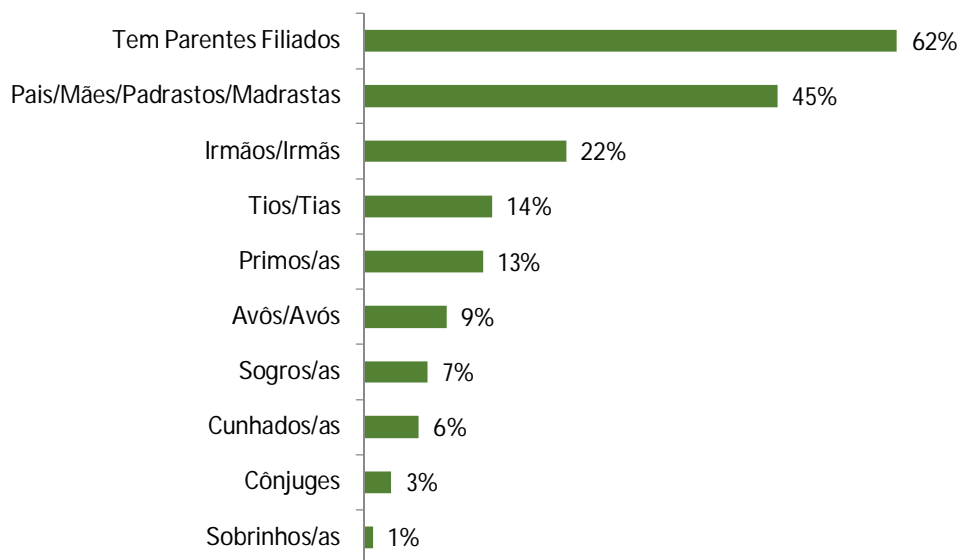
Quando olhamos esses dados distribuídos de acordo com o partido, dispostos no **Gráfico 5.22**, temos um retrato das relações de parentesco mais delineado. No o PDT, esse tipo de filiação *fechada* é acentuado – 90% dos respondentes afirmam ter parentes no partido.<sup>95</sup> Em menor escala, porém ainda bastante elevada, tal característica também é encontrada no PP [73,7%]. Por outro lado, os jovens do Democratas [75%] e do PCdoB [66,7%] constroem sua trajetória partidária de maneira mais independente, sem vínculos familiares com membros da organização.

Então, no que se refere à juventude, embora a proporção de recrutamento aberto seja relativamente elevada, o recrutamento partidário predominante é o *fechado*. Os

<sup>95</sup> No teste de associação entre as variáveis *partido* e *tem parentes no partido*, o resultado foi associação significativa ( $p \leq 0,05$ ). O teste dos resíduos ajustados mostrou a associação especificamente entre o PDT e a categoria afirmativa para a questão tem parentes no partido.

jovens que compõe a amostra de referência deste estudo apresentam uma relação prévia com a organização partidária por intermédio de um parente de primeiro, segundo ou terceiro grau. Dentre estes, o que prevalece é a influência do parentesco de primeiro grau.

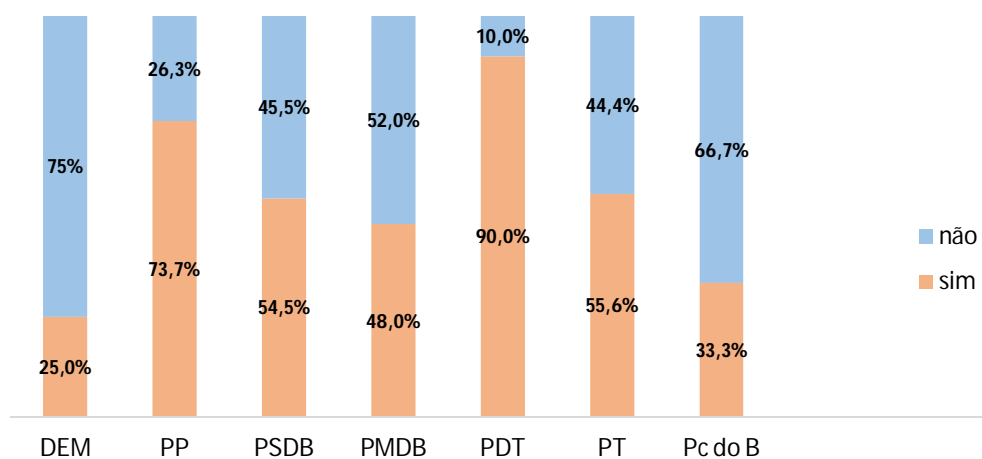
**GRÁFICO 5.21. Jovens que Possuem Parentes nos Partidos e grau de Parentesco\***



Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

\* Nota Explicativa: As proporções do grau de parentesco referem-se à distribuição do conjunto de 62% dos jovens que possuem parentes nos partidos, conforme a barra superior.

**Gráfico 5.22. Proporção de jovens que tem parentes no partido, por partido**



Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

### **3. A FORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DO JOVEM FILIADO**

A formação política pode ocorrer de duas formas. Ela pode se dar em alguma organização política externa ao partido, de modo que quando o jovem se filia a alguma legenda ele já traz consigo alguma experiência prévia de militância ou de formação doutrinária. Essa formação também pode se dar de maneira endógena ao partido, ou seja, o jovem filiado não tem nenhuma experiência prática ou teórica prévia e deverá adquiri-la somente depois da filiação. Em ambos os casos, o partido pode investir na formação política dos jovens.

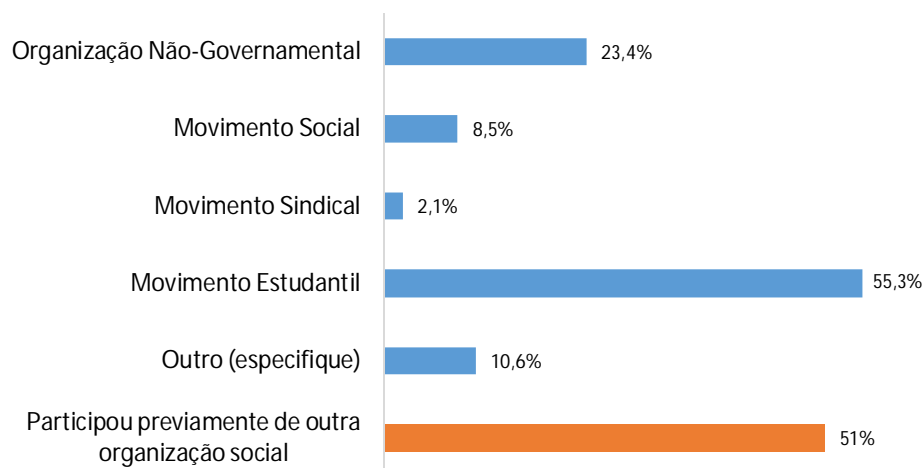
#### **3.1 Experiência Política Prévia**

No caso dos jovens filiados da amostra analisada, quantos deles tiveram alguma experiência de participação política e, portanto, alguma formação política prévia à adesão ao partido? O Gráfico 5.23 traz os dados referentes à formação partidária. Observe-se que uma parcela expressiva dos pesquisados possui alguma experiência de militância prévia à sua atual filiação – 14% já pertenceu a alguma outra agremiação partidária e, 51%, de alguma organização social,<sup>96</sup> principalmente no movimento estudantil. Nesses casos em que jovem atuava no movimento social, 90% deles já conviviam com membros do partido ao qual é filiado atualmente. Essa convivência se deu em grêmios ou diretórios estudantis, organizações não-governamentais, sindicatos e associações. Esse envolvimento anterior com práticas políticas organizadas denota uma experiência de participação iniciada em outros espaços e continuada no partido atual.

---

<sup>96</sup> O teste qui-quadrado, aplicado ao cruzamento entre sexo e participação de organizações sociais, mostrou associação entre as variáveis ( $p \leq 0,05$ ). O teste dos resíduos ajustados mostrou a associação especificamente entre o sexo masculino e a resposta afirmativa para participação em organizações sociais, e o sexo feminino concentram as suas respostas na opção negativas para a mesma questão.

**GRÁFICO 5.23. Participação Prévia em Organizações Políticas Não-Partidárias\***



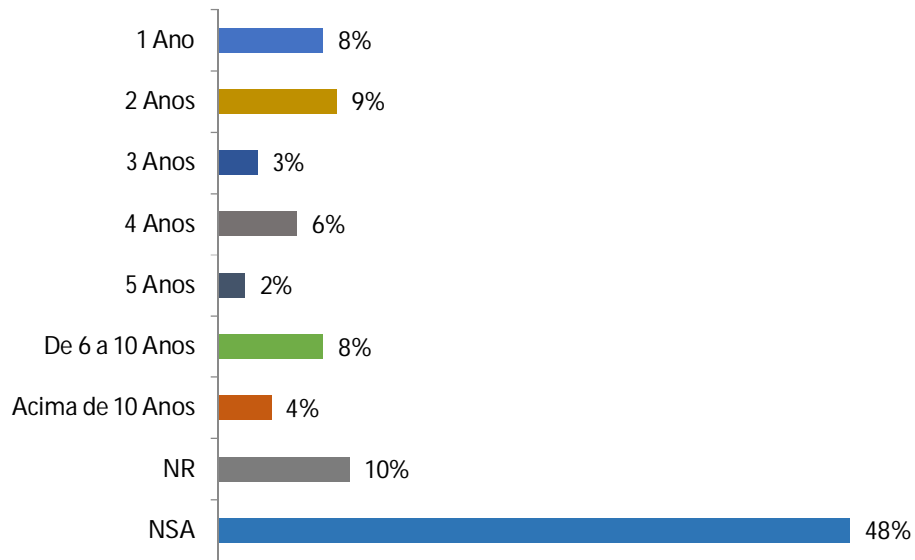
\* Dos 51 indicados pela barra em vermelho que afirmaram participar de organizações sociais, 4 não deram resposta à questão subsequente que pedia para explicarem quais organizações especificamente eles participam. Portanto, as proporções das barras em azul correspondem à distribuição dos 47 dos jovens que deram retorno à pergunta.

Contudo não é em todos os casos, nem na sua maioria, que o envolvimento nas organizações não-partidárias influencia substancialmente a formação do jovem, já que o tempo de ativismo social é breve na maior parte das vezes. Nota-se, no **Gráfico 5.24**, que as frequências dos anos dedicados a esse tipo de participação é distribuída de maneira relativamente equitativa – as respostas concentram-se ligeiramente em quatro anos para baixo [26%], principalmente um e dois anos [17%], e apenas em 14% das vezes acumulam mais de seis anos de participação social. Ainda, como mostra o **Gráfico 5.25**, os jovens partidários mais vinculados com outras organizações são os do PSDB [73%] e os do PCdoB [67%]. Depois, os Jovens Petistas empatam com os do PMDB em matéria de participação social, ambos somam 56%.

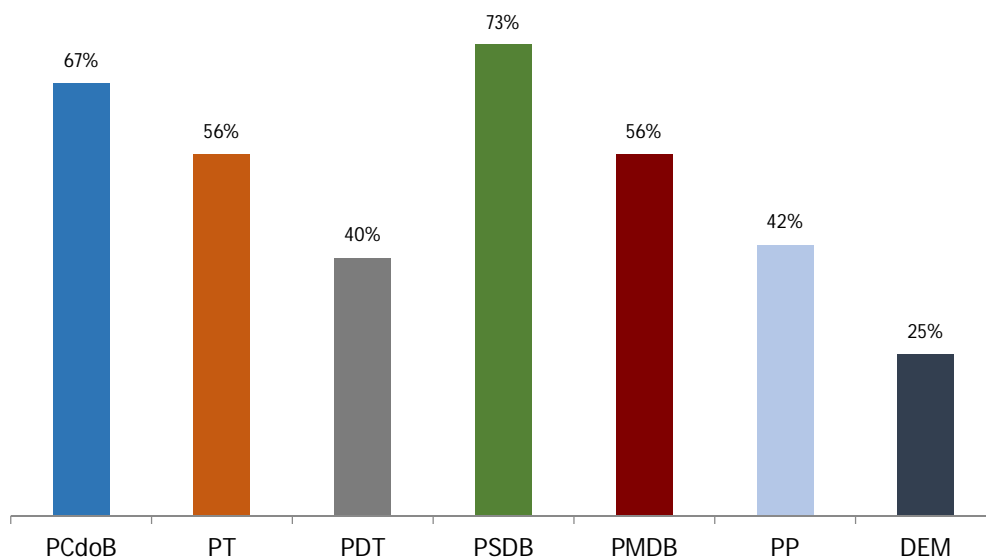
O **Gráfico 5.26** mostra, ainda, que o PCdoB concentra maior tempo de atuação em organizações sociais, 50% participa há mais de 11 anos. Isso pode ser reflexo do engajamento na própria UJS e em espaços estudantis, já que é essa a estratégia de atuação dos comunistas para a sua juventude. Em segundo lugar, as juventudes petista e progressista são aquelas que apresentam longa trajetória de participação social, 20% e 17%. Deve ser destacada também a colaboração dos militantes do PP com práticas assistenciais, muitas vezes mencionadas pelas suas lideranças. Ademais a base jovem do PSDB e do PMDB, que se revelaram acentuadamente engajadas com ativismo social,

contraditoriamente, são as que, depois do PDT, o fazem por menos tempo, de 6 meses a 5 anos.

**GRÁFICO 5.24. Tempo de Participação dos Jovens em Organizações Não-Partidárias**

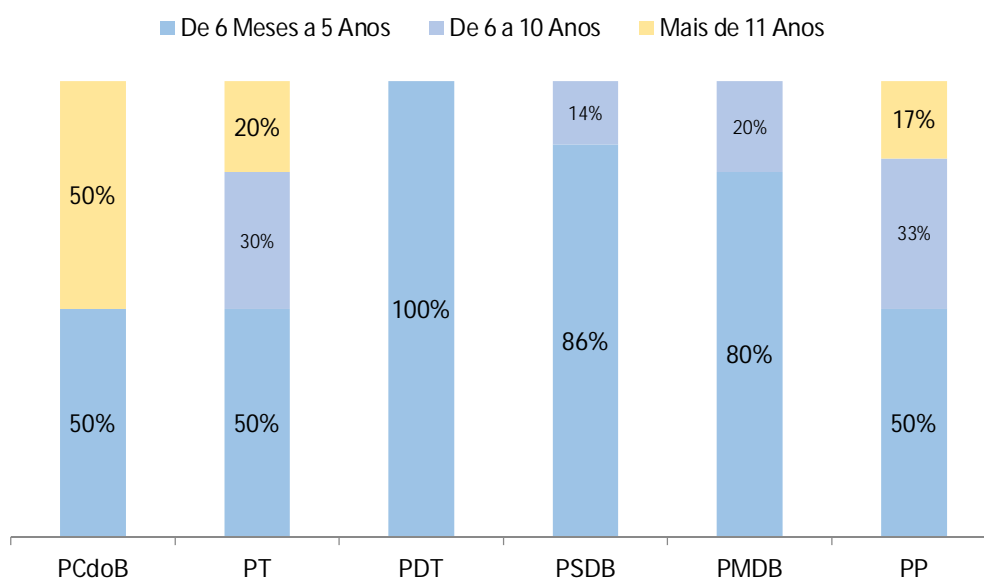


**GRÁFICO 5.25. Participação Prévia dos Jovens Filiados em Organizações Sociais, por Partido (%)**



Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

**GRÁFICO 5.26. Tempo de Atuação em Organizações Sociais, por Partido (%)**



Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

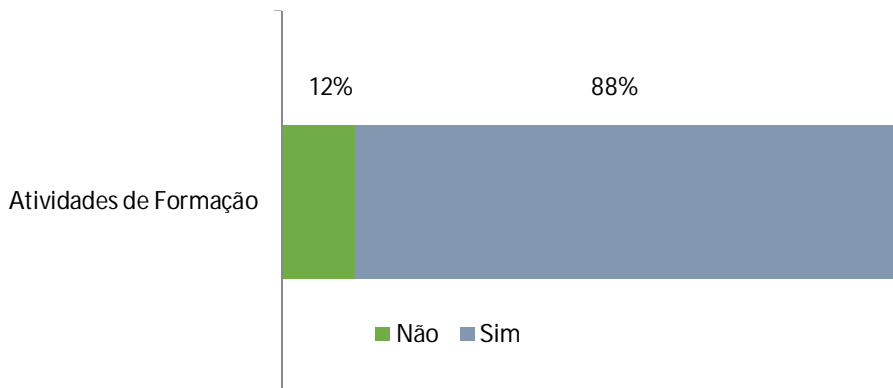
### 3.2. Formação dentro do Partido

Vejam agora a formação promovida pelos partidos, seja para membros inexperientes ou com experiência prévia de militância. É de se esperar que os partidos deem alguma oportunidade para que seus filiados, especialmente jovens, ampliem o seu conhecimento sobre assuntos políticos e conheça sua doutrina e seu programa. Além de alguma formação teórica, é de esperar que os partidos invistam também no treinamento prático dos jovens militantes, mediante seu envolvimento com o cotidiano das atividades organizacionais. Assim, a formação política é compreendida não só por momentos de estudo, mas também pelo tipo de tarefa atribuída aos jovens.

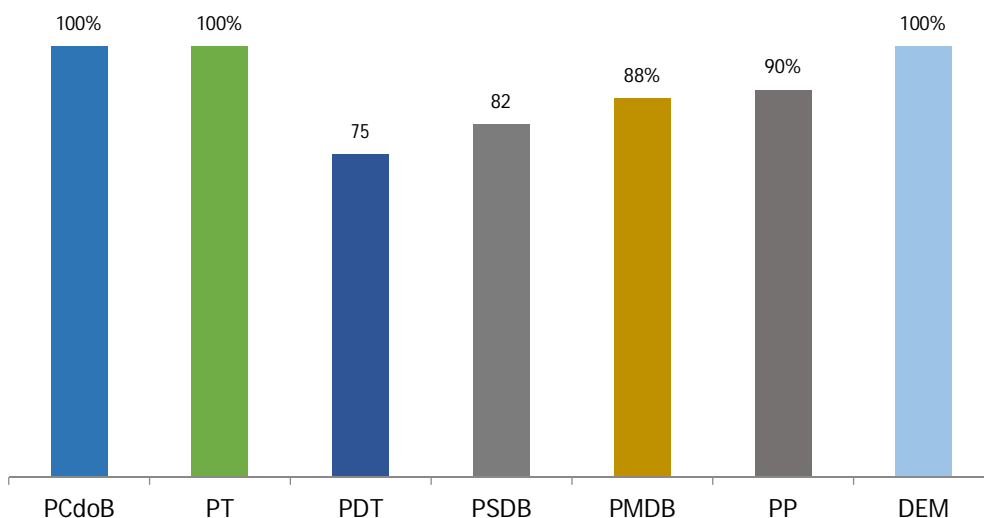
Pela apreciação do **Gráfico 5.27**, podemos notar que a maior parte dos entrevistados confirma a existência de atividades de formação nos seus partidos (88%). Esse estímulo à educação política é mencionado por todos os respondentes do PCdoB, do PT e do DEM, como se pode observar no **Gráfico 5.28**, com os dados distribuídos por partido. Nos casos do PP e do PMDB, as proporções daqueles que dão resposta afirmativa à questão caem um pouco, mas ainda assim são extremamente elevadas – 90% e 88% respectivamente. Essa proporção declina mais nas juventudes do PSDB e PDT, 82% e

75%, entre os quais as respostas afirmativas correspondem a mais de dois terços da amostra dos tucanos e trabalhistas.

**GRÁFICO 5.27. Promoção de Atividades de Formação pelos Partidos**



**GRÁFICO 5.28. Promoção de Atividade de Formação Política, por Partido**

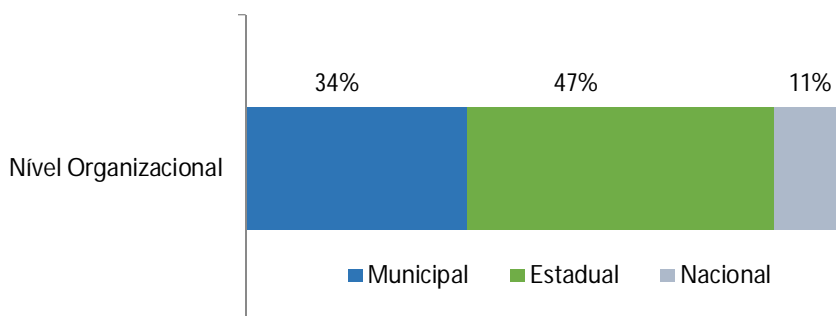


Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

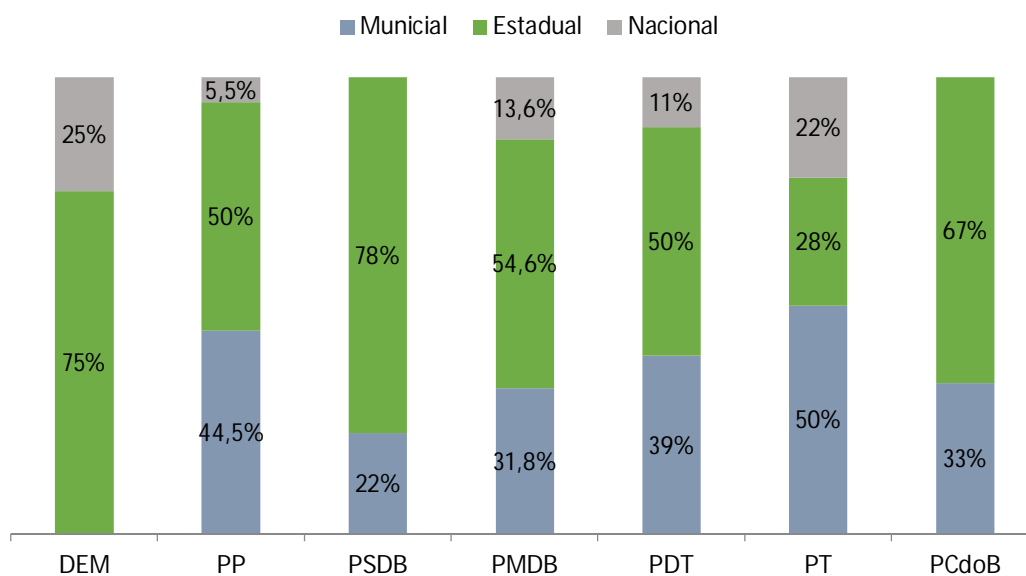
Segundo a percepção dos filiados jovens, conforme o **Gráfico 5.29**, a organização estadual do partido é a que mais se dedica a formar politicamente sua militância [47%]; entretanto, os municípios também têm uma contribuição importante [34%]. No **Gráfico 5.30**, esses dados são exibidos por partido e podemos perceber que os entrevistados do PSDB e do DEM realizam atividades de formação majoritariamente no nível estadual, com 78% e 75% respectivamente. A diferença, deve ser destacado, é que os Democratas

também promovem atividades de formação nos municípios [25%]. O PCdoB, por sua vez, concentra 67% das suas atividades formativas no nível estadual. Juntamente com o PSDB, o PCdoB não realiza eventos de formação a nível nacional, de acordo com os respondentes. Em geral, as atividades de formação são realizadas prioritariamente no nível estadual e, em segundo lugar, no nível municipal. Apenas o PT contempla atividades de formação no nível nacional numa proporção um pouco mais expressiva.

**GRÁFICO 5.29. Nível Organizacional das Atividades de Formação Promovidas pelos Partidos**



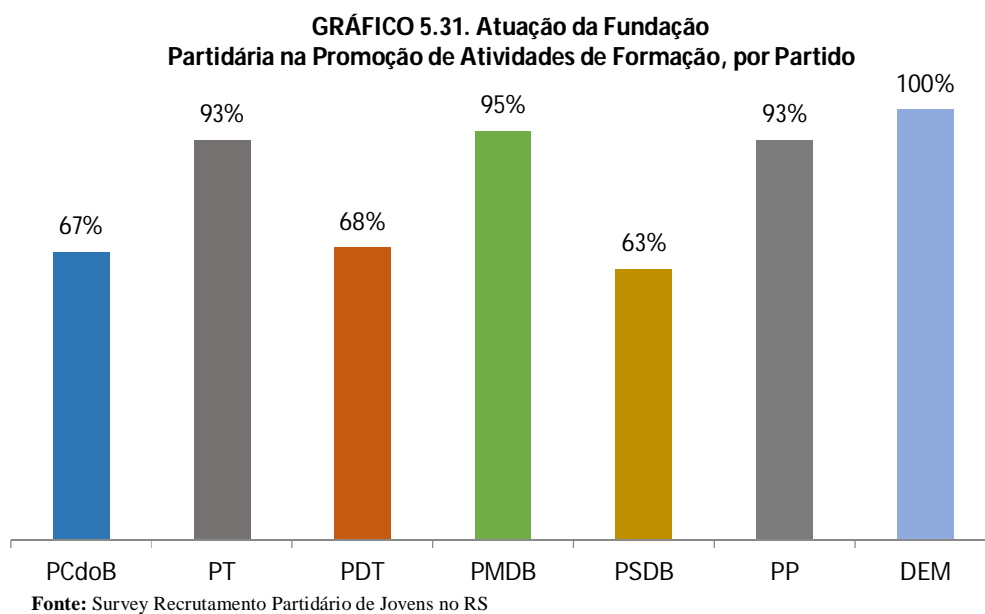
**GRÁFICO 5.30. Nível Organizacional das Atividades de Formação, por Partido**



Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

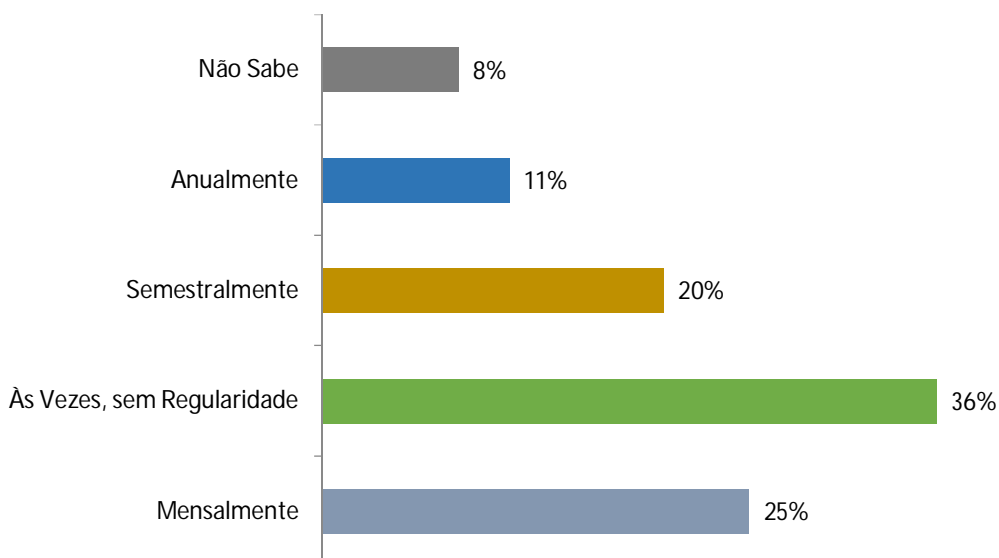


De acordo com as respostas dos entrevistados, as fundações dos partidos exercem um papel de relevo na formação política dos jovens filiados, cumprindo o seu principal propósito que é subsidiar a organização partidária na produção e disseminação de conhecimento político. Contrariando as declarações das suas lideranças, ouvidas nas entrevistas qualitativas, os filiados do DEM que responderam ao questionário reconhecem sua fundação partidária como grande apoiadora das iniciativas de formação. O **Gráfico 5.31** mostra que no PMDB, no PP e no PT, as fundações também parecem ser importantes e são lembradas em mais de 90% das vezes em cada caso. Nos demais partidos também são lembradas na maioria das vezes, por volta de 65%.



Mas, com que frequência são realizadas essas atividades de formação? Mais de um terço da amostra respondeu que isso ocorre de maneira irregular, como disposto no **Gráfico 5.32**. Outra parcela importante, 25%, acha que elas são mensais, e 20% afirma que são semestrais. Em torno da metade da amostra avalia que essas atividades têm regularidade muito esparsa, com grande intervalo de tempo, ou até mesmo que são atividades sem continuidade.

**GRÁFICO 5.32. Regularidade das Atividades de Formação Promovidas pelos Partidos**

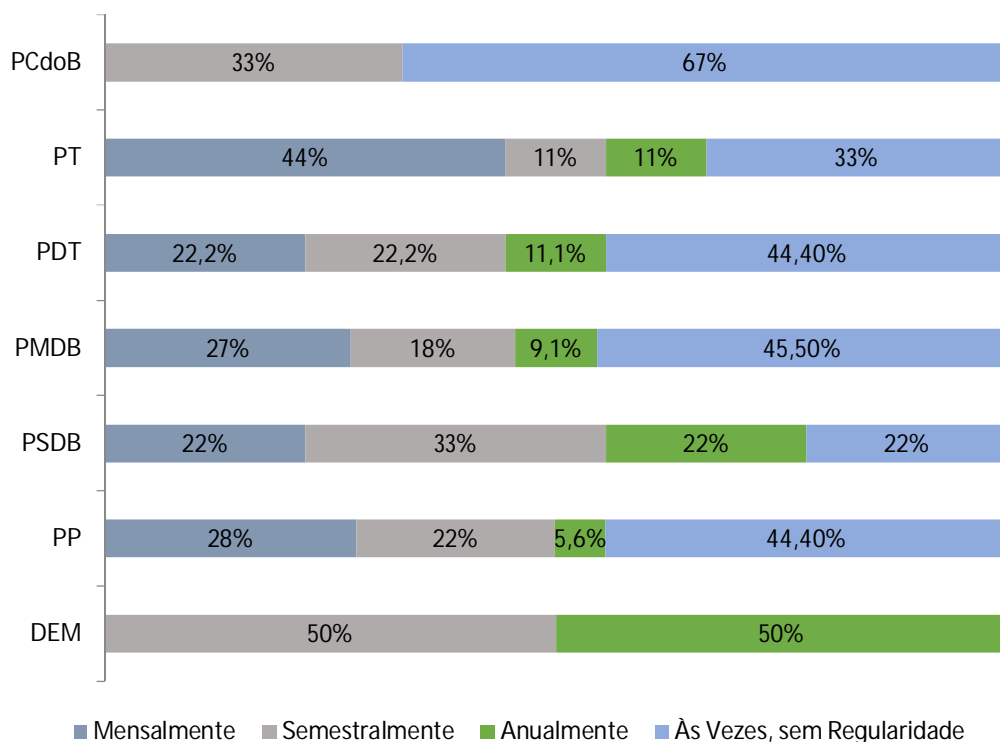


Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

Analisando esses dados por partido, como aparecem no **Gráfico 5.33**, podemos observar que no PCdoB, por exemplo,  $1/3$  dos entrevistados afirma que tais atividades são semestrais, enquanto  $2/3$  dizem que elas são irregulares e ocorrem poucas vezes. No PT, há um equilíbrio entre as proporções dos extremos. No PDT, varia a forma como é percebida a sua frequência – parcela importante, de mais de  $1/3$ , afirma que são mensais e semestrais, portanto, são regulares, e outra parte idêntica as consideram irregulares. No PMDB e no PP predominam as opiniões de que são irregulares, sendo que  $1/3$  afirma existir atividades mensais. No PSDB há uma divisão quase paritária na distribuição das respostas entre as quatro categorias, só há um ligeiro aumento na incidência daqueles que as encaram como semestrais. No DEM, segundo a percepção dos seus filiados, as atividades são regulares; porém, as opiniões se dividem, metade diz que são semestrais e a outra metade diz que são anuais.

Ou seja, embora os partidos promovam atividades de formação e suas fundações sejam centrais nessa tarefa, parece não haver um investimento mais sistemático em algum programa consistente e regular de formação de seus filiados capaz de atingir a todos, talvez por isso as discrepantes opiniões.

**GRÁFICO 5.33. Regularidade das Atividades de Formação Promovidas pelos Partidos**



Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

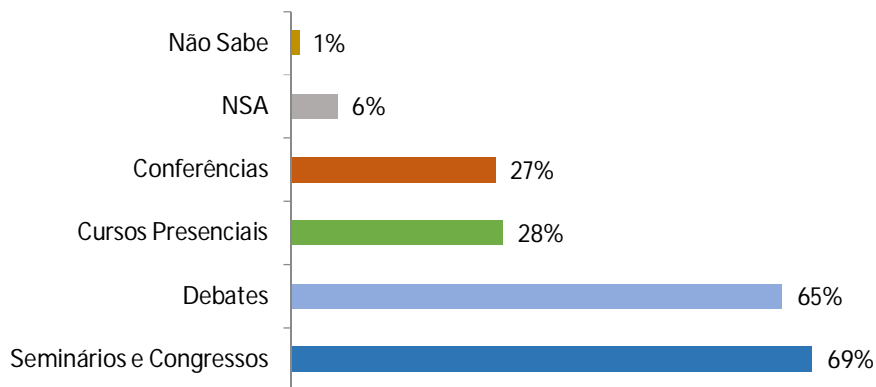
Os formatos mais frequentes de atividades de formação dos filiados são, principalmente, seminários e congressos [69%] e reuniões de debates [65%], como mostra o **Gráfico 5.34**.<sup>97</sup> Depois, aparecem as conferências [27%] e os cursos presenciais [28%] e à distância [27%]. Os temas abordados nesses eventos, conforme o **Gráfico 5.35**, indicam elevada pluralidade naqueles espaços de formação. No entanto, ganham centralidade as conjunturas nacional [68%], estadual [69%] e municipal [59%]; em seguida, aspectos relativos a técnicas para desempenhar melhor de tarefas partidárias, como liderança política [51%],<sup>98</sup> e à compreensão teórica do sistema político [49%] e da ideologia partidária [47%]. Ainda, 40% dos respondentes identificam discussões sobre pautas mais contemporâneas, como questões de identidades sociais e de cidadania. Economia, sociedade brasileira e novas tecnologias da informação (NTICS), por sua vez,

<sup>97</sup> O teste de associação entre as variáveis Partido e Idade X Atividades de formações mais comuns resultou em associação positiva ( $p \leq 0,05$ ). O teste dos resíduos ajustados mostra que o PT, PCdoB e PDT são os que mais têm reuniões de debates como atividades de formação e a faixa etária mais avançada, de 25 a 34 anos, a que menos comparece tal formato de formação.

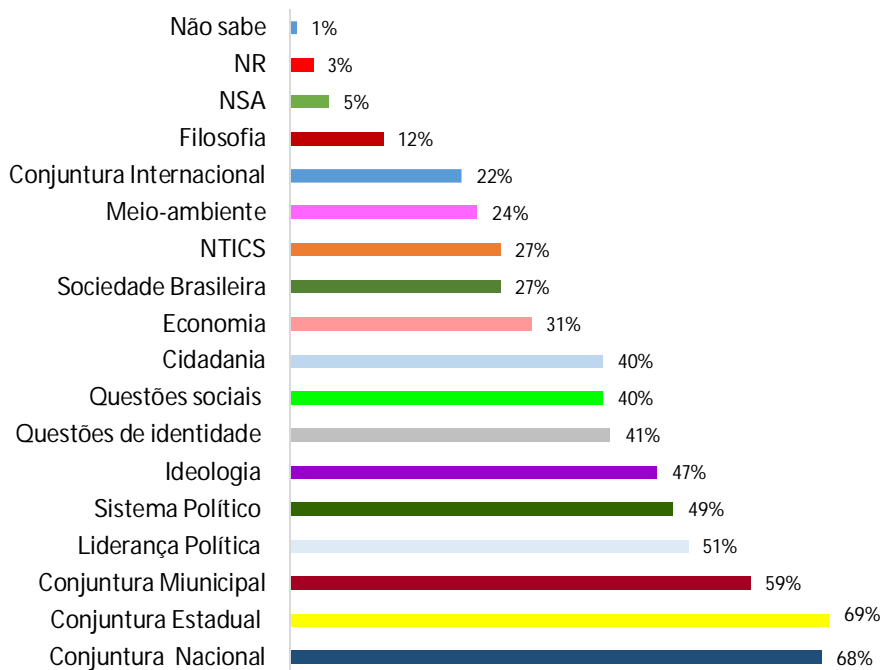
<sup>98</sup> O teste de associação entre as variáveis Partido X Tema da formação – Liderança Política resultou em associação significativa ( $p \leq 0,05$ ). O teste dos resíduos ajustados mostra que os respondentes filiados ao PP são os que mais estudam aspectos relativos a liderança e marketing político.

são mencionadas por 1/3 dos filiados. As pautas menos frequentes nos partidos é meio-ambiente, conjuntura internacional e filosofia.

**GRÁFICO 5.34. Atividades de Formação mais Comuns Realizadas pelos Partidos [Múltiplas Respostas]**



**GRÁFICO 5.35. Temas Abordados nas Atividades de Formação Promovidas pelos Partidos [Múltiplas Respostas]**



**Nota Explicativa:** \*Marketing, oratória, etc; \*\*regimes políticos, representação política; \*\*\*liberalismo, socialismo, comunismo; \*\*\*\*gênero, raça/etnia, juventude, minorias; \*\*\*\*\*habitação, trabalho, transporte público, etc.  
\*\*\*\*\*Questão de multiescolha.

De fato, esse leque de temas está presente nos debates de praticamente todos os partidos, como mostra a **Tabela 5.2**. Apenas no PSDB se identifica a ausência de alguns pontos desses. De qualquer forma, o debate sobre conjuntura é o mais frequente nos

partidos. Os seus desdobramentos internacionais é tema recorrente no PCdoB – todos os respondentes a marcaram. A política nacional é comum no PMDB e no PT, a estadual, sobretudo no PMDB e no PDT, a municipal é muito discutida no PP, que prima pelo foco no municipalismo e apresenta um acentuado protagonismo dos diretórios municipais. As atividades de formação do PCdoB ainda se destacam por abrigar questões sobre filosofia, sistema político, ideologia e economia – mais de 2/3 fazem referência a eles. Os membros do DEM [61%] e do PT [100%] também dedicam parte importante do seu estudo à ideologia.

**TABELA 5.2. Temas Abordados nas Atividades de Formação, por Partido (%)**

	DEM	PP	PSDB	PMDB	PDT	PT	PCdoB
Conjuntura Política Internacional	25	11,8	0	19	10,5	56	<b>100</b>
Conjuntura Política Nacional	50	58,8	<b>86</b>	<b>90,5</b>	68,4	<b>89</b>	67
Conjuntura Política Estadual	75	70,6	57	<b>85,7</b>	<b>84,2</b>	78	67
Conjuntura Política Municipal	50	<b>76,5</b>	57	61,9	68,4	67	67
Filosofia	0	29,4	<b>0</b>	4,8	15,8	6	<b>67</b>
Sistema Político	50	52,9	51	57,1	47,4	<b>61</b>	<b>67</b>
Ideologia	<b>100</b>	47,1	43	42,9	47,4	<b>61</b>	<b>67</b>
Economia	50	47,1	0	42,9	26,3	28	<b>67</b>
Traços da sociedade brasileira	25	<b>35,3</b>	14	<b>33,3</b>	21,1	<b>39</b>	<b>33</b>
Cidadania	50	47,1	<b>0</b>	<b>61,9</b>	31,6	56	33
Liderança Política*	<b>100</b>	<b>88,2</b>	43	<b>61,9</b>	47,4	28	<b>67</b>
Questões de identidade**	25	29,4	29	42,9	26,3	<b>94</b>	<b>67</b>
Questões sociais/direitos fundamentais**	25	35,3	<b>0</b>	47,6	36,8	<b>79</b>	<b>67</b>
Meio -Ambiente	25	23,5	<b>0</b>	<b>33,7</b>	21,1	<b>39</b>	<b>33</b>
NTICs	50	<b>58,8</b>	29	19	15,8	22	<b>67</b>

\* O teste de associação entre as variáveis Partido X Tema da formação – Liderança Política resultou em associação significativa ( $p \leq 0,05$ ). O teste dos resíduos ajustados mostra que os respondentes filiados ao PP são os que mais estudam aspectos relativos a liderança e marketing político. Tal associação converge com a orientação contida no estatuto do partido que orienta a capacitação do militante neste aspecto da liderança e com as ações promovidas pela JPPRS neste sentido.

\*\* O teste de associação entre as variáveis Partido X Tema da formação – Questões de identidade e Questões Sociais resultou em associação significativa ( $p \leq 0,05$ ). O teste dos resíduos ajustados mostra que os respondentes filiados ao PT e PCdoB são os que mais estudam aspectos relativos a pautas identitárias e sociais.

Com menos frequência, os partidos preocupam-se com problemáticas da sociedade brasileira. Estas, eventualmente, são abordadas pelo PT, PP, PMDB e PCdoB, como afirma 1/3 dos seus filiados. Cidadania, por sua vez, é frequente entre os peemedebistas, enquanto liderança política é questão de relevo para os Democratas, Progressistas e, um pouco menos, para os comunistas e os próprios peemedebistas. Temas relacionados à identidade, temas sociais e direitos fundamentais são abordados pelo PT e pelo PCdoB, mas também estão na pauta de mais de 1/3 dos jovens do PMDB. O Meio-ambiente é lembrado por 1/3 dos filiados do PMDB, do PT e do PCdoB. As NTICS são mencionadas por 2/3 do PP e do PCdoB.

### **3.3. Ativismo Partidário dos Jovens Filiados**

O comparecimento regular às atividades de formação não chega à metade dos respondentes, como pode ser notado no **Gráfico 5.36**. Mesmo cientes da realização de eventos de formação e considerando-os muito importantes [81%], nem todos costumam comparecer – 79% dos jovens participam, porém, mais de 1/3 deles apenas eventualmente e 21% nunca participam, sendo que, destes, 8% jamais se envolveram em alguma atividade formativa.<sup>99</sup> Porcentagem próxima à dos que consideram fundamentais os eventos em questão [84%] avaliam que deveria haver mais atividades desse tipo, e 16% consideram suficiente o montante oferecido pelo partido.

No caso das reuniões partidárias, igualmente fundamentais para a formação política do militante, 2/3 deles declaram comparecer na maioria das vezes ou sempre. Isso indica que as reuniões são bastante frequentadas pelos jovens, conforme mostra o **Gráfico 5.37**.

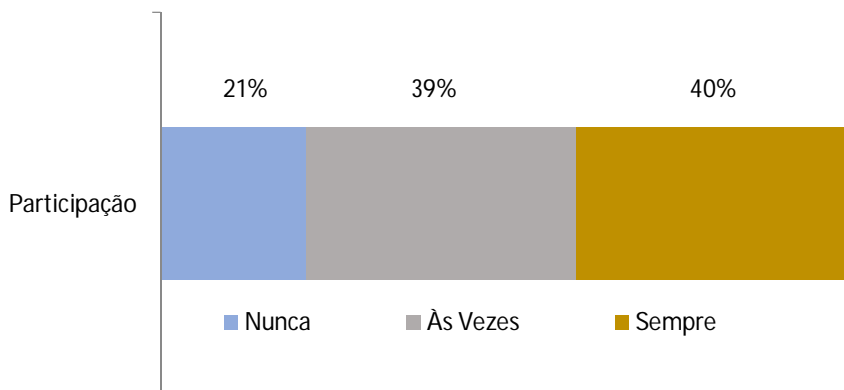
Com relação à distribuição partidária do comparecimento dos jovens filiados às reuniões, como se pode observar no **Gráfico 5.38**, nos Democratas isso é recorrente – a metade dos respondentes sempre comparece e ninguém assinalou a opção nunca. Da mesma forma, a opção nunca está ausente das frequências do PT e do PCdoB. No caso dos petistas, parcela majoritária frequenta às reuniões na maioria das vezes [50%] e, no caso dos comunistas, 67% dos respondentes é extremamente assídua às reuniões.

---

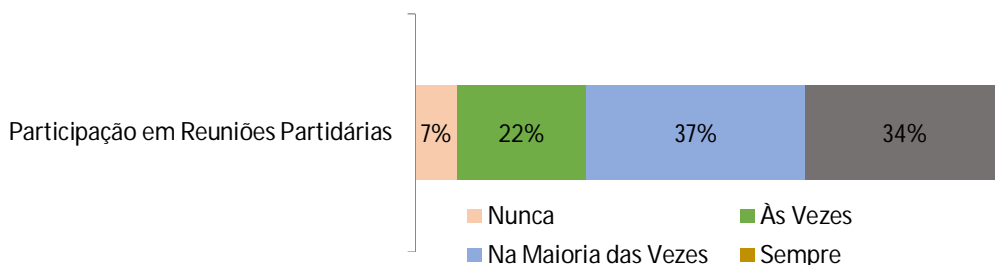
<sup>99</sup> O teste de associação entre as variáveis Sexo *X* Participação resultou em associação significativa ( $p \leq 0,05$ ). O teste dos resíduos ajustados mostra que os jovens são os mais assíduos nestas atividades, enquanto elas concentram mais respostas em nunca participam.

No PP e no PMDB quase a metade manifesta expressivo engajamento nas reuniões. O PSDB tem uma militância que comparece também de forma massiva. No PDT, 60% dos entrevistados comparece *na maioria das vezes* ou *sempre*; ou seja, quase 2/3 são assíduos às reuniões.

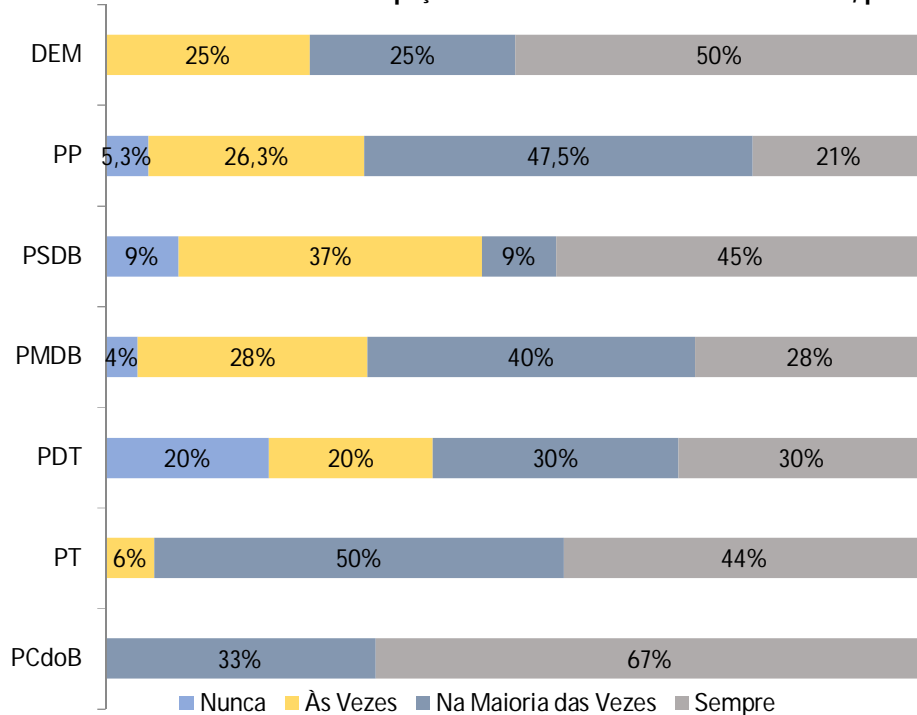
**GRÁFICO 5.36. Assiduidade da Participação dos Jovens nas Atividades de Formação do Partido**



**GRÁFICO 5.37. Assiduidade da Participação dos Jovens nas Reuniões dos Partidos**



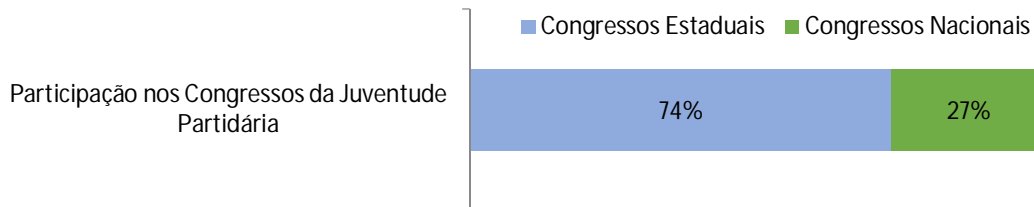
**GRÁFICO 5.38. Assiduidade na Participação dos Jovens nas Reuniões Partidárias, por Partido**



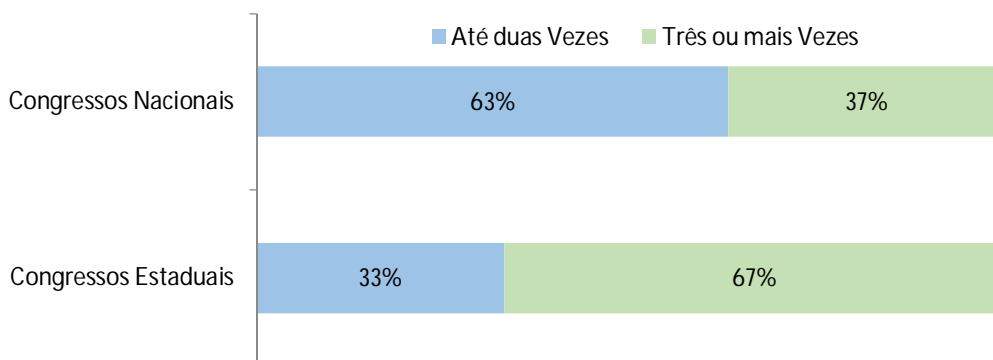
Nos eventos destinados à deliberação da própria juventude, como os Congressos Estaduais e Nacionais do setor, a participação também é elevada. No **Gráfico 5.39** e no **Gráfico 5.40**, podemos observar que 74% dos entrevistados já participaram de Congressos Estaduais de Juventude, sendo que 2/3 destes já compareceram por mais de três vezes. Os Congressos Nacionais são mais restritos, poucos delegados são eleitos em cada estado, por isso a menor incidência de jovens que acorreram a tais eventos, ou seja, menos de 1/3. Destes, 63% compareceram até duas vezes.<sup>100</sup>

No **Gráfico 5.40**, podemos observar esses dados distribuídos por partido. Em média, 80% dos entrevistados do PCdoB, PDT, PSDB e PP tiveram compareceram a congressos estaduais de juventude. No PT e PMDB essa porcentagem cai para 61% e 68%, mas ainda é bastante expressiva. A metade dos respondentes do DEM e cerca de 1/3 dos jovens do PCdoB, PT, PDT e PSDB já participaram de Congressos Nacionais. No PSDB, 20% já foram delegados em âmbito nacional. Logo atrás está o PP, com 16% de participação em Congressos Nacionais.

**GRÁFICO 5.39. Participação nos Congressos Estaduais e Nacionais do Setor de Juventude**



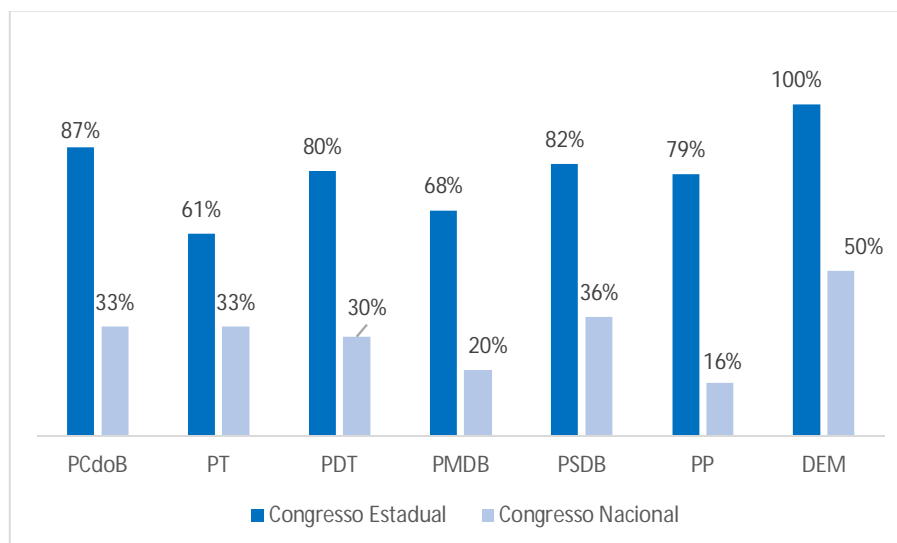
**GRÁFICO 5.40. Assiduidade da Participação dos Jovens em Congressos da Partidários**



<sup>100</sup> O teste de associação entre as variáveis Sexo X Participação em Congressos Nacionais resultou em associação significativa ( $p \leq 0,05$ ). O teste dos resíduos ajustados mostra que as jovens são as que menos frequentam os congressos nacionais, concentrando suas respostas no *não*. E, portanto, os jovens são mais participativos e deram mais respostas afirmativas a questão.



**Gráfico 5.41 Participação de Congressos Estaduais e Nacionais dos Partidos (%)**

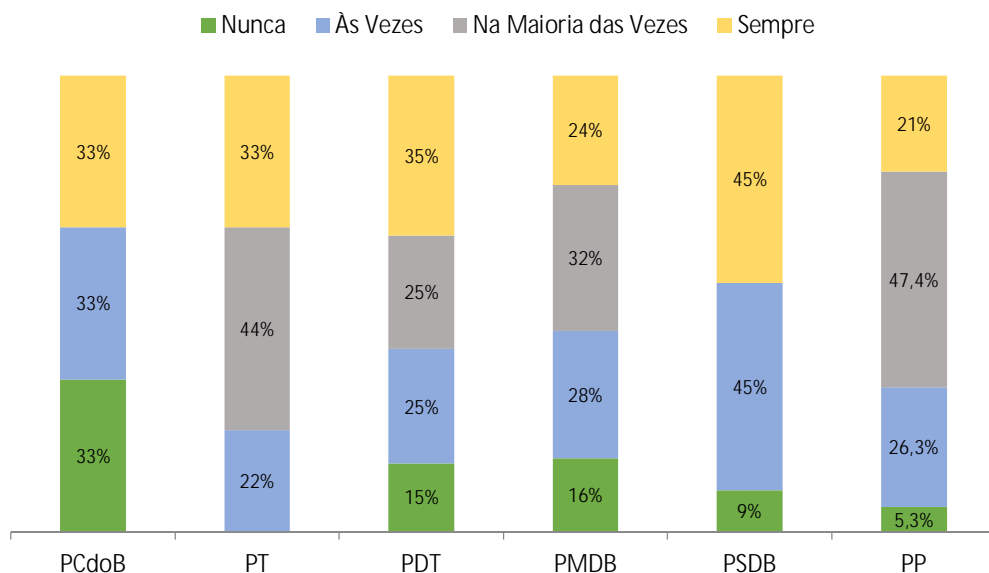


Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

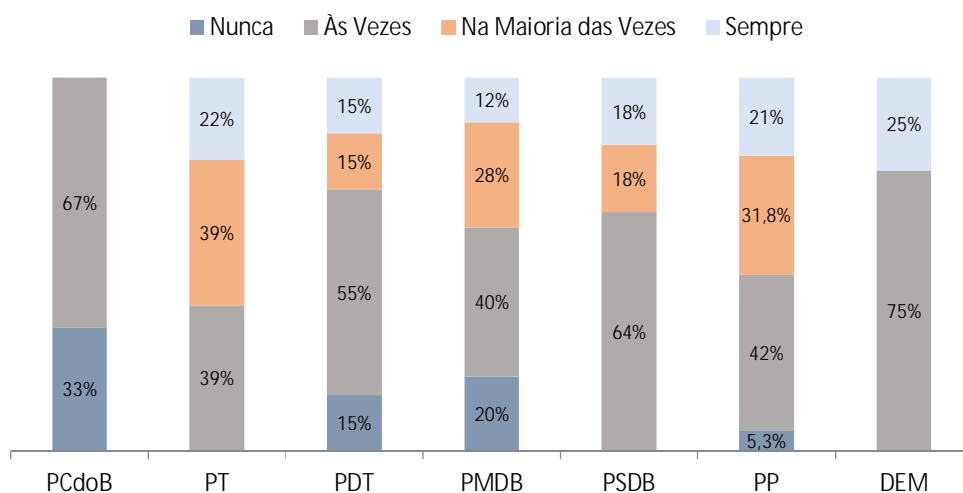
Um aspecto relevante do ativismo partidário, ainda no âmbito das atividades e momentos de formação dos quadros jovens, é a convivência com os correligionários. O encontro com colegas de partido para discutir política é comum no PT, PDT, PMDB e PP, conforme o **Gráfico 5.42**. Somando-se as categorias *sempre* e *na maioria das vezes*, o contingente é maior do que 50%, chegando a 77% no caso do PT. O PSDB possui 45% de jovens que sempre debatem política com seus correligionários, e outros 45% que o fazem *na maioria das vezes*. No PCdoB, essa frequência é bem distribuída – 1/3 para cada categoria.

Já o encontro com não-filiados para a mesma finalidade, ou seja, discutir política, assume um caráter mais ocasional, concentrando as respostas na categoria *às vezes* no PCdoB, PSDB, PDT e DEM. Contudo 25% da juventude democrata declarou sempre encontrar com não-filiados para discutir política. Os filiados do PT e do PP são os que mais têm este costume – 22% e 21% assinalam fazê-lo *sempre* e, 39% e 31,8%, *na maioria das vezes*. Somam cerca de 50% aqueles que têm tal hábito nesses partidos. Na outra ponta, os menos interessados em tratar de política com pessoas sem filiação partidária são o PCdoB e o PMDB, entre os quais é maior a incidência da categoria *nunca* [33% e 20%]. O **Gráfico 5.43** apresenta esses dados.

**GRÁFICO 5.42 Regularidade de Encontro com Colegas de Partido para Discutir Política**



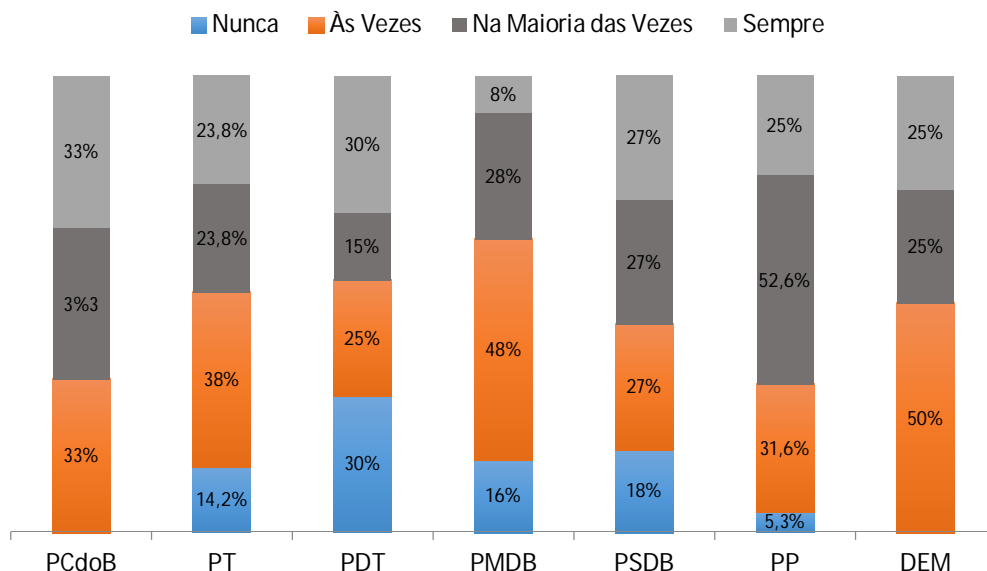
**GRÁFICO 5.43. Regularidade de Encontro com Não-Filiados para Discutir Política**



O envolvimento na organização de eventos do partido não agrega todos da mesma forma, varia conforme o partido, como mostra o **Gráfico 5.44**. Os jovens progressistas são os que mais tocam tarefas desse tipo regularmente – unindo-se as alternativas *sempre* e *na maioria das vezes*, chega-se a um montante de 77,6% das respostas, e mais de 1/3 deles também colaboraram eventualmente. Seguindo o mesmo padrão das questões anteriores, no PCdoB, há uma distribuição equânime das frequências – 1/3 para cada categoria. O DEM e o PSDB, com 50% e 54%, e o PT e o PDT, com 47,6% e 45%, apresentam porcentagens semelhantes, somando-se as categorias *na maioria das vezes* e *sempre*. No PT, porém, mais de 1/3 às vezes ajuda na organização de eventos, e, no

PMDB, 48% dos jovens também contribuem. O PDT concentra a maior porcentagem de filiados que afirmam nunca organizar eventos partidários – quase 1/3 dos entrevistados dessa agremiação, seguida pelo PSDB, 18%, PMDB, 16%, e PT, 14,2%.

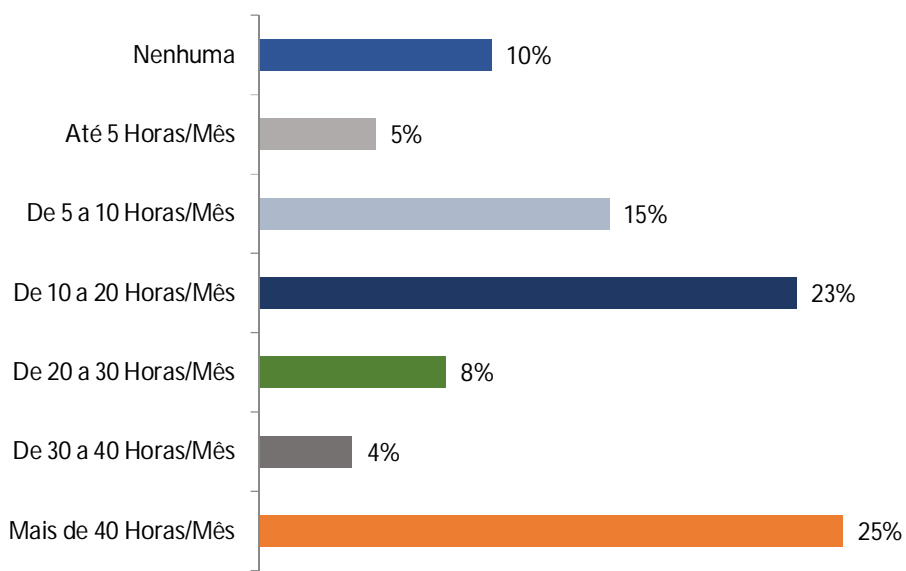
**GRÁFICO 5.44. Proporção de Jovens Filiados que Ajudam na Organização de Eventos do Partido**



Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

Entre essas tarefas cotidianas, atividades de formação, atribuições daqueles que são dirigentes, assessores ou têm cargos em comissão, a maior parte dos respondentes destina mais de 40 horas por mês ao partido. Outra parcela de filiados, 23%, dedica de 10 a 20 horas no mês; e proporção semelhante dedica até 10 horas/mês, 20%. Apenas 10% dos respondentes não dispensa tempo algum ao partido, ou seja, é apenas filiado formalmente, mas não se envolve com a dinâmica organizacional. De modo geral, como se pode observar no **Gráfico 5.45**, o tempo dedicado ao partido é bastante elevado, mostrando um envolvimento considerável com a militância e a formação.

**GRÁFICO 5.45. Tempo Dedicado às Atividades Partidárias pelos Jovens Filiados, em Horas/Mês**

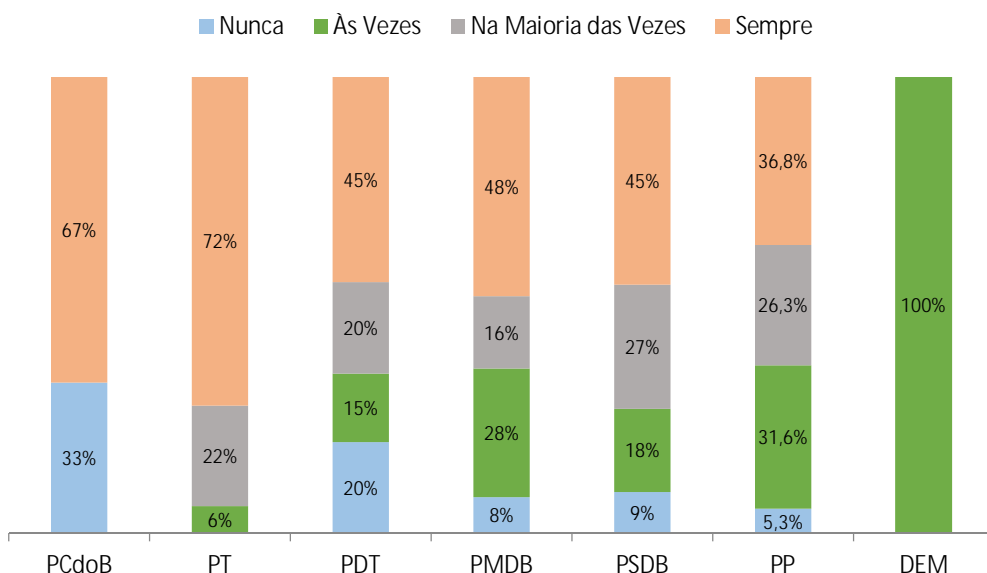


Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

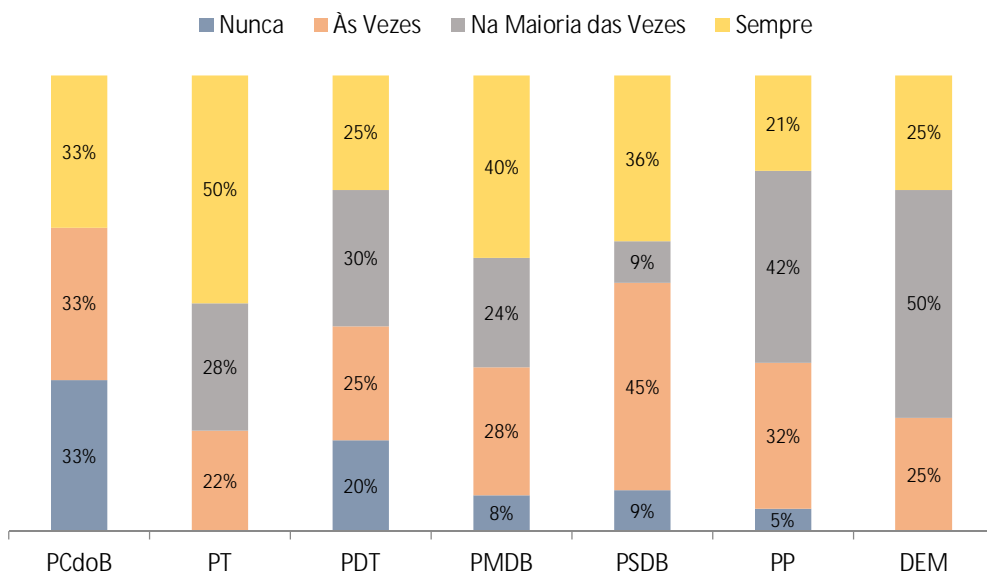
Esse envolvimento dos jovens filiados resulta numa participação igualmente expressiva nos processos eleitorais. Como mostrado o **Gráfico 5.46**, mais de 2/3 dos jovens do PT e PCdoB sempre distribuem material de propaganda partidária. No PMDB, PDT e PSDB esse valor fica na casa dos 45%. Se somarmos as categorias *sempre* e *na maioria das vezes*, teremos mais de 2/3 da amostra de cada partido. Fazendo o mesmo no caso do PT, temos quase a totalidade da sua amostra contempladas. E, ainda, há aquela parcela de filiados jovens que distribuí panfletos eventualmente. Exceto o DEM, no qual todos os jovens assinalaram a alternativa *às vezes*, todos os demais partidos conseguem uma intensa mobilização de seus jovens militantes.

Já outras tarefas de campanhas não envolvem tão intensamente o público pesquisado, como se pode notar nas informações do **Gráfico 5.47**. No PT, PDT, PMDB, PP e DEM diminuem a ocorrência de respostas na categoria *sempre* e aumentam na categoria *na maioria das vezes*. No PDT, PT e PSDB aumenta a participação eventual – resposta *às vezes*. Mantém-se a porcentagem daqueles que não se envolvem com o cotidiano dos partidos.

**GRÁFICO 5.46. Distribuição de Material de Propaganda Partidária nos Períodos Eleitorais**



**GRÁFICO 5.47. Desempenho de outras Atividades de Campanha nos Períodos Eleitorais**



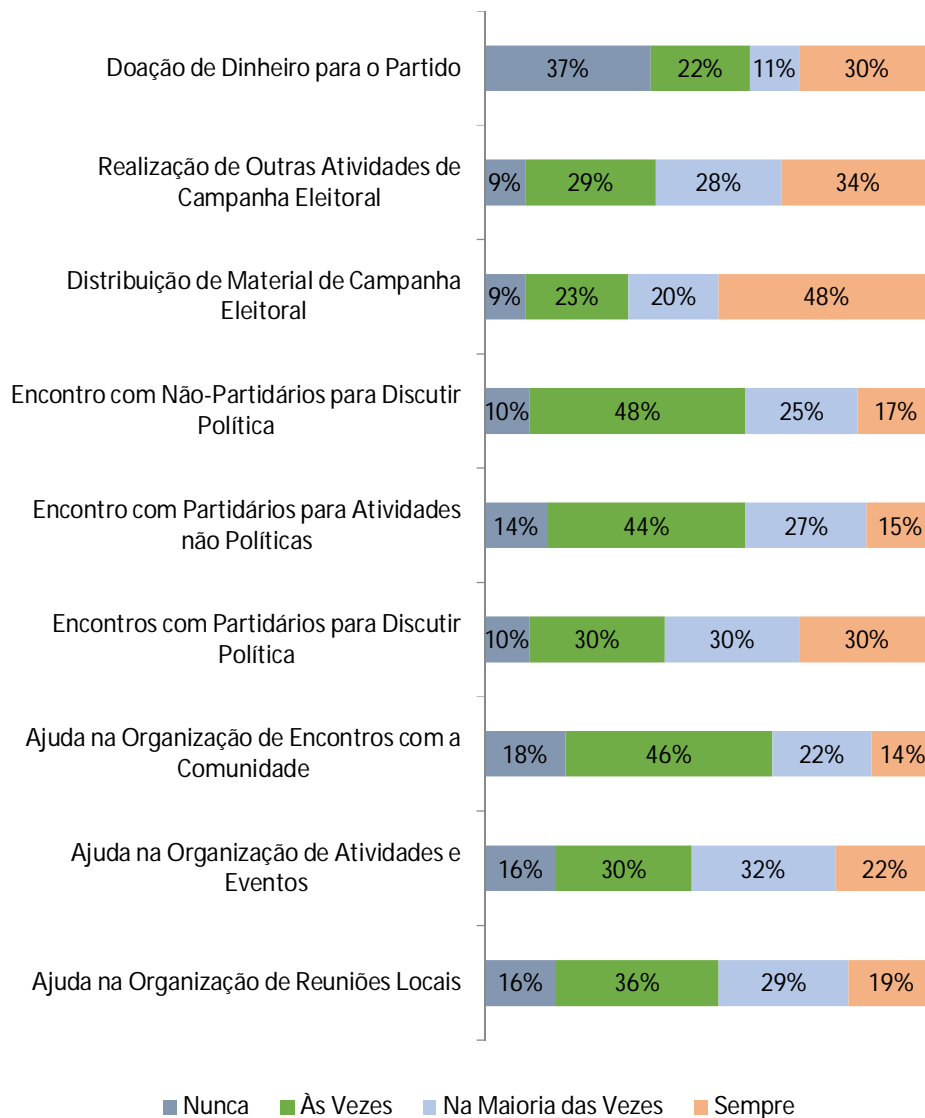
Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

Portanto, no geral, as atividades que mais mobilizam os jovens periodicamente é a distribuição de material de campanha [68%] e a realização de outras atividades de campanha eleitoral [62%], assim como os encontros com correligionários para discutir política [60%]. No diverso conjunto de atividades, a proporção dos jovens que participam ativamente é elevada, com destaque para aqueles que contribuem *sempre* e na *maioria*

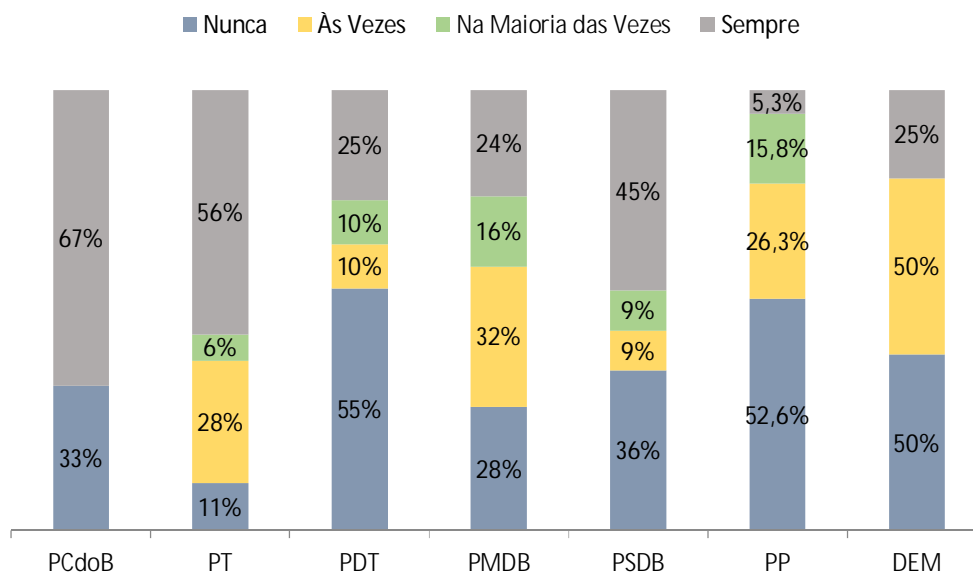
das vezes com todas elas, em especial as eleitorais. Também são expressivas as proporções de jovens filiados que participam de maneira irregular da maior parte das tarefas, atingindo uma marca superior a 30%.

A prática com menor adesão é a doação de dinheiro para o partido, mais de 1/3 dos entrevistados nunca o faz, conforme o **Gráfico 5.48**. A doação de dinheiro para o partido é ordinária no PC do B, no PT e no PSDB e menos comum no PDT e no PP. Nesses, é maior porcentagem de jovens que nunca cumprem quotas com os seus partidos. Em alguns casos como o DEM, o PMDB e o PP assumem uma dinâmica irregular, os filiados às vezes contribuem financeiramente, como mostra o **Gráfico 5.49**.

**GRÁFICO 5.48. Envolvimento dos Jovens com o Suporte aos Partidos**



**GRÁFICO 5.49. Frequência de Doação de Dinheiro ao Partido**

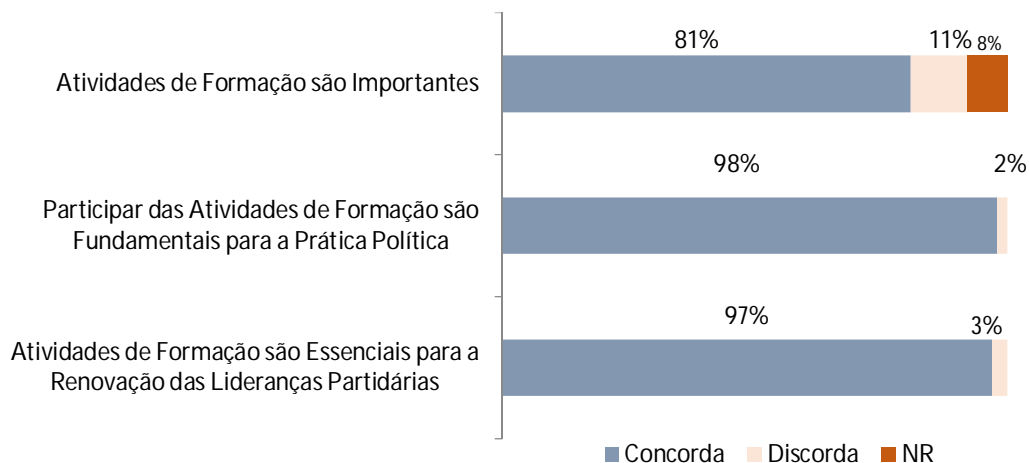


### 3.4. Avaliação dos Jovens sobre as Atividades de Formação

Quando arguidos a respeito da relevância dos momentos de instrução sobre assuntos políticos, os jovens os reconhecem como essenciais para sua formação – 81% afirmam categoricamente que são importantes. Quase a totalidade dos respondentes relacionam a participação em atividades de formação à qualificação para o desempenho das tarefas partidárias (98%) e à capacidade do partido em renovar as suas lideranças (97%). O **Gráfico 5.50** traz os dados sobre a avaliação dos jovens acerca das atividades de formação oferecidas pelos seus partidos.

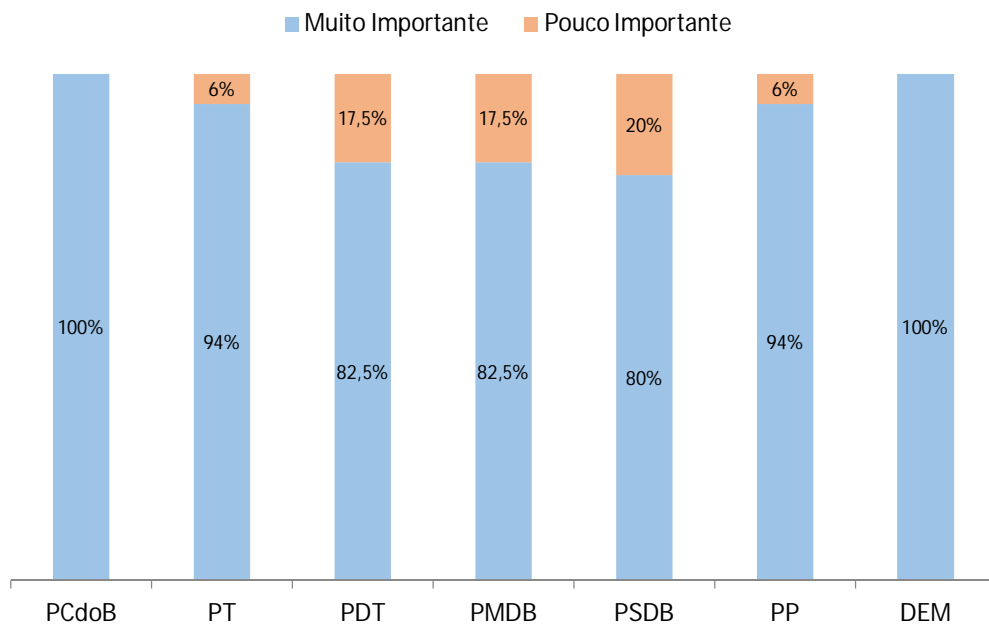
Os mesmos dados distribuídos por partido podem ser observados no **Gráfico 5.51**. Entre os filiados aos partidos dos extremos, PCdoB e DEM, todos consideram as atividades de formação muito importantes. Em segundo lugar, estão o PT e o PP, que apresentam chegam a 94% da sua amostra. O PSDB, o PMDB e o PDT são os que acumulam mais avaliações negativas quanto ao tema, 20%, 17,5%, 17,5% tratando-o como pouco importante, proporções bastante reduzidas. Dos sete partidos investigados, os filiados jovens de quatro deles são unânimes em avaliar as atividades de formação como etapas fundamentais para a prática militante e para a renovação de lideranças partidárias – **Gráfico 5.52**. Alguns poucos respondentes do PP e do PMDB discordam dessas opiniões, principalmente no PP, quanto à renovação de lideranças. Mas, novamente, essas proporções são bastante reduzidas.

**GRÁFICO 5. 50. Avaliação das Atividades de Formação para os Filiados e o Partido**



Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS

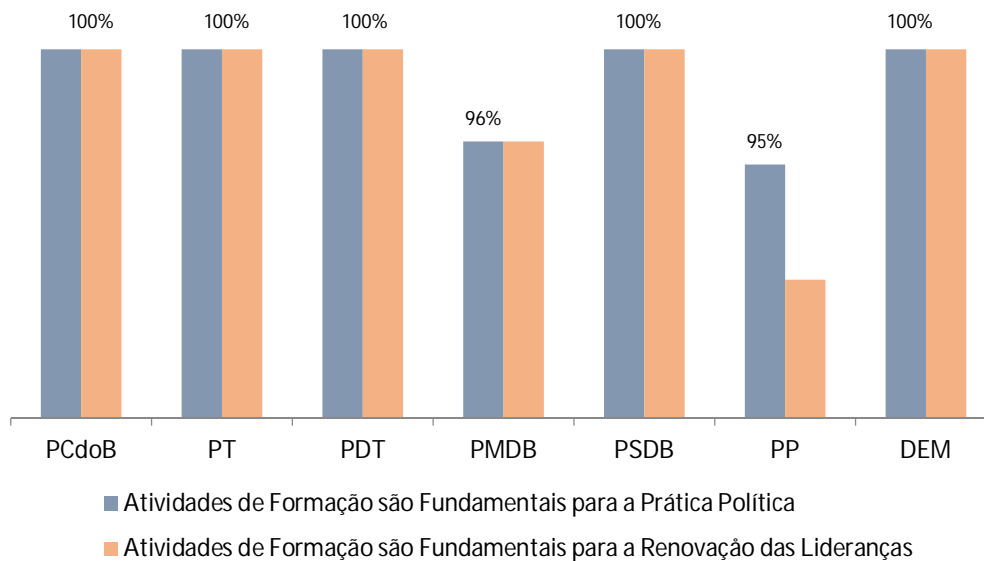
**GRÁFICO 5.51. Importância das Atividades de Formação Política na Perspectiva dos Jovens Filiados, por Partido**



Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS



**GRÁFICO 5.52. Avaliação das Atividades de Formação quanto à Preparação da Militância e à Renovação das Lideranças**



#### 4 A SELEÇÃO NA PERSPECTIVA DOS JOVENS FILIADOS

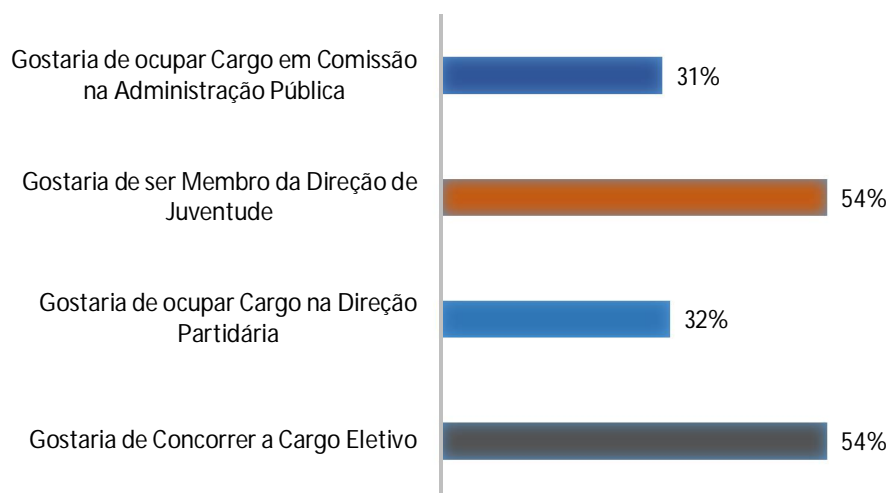
Começamos a análise da etapa da seleção partidária pelo debate das aspirações de jovens filiados em perseguir uma carreira política no interior da organização, concretizada pela conquista de mandatos nos executivos e legislativos ou de cargos em comissão na burocracia estatal ou posições na direção partidária. Algumas questões, expostas em seguida, auxiliam para dimensionarmos essa ambição político-partidária.

Os níveis de interesse desses jovens em ocupar espaços partidários estão representados no **Gráfico 5.53**. Mais da metade dos respondentes [54%] tem vontade de tomar parte nas decisões que definam os rumos do órgão de juventude. Essa proporção declina para 32% quando o envolvimento é no âmbito das direções do seu partido [32%]. A pretensão de ser indicado a um cargo em comissão, disponível ao seu partido, é presente em quase 1/3 da amostra.<sup>101</sup> Aos cargos eletivos, mais da metade dos entrevistados [54%] gostaria de concorrer se tivesse a oportunidade.<sup>102</sup>

<sup>101</sup> O teste de associação entre as variáveis *Sexo X Já se candidatou a cargos eletivos e Gostaria de concorrer a eleição* resultou em associação significativa ( $p \leq 0,05$ ). O teste dos resíduos ajustados mostra que as jovens são as que menos colocaram candidaturas ou menos interesse tem de concorrer eleições, concentrando suas respostas no *não*. E, portanto, os jovens são mais tiveram experiência de concorrer uma eleição ou manifestam tal ambição e mais responderam afirmativamente a questão.

<sup>102</sup> O teste de associação entre as variáveis *Sexo X Gostaria de ocupar posições na direção do partido e da juventude organizada* resultou em associação significativa ( $p \leq 0,05$ ). O teste dos resíduos ajustados

**GRÁFICO 5.53. Ambição de Carreira Político-Partidária dos Jovens Filiados**



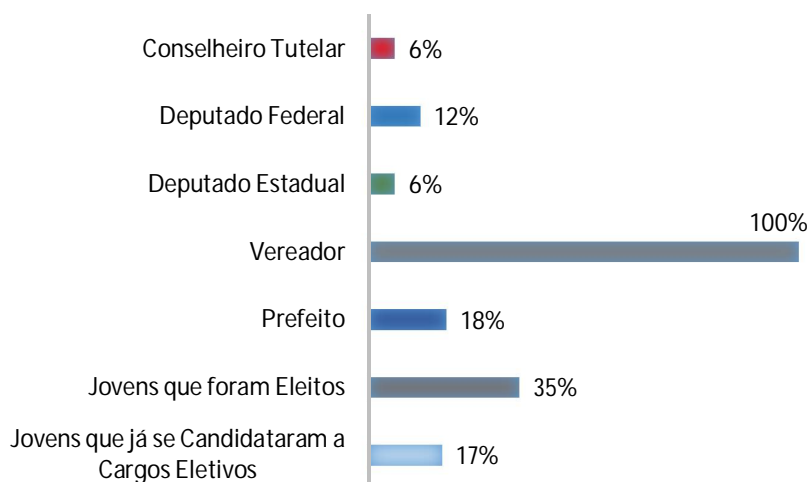
Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS  
\*Questão de múltipla escolha.

O **Gráfico 5.54** mostra a proporção de jovens que já teve a experiência de lançar candidatura – 17% da amostra. A vereança é o primeiro passo dado por aqueles que almejam construir uma carreira pública, ou seja, todos aqueles que se candidataram a algum cargo eletivo o fizeram para vereador. Depois, alguns poucos pleitearam a vaga de prefeito, deputado federal e estadual e conselheiro tutelar, não ultrapassando a marca dos 17% em cada uma dessas posições. Entre os que ousaram encarar uma disputa eleitoral, 35% conseguiu se eleger, um total de seis jovens. Quando questionados se há apoio dos partidos aos jovens que anseiam disputar uma vaga no Executivo e no Legislativo, a maioria entende que sim [54%], como se pode observar no **Gráfico 5.55**. As percepções praticamente se dividem quanto à vontade do próprio filiado em lançar-se candidato.

---

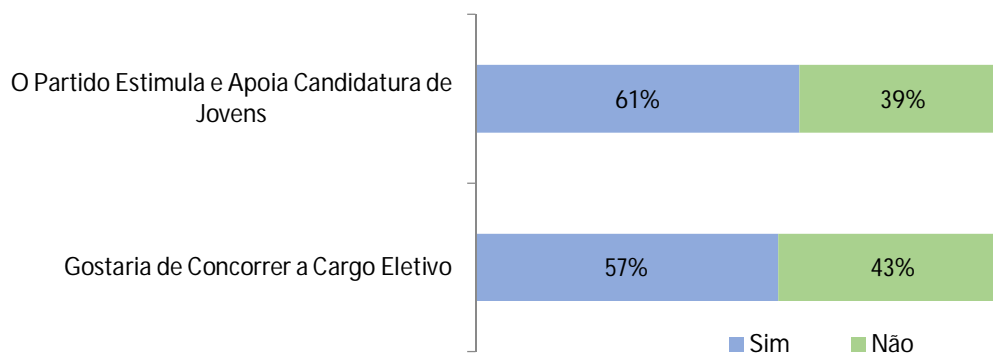
mostra que os jovens respondem afirmativamente a questão e as jovens, negativamente. O teste da variável *Partido* por *Gostaria de ocupar posições na direção da juventude organizada* também resultou em associação entre PSDB e DEM e a afirmação positiva e entre PMDB e o desinteresse por tal espaço de participação.

**GRÁFICO 5.54. Jovens Filiados que se Candidataram e Cargos Pleiteados**



Fonte: Survey Recrutamento Partidário de Jovens no RS  
\*Questão de múltipla escolha.

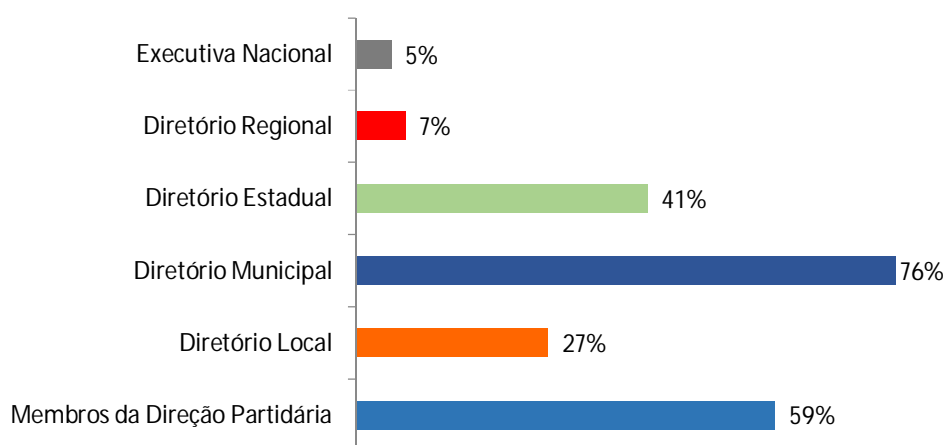
**GRÁFICO 5.55. Apoio Partidário às Candidaturas de Jovens e sua Ambição Eletiva**



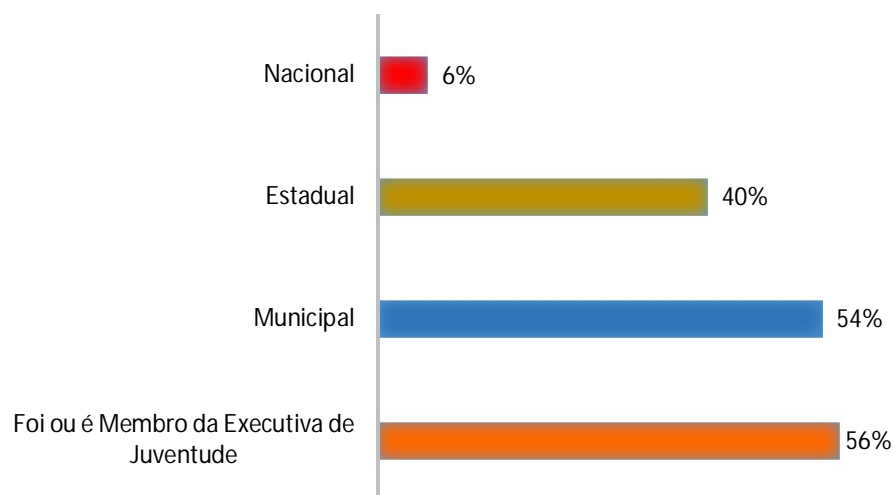
Sobre a seleção dos jovens para cargos de direção e os diretórios partidários, o **Gráfico 5.56** mostra que aproximadamente 2/3 dos entrevistados exercem a função de dirigentes dos seus partidos. Destes, a maioria atua no nível municipal [76%], e outra parcela importante no nível estadual e local [41% e 27%]. Apenas 5% tem alguma projeção nacional no seu partido. No plano do órgão de juventude, as proporções de membros que já compuseram sua Executiva são semelhantes às da variável anterior – já teve a atribuição de dirigente 56% da amostra. A atuação por nível organizacional também segue o mesmo padrão, concentra-se nos municípios e no estado [54% e 40%], e é reduzida no nível nacional [6%]. Esses dados estão no **Gráfico 5.57**.

As posições mais desempenhadas no órgão de juventude estão detalhadas no **Gráfico 5.58**. As mais comuns são as de Presidente e Secretário [19%], Vice-Presidente [17%] e Secretário-Geral [16%]. Em relação aos cargos que os jovens da amostra ocupam, o **Gráfico 5.59** mostra que mais da metade é assessor parlamentar [55%] e quase a mesma proporção é tem cargo em comissão [47%]. Destaca-se também que 10% tem mandato de vereador e 13% é liberado para cuidar somente de assuntos do partido – é, portanto, um militante profissional.

**GRÁFICO 5.56.**  
**Proporção de Jovens que Atuam na Direção Partidária (Questão de Múltipla Escolha)**

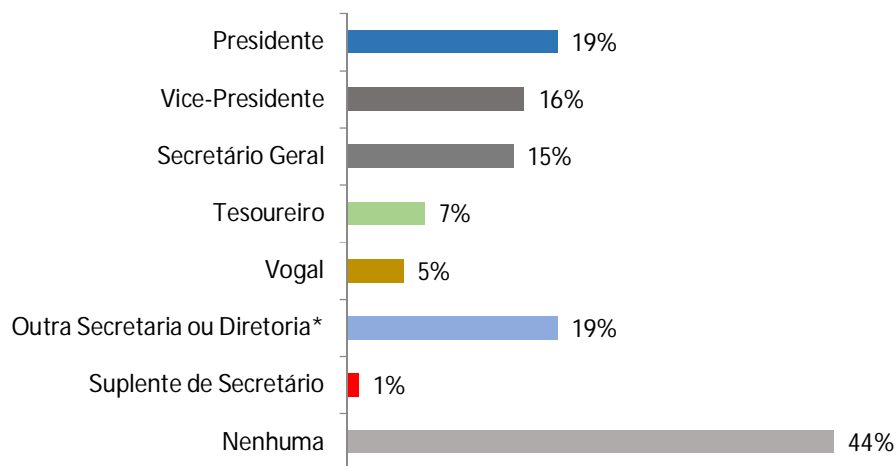


**GRÁFICO 5.57. Proporção de Jovens que foram ou são Membros da Executiva da Juventude Partidária e sua Distribuição pelas Instâncias Organizacionais**



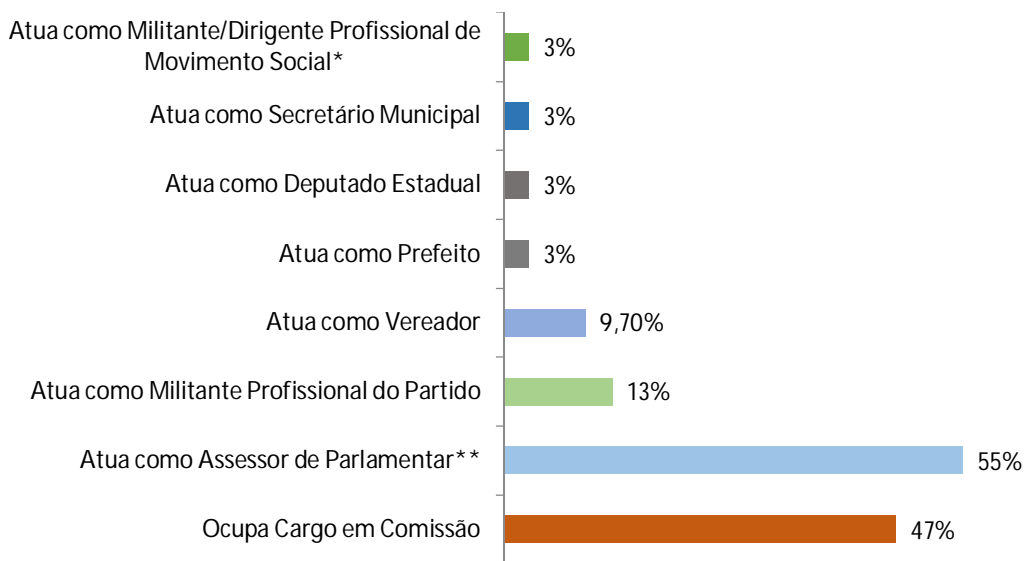
\*Foram apresentadas somente as porcentagens daqueles que responderam afirmativamente à questão.

**GRÁFICO 5.58. Distribuição dos Jovens que Ocuparam ou Ocupam Posição na Executiva de Juventude, de Acordo com o Cargo**



\* Movimento Estudantil, Comunicação, etc.

**GRÁFICO 5.59. Distribuição dos Jovens que Atuam na Burocracia Partidária, dentro e fora da Organização**



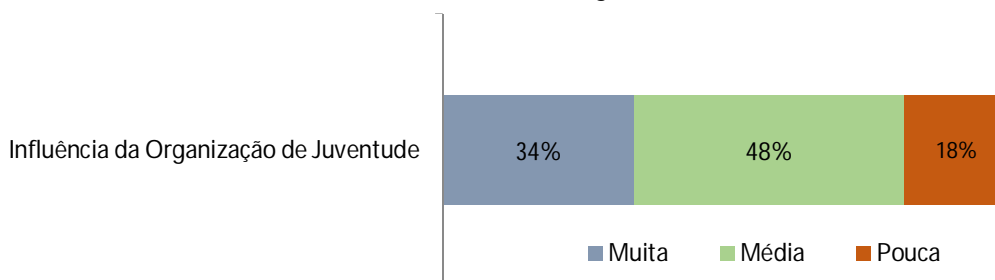
**Nota Explicativa:** \* Movimento sindical, popular, sem terra, etc.; \*\* vereador, deputado e senador.

Com esse elevado grau de seleção de jovens para postos partidários, era de se esperar que, no geral, os entrevistados considerassem que o setor de juventude de suas organizações tenha um peso relevante na estrutura de suas legendas. De fato, como mostram os dados do **Gráfico 5.60**, 34% afirmam que a juventude organizada tem elevado nível de influência dentro da organização. A maior parte [48%] consideram que

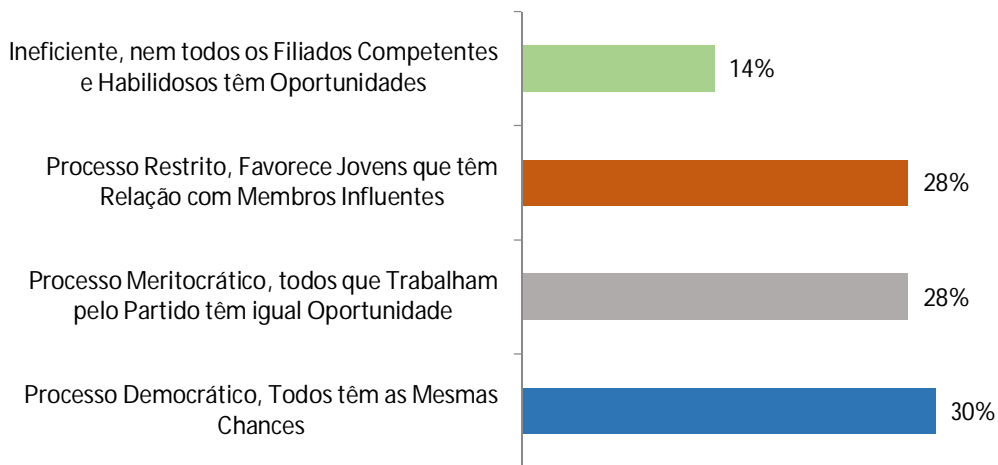
essa influência é mediana. Dessas informações, podemos inferir que a militância no setor de juventude tem a sua marca na trajetória da formação de um quadro, que percebe ter por seu intermédio algum poder de interferir na dinâmica organizacional e de galgar posições dentro do partido.

Essa percepção perpassa a própria avaliação que os jovens entrevistados fazem acerca da última etapa do processo de recrutamento partidário, a seleção. Como se pode observar no **Gráfico 5.61**, as opiniões são distribuídas paritariamente – 30% consideram a seleção um processo aberto, democrático, com oportunidades semelhantes a todos; para 28%, ele é eficiente, pois acreditam que àqueles cujo trabalho se mostra relevante são dadas oportunidades de ocupar posições; porcentagem idêntica, porém, considera que a seleção é uma etapa restrita a alguns jovens que têm relações com pessoas influentes no partido. Menos recorrentes são as percepções de que as oportunidades não se abrem a todos os militantes que demonstram competência no desempenho das suas tarefas partidárias.

**GRÁFICO 5.60. Importância da Organização de Juventude no Processo de Seleção Partidária, Segundo os Jovens Filiados**

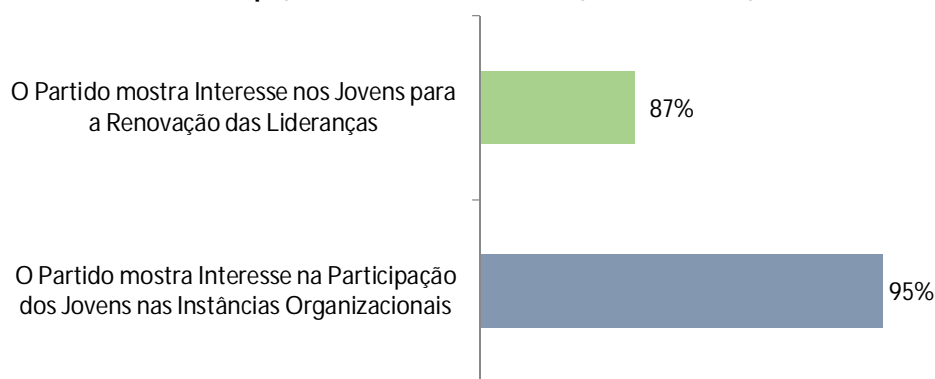


**GRÁFICO 5.61. Avaliação sobre o Processo de Seleção Partidária dos Jovens Filiados**

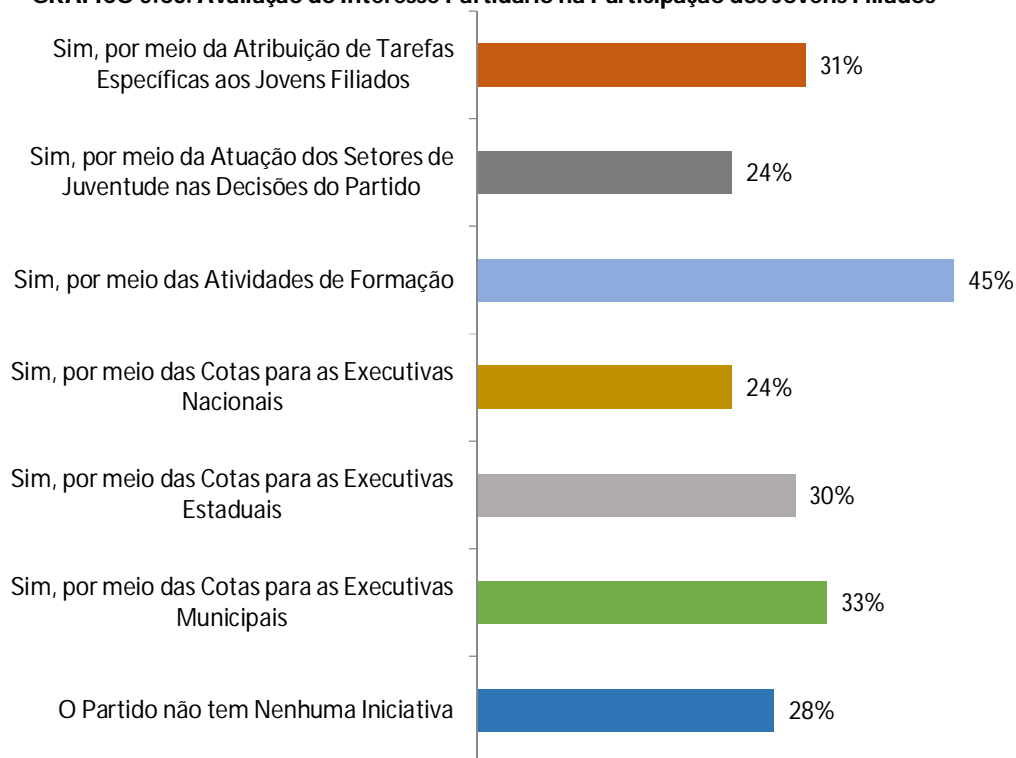


Finalmente, a maioria é otimista em avaliar que os partidos concebem o setor de juventude como órgão fundamental para a renovação de lideranças [87%], conforme o **Gráfico 5.62**. Ademais, 95% acredita que o partido tem interesse na inclusão da juventude nas suas instâncias organizacionais do partido. De fato, os jovens reconhecem algumas iniciativas do partido que refletem o investimento na juventude. A principal é a promoção de atividades de formação – 45% as entende dessa maneira. 1/3 dos respondentes menciona a atribuição de tarefas específicas aos jovens e 1/3 faz alusão às cotas para jovens nas Executivas Estaduais e Municipais. Outra terça parte não identifica ações para ampliar a participação do jovem na agremiação. Essas informações estão no **Gráfico 5.63**.

**GRÁFICO 5.62. Avaliação do Interesse do Partido na Participação dos Jovens e na Renovação das Lideranças**



**GRÁFICO 5.63. Avaliação do Interesse Partidário na Participação dos Jovens Filiados**



Nesse sentido, detecta-se que as iniciativas mencionadas assumem quatro feições: 1) tem um caráter de estudo e debates de conteúdo de modo a preparar o jovem para a participação; 2) atribui-se a eles tarefas partidárias; 3) o incentivo a inserção de jovens limita-se à existência do segmento de juventude; e 4) estimula a ocupação do jovem em posições nas executivas e, portanto, a participação efetiva em processos decisórios do partido.





## **5. FILIAÇÃO, FORMAÇÃO E SELEÇÃO PARTIDÁRIA: ALGUMAS TENDÊNCIAS**

Com base na percepção dos jovens filiados, o enquadramento da tipologia proposta neste trabalho permite destacar algumas tendências por agremiação partidária. Embora as variáveis disponíveis no inquérito ofereçam um panorama limitado sobre as formas de Atração de Novos Membros, considerando-se a pergunta que dimensionou a iniciativa e as motivações do jovem para seu ingresso na sigla, podemos observar a manifestação de interesses programáticos – em todos os partidos, a identificação com o programa, a vontade de ser politicamente ativo conduz esses jovens à militância partidária. O PDT destoa um pouco, por também aglutinar adesões resultantes da atuação do partido na tentativa de captar membros afinados com o programa partidário, uma recepção-por-convicção.

De todo modo, se muda o ator proativo no processo de filiação, permanece a motivação programática. Não obstante, interesses pragmáticos tanto do filiado [Democratas] como do partido [PCdoB] também foram encontrados. Como esses partidos contribuem com poucos casos à amostra, temos que ter cautela em relação a esses resultados, cujo aprofundamento exigem um levantamento de dados mais amplo e focado. Quase um terço da amostra declarou ter se aproximado do partido em virtude de terem amigos já filiados. Isso sugere que há uma incidência maior de filiação por *recepção*, principalmente no PP e no PSDB. O **Quadro 5.1** resume essa classificação.



**Quadro 5.1. Formas de atração de novos membros predominante por partido**

Formas	Partidos
Captação-por-Cooptação	 PCdoB
Captação-por-Convicção	 PDT
Recepção-por-Associação	 DEM
Recepção-por-Identificação	 PDT PCdoB PT PMDB PSDB PP DEM

Fonte: Elaboração própria com base na percepção de jovens filiados

Já no que se refere à modalidade de recrutamento, entre os maiores partidos, predomina a modalidade *fechada* de incorporação de jovens – PDT, PSDB, PMDB, PP. No caso do PMDB, convivem paritariamente recrutamentos *abertos* e *fechados*. A estas características soma-se o fato de que a metade dos entrevistados declararam ter tido experiência prévia de engajamento político em organizações sociais. Ainda assim, todos os partidos oferecem atividades de formação e há um engajamento elevado desses jovens filiados seja nas atividades formativas seja nas tarefas cotidianas. Em partidos de direita, as atividades de formação costumam ser mais pragmáticas, voltadas à preparação dos jovens para as campanhas; em partidos de esquerda, essas atividades são mais doutrinárias, concentrando-se em questões de direito e cidadania. Sendo presentes práticas de doutrinação e atuação partidária, há fortes indícios de que é possível encontrarmos algum predomínio do *recrutamento extensivo* na amostra. O **Quadro 5.2** ilustra essa classificação.

Apesar da relação do jovem com o partido inicialmente ser mediada pelo parentesco com algum militante, à juventude partidária são oferecidas atividades de formação. Há indicativos de que debates são frequentes, sobretudo em contextos eleitorais, mas há também debates sobre temas relativos à conjuntura política e social.







**QUADRO 5.2. Modalidade de recrutamento predominante por partido [2014]**

<b>Aberta</b>					
<b>Fechada</b>					

Fonte: Elaboração própria com base na percepção de jovens filiados

No plano das tarefas concretas, os dados mostraram que, embora exista uma parcela de filiados jovens não engajados nas atividades cotidianas do partido, a proporção daqueles que se envolvem com as demandas cotidianas do partido é expressiva e predominante. Além disso, uma proporção elevada desses jovens é selecionada para atuar em funções específicas da organização interna dos partidos, em assessoria de mandatos e em cargos em comissão na administração pública. Assim conformam-se processos de recrutamento que tendem a assumir uma dinâmica *extensiva* em todos os partidos, como ilustra o **Quadro 5.3**.

**Quadro 5.3 Tipo de recrutamento de jovens predominante por partido [2014]**

<b>Extensiva</b>							
<b>Intensiva</b>							

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas com lideranças jovens

De certo modo, esses dados vão de encontro ao ceticismo de algumas interpretações acadêmicas e da opinião pública em relação à capacidade dos partidos em continuar a formar e a manter base de militantes, especialmente a sua capacidade de encantar jovens quanto às suas bandeiras e estratégias de ação. A expectativa inicial de que recrutamentos *intensivos* seriam os mais recorrentes não se confirmou no caso dos jovens. Os partidos podem adotar essa modalidade de recrutamento para a filiação de pessoas mais maduras, visando às candidaturas e ao aumento das bancadas ou de sua base,

mas, no caso dos jovens, o *recrutamento extensivo* é o caminho mais comum. Mesmo sendo irregular a formação, e pouco consistente algumas vezes, ainda assim os partidos investem nessas atividades. Foi o que pudemos observar na análise dos partidos selecionados no Rio Grande do Sul – Muitos jovens reclamam da carência de momentos de formação, de espaços para discussão, de maior abertura para sua interferência na vida partidária, contudo, os dados mostram que não é desprezível a oferta dessas oportunidades; inclusive, isso se reflete na seleção de parcela expressiva desses jovens para cargos dentro ou fora do partido.

Sendo assim, o exame das opiniões da amostra de filiados jovens gaúchos reúne indícios de que o recrutamento partidário para este público tem mais consistência do que se poderia supor se simplesmente seguíssemos as impressões correntes sobre o funcionamento interno dos partidos brasileiros. Em linhas gerais, os dados revelam o predomínio do tipo *fechado* de recrutamento, aparentemente associado a um perfil socioeconômico relativamente homogêneo. Pelo menos, é o que se pode depreender da caracterização da amostra e das análises de cruzamentos dessas variáveis com as relativas à dinâmica do recrutamento. Não obstante, as condições socioeconômicas têm associações eventuais e pouco expressivas no processo de filiação, formação e seleção, e não justificam o investimento em análises de correlação para busca de diferenças entre segmentos desta amostra. O tipo de filiação mais frequente é por *captação*, ou seja, por meio da atuação proativa dos partidos. As subcategorias mais recorrentes são os recrutamentos por *cooptação* e por *convicção*, revelando que parte considerável dos jovens é atraída pelos programas dos partidos. Finalmente, a modalidade prevalente de recrutamento é a *extensiva*, pois os jovens, em geral, são submetidos à formação política e, diversos deles, são selecionados para posições partidárias.

## **6. Análise Comparativa do Material Empírico**

O Referencial empírico deste trabalho contemplou três tipos de dados – documental, valendo-se de estatutos partidários, entrevistas em profundidade com lideranças de juventude e opinião de jovens filiados. O **Quadro 5.4** apresenta um comparativo das sínteses extraídas de cada base de informações. Algumas diferenças são expressivas. Os processos de filiação originam-se da proatividade dos partidos, sugerem os estatutos e as entrevistas, predominando os interesses pragmáticos dessas instituições. Já a percepção

da base jovem é que eles próprios tiveram a iniciativa da filiação, motivados pelo compartilhamento das bandeiras partidárias.

Os *recrutamentos fechados* são verificados em todos os dados levantados. Quanto à estratégia, os estatutos são pouco específicos ao relacionar filiação, formação e seleção, antevendo um panorama de *recrutamentos intensivos*. Entretanto, as entrevistas e os dados de opinião complementaram satisfatoriamente o conteúdo dos estatutos e revelaram nitidamente a existência de *recrutamentos extensivos*, ainda que a etapa de formação nem sempre tenha a consistência esperada para a formação de quadros.








**QUADRO 5.4. Comparação das Categorias Manifestas na Triangulação dos Dados**

	<b>Estatutos</b>	<b>Entrevistas</b>	<b>Survey</b>
Modalidades de Filiação	Captação por Cooptação e convicção	Captação por Cooptação	Associação por Identificação
Formas de Recrutamento	Fechada	Fechada e Aberta	Fechada
Tipos de Recrutamento	Intensiva	Extensiva	Extensiva

Quando analisamos os tipos de adesão mais recorrentes por partido, no **Quadro 5.5**, os estatutos não nos oferecem nuances significativas para uma comparação. Para tanto, as entrevistas em profundidade é o melhor material – pela análise das declarações dos dirigentes de juventude, temos a percepção de que o PSDB e o PMDB têm processos semelhantes de filiação, de acordo com os tipos *captação-por-cooptação* ou *recepção-por-associação*. No Democratas, predominam as filiações do tipo *captação-por-cooptação*. Os demais partidos são singulares, pois agregam diferentes formas de atração de jovens para suas fileiras. As lideranças que mais mencionam dinâmicas diferenciadas de adesão são as do PCdoB.

Já os filiados da maioria dos partidos [DEM, PP, PSDB, PMDB, PT] avaliam o seu ingresso nos partidos como o resultado da iniciativa deles próprios, motivado por questões programáticas. Entre os respondentes do PDT e PCdoB, filiações por *captação* foram mais mencionadas – no primeiro caso, por *convicção*, e, no segundo, por *cooptação*.

**QUADRO 5.5. Modalidades de Filiação Predominantes nos Partidos**

	<b>Estatutos</b>	<b>Entrevistas</b>	<b>Pesquisa de Opinião</b>
 DEM	Captação-por-Cooptação e por Convicção	Captação-por-Cooptação	Recepção por Associação e por Identificação
 PP	Captação-por-Cooptação e por Convicção	Captação-por-Cooptação Captação por convicção	Recepção por Identificação
 PSDB	Captação-por-Cooptação e por Convicção	Captação-por-Cooptação Recepção por Associação	Recepção por Identificação
 PMDB	Captação-por-Cooptação e por Convicção	Captação-por-Cooptação Recepção por Associação	Recepção por Identificação
 PDT	Captação-por-Cooptação e por Convicção	Captação-por-Cooptação Recepção por Identificação	Captação por convicção
 PT	Captação-por-Cooptação e por Convicção	Captação por convicção Recepção por Identificação	Recepção por Identificação
 PCdoB	Captação-por-Cooptação e por Convicção	Captação-por-Cooptação e por Convicção Recepção por Identificação	Captação-por-Cooptação

Assim como observado nas tendências gerais do recrutamento, também por partido os estatutos levam à interpretação de que encontraremos *recrutamentos fechados* em todos os casos, já que eles não definem especificamente o perfil de filiado que interessa à agremiação. As entrevistas confirmam essa impressão no caso do PP; No PMDB e PDT convivem as formas *aberta* e *fechada* de recrutamento. Os dados do survey com os filiados, por sua vez, revelam importantes variações entre partidos – a maioria dos filiados do DEM, PMDB e PCdoB afirmam que não têm parentes no partido, enquanto os Progressistas, Tucanos, Trabalhistas e Petistas têm, em maior volume, parentes no partido. O **Quadro 5.6** apresenta essa classificação.

QUADRO 5.6. Formas de Recrutamento Predominante nos Partido

	Estatutos	Entrevistas	Pesquisa de Opinião
 DEM	Fechado	Fechado	Aberto
 PP	Fechado	Aberta/Fechado	Fechado
 PSDB	Fechado	Fechado	Fechado
 PMDB	Fechado	Fechado/ Aberto	Aberto
 PDT	Fechado	Fechado/ Aberto	Fechado
 PT	Fechado	Aberto	Fechado
 PCdoB	Fechado	Aberto	Aberto

Por fim, vimos que em todos os partidos as etapas do recrutamento são tratadas autonomamente pelos estatutos, o que apontava para cenários de *recrutamentos intensivos*. Nas entrevistas, isso se confirmou nas experiências do PSDB, PDT e PT, mas não se verificou nos casos do DEM, PP, PMDB e PCdoB. Por outro ângulo, os filiados jovens percebem a sua trajetória no partido segundo uma dinâmica de *recrutamento extensiva*, contrariando, assim, as perspectivas apreendidas nos estatutos e na fala de alguns dirigentes de juventude, conforme mostra o **Quadro 5.7**.

**Quadro 5.7. Tipo de Recrutamento Partidário de Jovens Predominante nos Partidos**

	<b>Estatutos</b>	<b>Entrevistas</b>	<b>Pesquisa de Opinião</b>
 Democratas DEM	Intensivo	Extensivo	Extensivo
 Partido Progressista PP	Intensivo	Extensivo	Extensivo
 PSDB	Intensivo	Intensivo	Extensivo
 PMDB	Intensivo	Extensivo	Extensivo
 PDT	Intensivo	Intensivo	Extensivo
 PT	Intensivo	Intensivo	Extensivo
 PCdoB	Intensivo	Extensivo	Extensivo

## Conclusão

A perspectiva mais difundida na literatura, tratada aqui como uma hipótese a ser confrontada com dados, dá a entender que os partidos políticos brasileiros são despreocupados com o recrutamento integral ou extensivo de jovens. Os dados analisados nesta tese refutam qualquer posição peremptória em relação a esse ponto. Embora restrito a um conjunto de partidos selecionados no estado do Rio Grande do Sul, este estudo mostrou que há uma surpreendente dinâmica de recrutamento partidário de jovens, contemplando sua formação e sua seleção. De modo geral, os partidos são proativos em atrair jovens. Isso decorre principalmente da atuação dos seus membros no sentido de integrar conhecidos, amigos, colegas dispostos à atividade política ou que comungam da visão política do partido. Há interesse dos partidos em filiar determinados perfis de jovens – busca-se atrair aqueles jovens dotados de habilidades para a liderança e capacidade de defender os posicionamentos partidários.

A filiação, normalmente, é resultado de uma aproximação anterior entre militantes e jovens que mostram predisposição para atuação política – nesses casos, a filiação partidária é um desdobramento de um engajamento social. As entrevistas em profundidade e até mesmo os estatutos mostram o quanto os partidos, pela atuação dos seus correligionários, garantem a renovação das suas bases. De fato, a filiação parece ser iniciativa do jovem que aproxima do partido devido à influência de algum militante, conhecido ou parente. Uma vez no partido, esse jovem encontra atividades de formação, envolve-se com tarefas partidárias, encontros, congressos, debates, etc. Alguns desses jovens são selecionados para atuar em cargos de assessoria parlamentar, na direção partidária, muitas vezes no próprio setor de juventude, e alguns deles se candidatam a cargos eletivos, principalmente para vereador. Destes, há alguns que chegam a ser eleitos e, assim, começam sua carreira política em cargos representativos na faixa dos 22 a 30 anos.

Em síntese, segundo os critérios da tipologia adotada neste trabalho, temos o predomínio de adesões de jovens por *captação*, motivados por interesses programáticos (*convicção*). Esses são incorporados aos partidos por *modalidades fechadas* e trilham um



processo de *recrutamento extensivo* no interior das organizações. Parcela importante deles almeja construir uma carreira político-partidária desde os segmentos de juventude; outros já alcançaram cargos eletivos, diretivos e em comissão.

Em alguns casos, verificou-se vínculos entre o preparo doutrinário e instituições políticas internacionais, este é um ponto a ser melhor explorado, a fim de acompanhar a atual formação de quadros. Ainda parece fundamental conhecer, sob perspectiva comparada, as trajetórias de militantes, identificar as concepções de juventude que orientam as direções partidárias, captar o alcance das intervenções dos segmentos de juventudes nas agremiações partidárias, para traçarmos as intersecções entre os anseios de jovens dispostos à atuação política e o espaço real para a participação. Investigar tais tendências é central para o desenho de ações de aproximação partidos políticos com a juventude, bem como investir em renovação de lideranças para o regime democrático.

Assim sendo, esta tese procurou contribuir em três aspectos. O primeiro, empírico, consistiu na realização de estudo que se concentrou num problema até o momento não investigado pelos especialistas – o recrutamento partidário de jovens. Mais do que isso, este estudo analisou esse recrutamento de maneira mais alargada, envolvendo a filiação e a formação política de novos quadros no interior das organizações partidárias. Outra contribuição empírica foi o levantamento de dados primários, geralmente bastante difíceis de serem acessados e organizados. Os dados primários foram de natureza qualitativa – entrevistas em profundidade com as lideranças jovens dos partidos – e quantitativa – survey por quotas com os jovens filiados. Necessariamente, este estudo assume um caráter mais exploratório, uma vez que se tratou da primeira incursão nesse campo de investigação.

A segunda contribuição deste estudo é teórica, relativa à proposição de uma definição conceitual mais abrangente de recrutamento partidário. Conforme já destacado, a literatura canônica concentrou-se apenas na etapa final do processo de recrutamento, ou seja, a seleção de candidatos a cargos eletivos. Estes estudos seguiram basicamente três linhas: as carreiras políticas, a importância dos partidos para a escolha dos candidatos e o perfil socioeconômico de lideranças eleitas e legislaturas. Inclusive, no caso brasileiro, estudos dos processos de aproximação dos membros das organizações partidárias, que podem resultar em filiação e formação/treinamento de novas lideranças, ficaram relegadas ao segundo plano. Portanto, um dos desafios empreendidos foi delinear uma concepção de recrutamento que envolvesse seus três momentos: filiação, formação e

seleção. Essa definição conceitual pode ser operacionalizada em estudos posteriores, inclusive de lideranças já adultas, de modo a traçar suas trajetórias de maneira retrospectiva.

A terceira contribuição deste estudo é metodológica e consistiu na proposição de um modelo tipológico que abarca as etapas do recrutamento partidário por meio de categorias apriorísticas que permitem seu enquadramento analítico para cotejamentos comparativos e classificatórios. Assim, o modelo proposto para análise de recrutamento partidário contemplou as tipificações da filiação, mostrando que ela pode se dar de forma aberta ou fechada, pela atuação proativa ou reativa dos partidos; que pode contemplar a formação da liderança ou evitar essa etapa; que pode envolver interesses conjunturais ou programáticos e doutrinários, tanto dos partidos como dos novos filiados. Com isso, a expectativa é de que esse modelo possa contribuir com o debate acadêmico ao dar início à definição de algumas categorias analíticas que permitem identificar as estratégias partidárias de recrutamento, assim como as modalidades e formas de filiação. oportunidade de conhecer melhor as possibilidades de atuação político-partidária deste público, bem como as suas expectativas quanto a este universo.

Em princípio, esse modelo pode ser aplicado na análise de outros tipos de recrutamento, para além do partidário. Pode ser aperfeiçoado, ajustado, ampliado conforme as especificidades do objeto e o confronto com novos dados. É um ponto de partida para futuras análises que tiverem como objetivo o enquadramento sistemático do fenômeno antes da observação, mas cuja observação pode auxiliar em seus ajustamentos. Inclusive, a articulação da definição conceitual com o modelo tipológico aqui propostos também podem ser utilizadas tanto em estudos subsequentes sobre o recrutamento partidário como em investigações futuras de outros tipos de recrutamento político.

## BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA, Gladys Lucia. Jóvenes en la política partidaria. Una aproximación a las organizaciones de juventud, vinculadas a los partidos políticos en Colombia. **Anagramas: Rumbos y sentidos de la comunicación**, v. 9, n. 19, p. 51-68, 2011.
- ALDRICH, John. **Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America**. Chicago: Chicago University Press, 1995.
- ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil, **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. pp. 237-263.
- ALMOND, Gabriel A. **The Appeals of Communism**. Princeton University Press, 1954.
- ALMOND, Gabriel A. and COLEMAN, James S. (Eds.). **The Politics of the Developing Areas**. Princeton University Press, 1960.
- ALTMAN, David; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Assessing the Quality of Democracy: Freedom, Competitiveness and Participation in Eighteen Latin American Countries. **Democratization, Coventry**, v. 9, n. 2, p. 85-100, 2002.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002. **Trabalho apresentado**, n. 50, p. 26-29, 2006.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Formação de elites e seleção de candidaturas: o 'jardim secreto' da elaboração das listas partidárias. **Caxambu: Paper no XXXI Encontro Anual da ANPOCS**, 2007.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia Política**, n. 24, p. 193-215, 2005.
- ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 2, p. 23, 2009.
- ARAÚJO, C. & Alves, J.E.D., 2007. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, 50(3), pp. 535±577.
- ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira; BORGES, Doriam. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o "gênero" das candidaturas em 2010. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 69-91, 2013.

- ARAÚJO, Paulo Magalhães. Recrutamento Parlamentar para o Senado e o Perfil dos Senadores Brasileiros, 1989-2006. **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 2, 2012.
- ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; SILVA, Rafael Silveira. Agenda holders and political careers. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10, p. 285-311, 2013.
- ARIAS-CARDONA, Ana María; ALVARADO, Sara Victoria. Jóvenes y política: de la participación formal a la movilización informal. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 13, n. 2, p. 581-594, 2015.
- BAILEY, Kenneth D. **Typologies and taxonomies: an introduction to classification techniques**. Sage, 1994.
- BARBER, James D. *The Lawmakers: Recruitment and Adaptation to Legislation*. **Yale Studies in Political Science**, v. 11, New Haven: Yale University Press, 1965.
- BELCHIOR, Ana Maria. Democracia nos Partidos Políticos Portugueses uma análise do eleitorado, dos programas e dos estatutos dos partidos. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 58, 2008, pp. 131-15.
- BERELSON, Bernard. R., LAZARFELD, Paul. F. and MCPHEE, William. N. **Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign**. Chicago: Chicago University Press, 1954.
- BIEZEN, Ingrid V; PENNING, Paul. **Political Parties In New Democracies: party organization in Southern and East-Central Europe**. 2004.
- BIEZEN, Ingrid V; KOPECKÝ, Petr. The state and the parties public funding, public regulation and rent-seeking in contemporary democracies. **Party Politics**, v. 13, n. 2, p. 235-254, 2007.
- BIEZEN, Ingrid V.; POGUNTKE, Thomas. The decline of membership-based politics. **Party Politics**, v. 20, n. 2, p. 205-216, 2014.
- \_\_\_\_\_. Going, Going, Gone? The Decline of Party Membership in Contemporary Europe, **European Journal of Political Research**, 51, pp. 24---56, 2012.
- BLACK, Gordon S. A theory of political ambition: Career choices and the role of structural incentives. **American Political Science Review**, v. 66, n. 01, p. 144-159, 1972.
- BLYTH, Mark; KATZ, Richard. From catch-all politics to cartelisation: the political economy of the cartel party. **West European Politics**, v. 28, n. 1, p. 33-60, 2005.
- BOLOGNESI, Bruno. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 45, 2013.

- BOLOGNESI, Bruno. Determinantes da seleção de candidatos. In: CODATO, A., COSTA, L., MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira**: estudos da ciência política. Novas Edições Acadêmicas. 2015.
- BOLOGNESI, Bruno; MEDEIROS, Pedro. As motivações no recrutamento político no Brasil. In: CODATO, A., COSTA, L., MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira**: estudos da ciência política. Novas Edições Acadêmicas. 2015.
- BOWKER, Geoffrey C.; STAR, Susan Leigh. **Sorting things out: Classification and its consequences**. MIT press, 2000.
- BRAGA, Maria do S S.; VEIGA, Luciana F. e MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à câmara dos deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 123-142, 2006.
- BRAGA, Maria do S S; AMARAL, Oswaldo E do. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 33, 2013.
- BRAGA, Maria. S. e BOLOGNESI, Bruno.. Dimensões do Processo de Seleção da Classe Política Brasileira: Autopercepções dos Candidatos à Câmara dos Deputados nas Eleições de 2010; In: MARENCO, A. (Org.). **Os Eleitos: Representação e Carreiras Políticas em Democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2013.
- BRUTER, Michael HARRISON, Sarah. **The Future of Our Democracies: Young Party Members in Europe**. London: Palgrave Macmillan, 2009.
- BURKE, Edmund. **The Writings and Speeches: Party, Parliament, and the American Crisis 1766-1774**. Vol. II. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- CALIARI, Hingrid. Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira. Dissertação de mestrado. 2009. 195f. (**Mestre em Política Social**) Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2009.
- CAMP, Roderic. **Political Recruitment across Two Centuries: Mexico 1884-1991**. Austin: University of Texas Press, 1995.
- CAMP, R. Political Recruitment, Governance, and Leadership in Mexico: How Democracy has made a Difference. PM Siavelis, & S. Morgenstern, **Pathways to Power**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, University Park, PA, 2008.
- CASTRO, Lúcia Rabello DE. Participação política e juventude. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 253, 2008.

- CERVI, Emerson U.; COSTA, Luiz D.; CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. Dinheiro, profissão e partido nas eleições legislativas. In: CODATO, A., COSTA, L., MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira**: estudos da ciência política. Novas Edições Acadêmicas. 2015.
- CHANDRA, Charu; TUMANYAN, Armen. Supply chain system taxonomy: A framework and methodology. **Human Systems Management**, v. 24, n. 4, p. 245-258, 2005.
- CLARKE, Kevin A.; PRIMO, David M. Modernizing political science: A model-based approach. **Perspectives on Politics**, v. 5, n. 04, p. 741-753, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A model discipline: Political science and the logic of representations**. Oxford University Press, 2012.
- COLLIER, David; LAPORTE, Jody; SEAWRIGHT, Jason. Putting typologies to work concept formation, measurement, and analytic rigor. **Political Research Quarterly**, v. 65, n. 1, p. 217-232, 2012.
- COSTA, Luiz D.; CODATO, Adriano, Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um Perfil dos Senadores da República. **Os Eleitos**: Representação e Carreiras Políticas em Democracias. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2013.
- COSTA, Paulo Roberto Neves; COSTA, Luiz Domingos; NUNES, Wellington. Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 14, p. 227, 2014.
- CODATO, Adriano; COSTA, Luiz D. Introdução. In: CODATO, A., COSTA, L., MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira**: estudos da ciência política. Novas Edições Acadêmicas. 2015.
- CODATO, Adriano; COSTA, Luiz D., MASSINO, Lucas. Classificando ocupações prévias à política. In: CODATO, A., COSTA, L., MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira**: estudos da ciência política. Novas Edições Acadêmicas. 2015.
- CODATO, Adriano; CERVI, Emerson U.; PERISSINOTTO, Renato. Quem se elege prefeito no Brasil?. Onde estão os trabalhadores nos partidos brasileiros?. In: CODATO, A., COSTA, L., MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira**: estudos da ciência política. Novas Edições Acadêmicas. 2015.

- COSTA, Luiz D.; CODATO, Adriano, Profissionalização ou popularização da classe política brasileira?. In: CODATO, A., COSTA, L., MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira: estudos da ciência política**. Novas Edições Acadêmicas. 2015.
- COSTA, Luiz D.; COSTA, Paulo R. N.; NUNES, Wellington. Os empresários no Senado. In: CODATO, A., COSTA, L., MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira: estudos da ciência política**. Novas Edições Acadêmicas. 2015.
- COSTA, Luiz D.; BOLOGNESI, Bruno, CODATO, Adriano. O recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento brasileiro. In: CODATO, A., COSTA, L., MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira: estudos da ciência política**. Novas Edições Acadêmicas. 2015a.
- COSTA, Luiz D.; BOLOGNESI, Bruno, CODATO, Adriano. Onde estão os trabalhadores nos partidos brasileiros?. In: CODATO, A., COSTA, L., MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira: estudos da ciência política**. Novas Edições Acadêmicas. 2015b.
- CORADINI, Odacir Luiz. **Em nome de quem?: recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Relume Dumará, 2001.
- CORADINI, Luiz O. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, n. 28, p. 181-203, p. 2007.
- CROSS, William. Party Leadership Selection and Intra-Party Democracy; In: CROSS, W. and KATZ, R. (Eds.), **The Challenges of Intra-Party Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- CROSS, William; YOUNG, Lisa. Factors Influencing the Decision of the Young Politically Engaged To Join a Political Party An Investigation of the Canadian Case. **Party Politics**, v. 14, n. 3, p. 345-369, 2008.
- CROTTY, William J. A perspective for the comparative analysis of political parties. **Comparative Political Studies**, v. 3, n. 3, p. 267, 1970.
- CUNHA, Patrícia RC; DELLA ROCHA, Camila Rodrigues. O alistamento eleitoral juvenil: reflexões sobre comportamento político e comportamento eleitoral da juventude no Rio Grande do Sul/Brasil. *Revista Debates*, v. 8, n. 2, p. 39-58, 2014.
- CURTICE, John; SPARROW, Nick. How accurate are traditional quota opinion polls?. **Journal of the Market Research Society**, v. 39, n. 3, p. 433-449, 1997.
- CURWIN, Jon. and SLATER, Roger.. **Quantitative Mehtods for Business Decision**. London: Cengage Learning,1991.

- CZUDNOWSKI, Moshe M. Political Recruitment; In: GREENSTEIN, F. and POLSBY, N. (Eds.), **Handbook of Political Science: Micropolitical Theory**. Mass.: Addison-Wesley.1975
- DAHL, Robert. **A preface to democracy**. Chicago: U of Chicago P, 1956.
- \_\_\_\_\_. **A. Who Governs? Democracy and Power in an American City**. New Haven: Yale University Press, 1961.
- \_\_\_\_\_. Uma Crítica do Modelo de Elite Dirigente; In: AMORIM, M. S. (Org.), **Sociologia Política II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 90-100.
- \_\_\_\_\_. **A prelude to corporate reform**. Business and Society Review, v. 1, n. 1, p. 17-23, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.
- DALTON, Russel.. **Citizen Politics**. Washington: Congressional Quarterly Press.2005.
- DALTON, Russel and WATTENBERG, Martin P.. **Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Societies**. Oxford: Oxford University Press. 2002.
- DELWIT, Pascal.. **Still in Decline? Party Membership in Europe**; In: Van Haute, E. (Ed.), **Party Membership in Europe: Exploration into the Anthills of Party Politics**. Bruxelles: Université de Bruxelles. 2011.
- DIERMEIR, Daniel. and KREHBIEL, Keith. Institutionalism as Methodology. **Journal of Theoretical Politics**, n. 15/02, p. 123-144, 2003.
- DIAMOND, Larry; GUNTHER, Richard. **Political parties and democracy**. JHU Press, 2001.
- DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The Quality of Democracy. An Overview. **Journal of Democracy**, Washington, v. 15, n. 4, p. 20-31, oct. 2004.
- DOTY, D. Harold; GLICK, William H. Typologies as a unique form of theory building: Toward improved understanding and modeling. **Academy of management review**, v. 19, n. 2, p. 230-251, 1994.
- DOWNS, Anthony . **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- DUVERGER, Maurice . **Les Partis Politique**. Paris: Armand Colin, 1951.
- EASTON, David. The Current Meaning of 'Behavioralism' in Political Science; In: CHARLESWORTH, J. (Ed.), **The Limits of Behavioralism in Political Science**.



- Philadelphia: The American Academy of Political and Social Science, 1962, p. 1-25.
- \_\_\_\_\_. Political Science in the United States: Past and Present. **International Political Science Review**, n. 100/04, p. 487-492, 1985.
- EPSTEIN, Leon D. **Political parties in Western democracies**. Transaction Publishers, 1980.
- EULAU, Heinz; CZUDNOWSKI, Moshe M. **Elite recruitment in democratic polities: comparative studies across nations**. Sage Publications; New York: distributed by Halsted Press, 1976.
- EULAU, Heinz and SPRAGUE, John D. **Lawyers in Politics: A Study in Professional Convergence**. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1964.
- FARR, James. Remembering the Revolution: Behavioralism in American Political Science; In: FARR, J.; DRYZEK, J. and LEONARD, S. (Eds.). **Political Science in History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 431-445.
- FERREIRA, Pedro R B. As juventudes partidárias são uma escola?. **Dissertação**. Universidade de Aveiro. 2012.
- FLEISCHER, David Verge. O pluripartidarismo no Brasil: dimensões socioeconômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946---1967. **Revista de Ciência Política**, v. 24, n. 1, p. 49---75, 1981.
- FOWLER, Linda L. **Candidates, Congress, and the American Democracy**. University of Michigan Press, 1993.
- FOWLER, Linda L.; MCCLURE, Robert D. **Political ambition: Who decides to run for Congress**. Yale University Press, 1990.
- FOX, Richard L., LAWLESS, Jennifer L.. Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 129-163.
- FREIRE, André; MATOS, Tito e SOUSA, Vanessa A. de. **Recrutamento Parlamentar: Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura**. Relatório do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), Lisboa, 2001.
- FREY, Frederick W. **The Turkish Political Elite**. Cambridge: M.I.T. Press, 1966.
- GALLAGHER, Michael; MARSH, Michael. **Candidate selection in comparative perspective**. Sage, 1988.

- GAUJA, Anika. **The politics of party policy: From members to legislators**. Springer, 2013.
- GOSNELL, Harold F. **Negro Politicians: The Rise of Negro Politics in Chicago**. University of Chicago Press, 1935.
- \_\_\_\_\_. **Machine Politics: Chicago Model**. Chicago: University of Chicago Press, 1937.
- GREGORY, Shirley. The nature of theory in information systems. **MIS quarterly**, p. 611-642, 2006.
- GRILL, Igor. As Fronteiras Móveis da “oligarquia” e a “elite política” maranhense. In: MARENCO (Org.). **Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2013.
- GUNTER, Richard. and DIAMOND, Larry.. Types and Functions of Parties; In: GUNTHER, R. and DIAMOND, L. (Eds.), **Political Parties and Democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2001.
- GUNTHER, Richard.; MONTERO, José Ramón. and LINZ, Juan.. **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. Oxford: Oxford University Press. 2002.
- GUTIERREZ, Cláudio Augusto Silva. Juventud y participación ciudadana. **Revista Debates**, v. 8, n. 2, p. 103-118.
- HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary. As três Versões do Neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, pp. 193-223, 2003.
- HANSEN, M.; HURWITZ, W. and MADOW, W. **Sample Survey Methods and Theory**. New York: John Wiley and Sons, 1966.
- HEMPEL, Carl G. **Explanation in Science and History**; In: COLODNY, R. (Ed.), **Frontiers of Science and Philosophy**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1962.
- HEMPEL, Carl G.; OPPENHEIM, Paul. Studies in the Logic of Explanation. **Philosophy of science**, v. 15, n. 2, p. 135-175, 1948.
- HAZAN, Reuven. Candidate Selection; In: LEDUC. L., NIEMI, R. and NORRIS, P. (eds.), **Comparing Democracies**. Thousand Oaks: Sage, 2002, p. 107-133.
- HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven. Informal institutions and comparative politics: A research agenda. **Perspectives on politics**, v. 2, n. 04, p. 725-740, 2004.
- HEMPEL, Carl G. Fundamentals of concept formation in empirical science. (Int. **Encyclopedia Unified Science**, Vol. II. No. 7). 1952a.

- HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind; STOUTHUYSEN, Patrick. Head Start in Politics The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium (Flanders). **Party Politics**, v. 10, n. 2, p. 193-212, 2004.
- IMMERGUT, Ellen. The Theoretical Core of the New Institutionalism. **Politics and Society**, n. 26/01, 1998, p. 05-34.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ESTATÍSTICAS; INSTITUTO POLIS. **Juventude Brasileira e Democracia**: participação, esferas e políticas públicas, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ESTATÍSTICAS; INSTITUTO POLIS. **Pesquisa sobre Juventudes no Brasil**. IBASE/POLIS, 2008. Disponível em: <<http://www.juventudesulamericana.org.br/index.php/pesquisas/34-juventude-sulamericana/109-juventudes-sul-americanas-dialogos-para-a-construcao-da-democracia-regional>> Acesso em: 16 mar.2011.
- INSTITUTO DATA FOLHA. **Juventude Brasileira**. In: Consórcio de Informações Sociais, 2008. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>. Acesso em: 18mar.2008.
- JACOB, Elin K. **Classification and categorization**: a difference that makes a difference. 2004.
- JANOWITZ, Morris. The Systematic Analysis of Political Biography. **World Politics**, v. 6, p. 405-412, 1954.
- KATZ, Richard S. The problem of candidate selection and models of party democracy. **Party politics**, v. 7, n. 3, p. 277-296, 2001.
- KATZ, R. et al. The Membership of Political Parties in European Democracies (1960-1990), **European Journal of Political Research**, 22/03, pp. 329-345, 1992.
- Party Organizations**: A Data Handbook on Party Organizations in Western Democracies (1960-1990). London: Sage, 1992.
- \_\_\_\_\_. The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. **American Review of Politics**, n.14, p. 593-617, 1993.
- \_\_\_\_\_. **How parties organize**: change and adaptation in party organizations in Western democracies. Sage, 1994.
- \_\_\_\_\_. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, n. 01/01, p. 5-28, 1995.
- \_\_\_\_\_. Cadre, catch-all or cartel? A rejoinder. **Party Politics**, v. 2, n. 4, p. 525-534, 1996.

- \_\_\_\_\_. The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies; In: GUNTHER, R; MONTERO, J. and LINZ, J. (Eds.). **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 113-135.
- \_\_\_\_\_. The Cartel Party Thesis: A Restatement, **Perspectives on Politics**, 07/04, pp. 753-766, 2009.
- \_\_\_\_\_. Parties, Interest Groups and Cartels: A Comment, **Party Politics**, 18/01, pp. 107-111, 2012.
- KELLER, Suzanne. **Beyond the Ruling Class: Strategic Elites in Modern Society**. New York: Random House, 1963.
- KISH, L.. **Survey Sampling**. New York: John Wiley and Sons, 1965.
- KIRCHHEIMER, Otto. The waning of opposition in parliamentary regimes. **Social Research**, p. 127-156, 1957.
- KIRCHHEIMER, Otto et al. The transformation of the Western European party systems. **Political parties and political development**, v. 177200, 1966.
- KIRSCHELT, Herbert .Citizen, Politicians, and Party Cartelization, **European Journal of Political Research**, 37/02, pp. 149-179, 2000.
- KÖLLN, Ann-Kristin. Party membership in Europe Testing party-level explanations of decline. **Party Politics**, p. 1354068814550432, 2014.
- KOOLE, Ruud. Cadre, catch-all or cartel? A comment on the notion of the cartel party. **Party Politics**, v. 2, n. 4, p. 507-523, 1996.
- KOPECKY, P.. Developing Party Organizations in East---Central Europe: What Type of Party is Likely to Emerge?, **Party Politics**, 01/04, pp. 515---534, 1995.
- KROUWEL, André. Otto Kirchheimer and the catch-all party. **West European Politics**, v. 26, n. 2, p. 23-40, 2003.
- \_\_\_\_\_. Party Models; In: KATZ, R. and CROTTY, W. (Eds.), **Handbook of Party Politics**. London: Sage, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Party Transformations in European Democracies**. New York: State University of New York Press, 2012.
- KUHN, Thomas . **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

- LANE, Robert. **Political Life: Why People Get Involved in Politics.** Glencoe: Free Press, 1959.
- LAVE, Charles A.; MARCH, James G. **An introduction to models in the social sciences.** University Press of America, 1993.
- LASWELL, Harold. **Psychopathology and Politics.** New York: Viking Press, 1930.
- LASWELL, Harold. **Politics: Who gets What, When, How.** New York: Wittlesey House, 1936.
- LAWSON, K.. **Political Parties and Linkage: A Comparative Perspective.** New Haven: Yale University Press, 1980.
- LAZARSFELD, Paul. F.; BERELSON, Bernard and GAUDET, Hazel. **The People's Choice.** New York: Columbia University Pres, 1944.
- LAZARSFELD, Paul. F.; BERELSON, Bernard and McPHEE, William. **Voting.** Chicago: University of Chicago Press, 1954.
- LAZARSFELD, Paul. F.; BERELSON, Bernard and GAUDET, Hazel. **The peoples's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign.** 3<sup>a</sup> ed. New York: Columbia University Press, 1969.
- LDRICH, John. **Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America.** Chicago: Chicago University Press, 1995.
- LEISERSON, Avery. **Parties and Politics: An Institutional and Behavioral Approach.** New York: Knopf, 1958.
- LEWIS, Paul. **Political parties in post-communist Eastern Europe.** Routledge, 2000.
- LIJPHART, Arend. **Patterns of democracy: Government forms and performance in thirty-six democracies.** 1999.
- LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LIPSET, Samuel. M. **O Homem Político.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LOVE, J. (1982). **A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1890---1937).** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LOVE, Joseph. and BARICKMAN, Bert J.. Regional Elites; In: CONNIFF, M. and McCANN, F. (Eds.), **Modern Brazil: Elites and Masses in Historical Perspective.** Nebraska: University of Nebraska Press, 1991, pp. 03---22.
- LOWI, Theodore J. **At the Pleasure of the Mayor.** New York: Free Press, 1964.

- MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Mercado Aberto, 2001.
- MAIR, Peter. **Party System Change: Approaches and Interpretations**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- MAIR, Peter. **Democracy Beyond Parties**, e-Scholarship Respository, Paper 05'06, Center for the Study of Democracy, University of California, Irvine, 2005 online <http://repositories.cdlib.org/csd/05-06>.
- \_\_\_\_\_. Ruling the Void: The Hollowing of Western Democracy, **New Left Review**, 42, pp. 25-51, 2006.
- MAIR, Peter; BIEZEN V, Ingrid. Party membership in twenty European democracies, 1980-2000. **Party Politics**, v. 7, n. 1, p. 5-21, 2001.
- MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Governo Representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29/04, p. 05-34, 1995.
- MARCH, J. and OLSEN, J. Elaborating the New Institutionalism. In: RHODES, A.; BINDER, S. and ROCKMAN, B. (Eds.), **Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 3-20.
- MARCH, James e OLSEN, Joan. Neo-institucionalismo: Fatores Organizacionais na Vida Política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 16/31, p. 121-142, 2008.
- MARENCO, A. O que Podemos Explicar Estudando Carreiras Políticas?, In: MARENCO, A. (Org.). **Os Eleitos: Representação e Carreiras Políticas em Democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2013.
- \_\_\_\_\_. Still a Traditional Political Class? Patterns of Parliamentary Recruitment in Brazil, **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, 30/60, 2005, p. 13-40.
- \_\_\_\_\_. Le Renouveau Politique: Carrières Politiques et Liens de Parti au Brésil (1946-2002), **Politique et Sociétés**, 23/02, 2002, p. 109-133.
- \_\_\_\_\_. Nas Fronteiras do Campo Político: Raposas e Outsiders no Congresso Nacional, **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, 33, 1997, p. 87-101.
- MARENCO, André e SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 22/64, 2007, p. 93-113.
- MARRADI, Alberto. Classification, typology, taxonomy. **Quality & Quantity**, v. 24, n. 2, p. 129-157, 1990.

- MARTZ, John D. Political parties and candidate selection in Venezuela and Colombia. **Political Science Quarterly**, v. 114, n. 4, p. 639-659, 1999.
- MARVICK, Dwaine. Political and Careers. In: Sills, D. (Ed.), **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: MacMillan, p. 1968.
- MATTHEWS, Donald.. Legislative Recruitment and Legislative Carrers; In: LOEWENBERG, G., PATTERSON, S. and JEWELL, M. (eds.), **Handbook of Legislative Reserach**. Cambridge: Harvard Univesity Press. 1985
- MAY, John D. Opinion structure of political parties: the special law of curvilinear disparity. **Political studies**, v. 21, n. 2, p. 135-151, 1973.
- MACPHERSON, C. B. **A Democracia Liberal: Origens e Evolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- McCLELLAND, David. **The Achieving Society**. Princeton: Van Nostrand, 1961.
- MCKINNEY, John C. **Constructive typology and social theory**. Ardent Media, 1966.
- MEYER, Ron. **Mapping the Mind of the Strategist: A quantitative methodology for measuring the strategic beliefs of executives**. 2007.
- MEZEY, Michael L. **Comparative legislatures**. Duke Univ Pr, 1979.
- MICELI, Sergio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. **História geral da civilização brasileira**, v. 3, p. 557, 1981.
- MICHELS, Robert. **Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna**. Lisboa: Antígona, 2001(1911 ed. original/2001).
- MILBRATH, Lester. **The Washington Lobbyists**. Chicago: Rand McNally, 1963.
- MILLS, C. Wright. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1956.
- MORENO, Verónica Díaz. Los jóvenes y sus nuevas formas de participación: más allá de los partidos políticos. **Temas para el debate**, n. 138, p. 49-51, 2006.
- MORIN, Edgar. **On complexity**. Hampton Press (NJ), 2008.
- MORLINO, Leonardo. MICELI, Sergio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. **História geral da civilização brasileira**, v. 3, p. 557, 1981. **Democracy between consolidation and crisis: parties, groups, and citizens in Southern Europe**. Oxford University Press, 1998.
- MOSCA, Gaetano. **The Ruling Class**, ed. Arthur Livingston. 1939 (1ª ed 1896).

- MOSCA, Gaetano. **La Clase Política**. México DC: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- MÜLLER, Gustavo. Comissões e Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: Um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. **Revista DADOS**, v. 48, n. 1, pp. 371-394, 2005.
- NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Os " doutores" da federação. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 41, p. 171, 2012.
- NOWOTNY, Helga. The use of typological procedures in qualitative macrosociological studies. **Quality and Quantity**, v. 5, n. 1, p. 3-37, 1971.
- NORRIS, P. et. al. Party Selectorates in Australia, Britain and Canada: Prolegomena for Research in the 1990s, **The Journal of Commonwealth and Comparative Politics**, 1990, 28, pp. 219-245.
- NORRIS, Pippa. Legislative Recruitment; In: LEDUC, N. and NORRIS, P. (eds.). **Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective**. London: Sage, 1996, p..
- \_\_\_\_\_. Introduction: Theories of Recruitment; In: NORRIS, P. (ed.), **Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies**. New York: Cambridge University Press, 1997, p. .
- \_\_\_\_\_. Young people & political activism: from the politics of loyalties to the politics of choice? **COUNCIL OF EUROPE**. 2004.
- \_\_\_\_\_. The impact of electoral reform on women's representation. **Acta política**, v. 41, n. 2, p. 197-213, 2006.
- OLIVEIRA, Patrícia; VARGAS, Carlos. Manda quem pode: a elite governante da cultura em Portugal (1976-2011). **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 47-70.
- OSTROGORSKI, Mosei. **Democracy and the Organization of Political Parties**. New York: Transaction Publishers, 1981.
- OSTROGORSKI, Moisei. **Democracy and the organization of political parties**. Macmillan, 1902.
- PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partidos**. Madri: Fundo de Cultura Económica, 1992.
- PARETO, Vilfredo. **The mind and society**. Рипол Классик, 1935(1ªed 1916)..
- PARETO, Vilfredo. **Pareto** - Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1984.



- PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- PATTERSON, Samuel C.; LOEWENBERG, Gerhard. Comparing legislatures. **Boston: Little, Brown**, 1979
- PENNINGS, Paul; HAZAN, Reuven Y. Democratizing candidate selection causes and consequences. **Party Politics**, v. 7, n. 3, p. 267-275, 2001.
- PERES, Paulo. Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 23/68, p. 53-72, 2008.
- PERES, Paulo. Revisitando a Teoria Geral dos Partidos de Maurice Duverger. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** – Anpocs, n. 68/2, p. 17-58, 2009.
- PERISSINOTTO, Renato M. e MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **Revista DADOS**, v. 52, n. 2, p. 301-303, 2009.
- PERISSINOTTO, Renato M. e BOLOGNESI, Bruno. O recrutamento político no PT e no PFL paranaense nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. **Revista Mediações**, v. 14, n. 1, p. 143-169, 2009.
- PERISSINOTTO, Renato; BOLOGNESI, Bruno. Sucesso eleitoral nas disputas para a Câmara dos Deputados. In: CODATO, A., COSTA, L., MASSINO, L. **Retratos da Classe Política Brasileira**: estudos da ciência política. Novas Edições Acadêmicas. 2015.
- PETERS, Guy. **Institutional Theory in Political Science: The New Institutionalism**. London: Continuum 1999.
- POPPER, Karl R. The logic of scientific discovery. **London: Hutchinson**, 1959.
- POWER, Timothy J., MOCHEL, Marília G. Political Recruitment in an Executive-Centric System: Presidents, Governors, and Ministers in Brazil. In: Siavelis, P., Morgenstern, S. (Eds), **Pathways to Power: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America**. Penn State University Press, 2008, p. 218-240.
- PREWITT, Kenneth. **The Recruitment of Political Leaders: A Study of Citizen-Politicians** (Indianapolis: Bobbs-Merrill Company Inc). 1970.
- RAHAT, Gideon; HAZAN, Reuven Y. Candidate selection methods an analytical framework. **Party Politics**, v. 7, n. 3, p. 297-322, 2001.
- RANDALL, Vicky; SVÅSAND, Lars. Party institutionalization in new democracies. **Party politics**, v. 8, n. 1, p. 5-29, 2002.

- RANNEY, A.. Candidate Selection; In: BUTLER, D; PENNIMAN, H. and RANNEY, A. (Eds.), **Democracy at the Polls: A Comparative Study of Competitive National Elections**. Washington: American Enterprise Institute for Public Research. 1981
- \_\_\_\_\_. **Pathways to Parliament: Candidate Selection in Britain**. Madison: The University of Wisconsin Press. 1965
- REIS, Eliana. Apropriações da gramática democrática, perfis militantes e concepções de gestão pública (RS e MA). In: MARENCO (Org.). **Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2013.
- RIKER, William. The Ferment of the 1950s and the Development of Rational Choice Theory; In: MOROE, Kristen (Ed.). **Contemporary Empirical Political Theory**. Berkeley: University of California Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. Political Science and Rational Choice. In: ALT, J., SHEPSLE, K. (Eds.). **Perspectives on Positive Political Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 1963-1982.
- RODRIGUES, Leôncio M. Partidos, **Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias da Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Políticos do Brasil: Uma Investigação sobre o Patrimônio Declarado e a Ascensão daqueles que Exercem o Poder**. São Paulo: Publifolha, 2006.
- ROHDE, David W. Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 209-236.
- SAÉZ, Manuel A & FREIDENBERG, Flávia. Partidos políticos na América Latina. **Opinião Pública**. Vol. VIII. Nº2. Campinas, 2002.
- SALTER, John T. (Ed.). **The American Politician**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1938.
- SAMUELS, David. Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate Centric Electoral Systems. **Comparative Political Studies**, n. 32/ 4, p. 487-518, 1999.
- \_\_\_\_\_. Political Ambition, Candidate Recruitment, and Legislative Politics in Brazil, In: SIAVELIS, Peter. and MORGENSTERN, Scott. (Eds.), **Pathways to Power: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2008, p. 76-91.
- SAWICKI, Frederic. Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias. In: MARENCO (Org.). **Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2013.

- SCARROW, S. Parties Without Members? Party Organization in a Changing Electoral Environment; In: DALTON, R. and WATTENBERG, M. (Eds.), **Parties Without Partisans: Political Changing in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Parties and their Members**. Oxford: Oxford University Press. 1996.
- SCARROW, Suzand. and GEZGOR, Burcu. Declining Membership, Changing Members? European Political Party Members in a New Era, **Party Politics**, 16/06, pp. 823---843.
- SCARROW, Susan. **Beyond Party Members Changing Approaches to Partisan Mobilization**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- SCHATTSCHEIDER, Elmer. **Party Government**. New York: Holt, Rinehart and Wiston, 1942.
- SCHLESINGER, Arthur M. **Age of Roosevelt: Vol. 1: The Crisis of the Old Order, 1919-1933**. publisher not identified, 1957.
- \_\_\_\_\_. **Political Parties and the Winning of Office**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Ambition and politics: Political careers in the United States**. 1966.
- SCHUMPETER, Joseph A. Irving Fisher's econometrics. **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, p. 219-231, 1948.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961
- SELIGMAN, Lester G. **Recruiting political elites**. General Learning Press, 1971.
- SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence S.; COOK, Stuart Wellford. **Research methods in social relations**. Holt, Rinehart and Winston, 1976.
- SERNA, Miguel. Espaço social, capital político y poder en Uruguay. In: MARENCO (Org.). **Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2013.
- SHEPSLE, Kenneth A. Rational choice institutionalism. **The Oxford handbook of political institutions**, p. 23-38, 2006.
- SHEPSLE, Kenneth. Rational Choice Institutionalism; In: RHODES, A.; BINDER, S. and ROCKMAN, B. (Eds.), **Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

- SIAVELIS, Peter. The hidden logic of candidate selection for Chilean parliamentary elections. **Comparative Politics**, p. 419-438, 2002.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Corpo e Alma do Brasil, 1973.
- SOKAL, Robert R.; SNEATH, P. H. {Numerical taxonomy}. 1963.
- SPECK, Bruno Wilhelm. Political ambition and the spoils of victory: An exploratory analysis of party membership in Brazil. In: **ECPR Joint Sessions of Workshops, Salamanca**. 2014.
- SPOSITO, Marília. Estado da Arte sobre juventude: uma introdução. In: SPOSITO, M. P. (coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, v. 2, 2009, p.11-15.
- SIAVELIS, Peter and MORGENSTERN, Scott. Political Recruitmen and Candidate Selection in Latin America: A Framework for Analysis; In: SIAVELIS, P. and MORGENSTERN, S. (Eds.), **Pathways to Power: Political Recruitment and Candidate Selection in LatinAmerica**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2008.
- SLOAM, James. Rejuvenating democracy? Young people and the ‘Big Society’ Project. **Parliamentary Affairs**, p. gsr051, 2011.
- \_\_\_\_\_. New voice, less equal the civic and political engagement of young people in the United States and Europe. **Comparative Political Studies**, v. 47, n. 5, p. 663-688, 2014.
- SNEATH, Peter HA et al. **Numerical taxonomy. The principles and practice of numerical classification**. 1973.
- TELLES, Helcimara de S; DIAS, Mariana. Conduas políticas, valores e voto dos eleitores jovens de Belo Horizonte. **Revista do legislativo, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**, n. 43, p. 82-103, 2011.
- TIRYAKIAN, Edward A. Typologies. **International encyclopedia of the social sciences**, v. 16, p. 177-186, 1968.
- UNZUÉ, Martín. A universidade na trajetória dos parlamentares brasileiros. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 13-46, 2012.
- VAN HAUTE, E. (2011). “Party Membership: An Understudied Mode of Political Participation; In: Van Haute, E. (Ed.), **Party Membership in Europe: Explorations into the Antihills of Party Politics**. Bruxelles: Université de Bruxelles.

- WARE, Alan. **Political parties and party systems**. Vol. 9. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1992 (1919 ed. original/1992).
- WEBB, P.; FARREL, D. and HOLLIDAY, I. **Political Parties in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press. 2002.
- VAN HAUTE, Emilie. **Party Membership in Europe: Exploration into the anthills of party politics**. Editions de l'Université de Bruxelles, 2011.
- VALE, Hélder F do. Reinventando governos locais durante a democratização: dinâmicas políticas e a criação de novos municípios no Brasil e na África do Sul. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 265-302.
- VIOLA, Solón Eduardo Annes; PIRES, Thiago Vieira. Os difíceis ecos dos direitos humanos: participação e cultura entre as gerações. **Revista Debates**, v. 8, n. 2, p. 83-102, 2014.
- WHITELEY, Paul F Is the Party Over? The Decline of Party Activism and Membership Across the Democratic World, **Party Politics**, 17/01, pp. 21---44, 2011.
- WHITELEY, Paul F.; SEYD, Patrick. The dynamics of party activism in Britain: A spiral of demobilization?. **British Journal of Political Science**, v. 28, n. 01, p. 113-137, 1998.
- ZITKOSKI, Jaime José; HAMMES, Lúcio Jorge. Juventude, educação e cidadania: os desafios da participação social e política. **Revista Debates**, v. 8, n. 2, p. 119-139, 2014.

# Anexo 1

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

### **Informações Gerais**

- Idade
- Área de formação ou profissão
- Há quanto tempo você é filiado ao partido? Desde qual idade?
- Município de filiação
- Este é o primeiro partido em que você é filiado?
- A idade da sua primeira filiação

### **Adesão**

- Tem familiares filiados neste partido ou em outro? Grau Parentesco?
- Como se deu a sua aproximação com o partido?
- O que motivou a filiação partidária?
- Qual foi a primeira atividade que você participou no seu atual partido?
- Você participou ou participa de outra organização social não partidária?
- Esta organização motivou a sua filiação? Tinham membros do partido nesta organização?

### Sobre o movimento de juventude

- História do setor de juventude
- Existe alguma campanha do partido para a filiação de jovens? Qual?
- Existem outros métodos utilizados para atrair jovens para o partido?
- Quando um jovem começa a participar da vida partidária, quais as atividades ele começa a se envolver normalmente?
- O seu partido tem envolvimento com o movimento estudantil secundarista e universitário, bem como outros espaços de participação (sindicato, associação de moradores etc.)?

### **Formação política**

- O partido oferece formação específica aos jovens?
- E quais as atividades são mais comuns de formação política? Com que frequência? Em que nível (municípios, estado, nacional)

- As formações são só teóricas ou podem ser atividades práticas também?
- A fundação do seu partido promove atividades de formação?
- Quais são as temáticas abordadas nos cursos de formação?
- Tais temáticas e abordagens são adequadas ao público jovem? Quais seriam as temáticas mais importantes para a juventude?
- Na sua avaliação, as formações tem impacto na militância do jovem?
- No seu caso específico, as formações contribuíram para sua educação política?

### **Participação Partidária**

- Os jovens fazem parte somente do setor de juventude ou participam de outros movimentos também? Quais são os outros movimentos?
- As atividades que os jovens participam, no partido, são as mesmas dos militantes de outras faixas etárias ou há atividades mais comuns da militância dos jovens? (Reuniões, envolvimento com mandatos, atos, debates etc.)
- Qual é o foco de atuação do setor de juventude?
- O partido tem mais de um grupo ou tendência. O setor de juventude reflete a composição partidária?
- Tem diferença como cada grupo incorpora, forma e direciona os jovens (ocupar cargos, candidatar-se).
- A atuação do jovem é mais concentrada nos *grupos* ou no *movimento de juventude*?
- Você pertence a alguma tendência ou grupo? Isso se reflete no setor de juventude por ser presidente?
- Os setores de juventude têm poder sobre as decisões mais importantes do partido?
- Na sua avaliação, há diferenças entre partidos grandes e pequenos quanto à participação de jovens.
- Na sua avaliação, há diferenças quanto à participação das juventudes partidárias no interior e na capital.

### **Seleção**

- Os jovens compõem as executivas do partido nos municípios e no estado?
- Existem jovens ocupando cargos eletivos de importância nacional, estadual ou municipal? Quais cargos?
- O partido estimula e apoia candidaturas jovens? De que forma?

- Existem jovens ocupando cargos burocráticos no partido ou na administração pública (cargo em comissão)
- Você identifica entraves à ocupação dos jovens nas instâncias partidárias, candidaturas e cargos na burocracia do Estado?

**Para finalizar**

- Como você avalia a renovação de lideranças políticas no Rio Grande do Sul? O seu partido e os partidos, em geral, investem na atração de membros jovens para compor e renovar os seus quadros?



## Anexo 2

### QUESTIONÁRIO

Prezado/a(s) Jovens,

Este questionário integra a Pesquisa uma pesquisa de Tese de Doutorado, intitulada Recrutamento Partidário de Jovens no Rio Grande do Sul, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientada pelo Prof. Dr. Paulo Peres. De modo geral, busca-se compreender as modalidades de adesão de jovens aos partidos e os mecanismos destinados à sua formação política e à sua participação no interior da organização, tendo como referência as respostas de vocês às questões que seguem. Asseguro que as respostas às questões são anônimas e confidenciais.

Assim, desde já, agradeço-lhes pela inestimável contribuição à pesquisa e ao melhor conhecimento sobre um aspecto fundamental da democracia brasileira.

Amanda Machado

Pesquisadora do CNPq e Doutoranda do PPG/Ciência Política – UFRGS

#### Identificação

- 1 Município de filiação**  
1 Porto Alegre 2 Outro. Qual \_\_\_\_\_
- 2 Qual é a idade da sua primeira filiação**  
\_\_\_\_\_
- 3 Qual é a sua idade atual?** \_\_\_\_\_
- 4 Sexo:** 1 Masculino 2 Feminino
- 5 A qual partido você é filiado atualmente ?**  
1 ( ) DEM 2 ( ) PP 3 ( ) PSDB 4 ( ) PMDB  
5 ( ) PT 6 ( ) PC do B 7 ( ) PDT
- 3 ( ) Procurou o partido porque tem amigos militantes nele.
- 4 ( ) Desejo de conhecer pessoas politicamente ativas.
- 5 ( ) Desejo de ser politicamente ativo.
- 6 ( ) Teve contato com membros do partido ao participar do movimento estudantil e decidiu filiar-se.
- 7 ( ) Teve contato com membros do partido ao participar de movimentos sindicais, comunitários ou outros.
- 8 ( ) Influência de familiares que também fazem parte do partido.
- 9 ( ) Um amigo convidou para participar de uma atividade do partido e isso estimulou você a se filiar.
- 10 ( ) Viu uma campanha de filiação do partido e procurou o diretório municipal para se filiar.
- 11 ( ) Queria influenciar a escolha de candidatos
- 12 ( ) A perspectiva de seguir carreira política (concorrer a algum cargo política)
- 13 ( ) A possibilidade de ocupar um Cargo em Comissão.
- 14 ( ) \_\_\_\_\_) Outro motivo? \_\_\_\_\_

#### Adesão

- 6 Primeiramente, nós gostaríamos de saber se este é o primeiro partido em que você é filiado?**  
1 ( ) Sim 2 ( ) Não  
**6.1 Se não, qual o partido da primeira filiação?**  
\_\_\_\_\_
- 7 Você mesmo teve a iniciativa de procurar o seu atual partido ou foi o partido que lhe atraiu com alguma iniciativa?**  
1 ( ) Tomei a iniciativa 2 ( ) Fui atraído pelo partido
- 8 Qual foi a primeira atividade que você participou no seu atual partido?**  
1 ( ) Plenária  
2 ( ) Palestra  
3 ( ) Ato partidário  
4 ( ) Manifestação  
5 ( ) Campanha eleitoral de candidatos  
6 ( ) Festa, jantares, almoços etc.  
7 ( ) Outras. Qual? \_\_\_\_\_
- 9 E quais foram os principais motivos de ter se aproximado do partido em que você é filiado hoje (múltipla escolha)**  
1 ( ) Identificação com o programa e ideais do partido.  
2 ( ) Ajudar financeiramente o partido.
- 10.1 No caso de você ter se aproximado do partido por alguma campanha, especifique o tipo:**  
1 ( ) Campanha de rua  
2 ( ) televisão  
3 ( ) rádio  
4 ( ) Internet  
5 ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_
- 10.2 No caso de você ter familiares também filiados ao partido, especifique o grau de parentesco.**  
1 ( ) pai/ mãe/ padrasto/ madrastra

- 2 ( ) irmão/irmã
- 3 ( ) primo/prima
- 4 ( ) tio/tia
- 5 ( ) sogro/ sogra
- 6 ( ) Avô/ Avó
- 7 ( ) Cunhado/ Cunhada
- 8 ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**11 Você participou ou participa de outra organização social não partidária?**

- 1 ( ) Sim 2 ( ) Não

**11.1 Se sim, especifique o tipo:**

- 1 ( ) grêmios estudantis, diretórios acadêmicos, associação ou união estudantil
- 2 ( ) sindicato de trabalhadores
- 3 ( ) sindicatos patronais
- 4 ( ) movimento social
- 5 ( ) organização não-governamental
- 6 ( ) outro. Qual?

**11.2 Quais foram os anos da sua participação dessa organização?**

\_\_\_\_\_

**11.3 Nesta época, você já era filiado ou mantinha contato com membros do partido que veio a filiar-se?**

- 1 ( ) Sim 2 ( ) Não

**Formação Partidária**

**12 Sobre a formação partidária, no seu partido atual, existem atividades de formação política?**

- 1 ( ) sim 2 ( ) não

**12.1 Se sim, quais os formatos mais comuns de formação política no seu partido? (Múltipla Escolha)**

- 1 ( ) conferências
- 2 ( ) seminários e congressos
- 3 ( ) reuniões de debates
- 4 ( ) cursos presenciais
- 5 ( ) cursos EAD
- 6 ( ) outros. Quais? \_\_\_\_\_

**12.2 Com qual frequência ocorrem estas formações?**

- 1 ( ) mensalmente
- 2 ( ) semestralmente
- 3 ( ) anualmente
- 4 ( ) às vezes, sem regularidade

**12.3 Em qual nível as formações ocorrem com mais frequência?**

- 1 ( ) municipal 2 ( ) estadual
- 3 ( ) nacional 4 ( ) Outra? \_\_\_\_\_

**12.4 A fundação ligada ao seu partido atua ativamente na organização destas atividades de formação?**

- 1 ( ) sim 2 ( ) não

**12.5 Quais temas costumam ser tratados nas atividades de formação do seu partido? (Múltipla Escolha)**

- 1 ( ) Conjuntura política internacional
- 2 ( ) Conjuntura política nacional
- 3 ( ) Conjuntura política estadual
- 4 ( ) Conjuntura política municipal
- 5 ( ) Filosofia
- 6 ( ) Sistema Político (regimes políticos, representação política e administração pública)
- 7 ( ) Ideologia (liberalismo, socialismo, comunismo etc.)
- 8 ( ) Economia
- 9 ( ) Traços da Sociedade Brasileira
- 10 ( ) Cidadania
- 11 ( ) Liderança Política (marketing, oratória etc.)
- 12 ( ) Questões de identidade (gênero, raça/ etnia, juventude)
- 13 ( ) Questões sociais (habitação, trabalho, transporte público, saúde, educação etc.)
- 14 ( ) Meio-ambiente
- 15 ( ) Novas Tecnologias da Informação
- 16 ( ) Outros?

**12.6 Você costuma participar destas atividades?**

- 1 ( ) não, nunca
- 2 ( ) sim, às vezes
- 3 ( ) sim, sempre

**13 Por que você avalia tais atividades desse modo, ou seja, que foram muito importantes, ou que foram pouco importantes ou que não contribuíram?**

**14 Tendo em vista a sua formação política, como você avalia as atividades de estudo e debate das quais já participou no seu partido?**

- 1 ( ) muito importante
- 2 ( ) pouco importante
- 3 ( ) não contribuiu
- 4 ( ) nunca participei

**15 Por que você avalia tais atividades desse modo, ou seja, que foram muito importantes, ou que foram pouco importantes ou que não contribuíram?**

\_\_\_\_\_

**16 E nas vezes que você não participou, foi por qual motivo?**

- 1 ( ) os temas não me interessaram
- 2 ( ) estava na escola
- 3 ( ) estava no trabalho
- 4 ( ) estava na universidade
- 5 ( ) compromissos com a família
- 6 ( ) outros

**17 Acerca das seguintes afirmações, indique o número que expressa o seu posicionamento**

1 concorda      2 concorda em partes  
3 discorda em partes      4 discorda

Política se aprende na prática. Portanto, a prática é mais importante que atividades de formação.	
A participação de jovens militantes em atividades de formação política é secundária. Cada um deve se informar conforme a sua vontade e disponibilidade.	
A participação de jovens militantes em atividades de formação política é fundamental para a prática política.	
As atividades de formação oferecida pelo partido são fundamentais para a renovação de suas futuras lideranças.	

**18 Na sua avaliação, o partido deveria promover mais atividades de formação?**

1 ( ) sim 2 ( ) não, as atividades existentes já são satisfatórias

**19 Na sua opinião, quais as temáticas devem ser abordadas em atividades deste tipo?**

—

**20 Na sua opinião, temáticas pertinentes à juventude estão incluídas nestas atividades e em outros debates do partido?**

1 ( ) sim 2 ( ) não 3 ( ) sim, mas indiretamente

**21 Para você, quais seriam as temáticas mais importantes para a juventude?**

—

**Participação Partidária**

**22 Primeiramente, sobre a sua participação eleitoral, gostaríamos de saber se, nas últimas eleições, de 2011, você votou no seu partido?**

1 ( ) Sim 2 ( ) Não

**23 E desde que você é militante, sempre votou no seu partido?**

1 ( ) Sim 2 ( ) Não

**24 Acerca da sua atuação partidária, você participa de outro grupo dentro do partido além da Juventude?**

1 ( ) sim 2 ( ) não

**20.1 Se sim, qual?**

1 ( ) mulheres      2 ( ) negros  
3 ( ) trabalhadores      4 ( ) ambiente  
5 ( ) GLBTT      5 ( ) outro? \_\_\_\_\_

**25 Quanto tempo, em média, por mês, você despense na militância partidária e em trabalho para o partido?**

1 ( ) nenhum  
2 ( ) até 5 horas por mês  
3 ( ) 5 a 10 horas por mês  
4 ( ) 10 a 20 horas por mês  
5 ( ) 20 a 30 horas por mês  
6 ( ) 30 a 40 horas por mês  
7 ( ) mais de 40 horas por mês

**26 Com que regularidade você participa de reuniões partidárias?**

1 ( ) Nunca      2 ( ) Às vezes  
3 ( ) Na maioria das vezes      5 ( ) Sempre

**27 Numa escala de 1 a 5, indique com que regularidade desenvolve as seguintes atividades.**

**Escolha na coluna o número correspondente.**

1 Ajudar na organização das reuniões locais do partido	
2 Ajudar na organização das atividades e eventos do partido	
3 Ajudar na organização de encontros do partido com a comunidade	
4 Doação de dinheiro para o partido	
5 Encontro com colegas de partido para discutir política	
6 Encontro com colegas de partido para realizar atividades não políticas	
7 Encontro com pessoas fora do partido para falar sobre política	
8 Distribuição de propaganda e material no período de campanha eleitoral	
9 Desempenho de outras atividades no período de campanha eleitoral	

1 Nunca 2 Às vezes 3 Na maioria das vezes  
4 Sempre

**28 Já participou de algum congresso estadual do seu Partido?**

1 ( ) Sim 2 ( ) Não

**24.1 Se sim, marque quantas vezes?**

—

**29 Já participou de algum congresso nacional do seu Partido?**

1 ( ) Sim 2 ( ) Não

**20.2 Se sim, marque quantas vezes?**

—

**30 Na sua opinião, qual o tipo de atividade deve ser própria dos setores juventude?**

—

**31 É comum os partidos terem na sua composição mais de um grupo, vinculado**

a uma ou mais lideranças. O seu partido se organiza formal ou informalmente desta maneira?

1 ( ) sim 2 ( ) não

**30.1** Quais são elas ou a quem são vinculados? \_\_\_\_\_

**32** Na sua opinião, o setor de juventude reflete a composição de grupos do partido?

1 ( ) sim 2 ( ) não 3 ( ) em partes

**33** Na maioria das vezes, os jovens têm a sua atuação concentrada:

- 1 ( ) nos grupos
- 2 ( ) no setor de juventude
- 3 ( ) em conjunto com uma liderança
- 4 ( ) depende. De quê?

**34** Há diferença na dinâmica de incorporação dos jovens em atividades partidárias, conforme o grupo político ao qual ele se vincula?

1 ( ) sim 2 ( ) não 3 ( ) depende. De quê?

**35** Quais seriam estas diferenças? \_\_\_\_\_

#### Seleção

**36** Como resultado da sua militância partidária, você já se candidatou a algum cargo eletivo?

1 ( ) Sim 2 ( ) Não

**36.1** Se sim, qual? (Múltipla Escolha)

- 1 ( ) prefeito
- 2 ( ) vereador
- 3 ( ) deputado estadual
- 4 ( ) deputado federal
- 5 ( ) senador
- 6 ( ) conselheiro tutelar

**36.2** Ainda se você candidatou-se, foi eleito?

1 ( ) sim 2 ( ) não

**36.3** Se você candidatou-se e não foi eleito, qual o principal motivo que você atribui a não eleição? (Múltipla Escolha)

- 1 ( ) falta de recursos financeiros
- 2 ( ) falta de recursos materiais (panfletos, banners, jingle)
- 3 ( ) falta tempo de televisão e rádio
- 4 ( ) falta de pessoas para trabalhar na campanha
- 5 ( ) falta de experiência como candidato
- 6 ( ) falta de habilidades pessoais (oratória, carisma, boa aparência etc.)

7 ( ) falta de proximidade com o eleitorado

8 ( ) falta de redes sociais

9 ( ) falta de conhecimento sobre as atividades parlamentares ou na administração pública (leis, políticas públicas, finanças etc.)

10 ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

**37** Você gostaria de concorrer a algum cargo eletivo?

1 ( ) sim 2 ( ) não

**38** Na sua opinião, os partidos em geral estimulam e apoiam candidaturas jovens?

1 ( ) sim 2 ( ) não 3 ( ) depende. De quê? \_\_\_\_\_

**39** E dentro do partido, você é membro de alguma instância?

1 ( ) sim 2 ( ) não

**39.1** Se sim, em qual nível? (Múltipla Escolha)

- 1 ( ) diretório local
- 2 ( ) diretório municipal
- 3 ( ) diretório estadual
- 4 ( ) diretório regional
- 5 ( ) executiva nacional

**39.2** Se você ainda não compôs a executiva municipal, estadual ou nacional, você gostaria de ter a experiência de ocupar alguma posição de direção no partido?

1 ( ) sim 2 ( ) não 3 ( ) depende. De quê? \_\_\_\_\_

**40** Do setor de juventude, você já foi membro da executiva?

1 ( ) sim 2 ( ) não

**40.1** Se sim, qual foi o maior nível?

- 1 ( ) municipal
- 2 ( ) estadual
- 3 ( ) nacional

**40.2** Qual posição você ocupou?

- 1 ( ) presidente
- 2 ( ) vice presidente
- 3 ( ) secretário geral
- 4 ( ) tesoureiro
- 5 ( ) vogal
- 6 ( ) outra secretaria ou diretorias (movimento estudantil, comunicação etc.)
- 7 ( ) suplente. De quê? \_\_\_\_\_

**41** Se você ainda não foi membro da direção de juventude, gostaria de ser?

1 ( ) sim 2 ( ) não

42 Atualmente, você ocupa algum cargo em comissão na administração pública?

1 ( ) sim 2 ( ) não

42.1 Se não, você gostaria de ter a experiência de ocupar algum cargo em comissão na administração pública?

1 ( ) sim 2 ( ) não  
3 ( ) depende. De quê? \_\_\_\_\_

43 Ainda você exerce alguma outra forma de atividade política de maneira profissionalizada?

1. ( ) Não
2. ( ) É Prefeito
3. ( ) É Vereador
4. ( ) É Deputado Estadual
5. ( ) É Deputado Federal
6. ( ) É Senador
7. ( ) É assessor de Vereador/Deputado/Senador
8. ( ) É dirigente profissionalizado pelo partido
9. ( ) É funcionário/assessor do Partido
10. ( ) É militante profissionalizado por seu grupo político
11. ( ) É militante/dirigente profissionalizado de movimento social (sindical, popular, sem terra, etc)
12. ( ) Outras atividades - Qual? \_\_\_\_\_

44 Na sua opinião, o processo de seleção de jovens para essas posições político-partidárias é:

1. ( ) Democrática, pois todos têm as mesmas oportunidades.
2. ( ) Eficiente, pois aqueles cujo trabalho é relevante têm oportunidades.
3. ( ) Restrito a alguns jovens que tenham relações com pessoas influentes no partido.
4. ( ) Ineficiente, pois nem todos militantes dotados de competência e habilidades para tarefas político-partidárias têm oportunidades

45 Você acha que a organização de Juventude do seu partido influencia a seleção de adeptos a posições político-partidárias:

1 ( ) Muito 2 ( ) Médio 3 ( ) Pouco

#### INFORMAÇÕES FINAIS

46 Você percebe iniciativas que visem a ampliar e a qualificar a participação do jovem no partido? (Múltipla Escolha)

- 1 ( ) não
- 2 ( ) sim, cotas para as executivas municipais
- 3 ( ) sim, cotas para as executivas estaduais
- 4 ( ) sim, cotas para as executivas nacionais
- 5 ( ) atividades de formação

6 ( ) os setores de juventude são decisivos na tomada de decisões importantes para o partido (definição de coligações, de candidatos etc)

3 ( ) atribui tarefas específicas aos jovens filiados

8 ( ) outras

47 Em quais aspectos o partido falha no sentido de estimular a participação da juventude? \_\_\_\_\_

48 Na sua opinião, interessa ao partido a atuação dos setores de juventude?

1 ( ) sim 2 ( ) não

49 E interessa a participação de jovens em geral para a sua renovação?

1 ( ) sim 2 ( ) não

50 O que poderia ser feito para atrair mais jovens ao partido?

51 O que poderia ser feito para fortalecer os setores de juventude?

52 Em política, muitas vezes, fala-se em esquerda e direita. Para você, a distinção política entre esquerda e direita ainda tem sentido?

- 1 ( ) sim, tem muito sentido
- 2 ( ) tem um pouco de sentido
- 3 ( ) não tem mais sentido
- 4 ( ) nunca teve

53 Considerando suas convicções políticas, em qual ponto da escala abaixo você se posicionaria, considerando que 0 é o ponto máximo da esquerda, que 7 é o ponto máximo da direita, e 4 é o ponto da posição de centro?

Esquerda							Direita	
1	2	3	4	5	6	7		

54 E onde você localiza o posicionamento do seu partido diante de questões políticas nesta escala de esquerda-direita?

Esquerda							Direita	
1	2	3	4	5	6	7		

55 Agora, gostaríamos que você marcasse a opção correspondente à sua escolaridade. (Grau mais alto)

- 1 ( ) ensino fundamental incompleto
- 2 ( ) ensino fundamental completo

- 3 ( ) ensino médio incompleto
- 4 ( ) ensino médio completo
- 5 ( ) ensino técnico ou magistério
- 6 ( ) ensino superior incompleto
- 7 ( ) ensino superior completo
- 8 ( ) pós graduação (especialização, mestrado ou doutorado)

**55.1 Qual a sua área de estudos?**

- 1 ( ) Administração, Economia, Direito
- 2 ( ) Saúde
- 3 ( ) Ciências Humanas
- 4 ( ) Ciências Naturais, Engenharia
- 5 ( ) Artes
- 7 ( ) Outra? \_\_\_\_\_

**56 Quais são as suas principais atividades?**

- 1 ( ) trabalha
- 2 ( ) estuda
- 3 ( ) trabalha e estuda
- 4 ( ) desempregado
- 5 ( ) outro \_\_\_\_\_

**56.1 Se você trabalha, qual é a sua atividade profissional?**

- 1 ( ) Empregado assalariado
- 2 ( ) Funcionário público
- 3 ( ) Profissional liberal
- 4 ( ) Autônomo
- 5 ( ) Empresário
- 6 ( ) Estagiário
- 7 ( ) outro? \_\_\_\_\_

**57 Qual é a sua situação conjugal?**

- 1 ( ) solteiro/a
- 4 ( ) casado(a)/ amigado(a)
- 5 ( ) viúvo/a
- 6 ( ) desquitado/ divorciado/ separado(a)

**58 Qual a sua religião?**

- 1 ( ) Evangélica
- 2 ( ) Umbanda
- 3 ( ) Candomblé
- 4 ( ) Espírita kardecista
- 5 ( ) Católica praticante
- 6 ( ) Católica não praticante
- 7 ( ) Judaica
- 8 ( ) outra
- 9 ( ) Acredita em Deus mas não tem religião
- 10 ( ) É ateu/ não acredita em Deus/ é agnóstico

**59 De acordo com as categorias usadas pelo IBGE, qual é a que descreve melhor a sua cor:**

- 1 ( ) branca

- 2 ( ) parda
- 4 ( ) preta
- 5 ( ) amarela
- 6 ( ) Indígena
- 7 ( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**60 De quanto foi aproximadamente a sua renda individual no mês passado?**

**61 A respeito da sua família, qual é a escolaridade da sua mãe? (Grau mais alto)**

- 1 ( ) ensino fundamental incompleto
- 2 ( ) ensino fundamental completo
- 3 ( ) ensino médio incompleto
- 4 ( ) ensino médio completo
- 5 ( ) ensino técnico ou magistério
- 6 ( ) ensino superior incompleto
- 7 ( ) ensino superior completo
- 8 ( ) pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado)

**62 Qual é a escolaridade do seu pai? (Grau mais alto)**

- 1 ( ) ensino fundamental incompleto
- 2 ( ) ensino fundamental completo
- 3 ( ) ensino médio incompleto
- 4 ( ) ensino médio completo
- 5 ( ) ensino técnico ou magistério
- 6 ( ) ensino superior incompleto
- 7 ( ) ensino superior completo
- 8 ( ) pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado)

**63 Qual é a profissão da sua mãe?**

**64 Qual é a profissão do seu pai?**

**65 Somando a sua renda com a renda das pessoas aproximadamente a renda familiar em sua casa no mês passado?**

**66 Quantas pessoas residem no seu domicílio que vivem com essa renda?**

\_\_\_\_\_ pessoas

Muito obrigada pela sua colaboração

## Anexo 3

INDICADORES	VARIÁVEIS	MEDIDA (Opções de resposta)
IDENTIFICAÇÃO	1. Município de filiação	1 Porto Alegre 2 Região metropolitana 3 Polo regional 4 Outro. Qual?
	2. Idade da primeira filiação	14-35 anos
	3. Partido no qual é filiado atualmente	1 DEM 2 PP 3 PSDB 4 PMDB 5 PT 6 PCdoB 7 PDT 8 PSB
	4. Idade que tinha ao filiar-se no partido	ABERTA
	5. Idade atual	14-35 anos
	6. Sexo	1 Masculino 2 Feminino
	7. Escolaridade (grau mais alto)	1 ensino fundamental incompleto 2 ensino fundamental completo 3 ensino médio incompleto 4 ensino médio completo 5 ensino técnico ou magistério 6 ensino superior incompleto 7 ensino superior completo 8 pós graduação (especialização, mestrado ou doutorado) 9NR
	8. Principal atividade	1Trabalha 2 estuda 3 trabalha e estuda 4 desempregado 4 outro _____ 9 NR
	a. Qual é a sua atividade profissional?	1 Empregado assalariado 2 funcionário público 3 Profissional liberal 4 Autônomo 5 Empresário 6 Estagiário 7 outro? _____ 7NSA 9NR
	9. Qual a sua área de estudos/formação?	1 Administração, Economia, Direito 2 Saúde 3 Ciências Humanas 4 Ciências Naturais, Engenharia 5 Artes 6 Outra? _____ 7 NSA 9 NR
	10. Situação conjugal	1 solteiro/a 2 casado(a)/ amigado(a) 3 viúvo/a 4 desquitado/ divorciado/ separado(a) 9 NR
	11. Tem filhos?	Sim 2 Não 9 NR
	a. Se sim, quantos filhos?	ABERTA
	12. Religião?	1 Evangélica 2 Umbanda 3 Candomblé 4 Espírita/kardecista 5 Católica praticante 6 Católica não praticante 7 Judaica 8 outra 9 Acredita em Deus mas não tem religião 10 É ateu/ não acredita em Deus/ é agnóstico 99NR
	13. Cor/Etnia	ABERTA
	14. Renda individual	ABERTA
15. Renda Familiar	ABERTA	
16. Quantas pessoas vivem desta renda	ABERTA	
ADESÃO PARTIDÁRIA	17. Primeiro partido em que você é filiado?	1 sim 2 não 9 NR
	a. Se não, qual o partido da primeira filiação?	ABERTA
	18. Primeira atividade partidária que participou no atual partido?	1 Plenária 2 Palestra 3 Ato partidário 4 Manifestação 5 Campanha eleitoral de candidatos 6 Festa, jantares, almoços etc. Outras. Qual? _____ 9 NR

	19. Principais motivos para ter se aproximado do partido ( <u>múltipla escolha</u> )	1 Identificação com o programa e ideais do partido. 2 Ajudar financeiramente o partido 3 Procurou o partido porque tem amigos militantes nele. 4 Queria conhecer pessoas politicamente ativas 5 Queria ser politicamente ativo 6 Teve contato com membros do partido ao participar do movimento estudantil e decidi filiar-se. 7 Teve contato com membros do partido ao participar de movimentos sindicais, comunitários ou outros..  8 Influência de familiares que também fazem parte do partido 9 Um amigo convidou para participar de uma atividade do partido e isso estimulou você a se filiar. 10 Viu uma campanha de filiação do partido e procurou o diretório municipal para se filiar. 11 Queria influenciar a escolha de candidatos 12 Queria influenciar a escolha de candidatos 13 A perspectiva de seguir carreira política (concorrer a algum cargo política) 14 A possibilidade de ocupar um Cargo em Comissão. 15 Outro motivo? 88 NS 99 NR
	20. Tipo de campanha	1 Campanha de rua 2 televisão 3 rádio 4 Internet 5 Outros 7 NSA 9 NR
	21. Grau de parentesco dos familiares também filiados	1 pai/ mãe/ padrasto/ madrasta 2 irmão/irmã 3 primo/prima 4 tio/tia 5 sogro/ sogra 6 Avô/ Avó 7 Cunhado/Cunhada 8 Outros. Qual? ___77 NSA 99NR
	22. Participa [ou participou] de outra organização social?	1 Sim 2 Não 9 NR
	a. Se sim, especifique o tipo:	1 grêmios estudantis, diretórios acadêmicos, associação ou união estudantil 2 sindicato de trabalhadores 3 sindicatos patronais 4 movimento social 5 organização não-governamental 6 outro 7 NSA 9 NR
	b. Se sim, quais foram os anos da sua participação?	ABERTA
	c. Nessa época, você já era filiado ou mantinha contato com membros do partido a que veio a filiar-se?	a. Sim 2 Não 7 NSA 9 NR
FORMAÇÃO	23. Existem atividades de formação política no seu partido?	1 sim 2 não 8 NS 9 NR
	a. Quais os tipos de formação política do partido (Múltipla Escolha)	1 conferências 2 seminários e congressos 3 reuniões de debates 4 cursos presenciais 5 cursos EAD 7 outros 7 NSA 8NS 9NR



POLITICA	b. Frequência de tais atividades	1 mensalmente 2 semestralmente 3 anualmente 4 às vezes, sem regularidade 7 NSA 8 NS 9NR
	c. Nível?	1 municipal 2 estadual 3 nacional 4 Outra 7NSA 8 NS 9NR
	d. A fundação do seu partido organiza estas atividades de formação?	1 sim 2 não 7 NSA 8NS 9NR
	24. Quais temas costumam ser tratados nas atividades de formação do seu partido?  (Múltipla Escolha)	1 Conjuntura política internacional 2 Conjuntura política nacional 3 Conjuntura política estadual 4 Conjuntura política municipal 5 Filosofia 6 Sistema Político (regimes políticos, representação política e administração pública) 7 Ideologia (liberalismo, socialismo, comunismo etc.) 8 Economia 9 Traços da Sociedade Brasileira 10 Cidadania 11 Liderança Política (marketing, oratória etc) 12 Questões de identidade (gênero, raça/ etnia, juventude) 13 Questões sociais (habitação, trabalho, transporte público, saúde, educação etc.) 14 Meio-ambiente 15 Novas Tecnologias da Informação 16 Outros? 8NS 9NR
	25. Participa de atividades de formação?	1 sim 2 não 7 NSA 8 NS 9 NR
	a. 12.1 Se sim, com que frequência?	1 sempre 2 às vezes 3 nunca 7 NSA 8NS 9NR
	b. 12.2 Avaliação das formações	1 muito importante 2 pouco importante 3 não contribuiu 4 nunca participei 7 NSA 8 NS 9NR
	c. 12.3 Se não, quais são os motivos da não participação?	1 os temas não me interessaram 2 estava na escola 3 estava no trabalho 4 estava na universidade 5 compromissos com a família 6 outros 7 NSA 8NS 9NR
	26. Afirmações sobre formação e atuação política	
	a. Política se aprende na prática. Portanto, a prática é mais importante que atividades de formação.	1 concorda 2 concorda em parte 3 discorda em parte 4 discorda 8 NS 9 NR
	b. A participação de jovens militantes em atividades de formação política é secundária. Cada um deve se informar	1 concorda 2 concorda em parte 3 discorda em parte 4 discorda 8 NS 9 NR

	conforme a sua vontade e disponibilidade.	
	c. A participação de jovens militantes em atividades de formação política é fundamental para a prática política.	1 concorda 2 concorda em parte 3 discorda em parte 4 discorda 8 NS 9 NR
	27. O partido deveria promover mais atividades de formação	1 sim 2 não, as atividades existentes já são satisfatórias 8NS 9NR
	28. Quais temáticas devem ser abordadas em atividades deste tipo?	Aberta
	29. Temáticas pertinentes à juventude estão incluídas nestas atividades e em outros debates do partido	1 sim 2 não 3 sim, mas indiretamente 8 NS 9 NR
	30. Quais seriam as principais temáticas de juventude?	Aberta
PARTICIPAÇÃO PARTIDÁRIA	31. Votou no seu partido nas últimas eleições?	1 Sim 2 Não 8 NS 9 NR
	32. Desde que é militante, você sempre votou no seu partido?	1 Sim 2 Não 8 NS 9 NR
	33. Participa de outro grupo dentro do partido além da Juventude	1 Sim 2 Não 8 NS 9 NR
	a. Se sim, qual?	1 mulheres 2 negros 3 trabalhadores 4 ambiente 5 GLBTT 6 outro? _____ 7 NSA 9 NR
	34. 21 Tempo despendido em atividades partidárias	1 nenhum 2 até 5 horas por mês 3 5 a 10 horas por mês 4 10 a 20 horas por mês 5 20 a 30 horas por mês 6 30 a 40 horas por mês 7 mais de 40 horas por mês 8 NS 9 NR
	35. Regularidade com que participa de reuniões partidárias?	1 Nunca 2 Raramente 3 Às vezes 4 Frequentemente 5 Sempre 8 NS 9 NR

36. Regularidade com que desenvolve as atividades partidárias	1 Nunca 2 Raramente 3 Às vezes 4 Frequentemente 5 Sempre 8 NS 9 NR
a. Ajuda na organização das reuniões locais do partido	1 Nunca 2 Raramente 3 Às vezes 4 Frequentemente 5 Sempre 8 NS 9 NR
b. Ajuda na organização das atividades e eventos do partido	1 Nunca 2 Raramente 3 Às vezes 4 Frequentemente 5 Sempre 8 NS 9 NR
c. Ajuda na organização de encontros do partido com a comunidade	1 Nunca 2 Raramente 3 Às vezes 4 Frequentemente 5 Sempre 8 NS 9 NR
d. Doa dinheiro para o partido	1 Nunca 2 Raramente 3 Às vezes 4 Frequentemente 5 Sempre 8 NS 9 NR
e. Encontra com colegas de partido para discutir política	1 Nunca 2 Raramente 3 Às vezes 4 Frequentemente 5 Sempre 8 NS 9 NR
f. Encontra com colegas de partido para realizar atividades não políticas	1 Nunca 2 Raramente 3 Às vezes 4 Frequentemente 5 Sempre 8 NS 9 NR
g. Encontra com pessoas fora do partido para falar sobre política	1 Nunca 2 Raramente 3 Às vezes 4 Frequentemente 5 Sempre 8 NS 9 NR
h. Distribui propaganda e material no período de campanha eleitoral	1 Nunca 2 Raramente 3 Às vezes 4 Frequentemente 5 Sempre 8 NS 9 NR
i. Desempenha outras atividades no período de campanha eleitoral	1 Nunca 2 Raramente 3 Às vezes 4 Frequentemente 5 Sempre 8 NS 9 NR
37. Já participou de congresso estadual?	1 Sim 2 Não 8 NS 9 NR
38. Já participou de congressos nacionais?	1 Sim 2 Não 8 NS 9 NR
39. Qual o tipo de atividade que deve ser própria dos setores juventude?	ABERTA
40. O partido tem grupos ou tendências?	1 sim 2 não 3 depende. De quê? 8 NS 9 NR
a. Quais são ou a quem se vinculam?	ABERTA
41. O setor de juventude reflete a composição de grupos do partido?	1 sim 2 não 3 em partes 7 NSA 8 NS 9 NR
42. Primeiro, os jovens aproximam-se:	1 dos grupos 2 do setor de juventude 3 de uma liderança 4 depende. De quê? 7 NSA 8 NS 9 NR
43. Há diferenças na dinâmica de incorporação dos jovens conforme o grupo ou tendência?	1 sim 2 não 3 depende. De quê? 7 NSA 8 NS 9 NR
44. Quais seriam estas diferenças?	ABERTA
45. Já se candidatou a algum cargo eletivo?	1 Sim 2 Não 8 NS 9 NR

Seleção	a. Se sim, qual? (múltipla escolha)	1 prefeito 2 vereador 3 deputado estadual 4 deputado federal 5 senador 6 conselheiro tutelar 7 NSA 9NR
	b. Ainda se você candidatou-se, obteve a eleição?	1 sim 2 não 7 NSA 9 NR
	i. Se você candidatou-se e não obteve a eleição, qual o principal motivo que você atribui a não eleição?  (Múltipla escolha)	1 falta de recursos financeiros 2 falta de recursos materiais (panfletos, banners, jingle) 3 falta tempo de televisão e rádio 4 falta de pessoas para trabalhar na campanha 5 falta de experiência como candidato 6 falta de habilidades pessoais (oratória, carisma, boa aparência etc.) 7 falta de proximidade com o eleitorado 8 falta de redes sociais 9 falta de conhecimento sobre as atividades parlamentares ou na administração pública (leis, políticas públicas, finanças etc.) 10 Outros. Quais? _____ 77 NSA 99 NR
	46. Gostaria de concorrer a cargo eletivo?	1 sim 2 não 9 NR
	47. Os partidos estimulam e apoiam candidaturas jovens?	1 sim 2 não 9 NR
	48. Já foi membro de instância partidária?	1 sim 2 não 9 NR
	a. Se sim, em qual nível? (múltipla escolha)	1 diretório local 2 diretório municipal 3 diretório estadual 4 diretório regional 5 executiva nacional 7 NSA 9 NR
	b. Gostaria de ocupar posição de direção?	1 ( ) sim 2 ( ) não 3 ( ) depende. De quê? _____ 7 NSA 8 NS 9 NR
	49. Já compôs a executiva de juventude?	1 sim 2 não 8 NS 9 NR
	a. Se sim, qual foi o maior nível?	1 municipal 2 estadual 3 nacional 9NR
	b. Qual posição você ocupou?	1 presidente 2 vice presidente 3 secretário geral 4 tesoureiro 5 vogal 6 outra secretaria ou diretorias (movimento estudantil, comunicação etc.) 7 suplente. De quê? _____ 7NSA9NR
	50. Se não foi membro, gostaria de ser?	1 sim 2 não 8 NS 9 NR
	51. Ocupa algum cargo em comissão?	1 sim 2 não 9 NR

	a. Gostaria de ocupar cargo em comissão?	1 sim 2 não 3 depende. De quê? _____ 7 NSA 9 NR
	52. Exerce alguma outra forma de atividade política (profissionalizada)?	1 É Vereador 2 É Deputado Estadual 3 É Deputado Federal 4 É Senador 5 É assessor de Vereador/ Deputado/Senador 6 É dirigente profissionalizado pelo partido 7 É funcionário/assessor do Partido 8 É militante profissionalizado por seu grupo político 9 É militante/dirigente profissionalizado de movimento social (sindical, popular, sem terra, etc) 10 Outras atividades - Qual? _____ 9NR
	53. O processo de seleção de jovens para essas posições no partido é	1 Democrática. Todos têm as mesmas oportunidades. 2 Eficiente. Aqueles cujo trabalho é relevante têm oportunidades. 3 Restrito a alguns jovens que tenham relações com pessoas influentes no partido. 4 Ineficiente. Nem todos militantes dotados de competência e habilidades para tarefas político-partidárias têm oportunidades. 9 NR
	54. A organização de Juventude do seu partido influencia a seleção de adeptos a posições político-partidárias:	1 Muito 2 Médio 3 Pouco 9 NR
INFORMAÇÕES FINAIS	55. Você percebe iniciativas que visem a ampliar e qualificar a participação do jovem no partido?  (múltipla escolha)	1 não 2 sim, cotas para as executivas municipais 3 sim, cotas para as executivas estaduais 4 sim, cotas para as executivas nacionais 5 atividades de formação 6 os setores de juventude são decisivos na tomada de decisões importantes para o partido (definição de coligações, de candidatos etc) 7 atribui tarefas específicas aos jovens filiados 8 outras 88 NS 99 NR
	56. Há falhas do partido no estímulo à participação da juventude?	ABERTA
	57. Interessa ao partido a atuação dos setores de juventude?	1 sim 2 não 8 NS 9 NR
	58. A participação de jovens em geral interessa ao partido?	1 sim 2 não 8 NS 9 NR

59. O que poderia ser feito para atrair mais jovens ao partido?	ABERTA	
60. O que poderia ser feito para fortalecer os setores de juventude?	ABERTA	
61. Para você, a distinção política entre esquerda e direita ainda tem sentido?	1 sim, tem muito sentido 2 tem um pouco de sentido 3 não tem mais sentido 4 nunca teve 8 NS 9 NR	
62. Classificação das suas opiniões na escala esquerda direita	Esquerda 1            2            3            4            5            6            7 Direita	
63. O posicionamento do seu partido na escala de esquerda-direita?	Esquerda 1            2            3            4            5            6            7 Direita	